

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL -
PPGEC

MÁRCIA REGINA SARTORI DAMO

**OS ARRANJOS REGIONAIS DO TERRITÓRIO:
O CASO DA ESPACIALIZAÇÃO MULTIESCALAR NO OESTE
CATARINENSE**

FLORIANÓPOLIS
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL -
PPGEC

MÁRCIA REGINA SARTORI DAMO

**OS ARRANJOS REGIONAIS DO TERRITÓRIO:
O CASO DA ESPACIALIZAÇÃO MULTIESCALAR NO OESTE
CATARINENSE**

Tese submetida à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial exigido pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil – PPGEC, para obtenção do Título de Doutor em Engenharia Civil

Orientador: Prof. Dr. – Ing. Jürgen Wilhelm Philips

Co-Orientador: Prof. Dr. Rui Pedro Julião

Florianópolis,
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

DAMO, MÁRCIA REGINA
OS ARRANJOS REGIONAIS DO TERRITÓRIO: O CASO DA
ESPACIALIZAÇÃO MULTIESCALAR NO OESTE CATARINENSE / MÁRCIA
REGINA DAMO ; orientador, Jürgen Philips ; coorientador,
Rui Julião. - Florianópolis, SC, 2014.
442 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, . Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil.

Inclui referências

1. Engenharia Civil. 2. Recortes regionais. 3.
Multiescalar. 4. Descentralização. 5. Desenvolvimento
Regional. I. Philips, Jürgen. II. Julião, Rui. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Engenharia Civil. IV. Título.

Folha de assinaturas

OFEREÇO esta pesquisa a todas àqueles que, como eu, sonharam, lutaram e fizeram a sua parte na construção de processos que pudessem contribuir efetivamente para o desenvolvimento regional, e ao meu querido esposo CELIO LUIZ DAMO, que sempre me apoiou a ir em frente em busca dos meus sonhos.

“Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados”. *Mahatma Gandhi*

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese de doutorado nunca é um esforço solitário. Ter chegado até aqui se deve a um esforço pessoal enorme, mas também, a muitas pessoas que de formas diferentes, contribuíram para o termino desta pesquisa. Gostaria assim de reconhecer algumas pessoas importantes que me ajudaram a chegar até aqui.

Em primeiro lugar a Deus que me deu sabedoria e saúde para nunca desistir, me acompanhando em momentos difíceis que tive nesta trajetória de 4 (quatro) anos.

Ao meu querido esposo Célio Luiz Damo ao qual dediquei esta pesquisa e aos meus filhos Eduardo e Thiago que souberam compreender minha ausência em tantos momentos, sempre me incentivando a prosseguir nesta caminhada que escolhi na busca dos meus sonhos e a netinha Maria Eduarda que sempre dizia “vovó você demorou nesta viagem”, quando por tantas vezes precisei me ausentar.

Ao meu orientador, Prof. Jurgen Philips por ter abraçado minha temática entendendo da importância dela na minha trajetória profissional, e em função das minhas inquietudes sobre o assunto. Aos professores da Banca, Prof. Carlos Loch, que desde o mestrado me “forçou” a continuar nesta caminhada. Esta força foi decisiva nesta chegada. Suas orientações *ad hoc* foram fundamentais. Ao Prof. Nelson Casarotto Filho que desde o mestrado, me incentivou a continuar nesta temática por entender ser um gargalo enorme no processo de desenvolvimento regional. Obrigada por tudo, especialmente pela amizade que construímos ao longo dos anos. Ao Prof. Dieter Siedenberg o qual conheci na caminhada do doutorado, meu enorme agradecimento por sua ajuda por telefone, e-mails, na avaliação externa da minha qualificação muito bem estruturada, no apoio psicológico quando por vezes me senti perdida, foram também decisivas. Também ao Prof. Francisco de Oliveira que aceitou participar da minha banca por ser grande conhecedor da temática, contribuindo muito com suas sugestões. Ao professor Paulo Marcio Leal de Menezes, muito obrigada por sua participação e suas palavras de incentivo na banca. Tenho certeza que meus inúmeros mapas ficaram muito melhores com suas observações. Ao meu orientador Português, que deixei por ultimo, não por ser o menos importante, mas sim porque quero escrever um pouco mais reconhecendo o grande apoio que tive ao longo de 07 meses em Lisboa. Seus encaminhamentos na orientação deram vida a minha pesquisa e por isto todo meu carinho e agradecimento. Pude usufruir ao longo destes meses em Portugal de seus ensinamentos, dos importantes

contatos viabilizados, do seu apoio e da orientação fundamental da sua querida esposa Fernanda Carmo. Vocês foram fundamentais na construção positiva e consistente da minha pesquisa. Assim, mais do que orientadores, vocês foram e serão meus eternos amigos. Não posso esquecer de agradecer a Capes que financiou a bolsa para o doutorado sanduiche e viabilizou esta estada em Portugal.

As minhas queridas amigas Maria Cecília Damo, Elaine Ribeiro Grillo e Jussara Maria Silva. O que seria de mim sem os “empurrões” de vocês, o carinho, e o entusiasmo sempre que precisei. Elaine, como foi bom receber teu carinho e o canto acolhedor da sua casa por tantas e tantas vezes. E o que dizer dos apoios da Marines Walkowski, da Marina Pereira, da Magdalena Travi, da Mari Baldissera e da Simone Bernardi. O que seria se não fossem vocês, dos artigos em parceria, do aprendizado e da construção dos mais de 100(cem) mapas, do estudo estatístico que foi necessário, dos questionários aplicados em 19(dezenove) Municípios do Grande Oeste, distante em linha reta em 350km e da formatação final da minha tese. Quando precisei vocês estavam lá, sentando ao meu lado e me apoiando. Obrigada de coração. Meu agradecimento também a todas as pessoas que voluntariamente responderam aos questionários e entrevistas e a Mari Vieira da secretaria do PPGEC que sempre “quebrou meus galhos” e que foram muitos, até por eu morar longe de Florianópolis e da UFSC. Muito Obrigada.

Obrigada mana querida Miriam Juliana Sartori, talvez você seja a pessoa que mais acompanhou de perto esta minha caminhada e as angustias e incertezas que tive em tantos momentos, até por morar em Florianópolis. Valeu pelo encorajamento sempre !!! De fato, por tudo e por todos, consegui vencer mais este imenso desafio que me havia imposto.

RESUMO

DAMO, Márcia Regina Sartori. Os Arranjos Regionais do Território: O Caso Da Espacialização Multiescalar No Oeste Catarinense. Doutorado em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A estruturação espacial de todas as atividades da administração pública estadual, sem dúvida é uma realidade concreta do Estado, mas que em algumas regiões, como no Oeste catarinense, pela fragmentação regional existente, vem provocando conflitos para o planejamento regional tendo em vista ser uma prática que não contribui para uma consolidação territorial, nem para a melhoria de práticas administrativas em nível estadual, federal e municipal. Portanto, esta pesquisa identifica o padrão de descentralização espacial da administração direta do Estado de Santa Catarina, em termos de regionalização, examinando principalmente a fragmentação multiescalar dos recortes regionais, cada um deles elaborado a partir de critérios diversos, assim como as interfaces existentes com os recortes originados em iniciativas espontâneas. A questão fundamental que se coloca é os arranjos regionais do território focando a espacialização multiescalar no oeste catarinense, onde se verifica a fragmentação territorial com vários arranjos e recortes que se aprofundaram após a implementação do governo descentralizado, provocando que processos legítimos, de base local, antes existentes em várias regiões do estado catarinense, tais como Fóruns e Agências de desenvolvimento local, fossem gradativamente substituídos pelo processo governamental. Além disto a pesquisa identifica que 54 municípios, num universo de 131 pesquisados, se relacionam com mais de 4 sedes regionais. O que ocorreu ao nível de recortes territoriais em Santa Catarina após a descentralização administrativa? Estas questões são detalhadas ao longo da pesquisa através de pesquisa qualitativa e da avaliação formativa proposta por Patton(1998). A transversalidade necessária, a identidade territorial, o sentimento de pertencimento e a endogenia, foram relegados a um segundo plano, provocando esvaziamento em propostas e projetos históricos no processo de construção do desenvolvimento regional a partir do local, o qual sem dúvida daria sustentabilidade e, portanto resultados a curto, médio e longo prazo de forma efetiva.

Palavras chaves: Recortes regionais, Multiescalar, Descentralização, Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

DAMO, Marcia Regina Sartori. The Regional Planning Arrangements: The Case Of Spacialization Multiscale In the West of Santa Catarina. PhD in Civil Engineering. Federal University of Santa Catarina (UFSC).

The spatial structuring of all activities of the state public administration, it is undoubtedly a reality in the State of Santa Catarina, but in some regions, as in the West, the existing regional fragmentation has caused conflicts for the regional planning in order to be a practice that does not contribute to a territorial consolidation, or to improve administrative practices at the state, federal and municipal level.

Therefore, this research identifies the pattern of spatial decentralization of direct administration of Santa Catarina state, in terms of regionalization, particularly examining the multiscale fragmentation of regional clippings, each drawn from various criteria, as well as the interfaces with existing cuttings originated from spontaneous initiatives. The fundamental question is the arrangements of regional territory focusing on the spatial multiscale in western Santa Catarina, where there is the territorial fragmentation with several arrangements and cutouts that deepened after the implementation of decentralized government, causing legitimate processes, locally based, before existing in several regions of Santa Catarina State, such as Forums and Agencies of local development, were gradually replaced by governmental process. Besides, the research identifies that 54 municipalities, out of 131 surveyed, relate to more than 4 regional offices. What happened to the level of territorial clippings in Santa Catarina after the administrative decentralization? These issues are detailed throughout the research through qualitative research and formative assessment proposed by Patton (1998). The transversality required, the territorial identity, the sense of belonging and the endogeny, were relegated to a low priority, causing deflation in proposals and historical projects in the construction of the regional development process from the location, which would undoubtedly sustainability and therefore results in the short, medium and long term in an effective way.

Keywords: Regional Clippings, Multiscale, Decentralization, Regional Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Resumo do Método Qualitativo – PATTON (1998).....	44
Quadro 02 - Proposta Metodológica para reconfiguração regional dos municípios selecionados.....	53
Quadro 03 - Síntese dos principais abordagens referentes aos critérios de regionalização conforme autores referenciados.....	75
Quadro 04 - Regiões Metropolitanas de Santa Catarina.....	104
Quadro 05 - Divisão Regional e sub-regional das NUTS – Europa..	111
Quadro 06 - Referências populacionais das Regiões Europeias.....	112
Quadro 07 - Competências administrativas da Estrutura Federativa Italiana.....	118
Quadro 08 - Cronologia da Regionalização em Portugal.....	132
Quadro 09 - Resumo Comparativo.....	153
Quadro 10 - Relação dos 131 Municípios pertencentes a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, integrantes da referida pesquisa	160
Quadro 11 - Municípios integrantes das mesorregiões e microrregiões abrangidas pela pesquisa (IBGE/2000)	174
Quadro 12 - Relação das Secretarias de Desenvolvimento Regional.	189
Quadro 13 - Consórcios Intermunicipais na Área de Abrangência das Associações de Municípios	246
Quadro 14 - Resumo dos recortes regionais pesquisados.....	266
Quadro 15 - Relação dos Municípios com Maiores Conflitos Regionais	273
Quadro 16 - Tabela Demonstrativa Global dos Conflitos com Sedes Regionais.....	275
Quadro 17 - Relação dos pontos positivos identificados em relação as Secretarias Regionais	341
Quadro 18 - Relação dos pontos negativos identificados em relação as Secretarias Regionais	342
Quadro 19 - Dados Síntese dos Municípios com Conflitos na Área da Pesquisa.....	¡Error! Marcador no definido.
Quadro 20 - População e Taxa de Crescimento dos Municípios Sedes	358
Quadro 21 - Dados Síntese do Municípios, Sedes Regionais X Órgaos Sediados	358
Quadro 22 - Imagem simbólica dos entrevistados em relação as sedes regionais	361
Quadro 23 - Metodologia para Aplicação de Critérios.....	363

Quadro 24 - Aplicação dos Critérios de Avaliação e Pesos	367
Quadro 25 - Vinculação Regional Recomendada	370

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Regiões prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional	95
Figura 02 - Configuração Espacial das Regiões da França	114
Figura 03 - Configuração espacial das Regiões na Alemanha	116
Figura 04 - Esquema da configuração federativa da Alemanha	117
Figura 05 - Regiões Italianas.....	120
Figura 06 - Mapa das Províncias – 1936.....	122
Figura 07 - Configuração dos conflitos dos recortes territoriais dos serviços periféricos desconcentrados da Administração central	133
Figura 08 - Mapa com a configuração das 8(oito) regiões não aprovadas em referendo.....	134
Figura 09 – Configuração regional das Nuts III, Distritos e Concelhos	135
Figura 10 - Regionalização Portugal CCDRSSI.....	138
Figura 11 - Configuração das Comunidades Intermunicipais	141
Figura 12 - Área de atuação da CCDR - Região de Lisboa e Vale do Tejo	143
Figura 13 - Caracterização das Sub-Regiões de Lisboa e Vale do Tejo Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitana.....	148
Figura 14 - Caracterização de conflitos da Região de Lisboa e Vale do Tejo	149
Figura 15 - Área Metropolitana de Lisboa	151
Figura 16 - Mapa de caracterização da área de estudo com destaque para um dos municípios (Mação) com conflito territorial.....	152
Figura 17 - Mesorregiões selecionadas pela PNDR	156
Figura 18 – Área de abrangência da pesquisa	157
Figura 19 – Detalhe da Área de abrangência da Pesquisa.....	158
Figura 20 - Localização da Área da pesquisa: Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul - Porção Catarinense.....	164
Figura 21 - Caracterização das Bacias Hidrográficas no Estado de Santa Catarina	168
Figura 22 – Bacias Hidrográficas	171
Figura 23 – Regiões Edafo-ambientais	172
Figura 24 – Microrregiões e Mesorregiões	179
Figura 25 - Microrregiões Polarizadas	183
Figura 26 - Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul /Área da pesquisa.....	187
Figura 27 – Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR's	193

Figura 28 - Regiões Metropolitanas.....	197
Figura 29 - Estruturas da Epagri	201
Figura 30 - Regiões Agroecológicas.....	202
Figura 31 - Unidade de Gestão Técnica e Gerencias Regionais da Epagri	205
Figura 32 - Territórios Turísticos.....	206
Figura 33 - Regionalização da Secretaria de Estado da Fazenda.....	207
Figura 34 - Regionalização da Saúde em Santa Catarina.....	210
Figura 35 - Secretarias do Estado da Fazenda	211
Figura 36 - Regiões de Educação.....	212
Figura 37 - Regiões de Saúde	213
Figura 38 - Regionais da Cidasc	217
Figura 39 – Companhia de Água e Agencias Reguladoras.....	223
Figura 40 - Coordenadorias da Fatma.....	224
Figura 41 - Agências Regionais da Celesc.....	225
Figura 42 - Coordenadorias Regionais da Defesa Civil.....	226
Figura 43 - Mapa de Localização dos Consads no Brasil.....	230
Figura 44 - Territórios da Cidadania e Rurais – MDA	233
Figura 45 - Regionais dos Consads – MDS	234
Figura 46 - Faixa de Fronteira Brasileira - MI.....	235
Figura 47 - Associação dos Municípios.....	241
Figura 48 - Consórcios Intermunicipais de Saúde	253
Figura 49 - Consórcios Intermunicipais da AMOSC.....	254
Figura 50 - Consórcios na Área de Abrangência da AMAUC.....	255
Figura 51 - Fóruns e Agências de Desenvolvimento Regional.....	256
Figura 52 - Regionalização do Batalhão dos bombeiros militar	260
Figura 53 - Regionalização do Ministério publico.....	261
Figura 54 - Regionalização da Policia civil	262
Figura 55 - Regionalização do Departamento Estadual de Transito/DETRAN.....	263
Figura 56 - Regionalização do Tribunal Regional do Trabalho.....	264
Figura 57 - Regionalização da Justiça Federal.....	265
Figura 58 - Municípios Com Maiores Conflitos	277
Figura 59 - Municípios Alvo Da Pesquisa.....	278
Figura 60 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Arabutã	281
Figura 61 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Arabutã	281
Figura 62 - Mapa de interlocução do Município de Arabutã com Sedes Regionais	282

Figura 63 - Recortes Regionais Das Instituições Que Abrigam o Município De Arvoredo	283
Figura 64 - Recortes Regionais Das Instituições Que Abrigam o Município De Arvoredo	283
Figura 65 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Caçador	284
Figura 66 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Caçador	284
Figura 67 - Mapa de interlocução do Município de Caçador com Sedes Regionais.....	285
Figura 68 - Recortes Regionais Das Instituições Que Abrigam o Município De Caibi.....	286
Figura 69 - Recortes Regionais Das Instituições Que Abrigam o Município De Caibi.....	286
Figura 70 - Mapa de interlocução do Município de Caibi com Sedes Regionais.....	287
Figura 71 - Recortes Regionais Das Instituições que Abrigam o Município de Calmon.....	288
Figura 72 - Recortes Regionais Das Instituições Que Abrigam o Município De Calmon.....	288
Figura 73 - Mapa de interlocução do Município de Calmon com Sedes Regionais.....	289
Figura 74 - Recortes Regionais das Instituições Que Abrigam o Município De Campo Ere	290
Figura 75 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Campo Ere	290
Figura 76 - Mapa de interlocução do Município de Campo Ere com Sedes Regionais	291
Figura 77 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Cunha Pora.....	292
Figura 78 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Cunha Pora.....	292
Figura 79 - Mapa de interlocução do Município de Cunha Pora com Sedes Regionais	293
Figura 80 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Cunhatai	294
Figura 81 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Cunhatai	294
Figura 82 - Mapa de interlocução do Município de Cunhatai com Sedes Regionais.....	295

Figura 83 – Recortes regionais das instituições que abrigam o Município de Ibiam	296
Figura 84 – Recortes regionais das instituições que abrigam o Município de Ibiam	296
Figura 85 - Mapa de Interlocação do Município de Ibiam com Sedes Regionais	297
Figura 86 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Ipumirim	298
Figura 87 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Ipumirim	298
Figura 88 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Itá	299
Figura 89 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Itá	299
Figura 90 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Lebon Regis	300
Figura 91 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Lebon Regis	300
Figura 92 - Mapa de interlocução do Município de Lebon Regis com Sedes Regionais	301
Figura 93 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Lindóia do Sul	302
Figura 94 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Lindóia Do Sul	302
Figura 95 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Macieira	303
Figura 96 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Macieira	303
Figura 97 - Mapa de interlocução do Município de Macieira com Sedes Regionais	304
Figura 98 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Matos Costa	305
Figura 99 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Matos Costa	305
Figura 100 - Mapa de interlocução do Município de Matos Costa com Sedes Regionais	306
Figura 101 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Paial	307
Figura 102 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Paial	307

Figura 103 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Pinhalzinho	308
Figura 104 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Pinhalzinho	308
Figura 105 - Mapa de interlocução do Município de Pinhalzinho com Sedes Regionais	309
Figura 106 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Rio das Antas	310
Figura 107 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Rio das Antas	310
Figura 108 - Mapa de interlocução do Município de Rio das Antas com Sedes Regionais	311
Figura 109 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Riqueza	312
Figura 110 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Riqueza	312
Figura 111 - Mapa de interlocução do Município de Riqueza com Sedes Regionais.....	313
Figura 112 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Seara.....	314
Figura 113 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Seara.....	314
Figura 114 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Tangará	315
Figura 115 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Tangará	315
Figura 116 - Mapa de interlocução do Município de Tangará com Sedes Regionais.....	316
Figura 117 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Timbó Grande	317
Figura 118 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Timbó Grande	317
Figura 119 - Mapa de interlocução do Município de Timbó Grande com Sedes Regionais	318
Figura 120 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Xavantina	319
Figura 121 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Xavantina	319
Figura 122 – Sobreposição das SDR's Regiões Turísticas e Regiões Metropolitanas.....	325

Figura 123 - Sobreposição das SDRs, Gerencias de Saúde e Consórcios de Saúde.....	326
Figura 124 - Sobreposição das SDRs, Bacias Hidrográficas e Gerencias Regionais da Epagri	327
Figura 125 - Sobreposição das SDRs, Associações de Municípios e Regiões Metropolitanas	328
Figura 126 - Sobreposição das SDRs e Microrregiões do IBGE	329
Figura 127 - Sobreposição Regionais dos Programas Federais	330
Figura 128 – Sobreposição das SDRs e Associações de Municípios criadas após 2006 e Fóruns Extintos.....	331
Figura 129 – Recomendações da viabilidade regional.....	371
Figura 130 - Distância/Tempo de Ibiama até as Sedes Regionais	372
Figura 131 - Distância/Tempo de Arbutã até as Sedes Regionais.....	373
Figura 132 – Distância/Tempo de Campo Erê até as Sedes Regionais.....	374

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Sexo dos entrevistados	335
Gráfico 02 – Raça dos entrevistados	335
Gráfico 03 – Estado Civil dos entrevistados	336
Gráfico 04 – Escolaridade dos entrevistados.....	336
Gráfico 05 – Tempo no cargo atual do entrevistado	337
Gráfico 06 – Objetivos e Ações da Secretaria de Desenvolvimento Regional.	337
Gráfico 07 – Descolamento por semana do Município para a sede da Secretaria Regional.	338
Gráfico 08 – Deslocamento por semana do Município para a sede da Associação de Municípios.....	338

LISTAS DE SIGLAS E NOMENCLATURAS

ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo - Portugal

AMAI – Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense

AMFRI – Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMMVI – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí

AMNOROESTE – Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMPLA – Ampla-Norte/Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense

AMPLASC – Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina

AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera

AMERIOS – Associação dos Municípios do Entre Rios

AMUNESC – Associação dos Municípios do Nordeste do Estado de Santa Catarina

AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna

AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana

AMVAC – Associação dos Municípios do Vale de Canoinhas

AMVALI – Associação dos Municípios do Vale do Itapocu

ART. – Artigo

BR – Brasil

CASAN – Companhia de Água e Saneamento

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região De Lisboa e Vale do Tejo
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIM – Comunidades intermunicipais - Portugal
CONSADS – Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
DDD – Discagem Direta a Distância
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina
FECAM – Federação Catarinense de Municípios
FEDER – Fundo Europeu De Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
GRANFPOLIS – Associação dos Municípios da Grande Florianópolis
HAB. – Habitantes
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LC – Lei Complementar
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MERCOSUL – Mercado comum do Sul
MI – Ministério da Integração Nacional
NUTS – Nomenclaturas Das Unidades Territoriais Estatísticas
OCDE – Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico
PIB – Produto Interno Bruto
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PO – Programa Operacional Da União Europeia

PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do estado

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

QREN – Quadro De Referencia Estratégico Nacional – União Europeia

SC – Santa Catarina

SEF – Secretaria do Estado da Fazenda

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SUDESUL – Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul

UE – União Europeia

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	35
1.1 OBJETIVOS	38
1.1.1 Objetivo Geral	38
1.1.2 Objetivos Específicos.....	38
1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	38
1.2.1 Hipótese.....	38
1.2.2 Relevância da pesquisa	39
1.2.3 Resultados, Contribuição Científica e Ineditismo	40
1.2.4 Organização da Tese	41
1.3 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO E TÉCNICAS DE ANÁLISE.....	41
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	55
2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	55
2.1.1 Território	56
2.1.2 Região.....	61
2.1.3 Regionalização	67
2.1.4 Descentralização e Desconcentração Política-Administrativa.....	77
2.1.5 Desenvolvimento.....	83
2.1.5.1 Desenvolvimento regional.....	85
2.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	89
2.2.1 A Configuração Normativa da Ocupação dos Espaços Regionais e a Organização do Estado Brasileiro.....	89
2.2.2 Aspectos constitucionais da organização político-administrativa no Brasil	91
2.2.3 A Política Nacional de Desenvolvimento Regional	94
2.2.4 Aspectos históricos, constitucionais e legais do modelo catarinense de desenvolvimento baseado nas microrregiões.....	96
2.2.5 A organização associativa dos municípios em Santa Catarina	96
2.2.6 Mesorregiões e microrregiões homogêneas do IBGE.....	98
2.2.7 Unidades territoriais polarizadas (microrregiões)	100
2.2.8 As Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional	102

2.2.9 As Regiões Metropolitanas.....	103
2.2.10 Os Consórcios Públicos.....	106
3 O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO NOS PAÍSES EUROPEUS: FRANÇA, ITALIA, ALEMANHA E PORTUGAL.....	109
3.1 INSTITUIÇÃO DAS UNIDADES TERRITORIAIS ESTATÍSTICAS EUROPEIAS (NUTS).....	110
3.2 REGIONALIZAÇÃO NA FRANÇA.....	112
3.3 REGIONALIZAÇÃO NA ALEMANHA.....	115
3.4 REGIONALIZAÇÃO NA ITÁLIA.....	117
3.5 REGIONALIZAÇÃO EM PORTUGAL.....	120
3.5.1 CCDRs – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.....	136
3.5.2 Comunidades Intermunicipais.....	139
3.5.3 Estudo de Caso: Região de Lisboa e Vale do Tejo.....	142
3.5.4 Considerações gerais:.....	153
4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	155
4.1 JUSTIFICATIVA DA ÁREA.....	155
4.2 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	155
4.3 CARACTERIZAÇÕES DAS REGIÕES INSTITUCIONALIZADAS.....	165
4.3.1 Critérios ambientais.....	165
4.3.1.1 Regiões delimitadas pelas Bacias Hidrográficas.....	165
<i>4.3.1.1.1 Regiões delimitadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas.....</i>	<i>168</i>
<i>4.3.1.1.2 Regiões Edafo-ambientais Homogêneas.....</i>	<i>169</i>
4.3.2 Critérios legais (Federal e Estadual).....	173
4.3.2.1 IBGE – Mesorregiões e Microrregiões.....	173
4.3.2.2 Constituição Estadual – Microrregiões Geográficas Polarizadas.....	181
4.3.2.3 Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Ministério da Integração Nacional.....	185
4.3.2.4 Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional (SDRs).....	189
4.3.2.5 Regiões Metropolitanas.....	195
4.3.3 Critérios políticos, administrativos e de planejamento.....	199

4.3.3.1 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).....	199
4.3.3.2 Santa Catarina Turismo S/A. (Santur) – Territórios Turísticos	202
4.3.3.3 Secretaria de Estado da Fazenda (SEF).....	207
4.3.3.4 Gerências Regionais de Educação, Ciência e Tecnologia (GEREI)	208
4.3.3.5 Gerências Regionais de Saúde	208
4.3.3.6 Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).....	215
4.3.3.7 Companhia de Águas de Saneamento (CASAN).....	219
4.3.3.8 Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS/FECAM.....	220
4.3.3.9 Agência Reguladora de Serviços de Saneamento básico do Estado de Santa Catarina – AGESAN.....	220
4.3.3.10 Fundação de Meio Ambiente (FATMA).....	220
4.3.3.11 Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)	221
4.3.3.12 Coordenadorias da Defesa Civil do Estado	222
4.3.3.13 Territórios vinculados a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA).....	227
4.3.3.13.1 <i>Territórios rurais</i>	227
4.3.3.13.2 <i>Territórios da Cidadania</i>	228
4.3.3.14 Territórios dos Consads – Conselhos de Segurança alimentar e Desenvolvimento Local – MDS.....	229
4.3.3.15 Programa Faixa de Fronteira – Ministério da Integração Nacional	231
4.3.4 Critérios culturais e iniciativas espontâneas.....	237
4.3.4.1 Associações de Municípios	237
4.3.4.2 Consórcios Intermunicipais.....	243
4.3.4.2.1 <i>Consórcios Intermunicipais de Saúde</i>	243
4.3.4.3 Outras iniciativas de Consórcios Intermunicipais na área de abrangência da pesquisa.....	244
4.3.4.4 Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs)	245
4.3.5 Outros recortes territoriais.....	257
4.3.5.1 Corpo de Bombeiros – Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)	257
4.3.5.2 Ministério Público	257
4.3.5.3 Polícia Civil – Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)	258
4.3.5.4 Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/SSP)	258
4.3.5.5 Tribunal Regional do Trabalho.....	258
4.3.5.6 Justiça Federal – Subseções judiciárias.....	259

5 ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL	271
5.1 RESULTADOS DA ANÁLISE DA SOBREPOSIÇÃO E PROPOSTA DE REARRANJO REGIONAL.....	321
5.2 RESULTADOS DA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS ALVO DA PESQUISA	333
5.2.1 Resultados da pesquisa qualitativa.....	334
5.2.1.1 Análise das repostas dos Questionários Semi-Abertos.....	334
5.2.1.2 Análise das repostas das Entrevistas Semi-Estruturadas	343
5.3 PROPOSIÇÃO DE REARRANJO TERRITORIAL.....	363
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS.....	375
6.1 CONCLUSÕES	375
6.2 RECOMENDAÇÕES FINAIS	379
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	381
APENDICE.....	397
ANEXOS	431

OS ARRANJOS REGIONAIS DO TERRITÓRIO: A ESPACIALIZAÇÃO MULTIESCALAR NO OESTE CATARINENSE

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir dos anos 80, quando a sociedade brasileira viu-se livre do modelo centralizador e autoritário introduzindo uma nova ordem democrática no País, se desenvolveu uma expressiva busca de autonomia das regiões e sub-regiões, com a participação da sociedade civil organizada na busca de alternativas para o desenvolvimento socioeconômico.

A maior autonomia dos municípios, em termos administrativos e financeiros, conquistado após a constituição de 1988 fez com que começassem a se estabelecer parcerias com os governos estaduais e as instituições de âmbito regional no sentido de se desenvolver projetos inovadores, criativos e transformadores, assim como, para o desenvolvimento de planos e programas de desenvolvimento local, que ao longo do tempo se acumularam e contribuíram decisivamente para as transformações na cultura regional, em diversas regiões do país.

Os avanços que gradativamente foram se acumulando, levaram à criação de políticas públicas para incentivo ao desenvolvimento das regiões mais distantes dos grandes centros. Assim, foram criados órgãos e instituições que pudessem contribuir para promover o desenvolvimento no interior do Brasil a exemplo das superintendências regionais.

Exemplos mais recentes são o surgimento de consórcios intermunicipais, as experiências em cooperativismo privado, o conceito de mesorregiões, territórios rurais e da cidadania e outros tipos de regionalizações implementados pelos Governos, os quais estão sendo fundamentais para o processo de organização dos espaços territoriais fracionados que se identificam no Estado Brasileiro Paralelo a este processo o governo do Estado de Santa Catarina se propõe a contribuir para a consolidação das regiões, através da descentralização do poder, regionalização da gestão e fortalecimento da municipalização, o que vem ocorrendo também em outras unidades da federação, a exemplo dos Estados do Maranhão e do Ceará, embora os arranjos institucionais adotados nem sempre favoreçam ao alcance dos objetivos.

Esta pesquisa se propõe a analisar a configuração dos arranjos territoriais, após 10 (dez) anos da implantação do modelo de descentralização catarinense, o qual sempre teve como objetivo central promover o desenvolvimento regional, criando para isto inicialmente em 2003, 29(vinte e nove) depois 30 (trinta), e ampliando-se após 4 (quatro) anos para 36 (trinta e seis) Secretarias de Desenvolvimento Regional, sediadas em todas as regiões catarinenses.

Neste sentido a questão fundamental que se coloca é a fragmentação territorial com vários arranjos e recortes o que se aprofundou após a implementação do governo descentralizado, provocando que processos legítimos, de base local, antes existentes em várias regiões do estado catarinense, tais como Fóruns e Agências de desenvolvimento local, como na região oeste, fossem gradativamente substituídos pelo processo governamental. A transversalidade necessária, a identidade territorial, o sentimento de pertencimento e a endogenia, foram relegados a um segundo plano, provocando esvaziamento em propostas e projetos históricos no processo de construção do desenvolvimento regional a partir do local, o qual sem dúvida daria sustentabilidade e, portanto resultados a curto, médio e longo prazo de forma efetiva. O que ocorreu ao nível de recortes territoriais em Santa Catarina após a descentralização administrativa? Quantos são e como os Municípios mais prejudicados avaliam o desencontro territorial?

Para o entendimento destes modelos de desenvolvimento regional em sentido amplo, são necessários estudos de outras experiências com a respectiva análise, as quais exigem muita reflexão sobre os avanços obtidos, mas que em geral, requer uma melhor organização da sociedade e compreensão do seu verdadeiro papel na construção do desenvolvimento e da melhoria de sua qualidade de vida.

Santa Catarina desperta atenção de estudiosos por ser um estado onde inexistente uma grande metrópole, ou mesmo uma grande cidade centralizadora. Singer (1974) afirma que Santa Catarina apresenta um aspecto curioso: “o Estado se divide em várias zonas economicamente autônomas (bem definidas), cada uma delas contanto com uma capital regional”. E após quase 40 (quarenta) anos da afirmação de Singer, continua o Estado com as mesmas características, o que sem dúvida é ponto bastante positivo na rede de cidades catarinenses.

A verdade é que, de fato, não existe um centro urbano que centralize a economia catarinense. Esse fato determina um processo peculiar de regionalização, com características marcantes que motivaram inicialmente o presente estudo a esse respeito.

Repensar esse modelo, e propor um rearranjo regional a partir do modelo multiescalar de espacialização regional, quando o governo estadual se propõe a contribuir para a consolidação das regiões, com a descentralização do poder, a regionalização do desenvolvimento e da gestão e o incremento à municipalização, é um tema desafiador para a presente pesquisa.

Portanto, esta pesquisa se propõe a identificar o padrão de descentralização espacial da administração direta do Estado, em termos de regionalização, examinando principalmente a fragmentação dos diversos recortes regionais, cada um deles elaborado a partir de critérios nem sempre muito claros, assim como as interfaces existentes com os recortes originados em iniciativas espontâneas, muitas destas existindo há mais de 40 (quarenta) anos.

A estruturação espacial de todas as atividades da administração pública estadual, sem dúvida é uma realidade concreta do Estado, mas que em algumas regiões, como no Oeste catarinense, pela fragmentação regional existente, vem provocando conflitos para o planejamento regional tendo em vista ser uma prática que não contribui para uma consolidação territorial, nem para a melhoria de práticas administrativas em nível estadual, federal e municipal.

Conforme Diniz (2001), “cada região ou localidade possui atributos e heranças históricas próprias e inigualáveis, incluído os meios físicos construídos, os quais condicionam a recriação de seu próprio espaço social”. Assim, o espaço, conforme o autor é, ao mesmo tempo, uma estrutura subordinada e subordinante e, portanto, elemento ativo e agente de sua própria construção histórica.

As relações de dependência do município com o Governo precisam ser avaliadas e mais ainda, até que ponto o regionalismo é positivo e de que forma é possível medir se a regionalização trouxe benefícios à população.

Assim, a promoção do desenvolvimento regional requer divisão em porções espaciais com capacidade de governança, que produzam e que criem riqueza para o estado e para o país, que aproximem as políticas públicas dos cidadãos. Estas regiões prescindem de dimensões adequadas e com equilíbrio territorial e demográfico.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Propor um rearranjo regional a partir da análise do modelo multiescalar de espacialização regional no oeste catarinense através de avaliação técnica e empírica, utilizando metodologia qualitativa e as tecnologias de informações geográficas como instrumental.

1.1.2 Objetivos Específicos

Analisar o processo de institucionalização ao nível regional nas vertentes político-administrativa, e físico-territorial existentes e criadas a partir de 2003;

Avaliar a regionalização em Santa Catarina, após 10 (dez) anos da implantação das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, a partir da análise dos vários contornos regionais existentes e criados no período, bem como aquelas institucionalidades que se fragmentaram, identificando as redes e sobreposições existentes;

Fazer uma análise comparativa com experiências de metodologias utilizadas na União Europeia com destaque para Portugal a luz da política Europeia para o processo de desenvolvimento regional;

Definir parâmetros para atribuição de pesos e critérios identificando o melhor arranjo regional para os municípios selecionados, alvo da pesquisa mais detalhada.

1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

1.2.1 Hipótese

Passado 10 (dez) anos do processo de descentralização governamental no Estado de Santa Catarina vem ocorrendo uma vulnerabilidade do processo de desenvolvimento regional em função do mesmo estar ancorado em questões políticas e não técnicas, ocasionando prejuízo no conceito de região a qual exige características semelhantes dos municípios aglutinados.

O processo implantado pelo Governo do Estado de cima para

baixo (top-down)¹ e com o propósito de agente formador de regiões aprofundou a fragmentação territorial catarinense desarticulando e comprometendo o processo de planejamento integrado a partir do protagonismo local.

1.2.2 Relevância da pesquisa

O processo de descentralização implantado pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 2003 trouxe profundas modificações no processo e na cultura instalada e que vinha sendo exercida pelos municípios catarinenses. Estes, até então, estavam associados de forma espontânea, em Associações de Municípios, consórcios intermunicipais, agências e fóruns regionais de desenvolvimento os quais haviam sido criados a partir do protagonismo local e regional.

Conforme Siedenberg (2010):

A criação e a cristalização de regiões mais homogêneas do ponto de vista socioeconômico e, inclusive, o próprio desenvolvimento regional, são diretamente prejudicados por tentativas de regionalizações, o que evidentemente não fomenta o estabelecimento de identidades regionais fortes.

A presente pesquisa mostra a situação antes do processo de descentralização, e os efeitos após 10 (dez) anos da sua implementação, os resultados alcançados e o aprofundamento da fragmentação territorial, com o objetivo de com a apresentação deste estudo, com dados quantitativos e qualitativos, despertar o planejamento estadual para uma reavaliação conceitual e retomada de valores e conceitos inerentes a promoção do desenvolvimento regional, bandeira norteadora principal quando da constituição das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional.

Esta pesquisa também adotará a Tecnologia dos Sistemas de Informações Geográficas (TIGs) para demonstração e visualização desta fragmentação territorial com a sobreposição de mapas identificando através de layers² diversos, o que poderá sem dúvida colaborar com os órgãos regionais que atuam em políticas setoriais, mas que prescindem de instrumental cartográfico para o melhor

¹ De cima para baixo.

² Camadas.

planejamento na realização das suas ações. As figuras 130, 131 e 132 mostram o potencial do Sistema de Informações Geográficas também no âmbito das questões regionais.

As variadas subdivisões regionais precisam ser estudadas; conhecer suas origens é o passo inicial para a compreensão do processo de organização da sociedade no território catarinense.

A motivação para realizar esta pesquisa está correlacionada a atuação profissional com instituições municipalistas que vivenciam diretamente esta temática, assim como nossa participação por diversos anos na coordenação de planos e programas de desenvolvimento regional, os quais requerem que se aprimorem os conhecimentos.

A justificativa que embasa esta pesquisa está na intenção de contribuir com o Estado de Santa Catarina para a planificação do seu desenvolvimento, já que se faz necessário estudo científico sobre as diversas camadas e níveis de regionalização, bem como o nível de dependência dos municípios.

1.2.3 Resultados, Contribuição Científica e Ineditismo

Pretende-se que esta pesquisa contribua para os avanços que se fazem necessários no aprofundamento das questões de âmbito multiescalar regional no Estado de Santa Catarina e para o aprimoramento do modelo adotado da descentralização administrativa e regionalização do desenvolvimento. Neste contexto, estes resultados, se constituem numa contribuição científica inédita ao processo e que estão devidamente detalhados nos capítulos III, IV, V e especialmente nas conclusões e recomendações. São estes os resultados:

- a) Conhecer o agrupamento das várias experiências regionais oriundas de legislações no âmbito estadual e federal, bem como as iniciativas espontâneas, detalhando as suas origens, objetivos, formas de organização, envolvimento e participação da sociedade, identificando a sobreposição regional e os conflitos de interesses;
- b) Analisar de forma crítica o modelo de descentralização catarinense na área de abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul a partir da regionalização implementada;
- c) Oferecer em toda a abrangência da área de estudo instrumentos de correção e rearranjo na configuração dos espaços territoriais organizados, com foco nos municípios fragmentados pelo processo governamental;

- d) Comparar as várias formas de organização do território levando-se em conta experiências europeias, especialmente do Estado Português, com o Estado de Santa Catarina.

1.2.4 Organização da Tese

Esta tese está organizada em capítulos:

No primeiro capítulo estão sendo apresentados os objetivos, justificativa da proposta, sua relevância, resultados, e os métodos de investigação e as técnicas de análise para alcance dos objetivos propostos.

No segundo capítulo são apresentadas a Revisão Bibliográfica dividida em Fundamentação Teórica e Fundamentação Legal e Princípios Constitucionais, já que a temática requer esta subdivisão para melhor entendimento.

No terceiro capítulo estão sendo apresentados o processo de descentralização e regionalização nos países europeus, França, Itália, Alemanha e Portugal. No caso Português, os estudos foram mais aprofundados com pesquisa comparativa com o caso brasileiro em estudo.

No quarto capítulo estão sendo apresentados a área de estudo da presente pesquisa e uma caracterização detalhada das regiões institucionalizadas nesta área com as regionalizações existentes seja por critérios ambientais, critérios políticos, administrativos e de planejamento, ou ainda por critérios culturais e iniciativas espontâneas.

No quinto capítulo são apresentadas análises da fragmentação territorial com resultados da sobreposição territorial, e resultados da pesquisa qualitativa com proposição de um rearranjo territorial.

No último capítulo são apresentadas as conclusões e as recomendações finais.

1.3 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO E TÉCNICAS DE ANÁLISE

A escolha do método deve ser coerente com a maneira como foi formulado o problema e os objetivos do projeto de pesquisa (ROESCH, 1999). Assim, o delineamento da pesquisa através da utilização do método, procedimentos e demais informações relativas ao bom entendimento estão detalhadas nesta seção.

Nesta pesquisa foi utilizada metodologia descritiva e comparativa, com a análise de outras experiências práticas, de modo a

tornar claro o objeto pesquisado, detalhando as várias formas de aplicação do processo de organização do território, em especial em relação aos resultados práticos do projeto de modernização administrativa e regionalização em curso no Estado de Santa Catarina.

O método de abordagem da pesquisa a ser utilizado foi o de linha de raciocínio indutivo, utilizando-se o método materialista de investigação como instrumento operacional, assim como a abordagem fenomenológica a qual busca captar e explicitar a percepção dos stakeholders³.

Os procedimentos metodológicos adotados, conforme Vergara (1998) são os de pesquisa exploratória quanto aos fins com observações de casos da realidade concreta consultando bibliografias e documentos sobre o assunto e aplicando questionários e entrevistas, com a produção de uma análise descritiva. Ainda conforme Gil (2002) refere que o objetivo da pesquisa exploratória é possibilitar ou aperfeiçoar a familiaridade com o problema. Parte da pesquisa exploratória subsidiará um dos critérios a serem aplicados para as recomendações finais, que é de sentimento de pertencimento da população em relação aos recortes regionais nos quais os municípios estão inseridos.

Quanto aos instrumentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica esteve presente em todas as etapas desta pesquisa, no sentido de propiciar a intensa e constante interpretação dos dados e informações recebidas.

De forma complementar, a pesquisa de campo envolveu a aplicação de questionários semiabertos e de entrevistas semiestruturadas, as quais estão no apêndice 1 e 2, em anexo, a qual subsidiou a avaliação qualitativa em relação ao assunto, bem como as recomendações em relação ao melhor arranjo territorial daqueles municípios selecionados. Todos os questionários foram específicos nas questões 2 (dois) e 5 (cinco) relativo as atividades vinculadas ao trabalho e em todas as questões relativas as atividades particulares, já que as sedes de interlocução eram diferentes em 3 (três) situações, ou sejam, o grupo de municípios pertencentes a região do Entre Rios, a, região do Alto Uruguai Catarinense e região do Alto Vale do Rio do Peixe. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com Instituições parte da presente pesquisa sediadas localmente em cada um dos municípios. Esta amostra foi linear, independente do número da população já que não interfere no entendimento e na proposta recomendada.

³ Partes interessadas

A aplicação dos questionários foi realizada pela própria pesquisadora com o auxílio de uma profissional da área previamente preparada.

Quanto a finalidade da pesquisa adota-se a tipologia de pesquisa científica proposta pelo cientista americano Patton (1990) traduzida para o português por Roesch (1999), a qual abarca 5 (cinco) tipos diferentes de pesquisa de forma lógica, que contempla aspectos teóricos e práticos e que são: pesquisa básica, pesquisa aplicada, avaliação normativa, avaliação formativa e pesquisa ação, demonstradas no Quadro 01. A pesquisa avaliação formativa grifada no quadro 01, neste contexto, pode cumprir os objetivos a que esta tese se propõe e complementar sua finalidade.

A pesquisa avaliação de resultados tem como propósito avaliar a efetividade de um programa, uma política ou um plano. Busca-se avaliar se determinadas ações surtem efeito ou não. São suas características: envolve sempre uma avaliação sobre o programa, plano, projeto, isto é, "se a idéia em si é efetiva ou não, se pode ser generalizada e em quais situações" (Patton *apud* Roesch, 1999, p. 66) a qual envolve sempre uma comparação.

O tipo de pesquisa chamado por Patton (1990) de avaliação formativa "tem como objetivo melhorar ou aperfeiçoar sistemas ou processos" (Patton *apud* Roesch, 1999, p. 74). Baseia-se em estudos de processo, avaliação de implementação e estudos de caso. Segundo Roesch (1999), geralmente esse tipo de pesquisa trabalha com uma abordagem predominantemente qualitativa de pesquisa.

Quadro 01 - Resumo do Método Qualitativo – PATTON (1998)

TIPO DE PESQUISA	PROPÓSITOS	FOCO DA PESQUISA	RESULTADOS ESPERADOS	NÍVEL DE GENERALIZAÇÃO ESPERADO	HIPÓTESE CHAVE	PARÂMETRO DE JULGAMENTO
PESQUISA BÁSICA	Conhecimento como um fim em si mesmo; descoberta da verdade.	Questões consideradas importantes para área de estudo ou interesse intelectual pessoal.	Contribuição para a teoria.	Através do tempo e do espaço (ideal).	O mundo é padronizado, seus padrões são conhecidos e explicáveis.	Rigor da Pesquisa, universalidade e verificabilidade da teoria.
PESQUISA APLICADA	Entender a fonte e a natureza dos problemas humanos.	Questões consideradas importantes pela sociedade.	Contribuição para teorias que podem ser usadas para formular programas e intervenções de	Tão generalizável no tempo e no espaço quanto possível, mas limitado ao contexto de aplicação.	Os problemas humanos e sociais podem ser entendidos	Rigor e discernimento teórico em relação ao problema.

			resolução de problemas.		e soluciona dos com conhecimento.	
AValiação Normativa	Determinar a efetividade de intervenções e ações humanas (programas, políticas, pessoal, produtos)	Metas de intervenção.	Julgamento e generalizações sobre tipos efetivos de intervenções e condições sobre as quais os esforços são efetivos.	Todas as intervenções com metas similares.	Aquilo que se aplica a uma situação sob condições específicas deve aplicar-se a outras situações.	Generalidade para esforços futuros e para outros programas e fins políticos.
AValiação Formativa	Aperfeiçoando uma intervenção: um programa, uma política,	Pontos fortes e fracos de um programa,	Recomendar melhoramentos.	Limitado à situação específica estudada.	As pessoas podem ou vão usar informação	Utilidade e uso real por usuários intencionais na

	organização ou produto.	política, produto ou pessoal envolvido no estudo.			o para melhorar o que estão fazendo.	situação estudada.
PESQUISA- AÇÃO	Resolução de problemas em um programa, organização ou comunidade	Problemas organizacionais e comunitário	Ação imediata; resolver problemas tão rápido quanto possível.	Aqui e agora.	Pessoas em uma situação podem solucionar problemas através do estudo destes.	Impressões sobre o processo entre os participantes da pesquisa; possibilidade de da solução gerada.

Fonte: PATTON, M. Q. Qualitative Evaluation and Research Methods.

Escreve Patton (1998), “como se define a avaliação e que nome dar a uma avaliação específica são questões que precisam ser discutidas, clarificadas e negociadas. O que não é negociável é que a avaliação esteja baseada em dados”. (Michael Quinn Patton, 1998 – Utilization-Focused Evaluation). Patton, o grande defensor dos métodos qualitativos e da avaliação formativa, considera que definições são importantes desde que discutidas, clarificadas e negociadas com os interlocutores naturais, os stakeholders⁴ (grupos de interesse) ou os *stakeholdings audiences*⁵ (os públicos interessados). Diz ainda que avaliação alguma merece este nome se suas inferências e juízos não estiverem sustentados por dados. Diz ainda “Como estes dados serão selecionados, organizados, articulados, descritos, analisados, interpretados e valorados é essencialmente as tarefas dos avaliadores e por isto mesmo é preciso que tenhamos a certeza de que eles não são obra de ficção”.

Finalmente, Patton (1990) compreende as pesquisas em geral num *continuum*⁶ lógico, que abarca desde investigações de cunho essencialmente teórico até investigações essencialmente práticas.

Portanto, a pesquisa básica (de cunho essencialmente teórico), pesquisa aplicada, avaliação normativa, avaliação formativa e pesquisa-ação (de caráter eminentemente prático). O que há de se considerar é que não existe limite entre os diferentes tipos de pesquisa. Segundo o autor referido, é fundamental entender que há diferentes objetivos de pesquisa e que estes objetivos levam a diferentes caminhos da conceitualização dos problemas, a diferentes desenhos da pesquisa, a diferentes formas de coleta de dados e diferentes níveis de generalização possível, além de diferirem também as formas de publicação ou socialização de resultados. Esta pesquisa nos aspectos qualitativos se enquadra especialmente como uma avaliação formativa, ao se propor analisar a descentralização administrativa através das secretarias regionais e seus efeitos na fragmentação territorial, analisando as características, os pontos fortes e fracos deste programa/política pública específica, fazendo recomendações para o seu melhoramento.

Os instrumentos de pesquisa conforme já referenciado foram a pesquisa bibliográfica e a documental, e a consulta/entrevista aos órgãos institucionalizados em Santa Catarina selecionados para a presente pesquisa as estruturas regionais implantadas, bem como aqueles

⁴ Partes interessadas

⁵ Públicos interessados

⁶ Num contínuo

municípios mais fragmentados pelos múltiplos territórios. Como referencial dentro da União Europeia se estudou com maiores detalhes o país Portugal utilizando-se estes instrumentos de pesquisa referenciados, e se procedendo a uma análise comparativa com as metodologias empregadas.

Detalhando um pouco mais, a partir da pesquisa dos vários recortes territoriais os quais são configurados através de mapas, utilizando-se *software*⁷ específico, no sentido de, através da sobreposição dos mesmos, identificar os principais conflitos territoriais, e a partir disto a seleção dos municípios atingidos pelo maior número de sobreposições territoriais, vinculados com diversas sedes regionais. Os conflitos aqui descritos foram mapeados tanto no momento da implementação da nova configuração estatal em termos administrativos, bem como aqueles recortes surgidos no período de 10 (dez) anos da implementação da proposta.

De posse do material e documentos disponíveis, a análise em Santa Catarina foi de forma comparativa e com sobreposições de *layers*⁸ das diversas instituições estabelecidas regionalmente, analisando e comparando os critérios utilizados para a definição da espacialização regional, objetivos, finalidades, metodologia utilizada para o recorte, sobreposição de objetivos, entre outros.

A partir da análise comparativa descrita acima, selecionou-se os municípios na área de abrangência da pesquisa, no caso a porção catarinense na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, os quais possuem vinculação com 4 (quatro) ou mais sedes regionais detalhando a pesquisa a partir deste ponto com os municípios selecionados (dentro os 131 alvo da pesquisa).

Após a seleção dos municípios foi aplicado o cálculo padrão da amostragem através da seguinte fórmula:

⁷ Programas de computador

⁸ Camadas

Fórmula para cálculo do tamanho da amostra

- N = Tamanho da população
- E_0 = erro amostral tolerável

- n_0 = primeira aproximação do tamanho da amostra

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

- n = tamanho da amostra

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

Através desta fórmula de amostragem, num processo de obtenção de amostras, importante considerar o estudo das relações existentes entre uma população e as amostras extraídas dela, onde não há necessidade de medir toda a população ou todos os municípios. Os resultados obtidos na amostragem levam em consideração as indicações de precisão e de probabilidade para a população como um todo.

Na presente fórmula considera-se:

- População (N): é a totalidade de observações possíveis, pode ser finita ou infinita, mas devem apresentar pelo menos uma característica em comum.
- Amostra (n): conjunto de medidas ou sucessos selecionados de uma população (subconjunto de uma população finita).
- Inferência Estatística: as características numéricas de uma população são denominadas parâmetros, enquanto que as características de uma amostra, chamam-se estatísticas.
- Erros: indicam a variação existente entre tratamentos testados.
- Precisão: parâmetro que expressa a variação que a medida sofre ao ser repetida N vezes. É a medida da reprodutibilidade, geralmente expressa pela maior diferença entre os valores medidos e a média desses valores: $\max |X_i - \bar{X}|$

- f) Exatidão: grau de acerto entre o valor da medida experimental e o valor correto da amostra. desvio máximo, em relação ao valor verdadeiro x , de uma série de medidas X_i : $\max |X - X_i|$

Neste sentido, importante salientar que no plano de amostragem os objetivos da pesquisa, a população a ser amostrada e os parâmetros que precisamos estimar para atingir aos objetivos da pesquisa devem estar definidos previamente.

Neste contexto, a partir dos Municípios selecionados a pesquisa seguiu o método qualitativo, através de pesquisa aplicada, onde se tem como motivação básica a solução de problemas concretos, práticos e operacionais. Ferrari (1982, p. 171) enfatiza que “não obstante a finalidade prática da pesquisa, ela pode contribuir teoricamente com novos fatos, para o planejamento de novas pesquisas mesmo para a compreensão teórica de certos setores do conhecimento”. Esta pesquisa é do tipo teórico-empírica, já que além da revisão da literatura que traz o conceito dos principais pesquisadores da área, e suas teorias, o pesquisador precisa ir a campo, presenciando os fatos e relações sociais existentes.

As entrevistas aplicadas com órgãos regionais institucionalizados com rebatimento em cada um dos municípios selecionados tendo como referencial as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, fundamenta-se numa tentativa de viabilizar recortes territoriais com mais equilíbrio e integração com as diversas iniciativas e institucionalidades que tenham por objetivo promover ações que visem o desenvolvimento regional, para o qual é imprescindível a transversalidade das diversas políticas públicas.

Os diversos recortes regionais pesquisados, analisados, mapeados institucionalizados ou não, são os seguintes:

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional;

Associação de Municípios;

Microrregiões Polarizadas;

Territórios Turísticos;

Regionais da Fatma;

Regionais da Celesc;

Regionais da Epagri;

Regionais da Secretaria de Estado da Fazenda;

Regionais da Cidasc;

Regiões Metropolitanas;

Regionais da Casan;

Regionais das Agencias Reguladoras de Água e Saneamento;

Regionais da Secretaria de Estado da Educação;
Regionais da Secretaria de Estado da Saúde;
Coordenadorias de Defesa Civil;
Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul;
Meso e Microrregiões do IBGE;
Bacias Hidrográficas e comitês de bacias;
Regiões Edafoambientais Homogêneas;
Territórios Rurais;
Territórios da Cidadania;
Regiões dos Consads;
Faixa de Fronteira Brasileira;
Consórcios públicos Intermunicipais;
Fóruns e Agencias de Desenvolvimento Regional;
Regiões do Tribunal Regional do Trabalho;
Regiões do Detran;
Regiões do Ministério Público;
Regiões do Batalhão de Bombeiros;
Regiões da Polícia Civil;
Regiões da Justiça Federal.

Este conjunto de regionais em numero de 32(trinta e dois) foram comparadas e identificadas, selecionados tendo em vista serem as que mais possuem interlocução com as políticas públicas municipais, e que trabalham o processo de desenvolvimento regional, embora por vezes se configurem apenas como prestadoras de serviços. Com esta regionalização proposta, abarca-se entre outras as áreas de educação, saúde, meio ambiente, agricultura, turismo, assim como aquelas fruto de iniciativas municipais como as Associações de Municípios, consórcios intermunicipais e agencias de desenvolvimento regional e aquelas frutos de políticas governamentais, tais como IBGE, Regiões Metropolitanas e outros.

A pesquisa qualitativa, através de entrevistas e questionários, teve como foco principal levantar os pontos fortes e fracos na institucionalização de uma política pública de descentralização, na qual o recorte territorial tem influencia diretamente no processo de construção do desenvolvimento regional.

Visando contribuir com avanços futuros, associado à pesquisa qualitativa com metodologia através da ponderação de critérios pré-selecionados, atribuir-se-á peso a cada um destes, conforme demonstrado no Quadro 03, para que se possa identificar a vinculação mais apropriada ao Município, se for o caso e que estão descritos

abaixo.

Assim, a seleção da Amostra, sem caracterização do entrevistado, para a pesquisa a partir dos municípios selecionados, se consistiu em:

Duas pessoas em cada Município identificado com conflitos de 4 (quatro) ou mais sedes regionais, sendo pertencentes ao Quadro da Prefeitura Municipal;

Dirigentes das entidades Regionais com interlocução com os Municípios, tendo como referencial as instituições pesquisadas.

Como proposição e recomendações futuras para a definição da nova configuração regional daqueles municípios alvo da pesquisa por possuírem articulações com mais de 4 (quatro) sedes regionais, foi adotado multicritérios de análise do problema, aplicando-se pesos a partir de dados identificados e dos questionários e entrevistas aplicadas nos municípios.

Antes da aplicação do questionário semiaberto e da entrevista semiestruturada foi aplicado pré-teste para avaliação dos resultados e posterior aplicação integral.

Após a coleta de dados às respostas obtidas foram tabuladas e organizadas na forma de distribuição de frequências para a obtenção das frequências relativas. Posteriormente foram organizados gráficos na forma de barras (histogramas) com os dados quantitativos para uma melhor visualização e inferência estatísticas dos mesmos.

Os critérios selecionados para obtenção da melhor configuração regional são:

Distância e tipo de rodovia (federal, estadual ou municipal) de ligação do Município até as sedes regionais vinculadas.

Numero de órgãos e entidades localizadas em cada uma das sedes regionais identificadas na interlocução com o Município selecionado.

População urbana total destas sedes regionais o que caracteriza maiores serviços em geral disponibilizados.

Identificação através dos questionários aplicados aos agentes de desenvolvimento visando identificar a imagem simbólica e o sentimento de pertencimento daquela população.

No quadro 02 estão descrito os pesos que foram atribuídos a cada um dos critérios selecionados, sendo que as pontuações foram adaptadas de onde foram utilizados os pesos de 1 (um) a 3 (três), onde 3 (três) é o mais relevante e apropriado e o 1 (um) é o menos apropriado.

Foi considerado o tipo de rodovia, municipal, estadual ou federal, para se ter os parâmetros de velocidade permitida no sentido da

atribuição dos tempos de deslocamento até cada uma das sedes regionais. As velocidades foram as médias por tipo de rodovia. Os parâmetros utilizados ocorreram em função das distâncias entre as sedes fazendo-se intervalos em 3(três) partes para se atribuir pesos. O mesmo ocorreu em relação aos intervalos do número de órgãos existentes e a população das sedes municipais identificadas. Quanto ao sentimento de pertencimento foi pelo número de vezes citado por cada entrevistado atribuindo-se também intervalos. Os intervalos atribuídos foram distribuídos por 3 (três) níveis de peso entre o menor e o maior registro identificado.

Quadro 02 - Proposta Metodológica para reconfiguração regional dos municípios selecionados

a. Distância e Tipo de Rodovia(municipal, estadual ou federal) do Município até a Sede Regional (Tempo de Deslocamento)	Peso
Até 50 km	3
De 51 a 100 km	2
Mais de 101 km	1
b. Quantidade de órgãos sediados em cada uma das sedes regionais	Peso
5 ou mais órgãos regionais	3
3 e 4 órgãos regionais	2
1 e 2 órgãos regionais	1
c. População Urbana das Sedes Regionais	Peso
Mais de 30.001 habitantes	3
12.001 a 30.000 habitantes	2
Até 12.000 habitantes	1

Continua

Continuação

d. Imagem Simbólica da População	Peso
MAIS DE 70%	3
30 A 70 %	2
Até 30%	1

Elaboração da proposição: autora/2014

Conforme já referenciado, alvo da presente pesquisa são aqueles municípios que além de possuírem vinculação com mais de 4 (quatro) sedes regionais tem diferentes interlocuções com as Associações de Municípios e as Secretarias de Desenvolvimento Regional. Estas duas instituições foram definidas por serem aquelas que têm trabalhado nos últimos anos de forma mais articulada processos e projetos que tem por foco o desenvolvimento da região por elas atendido.

Para todos estes levantamentos necessários, a utilização das Tecnologias de Informações Geográficas foi fundamental como instrumental importante na temática do desenvolvimento regional para demonstrar através da cartografia as sobreposições existentes e seus consequentes conflitos.

Neste sentido o uso de técnicas do Cadastro Técnico Multifinalitário associado ao sensoriamento remoto pode contribuir efetivamente para um diagnóstico regional de forma que as políticas públicas possam de fato ser eficazes, as quais podem ser representadas pelo mapeamento temático, e atributos geográficos associados a um sistema de informações geográficas, base para o planejamento e a tomada de decisões dos gestores públicos. É um instrumento de fundamental importância para o apoio às ações na medida em que consolida e integra uma série de informações de natureza física, social, demográfica, econômica, jurídica e ambiental sobre o território. Assume, portanto, um papel essencial para o ordenamento e a gestão territorial (ERBA et al., 2005).

CAPITULO II

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na fundamentação teórica, realizada através de levantamentos bibliográficos, foram resgatados e estão sendo apresentados conceitos e critérios considerados primordiais para o entendimento da pesquisa, que tem por foco o estudo comparativo do processo de regionalização catarinense, após a descentralização administrativa e municipalização de ações implantadas pelo Governo Estadual em 2003.

Tomando a sociedade e seus arranjos como objeto de estudo da Geografia, pode-se afirmar que todos os conceitos de espaço, paisagem, território, região e lugar guardam forte grau de parentesco entre si, por vezes confundindo-se, por vezes complementando-se, já que se referem à ação humana modelando o espaço. Portanto, tais conceitos podem ser considerados ferramentas de análise do espaço. De acordo com Salgueiro (2001):

Os conceitos de 'paisagem', 'região', 'lugar', 'espaço' e 'território' são exemplos de áreas privilegiadas pelos geógrafos na sua tarefa de conhecer e estudar a superfície da terra. Há designações que surgem ao mesmo tempo (por exemplo paisagem e região), enquanto outras parecem antagônicas e apareceram em tempos diferentes (como é o caso de espaço e paisagem ou espaço e território). De fato, traduzem objetos de análise diferentes no seio de correntes teóricas diferenciadas, pois a diversidade de objetos de estudo, tal como a dos métodos de análise, revela a identificação com determinadas escolas de pensamento.

Assim, apesar de indicarem complementariedade entre si, por vezes, se entrelaçando, na presente pesquisa se adotará como referencial os conceitos de região e território pelo entendimento de ser os que mais tem relação direta com a pesquisa, e serem os mais utilizados pelas institucionalidades pesquisadas.

Outros conceitos sobre descentralização, desconcentração,

regionalização e desenvolvimento regional são referenciados de forma isolada, para o entendimento conceitual de cada um dos autores, e no conjunto, tendo em vista a interligação e por vezes a indissociabilidade presente nestas definições. Importante destacar a necessidade da avaliação da complementariedade existente para o melhor entendimento e compreensão da temática aqui abordada. No caso da regionalização engloba também nos aspectos conceituais os critérios de regionalização, componente fundamental para entendimento do processo adotado em Santa Catarina.

Dentro deste contexto e, como forma de síntese, pode-se resumir os principais conceitos abordados da seguinte maneira:

- a) Espaço geográfico: espaço transformado e em transformação;
- b) Paisagem: porção do espaço que pode ser vista e “sentida”;
- c) Território: espaço de poder;
- d) Região: espaço diferente, singular, com atributos como diferencial;
- e) Lugar: espaço cotidiano;
- f) Descentralização: Modo de administração que se caracteriza pela transferência de competências e responsabilidades de um poder central para diversas instâncias periféricas;
- g) Desconcentração: Distribuição de competências de uma mesma pessoa jurídica com vínculo de subordinação e hierarquia;
- h) Regionalização: Divisão de um grande espaço, com critérios previamente estabelecidos, em áreas menores que se diferenciam das demais por apresentarem particularidades; e
- i) Desenvolvimento regional: Crescimento econômico, social e político de uma região específica.

Assim, como já referenciado os conceitos de região e território, serão abordados com maior detalhamento na presente pesquisa.

2.1.1 Território

O termo território tem sua origem na língua latina – *territorium*⁹. Numa compreensão mais ampla, pode significar uma porção de terra delimitada, com características físicas, estando muito próximo aos conceitos de terra e terreno.

Sposito (2005) nos recorda, entretanto, que há na Geografia várias concepções de território que alavancam a discussão sobre o conceito. O autor identifica três vertentes básicas que, historicamente,

⁹ Território

serviram para tratar do estudo do território, ou melhor, que serviram para interpretá-lo e cujo arcabouço teórico ainda se faz presente, em vários momentos, quando se aborda esse conceito. De acordo com o autor, essas vertentes são divididas em:

Naturalista: “segundo a qual o território aparece como imperativo funcional, como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar”; Uma abordagem “mais voltada para o indivíduo [que] diz respeito à territorialidade e sua apreensão [...]. Aí temos o território do indivíduo, seu ‘espaço’ de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade”; e Quando sua utilização confunde-se com o próprio conceito de espaço. (SPOSITO, 2005, p. 17).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, território é um espaço geográfico caracterizado por aspectos comuns de cultura, solo, clima, rios, organização e coesão social marcado pelo sentimento de pertencimento dos habitantes.

Para Lisboa (2007) a compreensão de território não se limita a sua situação de conceito geográfico, mas também faz parte do uso de outras ciências, onde é adotado com significados diferentes. Alguns termos têm importantes associações com o conceito de território. O mais importante deles é o poder, já que os territórios são formados fundamentalmente a partir de relações de poder de determinado agente.

As fronteiras territoriais também são essenciais, uma vez que delimitam a área alcançada por essas relações de poder, sendo as mais conhecidas, as fronteiras nacionais e outras delimitações políticas como, por exemplo, subdivisões estaduais internas. Da mesma forma que ocorre com vários dos demais conceitos, pode-se identificar territórios em níveis escalares diferentes como, por exemplo, em escala mundial, nacional, regional, local. (LISBOA, 2007, p. 28).

Souza (1995, p. 78) afirma que o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder. O autor expõe que a questão primordial não é a realidade, quais as características geoecológicas e os recursos naturais de certa área, o que se produz ou o que produz em um dado espaço, ou, ainda, quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Segundo ele, esses aspectos podem ser importantes para a compreensão

da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo, mas o importante é compreender “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço”.

O território muito mais do que o conceito físico, é o espaço de poder ao nível regional de um estado ou sociedade organizada, podendo ser definido pela cultura e identidade social, com o protagonismo a partir dos atores locais e das relações políticas, econômicas e culturais.

Saquet (2003, p. 3) ainda complementa o conceito anterior, que o território é compreendido como fruto de processos de desapropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se no campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural, com sua história de vida, com seus atores e sujeitos, com suas potencialidades e deficiências.

As discussões a respeito da territorialidade destacam a possibilidade de que as relações de poder não necessariamente efetivem áreas de ocupação e controle de determinados agentes, em que as fronteiras podem se manifestar instáveis (LISBOA, 2007).

A territorialidade, nesse sentido, se mantém associada às relações de poder e se apresenta como a tentativa de constituir um território, nem sempre materializável, através de fronteiras bem delimitadas. As disputas de grupos rivais pelo controle do tráfico de drogas nas favelas, as áreas de prostituição nas regiões centrais das cidades e as ocupações dos movimentos de trabalhadores sem terra são alguns exemplos de como a territorialidade pode se constituir. O próprio conceito de “fronteira viva”, entendido como fronteira ainda em formação (portanto sujeita a mudanças) em função de conflitos territoriais ainda em evolução, fixação de populações e culturas etc., reafirma a ideia de que o território não é estático.

Para Balbim (2001, p. 166), “o território se forma a partir de uma relação espaço/tempo; ao se apropriar de um espaço em um determinado tempo e com todas as perspectivas de possibilidades acarretadas, o ator territorializa o espaço”.

Ainda, Souza (1995, p. 81) argumenta que territórios são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Considera-se aqui que a questão histórica, cultural e de apropriação dos atores locais é muito importante e por vezes supera a questão temporal, permanecendo no tempo. A apropriação é um fator cultural, de vivência, de relações construídas no tempo.

A formação do conceito de território deriva da vida em sociedade, ou como demonstra Souza (1995, p. 87), “territórios [...] são

no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos”. Uma vez tomado em seu sentido social, ou seja, em uma conjuntura na qual encontramos dois ou mais indivíduos cujas relações são regulamentadas, pode-se chegar à noção ideal de território: a sociopolítica, uma vez que sociedade política é toda aquela que apresenta um princípio mínimo de organização, que só é possível quando existe um poder capaz de coordenar todos aqueles que se encontram em determinado espaço.

A partir desses conceitos, é importante observar que um espaço só pode ser considerado um território se estiver constituído pelo poder ou pela disputa de seu controle, estabelecidos entre os atores que fizeram parte desse processo. Entende-se que os autores referenciados possuem conceitos complementares e não divergentes.

Pode-se dizer que um território não é construído isoladamente, pois ele acontece a partir das articulações estruturais e conjunturais a que esses indivíduos ou grupos sociais estão submetidos, estando, portanto, intimamente ligado ao tempo e ao modo de produção vigente.

Para Soja (*apud* GIL, 2004) “um território é composto por várias territorialidades, sendo esta última, uma palavra de espectro com significação intensa. É a totalidade das questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas”.

Sack (*apud* GIL, 2004, p. 7), entende a territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou grupo social influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. O autor ainda destaca que a territorialidade é fruto das relações econômicas, políticas e culturais que se apresentam de diferentes formas, “imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural, fatores que compõem a gestão de um território”.

Importante também para o entendimento é fazer referência à questão da gestão do território, já que a partir desta linha entende-se um pouco melhor a atuação dos atores regionais a partir desta espacialidade. Assim, entende-se que a gestão do território está baseada na parceria entre todos os atores do desenvolvimento que, através da discussão direta, estabelecem normas e ações, definem responsabilidades e competências.

Na verdade, a gestão é uma prática que visa superar a crise do planejamento centralizado, associado à crise do Estado.

Na visão de Becker (1991), na atualidade estão em jogo não apenas o território e o poder centralizado, mas sua expressão na escala local, mesmo em diferentes níveis:

Ao nível nacional a gestão se refere à definição de critérios de seleção, regulação e estímulo de atividades e espaços, segundo a filosofia e a estratégia de desenvolvimento definidas pelo conjunto da sociedade nacional. Ao nível regional e local, é prioritária para a gestão a participação da população e do saber local na formulação e na execução de estratégias, táticas e técnicas a serem utilizadas.

Raffestin (1993), enfatiza o termo território a uma relação íntima com o poder, “[...] a cena do poder é o lugar de todas as relações [...] o espaço político por excelência”. Para o autor, o espaço é anterior ao território, e que este último somente se forma a partir de uma relação e ação social que se apropria concreta ou simbolicamente no espaço.

O poder, afirma o autor, não pode ser conduzido como categoria nem espacial nem temporal, mas está presente em toda “produção” que se apoia no espaço e no tempo. Elemento que ao mesmo tempo o anima objetiva-o e o “desagrega”, já que o poder, que de forma nenhuma é possuído, mas sim exercido, logo, também é “fluidez”. “Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade”. (HAESBAERT, 2005, p. 101).

Na discussão de Andrade (1995) a cerca da questão território, o autor vincula ao conceito a ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim deve-se “[...] ligar a ideia de território à ideia de poder”, com referência ao poder público, estatal ou ao poder privado, que estendem as suas pretensões por áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Coelho (1996, p. 266) faz esta reflexão:

Em que momentos estas perspectivas de intervenção e de mudanças espaciais se encontram, em que medida o espaço herdado e espaço projetado se integram num movimento contraditório de reorganização do território, são perguntas que exigem repensarem-se totalidades e singularidades. Mas a reflexão sobre o território e as identidades construídas pelos sujeitos sociais pode ser estimulante para pensar-se a materialidade de um processo em que nem tudo que é sólido se desmancha no ar.

Vai mais longe Coelho (1996, p. 269), quando expressa suas observações sobre o papel dos sujeitos e a sua relação, ao afirmar que:

A noção de identidades territoriais nasce da história do lugar, do papel dos sujeitos identificados com a especificidade de construção do território. Identidades que nascem da especificidade do lugar, representações que se tornam elementos constitutivos de uma realidade social e se integram na constituição de ideologias dominantes ou do espírito da época.

O que se deve destacar na definição de território é a ocupação do espaço que, ao ser ocupado por um grupo social, gera identidades culturais e sociais, ressaltando a ideia de que a identidade sociocultural das pessoas estaria ligada diretamente aos valores desse espaço concreto que é o território.

Dos conceitos aqui relatados e revisados bibliograficamente entende-se ser o território aqui descrito o que mais se aproxima daquilo que se está objetivando estudar, já que a relação com a promoção do desenvolvimento regional passa pela construção social dos atores, pela sinergia existente, pela história e pela cultura, apropriação do território, pela relação social muito antes da relação física. Território, portanto, se inter-relaciona com o lugar que é o espaço da prática, onde as relações são vividas, onde as relações acontecem, onde o homem se apropria do espaço e vive seu cotidiano.

2.1.2 Região

Na Antiguidade, o Império Romano estava dividido em unidades territoriais denominadas Rio, palavra derivada do verbo *regere*¹⁰, que significa governar, reinar. Deste modo, região significaria uma área de dominação de controle político-administrativo de conquista territorial (CUNHA, 2000, p. 01).

Gomes (1995) afirma que a denominação região remonta os tempos do império romano, quando a palavra *regione*¹¹ era utilizada para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao império. O autor constata que alguns filósofos interpretam a emergência

¹⁰ regiões

¹¹ regiões

desse conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial.

Em termos objetivos, região pode ser qualquer porção geográfica com características similares e que desempenham um papel temático quando do objetivo da sua divisão. No dicionário Caldas Aulete (2004) região é definida como: “1. Grande extensão de terras; 2. Território que se distingue de outros por características particulares de clima, produção, população, aspecto físico, posição geográfica etc”.

O conceito de região geográfica passou por diversos momentos desde sua origem, onde seu significado foi sendo alterado de acordo com o avanço dos estudos em Geografia, pautado na própria transformação do mundo.

De maneira geral, o termo região passou pelas seguintes classificações:

Região natural (surge a partir da geologia e entende-se que o ambiente tem certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade, configurando o determinismo geográfico); região geográfica ou região-paisagem (onde se admite que a sociedade não é determinada pelo meio em que vive, mas dele dispõe como deseja, transformando-o segundo suas vontades e possibilidades); região homogênea e região funcional (tendo como pressupostos análises de âmbito econômico) e o conceito de região associada ao sentimento de pertencimento da população a uma parte do espaço (GOMES *apud* LISBOA, 2007).

Ribeiro (1993, p. 214), em texto que discute as questões regionais do Brasil, reafirma que não há um só conceito, mas sim quatro classicamente definidos, que vão refletir as diferentes correntes que marcaram e vêm marcando o pensamento geográfico:

- a) **Região Natural:** é o conceito que primeiro foi elaborado, e é até hoje um dos mais utilizados, sendo, portanto, um dos mais tradicionais. Ela é entendida como um trecho da superfície da terra caracterizado pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a

vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciam ainda mais cada um desses elementos;

- b) **Região Geográfica:** este conceito é entendido como uma extensão territorial, onde as combinações entre os fenômenos humanos e naturais lhe dariam uma homogeneidade e uma individualidade. É baseado na ideia da evolução das relações entre o homem e a natureza, como um processo que partiria de uma adaptação do homem ao meio para atingir uma etapa em que, graças ao seu estágio cultural, transforma o meio e cria uma paisagem. Este conceito, em muitos casos, confunde-se como a ideia de região como espaço vivido, porque os geógrafos, ao reconhecerem uma região pela observação da paisagem, levam em conta o reconhecimento que a própria população aí residente tem na sua individualidade regional;
- c) **Região Homogênea:** constitui uma extensão territorial definida a partir da agregação de áreas que apresentem características estatísticas semelhantes em relação às variáveis consideradas, como densidade demográfica, percentagem da população rural e urbana, produção agropecuária, níveis de renda da população, os tipos de clima, entre outras. No Brasil, este tipo de região é oficialmente utilizado para fins de recenseamento e de planejamento, dividindo-se os estados em microrregiões homogêneas;
- d) **Região Funcional:** constitui uma área definida a partir dos fluxos de pessoas, de mercadorias, de comunicação, entre outros, também definidos estatisticamente. Geralmente, esses fluxos dão margem ao reconhecimento de áreas de influência de cidades sobre o espaço vizinho. Daí esta região ter recebido também o nome de Região Polarizada, ou seja, região de influência de uma cidade sobre um espaço em redor, compreendendo zonas rurais e outras cidades.

Quando se aborda regiões no Brasil, nos vem sempre em mente o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e suas divisões macro, meso e microrregionais.

O que diferencia região de território é que a região é uma porção da superfície que por algum critério, seja natural, econômico, político, enfim que qualquer critério, até mesmo arbitrário, adquire singularidade, característica própria, tem criada alguma identidade que diferencie das demais, segundo tal ou tais critérios. Já o território envolve características de poder.

Cunha (2000, p. 01), afirma que “a região tem também um

sentido bastante conhecido como unidade administrativa, pois a divisão regional é um meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos estados”. Sabe-se que, desde o fim da Idade Média, as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territorial presentes no desenho dos mapas. Ainda que, muitas vezes, sob denominações diversas, (*Régions*¹², na França, *Províncias*, na Itália ou *Laender*¹³, na Alemanha), o tecido regional é frequentemente a malha administrativa fundamental e define as competências e os limites das autonomias dos poderes locais na gestão dos estados modernos.

É importante destacar que o conceito de região como uma unidade administrativa é amplamente utilizado por instituições e empresas como estratégia de gestão dos seus negócios, delimitando circunscrições e hierarquias administrativas.

Para Balbim (2001, p. 161), a noção de região expressa a localização e/ou extensão de uma ou várias características que a distinguem. Não há, necessariamente, a preocupação com limites, escalas ou critérios. Neste sentido entende-se que nas questões ambientais e questões agrícolas este conceito pode se adequar.

Outro aspecto relevante nessa discussão de conceitos, de consenso na bibliografia atual, é que a região sempre surge como um ato político. Porém, a clareza dessa afirmação é necessária para se ter condições de analisar a região não como algo isolado. Nesse sentido, Kayser (1966, p. 284) afirma que “a região é o quadro territorial no qual se aplicam as decisões, para o qual são estudados os programas de ação”.

Castro (1994) não se detém em propor uma alternativa de forma exaustiva, mas apenas em indicar linhas gerais de reconsideração do conceito de região. O que há de mais importante na sua proposta é que sugere uma certa aproximação entre os conceitos de região e território. Para tal, em termos de território ela recorre a Ferrier (1984) que o considera como desempenhando o papel de “acumulador da história”. E para a própria autora, a região pode ser vista como um “acumulador espacial de causalidades sucessivas, perenizadas numa porção do espaço geográfico, verdadeira estrutura sujeito na relação histórica do homem com o território”.

A definição proposta por Castro (1994) é que, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a certa área de

¹² Regiões

¹³ Regiões

abrangência e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia em face de um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte dessa nova definição, em lugar de assumir de imediato uma solidariedade total que, como senso comum, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político de controle e gestão de um território.

Ainda, conforme Correa (2003) a região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial onde se entrelaçam de modo harmonioso componentes humanos e natureza. O que importa é que na região haja uma combinação específica da diversidade, uma paisagem que acabe conferindo singularidade aquela região.

Acredita-se que, em determinadas situações, faz-se necessário analisar uma região, levando em conta a dimensão política, dentro do conceito de território, principalmente se o objetivo é a formulação de políticas públicas que venham transformar e dinamizar comunidades específicas.

Para Santos (2008), a região deixa de ser um produto da solidariedade orgânica localmente tecida, para tornar-se resultante da solidariedade organizacional.

Essa caracterização territorial é que permite identificar as relações de poder, gestão e controle, próprias de um determinado território, o que pode dar visibilidade ao exercício do poder relacionado a grupos, classes e instituições que atuam a partir de heranças culturais, políticas e econômicas específicas de uma determinada região. Assim, conforme já citado, a definição de região e sua análise devem considerar todas as dimensões próprias de uma determinada região¹⁴.

Nesses termos, torna-se importante o posicionamento de Haesbaert (1999) quando ele parte para a definição do conceito de região no contexto atual, levando em conta o avançado processo de globalização. Seu ponto de partida é a constatação de que:

¹⁴ Para o Geógrafo Milton Santos (2006, p.13) o território é “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. A região “é uma fração estruturada do território,[...] concreta, delimitável, observável”. (CASTRO, 1992, p. 32-33).

A diversidade territorial do mundo contemporâneo é resultado de duas grandes tendências ou lógicas sócio-espaciais, uma decorrente mais dos processos de diferenciação/singularização, outra dos processos de desigualização, padronizadores (mas nem por isso homogeneizantes).

Assim, para este autor, a diversidade territorial, tomada como fundamento para a regionalização como processo geral, acontece de duas formas:

[...] pela produção de particularidades, do desigual (diferenças de grau), que vincula os espaços em distintas escalas, [e pela] produção de singularidades, do específico (diferenças de natureza), em geral, mas não exclusivamente de base local e sem relação obrigatória com realidades geográficas em outras escalas. Os dois processos sócio-espaciais contemporâneos que determinam essas manifestações, a partir de um jogo complexo de articulações mútuas na dialética constantemente transformadora da quantidade em qualidade, [são o] aviltamento das desigualdades pelo capitalismo global altamente seletivo e, portanto, excludente [e] o reafirmar das diferenças por movimentos sociais baseados no resgate ou reconstrução de identidades (religiosas, étnicas, nacionais e outras).

Dessa forma, observa-se a necessidade de uma atualização do conceito de região, considerando os recortes regionais e os agentes sociais atuantes nos processos de globalização.

O desenvolvimento e aceleração do processo de globalização dão a impressão de que o mundo caminha cada vez mais para uma economia unificada, uma dinâmica cultural hegemônica, uma sociedade que só poderá ser compreendida como um processo de reprodução social global (LISBOA, 2007). Gomes (1995) recorda que alguns autores chegaram a enunciar o fim das regiões devido à homogeneização dos espaços e à uniformização dos processos sociais.

No entanto, o geógrafo Milton Santos (1988) destaca a universalidade do fenômeno da região afirmando que “nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização

e fragmentação, isto é, individualização e regionalização”. As regiões são entendidas como o suporte e a condição das relações globais, sem o qual estas não se realizam.

Ainda conforme Santos (1988) as regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local: são espaços de conveniências, lugares funcionais do todo, um produto social.

Atualmente o conceito de região ganhou importância, principalmente porque a globalização tornou mais complexos os processos de regionalização. Alguns conceitos de região colocam o espaço geográfico como lócus da realização de ações fundamentais na transformação das comunidades regionais.

Na Geografia Humanista a região é entendida como um espaço de identidade e de pertencimento, muito mais do que com base em critérios econômicos ou político-administrativos, diferente da geografia quantitativa que adota critérios de homogeneidade ou relações funcionais ou da geografia crítica que trabalha com conceitos de espaço e de território.

Importante salientar também que com as crises do planejamento regional instaladas durante muito tempo, o conceito de região na abordagem mais contemporânea foi substituído por território tanto pelos geógrafos como pelos economistas.

2.1.3 Regionalização

Esta pesquisa aborda a problemática da divisão regional como instrumento de planejamento administrativo, sendo de fundamental importância para a economia e o próprio planejamento regional. Faz-se necessário abordar o conceito de regionalização, que não se esgota na definição de que seria um método para identificar o processo de formação de regiões. Alguns autores defendem que a regionalização se apresenta não apenas como etapa de formação, mas de transformação de regiões.

Assim, a regionalização é entendida como um processo que tem dentre seus objetivos mostrar que a análise teórico-metodológica do desenvolvimento de regiões é fundamental para o aparecimento de políticas que venham proporcionar o bem-estar social e melhor condição econômica da região. Assim sendo, o estabelecimento de critérios e a sua estabilidade na análise regional são importantes para a melhor gestão de planejamento regional.

O processo de regionalização é o que dá origem às regiões. Dessa forma, secciona-se o espaço geográfico em partes que apresentam internamente características semelhantes. Os elementos internos de uma região não são idênticos, mas quando comparados aos elementos de outra região se percebe certa homogeneidade interna. Lisboa (2007, p. 28) acrescenta que:

Para se empreender um processo de regionalização é preciso estabelecer um conjunto de objetivos e de critérios segundo os quais o espaço será dividido, podendo estes critérios ser de ordem natural, política, econômica, social, etc. Vários tipos de regionalizações para o mesmo espaço podem ser propostos, seguindo objetivos e critérios específicos e promovendo uma sobreposição de regiões. Cada regionalização pode ou não considerar os limites administrativos previamente definidos.

Muito mais do que agrupar partes do espaço geográfico com semelhanças ou por critérios por vezes de conveniência ou de pressão política, a aplicação de critérios de regionalização é muito mais ampla para se atingir finalidades propostas. Importante considerar a aceitação da comunidade que se enxerga ou não agrupada com um grupo de outros municípios.

Hilborst (1975) define que a escolha do critério de regionalização depende do tipo de análise pretendida no processo de desenvolvimento regional. Para tanto, propõe que se utilizem metodologias específicas para regiões polarizadas e homogêneas, tais como: modelos gravitacionais, fluxos (tráfego, comunicações), análise fatorial a partir de índices de especialização do comércio, por exemplo.

Na União Europeia as regiões estão divididas em NUTS (nomenclaturas das Unidades Territoriais para fins Estatísticos), sendo que estas regiões são as mesmas adotadas por alguns Estados Nacionais, até para compatibilizar planos setoriais que necessitavam estar ancorados em regiões detentoras de dados estatísticos oficiais.

Nesta pesquisa, optou-se por discutir 3 (três) critérios que estruturam o conceito de regionalização:

- a) Região homogênea: é aquela baseada na integração do território a partir de características em comum. Os padrões utilizados podem ser a estrutura produtiva, a disponibilidade de recursos naturais, os aspectos físicos e outros. A região homogênea

corresponde ao espaço contínuo em que cada uma das partes que o constituem apresentam características que as aproximam umas das outras.

Para isso aplica-se a sobreposição dos mapas, dependendo dos critérios adotados. O conceito de homogeneidade foi elaborado a partir das categorias geográficas (topografia ou as características do solo), sociais (relações de produção), políticas (unidade administrativa) e econômicas (homogeneidade dos processos produtivos ou estrutura de especialização).

A homogeneidade sozinha não conduz à identidade coletiva porque a menor diferenciação entre grupos pode levar a que esses grupos busquem realçar suas diferenças calcadas em fronteiras cognitivas. A impraticabilidade desta divisão tem por consequência um aumento da autonomia e, com isso, contribui negativamente para o senso de comunidade. (FÓRUM DE DISCUSSÃO, 2006). No caso do IBGE este é o critério utilizado para a definição das mesorregiões e das microrregiões.

- b) Região polarizada ou nodal: assume a hipótese da polarização espacial a partir de um campo de forças que se estabelece entre unidades produtivas, centros urbanos ou aglomerados industriais. A ideia da região polarizada resulta da interdependência existente entre as diversas áreas pertencentes a regiões homogêneas, pela influência comercial das aglomerações urbanas.

O poder de atração que uma cidade exerce sobre a área que a cerca, em função das transações comerciais que realiza com as áreas rurais, provoca a formação de áreas de influência e, em consequência, regiões polarizadas. O conceito de polarização, entendida como a dominação econômica de determinados pontos do espaço sobre outros, pressupõe a heterogeneidade, impondo, como ponto de partida, a adoção de categorias simples e gerais, que permitem o desdobramento para níveis analíticos concretos.

Assim, conforme Hoover (1948), pode-se definir como formadores de uma região, num primeiro momento, os pontos no espaço que mantenham entre si relações de troca mais intensas. Isto implica que estes pontos terão uma ligação maior do que com outros situados fora da região, o que tornará solidários os interesses econômicos de cada ponto ou unidade de produção, pois a interdependência indica que o desempenho de um ponto afetará, com maior intensidade, o desempenho

de outro ponto dentro da região do que do situado fora dela, intensificando a solidariedade intra-regional das trocas.

Como se observou, as regiões polarizadas, por sua vez, fundamentam-se no princípio da interdependência e interação entre seus subespaços, o que implica heterogeneidade. Essa diferenciação dos subespaços é que compõe as regiões polarizadas, que devem resultar numa cooperação econômica, política, social e institucional entre as unidades geográficas, que tenham responsabilidades diferenciadas.

Também é importante destacar que a escolha do setor de serviços como determinante para a definição da nova regionalização está sustentada na análise de dois autores clássicos da teoria da localização.

Christaller (1966) argumenta que a distribuição da população urbana no espaço está diretamente relacionada com a concentração de serviços especializados. Grandes centros urbanos dispõem de serviços especializados que lhes propiciariam uma eficiência econômica superior a centros menores. Em função disto, o centro maior se configuraria como fornecedor de serviços a centros menores que ficam em seu entorno.

Aliada a esse entendimento acerca da importância do setor de serviços, a teoria de polarização proposta por Perroux (1977) se propõe a definir região tendo em vista a natureza econômica e a posição de força ou dominância de espaços geográficos, permitindo a classificação de regiões entre regiões pólo e regiões dominadas. A combinação destes autores sustenta, sob o ponto de vista teórico, a escolha feita.

- c) Região de planejamento: neste tipo de regionalização aplicam-se critérios político-administrativos instrumentalizados na atividade de planejamento. A regionalização definida a partir deste marco representa uma intencionalidade da autoridade pública que afirma uma compreensão do território a partir das necessidades de execução de determinados serviços públicos, do exercício do poder regulatório do Estado ou, por exemplo, da focalização das políticas setoriais em determinada parte do território. É um instrumento colocado nas mãos de uma autoridade, localizada ou não na região, para atingir um fim econômico determinado. (ARAÚJO, 1993, p. 87).

A prática de planejamento requer do governo uma visão de médio e longo prazo, ou seja, uma proposta norteadora de sua ação, cuja aceitação social pode ser negociada com as forças sociais nas fases democráticas.

O debate teórico e prático sobre o tema da regionalização é

clássico na economia regional, no planejamento regional e no campo da gestão pública em geral. Para Richardson (1975), por exemplo, as alternativas para estabelecer critérios plausíveis de regionalização do território envolvem desde a simples aceitação da divisão regional pré-existente a partir de critérios tipicamente governamentais ou a adoção, no outro extremo, do paradigma neoclássico do espaço isotrópico, neutro e homogêneo, dividindo-se da forma que mais convier aos interessados da pesquisa ou conforme o objeto pesquisado.

Também é necessário ressaltar a importância de elaborar uma divisão regional que seja utilizada e/ou incorporada por todos os órgãos públicos estaduais, porque atualmente no caso em estudo cada secretaria setorial vinculada à estrutura governamental e/ou órgãos públicos vinculados, possui uma divisão regional própria. Como será apresentado a seguir, será possível visualizar que cada uma delas dividiu o estado em regiões de acordo com seus critérios, sem levar em conta nenhum parâmetro de planejamento comum. Em consequência disso, ocorre a falta de uma referência espacial comum a todos os órgãos públicos, dificultando tanto a integração das ações regionais, quanto a regionalização dos orçamentos públicos e o mais importante o processo de planejamento regional que pressupõe integração das políticas públicas num processo de horizontalidade.

Conforme Paasi (*apud* Bandeira, 2004), o estabelecimento da região como parte de um sistema de regiões, com papel administrativo definido, acompanhado pela consciência regional da sociedade local, constitui a etapa final do processo de institucionalização. Para esse autor, neste estágio consolida-se a existência de uma identidade regional, que se refere tanto à base física e material (natureza, paisagem, cultura, economia, etc.) quanto à esfera mental, que envolve a fixação de uma imagem da região, tanto entre seus habitantes quanto entre os de outras áreas.

Todos esses elementos devem estar presentes no processo de organização do território, não importa se o projeto vem do plano nacional ou estadual. Os arranjos regionais também devem levar em conta, que é necessário envolver a comunidade afetada, visando garantir a continuidade dos projetos, a consolidação das políticas traçadas para cada território e o agrupamento de atores locais e regionais que devem estar suficientemente conscientes de que a intervenção destes é fundamental e indispensável no processo de construção das políticas de interesse comum do território delimitado.

Conforme Amorim (2007) a identidade territorial é elemento importante na definição das regionalizações. Diz ainda, que os recortes

regionais ocorrem onde a manifestação do poder público encontra espaços para territorializar-se o que promove um ordenamento do território usado, a medida que estes recortes acabam por ser espaços de implantação de projetos baseados em políticas públicas.

Outro autor, Kayser (1966) que além da referência sobre a região que diz que a mesma é o quadro territorial no qual se aplicam as decisões, para o qual são estudados os programas de ação trata da regionalização na sua concepção de desenvolvimento regional para o qual a região organizada nos países desenvolvidos caracteriza-se por três aspectos fundamentais: a solidariedade entre os habitantes que compreendem a participação destes tantos nas relações sociais em geral como nos sistemas produtivos, originando uma organização econômica e social; o outro aspecto é a organização em torno de um centro que não só polariza em torno de si, como domina e orienta a vida econômica da área sob sua influência; e por fim, trata da participação em conjunto onde a região não é considerada isolada, mas como um componente de um todo com o qual ela se relaciona.

Faz-se importante, também, a análise das relações sociais com o território, os vínculos das pessoas com aquele espaço, conforme afirma Callai (2000) em *Estudar o Lugar para compreender o mundo: o espaço construído resulta da história das pessoas, dos grupos que nele vivem [...]. Isto resgata a questão da identidade e a dimensão do pertencimento.*

O modelo de gestão administrativa catarinense com a participação da sociedade através dos Conselhos de Desenvolvimento Regional merece a especial atenção e análise, pois centra a ação do estado sobre conceitos ainda não consolidados. A descentralização do poder, a regionalização e a opção pela municipalização dão a ideia de que o centro do poder é transferido para as regiões, assegurando-lhes autonomia e o poder da criatividade na execução das políticas públicas.

Para Paasi (2011), há três elementos importantes a ser considerados na identidade regional e nas relações com as ações políticas: aspecto cognitivo (as pessoas precisam estar conscientes da região e limites para se distinguir das outras regiões); aspecto afetivo (como as pessoas se sentem em relação à região e qual o grau de pertencimento. Fornece estruturas para atividades comuns) e aspecto instrumental (a região é utilizada como base para mobilizações e ações coletivas em busca de objetivos sociais, políticos e econômicos).

Com base nessas considerações, Bandeira (2004) propõe algumas orientações práticas para a delimitação de regiões:

- a) A delimitação deve basear-se na identificação de redes de articulação regionais já existentes;

- b) Devem ser aproveitados elementos simbólicos capazes de contribuir para o fortalecimento de uma identidade da região;
- c) A abrangência territorial da região deve assegurar que seja alcançado um patamar mínimo de densidade institucional;
- d) A extensão geográfica ou de número de habitantes.

Segundo Bandeira (2004):

A forma ou abrangência depende, em última análise, do alcance espacial das práticas territorializadas de interação que constituem a base para a existência da região. Por esse motivo, ao se buscar acelerar o processo de institucionalização, conferindo existência formal à região e definindo sua abrangência por meio de um instrumento legal, deve-se atentar para o rebatimento territorial das redes sociais, econômicas e político-administrativas já existentes. A abrangência destas redes expressa o alcance das práticas de interação social, econômica e política que definem a região. A tentativa de implantar um recorte territorial que não respeite este rebatimento – excluindo áreas que são alcançadas por estas redes, ou incluindo zonas predominantemente integradas a outras redes territoriais – entrará em choque com práticas e realidades já estabelecidas e sedimentadas, criando entraves para o próprio avanço do processo de institucionalização.

Um ponto a considerar é que regiões maiores e mais populosas terão condições de mobilizar maior apoio político para programas de desenvolvimento regional do que áreas menores. Uma região maior poderá contar com uma bancada parlamentar mais expressiva e diversificada. Aglutinando parcelas importantes do eleitorado dos estados em que se situam, suas demandas não poderão ser facilmente ignoradas pelas instâncias políticas.

Também deve ser levado em conta o problema das áreas cuja densidade de povoamento é muito baixa, em que a adoção de um critério demográfico rígido pode gerar regiões demasiado extensas para que a articulação de atores seja praticável.

É neste ambiente que se funda a tese de que a configuração territorial deverá passar por um processo de reorganização social, agrupando os interesses dispersos nos vários tipos de iniciativas

corporativistas, para a unificação de conceitos, projetos e concepções, ao menos para consolidá-los em um único plano de desenvolvimento regional.

Não são apenas as políticas públicas ofertadas para as diversas regiões e executadas no âmbito das estruturas regionais propostas ou em parceria com o poder local. O que está em jogo possivelmente seja a forma de determinar as bases para a organização da sociedade, no sentido de criar o ambiente de apoio e respaldo político necessário à gestão do estado catarinense. Sabendo-se que a regionalização é o processo de formação e transformação de regiões se torna fundamental que o estabelecimento de critérios e a estabilidade dos mesmos sejam observados para a melhor gestão do planejamento regional.

Quadro 03 - Síntese dos principais abordagens referentes aos critérios de regionalização conforme autores referenciados

CRITERIOS DE REGIONALIZAÇÃO	
AUTORES	DEFINIÇÃO
1. HILBORST (1975)	Depende da análise pretendida para o Desenvolvimento Regional. Propõe a utilização de metodologias específicas para regiões polarizadas e homogêneas, tais como modelos gravitacionais, análise fatorial, etc.
2. PERROUX (1977)	Propõe a teoria de polarização e a definição de região tendo em vista a natureza econômica e a posição de força ou dominância de espaços geográficos, permitindo a classificação de regiões entre regiões pólo e regiões dominadas.
3. CHRISTALLER (1966)	Propõe a teoria da localização argumentando que a distribuição da população urbana no espaço está diretamente relacionada com a concentração de serviços especializados.
4. RICHARDSON (1975)	Argumenta que as alternativas para estabelecer critérios plausíveis de regionalização do território envolvem desde a simples aceitação da divisão regional pré-existente a partir de critérios tipicamente governamentais ou a adoção, no outro extremo, do paradigma neoclássico do espaço isotrópico, neutro e homogêneo, dividindo-se da forma que mais convier aos interessados da pesquisa ou conforme o objeto pesquisado.

Continua

Continuação

5. PAASI (2004)	O estabelecimento da região faz parte de um sistema de regiões, com papel administrativo definido, acompanhado pela consciência regional da sociedade local, constitui a etapa final do processo de institucionalização. Para esse autor, neste estágio consolida-se a existência de uma identidade regional, que se refere tanto à base física e material (natureza, paisagem, cultura, economia, etc.) quanto à esfera mental, que envolve a fixação de uma imagem da região, tanto entre seus habitantes quanto entre os de outras áreas.
6. BANDEIRA (2000)	A forma ou abrangência depende do alcance espacial das práticas territorializadas de interação que constituem a base para a existência da região, Importante observar no processo de institucionalização o rebatimento territorial das redes sociais, econômicas e político administrativas já existentes.
7. KAYSER (1966)	A região é o quadro territorial no qual se aplicam as decisões e que se caracteriza por três aspectos fundamentais, nos países desenvolvidos e que são: a solidariedade entre os habitantes, a organização em torno de um centro dominando e orientando a vida econômica sob sua influencia e a participação em conjunto.
8. HOOVER (1998)	Considera que se pode definir como formadores de uma região os pontos no espaço que mantenham ente si relações de troca mais intensas criando uma interdependência.

Elaboração: autora

2.1.4 Descentralização e Desconcentração Política-Administrativa

A partir do ano de 2003, o Governo do Estado de Santa Catarina implantou, através de lei complementar, um processo de descentralização administrativa, com a criação de dezenas de Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, assessorada pelos Conselhos de Desenvolvimento Regional.

Embora hoje existam poucas informações sistematizadas acerca da resolutividade das Secretarias e dos Conselhos Regionais, registros dão conta que tais instancias representativas não possuem ainda o reconhecimento da sociedade como um órgão de fato representante dos interesses regionais já que, não ocorreu um envolvimento pleno das bases, desrespeitando limites geopolíticos estabelecidos por um longo tempo em todas as regiões catarinenses.

Conforme Siedenberg (2011):

As articulações para o desenvolvimento de regiões, seja em países, estados, ou frações subnacionais, identificadas também como territórios, está se dando, cada vez mais, mediante a descentralização político-administrativa dos processos de planejamento e gestão territorial.

No dicionário Caldas Aulete (2004), o verbete descentralizar é definido como “Distribuir, espalhar instalações, atribuições, funções etc. que estavam centralizadas”, enquanto descentralização remete ao “Modo de administração de um país, estado, cidade, empresa etc. que se caracteriza pela transferência de competências e responsabilidades de um poder central para diversas instâncias periféricas”.

De fato, os processos descentralizadores representam a transferência de autoridade no planejamento e na tomada de decisões. No setor público em particular, os processos descentralizadores frequentemente tomaram a forma do repasse desse poder decisório do nível nacional aos níveis subnacionais (TOBAR, 1991).

Para Guinmarães (2002), o tema descentralização abarca uma variedade de entendimentos e concepções, o que torna o seu debate polêmico. Segundo a autora (2002, p. 2):

O tema da descentralização nas últimas décadas transformou-se numa espécie de bandeira universal, na medida em que distintos atores, grupos e setores a aplicaram em conjunturas diferentes e na perseguição de fins diversos. Face a esta sua “propriedade, Tobar (1991) a considera um autêntico “camaleão político”, posto que é defendida por distintos atores sociais com posições antagônicas, enquanto Mattos (1989) a considera uma “panaceia”, defendida como solução para os mais diversos problemas das sociedades contemporâneas.

A descentralização está presente em diversos campos disciplinares. Penfold-Becerra (1998, *apud* GUINMARÃES, 2002) a situa em alguns deles:

- a) Ciências políticas: é tratada como mecanismo democrático, que permite a autonomia política dos níveis locais e regionais, com vistas ao aprofundamento da democratização;
- b) Ciências econômicas: é vista como transferência de responsabilidades das atividades econômicas públicas para o setor privado;
- c) Sociologia: a descentralização é tida como um mecanismo para a autorização (*empowerment*¹⁵) da sociedade civil, com o objetivo de incrementar a cidadania.
- d) Administração pública: constitui uma política para se diluir o poder decisório e administrativo dentro das agências públicas centrais, através da desconcentração, ou seja, da transferência de responsabilidade administrativa sobre os serviços básicos públicos do nível nacional para os governos regional e local.

Guinmarães (2002) afirma que a descentralização pode ser observada em dois planos distintos: o jurídico e o político-institucional. No plano jurídico, a descentralização é interpretada como um “processo de transferência de competências e de poderes entre órgãos, ou dentro de um mesmo órgão, enquanto sujeitos de imputação jurídica, vinculada à ideia de desconcentração”. Neste sentido, a descentralização também é concebida como “ruptura de um vínculo hierárquico pré-existente e relaciona-se basicamente à ideia de competências exclusivas [...] implica a ausência de intervenção de qualquer outro órgão ou instância”

¹⁵ Empoderamento

(GUINMARÃES, 2002, p. 02).

No plano político-institucional, a descentralização é aceita como desagregação do poder público, através de diversos aspectos, que podem ir “de uma simples desconcentração de atividades até a descentralização de poder decisório, ou seja, da transferência de competências ou poderes do centro para a periferia”. Neste plano é possível, segundo a autora, identificar três dimensões complementares:

- a) Dimensão administrativa: nesta dimensão, a descentralização refere-se à delegação, à transferência de competências e de funções entre unidades, entre esferas de governo ou entre órgãos. É justificada pela necessidade de se buscar maior eficácia na gestão pública, eliminando intermediações e processos burocráticos, possibilitando o contato mais próximo com o cidadão e tratando cada demanda de forma mais singularizada.
- b) Dimensão social: descentralização traduzida como participação social na gestão pública. Implica em repassar parcelas de poder, competências e funções da administração pública para a sociedade civil. Pode ocorrer sob diversas formas. Desse modo, a descentralização é tratada como estratégia de capacitação de grupos sociais para decidirem sobre problemas da gestão pública local. Esta concepção de descentralização é justificada pela necessidade de se reverter práticas paternalistas de Estado, através da democratização da gestão pública.
- c) Dimensão política: a descentralização assume forma de estratégia para redistribuição do poder político do Estado, do nível central para os níveis periféricos. Baseia-se na concepção de que a descentralização afeta as relações de poder e introduz novos conflitos nas relações entre esferas de governo e na distribuição de poder e bens entre diferentes grupos na sociedade. É justificada como estratégia para democratização do poder, através da multiplicação de estruturas de poder, com vistas à melhoria da eficiência da gestão pública.

Di Pietro (1997) divide a descentralização inicialmente em política e administrativa. A descentralização política ocorre quando o ente descentralizado exerce atribuições próprias que não decorrem do ente central, onde o fundamento de validade é o texto constitucional e independe da manifestação do ente central (União).

Já a descentralização administrativa, para a mesma autora, ocorre quando o ente descentralizado exerce atribuições que decorrem

do ente central, que apenas empresta sua competência administrativa e constitucional a um dos entes da federação tais como os estados e os municípios. “Assim, entende-se que na descentralização administrativa, os entes descentralizados têm capacidade para gerir os seus próprios ‘negócios’, mas com subordinação a leis postas pelo ente central” (Sanches, 1999).

Tobar (1991) afirma que, tanto na teoria quanto na prática, o conceito de descentralização tem sido aplicado em distintos usos, já que diferentes atores podem utilizar o conceito de maneiras particulares, de acordo com os interesses dos grupos sociais aos quais pertencem. O autor acrescenta que a “descentralização implica redistribuição do poder, uma transferência na alocação das decisões. É, portanto, mexer nos interesses dos grupos de poder”.

No entanto, o conceito de descentralização também concentra elementos comuns, identificados por muitos autores e que, de acordo com Tobar, agrupam as seguintes características:

- a) Sua aplicação sugere pensar no fortalecimento da esfera "local";
- b) O problema da descentralização é de caráter político, a implementação eficaz e eficiente do mesmo é de caráter administrativo;
- c) O processo em si não é possível de se atingir de forma isolada e só é viável dentro do marco de um processo geral de reforma;
- d) A conceitualização dicotômica centralização versus descentralização não têm poder explicativo sob os dados empíricos.

Alguns autores defendem ainda a subdivisão da descentralização em tipologias, como é o caso de Boisier (1991 *apud* GUINMARÃES, 2002) que identifica as seguintes modalidades de descentralização:

Nessa tipologia, a descentralização pode ser *funcional*, quando são transferidas ao ente descentralizado competências específicas, ou *delimitadas*, quando se referem a só um setor de atividade. Ela é *territorial*, quando é transferido poder decisório a órgãos cujo âmbito de atuação ou cuja jurisdição estão constituídos por um território, ainda que esses órgãos, tendo personalidade jurídica própria, mantenham uma relação de dependência hierárquica na geração de suas autoridades. Finalmente, a descentralização *política*, considerada como a forma máxima da descentralização, quando o corpo descentralizado é gerado a partir de processos eleitorais e se pode reconhecer uma estrutura administrativa descentralizada, a exemplo dos municípios, províncias, departamentos etc.

Di Pietro (1997), em outra possível subclassificação, defende que a descentralização se apresenta de três formas: pode ser territorial ou geográfica; por serviços, funcional ou técnica e por colaboração, sendo:

- a) Descentralização territorial ou geográfica: é a que se verifica quando uma entidade local, geograficamente delimitada, é dotada de personalidade jurídica própria, de direito público, com capacidade jurídica própria e com a capacidade legislativa (quando existente) subordinada a normas emanadas do poder central.
- b) Descentralização por serviços, funcional ou técnica: é a que se verifica quando o poder público (União, Estados, Distrito Federal ou Município), por meio de uma lei, cria uma pessoa jurídica de direito público (autarquia) e a ela atribui a titularidade (não a plena, mas a decorrente de lei) e a execução de serviço público descentralizado. Na descentralização por serviços, o ente descentralizado passa a deter a "titularidade" e a execução do serviço nos termos da lei não devendo e não podendo sofrer interferências indevidas por parte do ente que lhe deu vida.
- c) Descentralização por colaboração: é a que se verifica quando por meio de contrato (concessão de serviço público) ou de ato administrativo unilateral (permissão de serviço público), se

transfere a execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado.

Guimarães (2002, p. 06) faz uma análise às tentativas de classificação da descentralização afirmando que “Todas estas tipologias têm sido objeto de críticas e consideradas apenas um exercício de taxinomia, não ajudando muito a entender o processo de descentralização como um todo, suas interfaces e complexidade”.

Para a autora, a descentralização é um processo dinâmico, que envolve transferência de poder, portanto, gerador de conflitos e disputas, aspectos difíceis de serem contemplados em tipologias.

No entanto é importante destacar que alguns autores tem opiniões diversas em relação ao termo descentralização e desconcentração administrativa, indicando que, quando há nível de hierarquia e subordinação o fato que ocorre é o de desconcentração. Assim, conforme, Araújo (2005), na desconcentração administrativa ocorre uma distribuição de competências sistematizadas de tal forma que, as atribuições são distribuídas internamente entre os entes de uma mesma pessoa jurídica.

Levando em consideração este conceito, no caso específico de Santa Catarina, o que vem ocorrendo é uma desconcentração administrativa e política, já que o que originalmente foi proposto que seria uma descentralização orçamentária acabou não se concretizando. Assim, conforme o BNDES (2004):

A desconcentração é uma forma de regionalização na qual a instância central de poder transfere parte de suas atribuições de execução de atividades para órgãos regionais que não dispõem de poder para decidir sobre prioridades ou planejamento de serviços. A instância central conserva o poder e a dotação orçamentária para decidir sobre políticas, prioridades e alocação de recursos humanos.

Desconcentração, portanto, é uma estratégia administrativa, cíclica, que objetiva tornar a administração pública mais eficiente. Tendo em vista ser uma delegação precária de poder, pode a qualquer tempo, por uma decisão dos dirigentes centrais, recentralizar as funções.

2.1.5 Desenvolvimento

Como se está relacionando os recortes territoriais com o desenvolvimento local e regional, é importante que se defina tanto desenvolvimento, como desenvolvimento regional no sentido de verificar a interligação entre a região, o território e a promoção do seu desenvolvimento.

Por isto se faz importante que se analise desde o período pós II Guerra Mundial onde se discute a ideia de “desenvolvimento” nos meios intelectuais, grupos sociais interessados e na política. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos propunham a modernização dos países considerados atrasados (DENARDI, et al., 2001). Um dos critérios considerados como sociedade atrasada era a economia baseada na agricultura. Já uma sociedade moderna seria aquela em que houvesse predomínio industrial e que fosse predominantemente urbana. (MDA/PRONAF, 2002, p. 07). Com o tempo, o conceito de desenvolvimento foi sendo ampliado, entendendo-se que este não pode ficar restrito a apenas uma área, já que é bastante complexo.

Assim, o desenvolvimento contemporâneo é um processo multidimensional, que reflete interação social, econômica, política, cultural e ambiental. A realização da vida humana depende da relação entre pessoas e destas com a natureza. Na sociedade ocidental capitalista, essas relações mostram-se complexas, ordenadas espacialmente em cidade e campo, e estratificadas socialmente em classes sociais. Considerando que o imperativo da vida independe de ordenamentos e estratificações, faz-se necessário buscar novas formas de organização, com o intuito de propor soluções para problemas elementares, que limitam o dia-a-dia de muitas pessoas. (GIL, 2004, p. 06).

Dentre os diversos conceitos de desenvolvimento, destaca-se o proposto por Inayatullah (1973, p. 114): “Desenvolvimento é um processo através do qual uma sociedade consegue maior controle sobre o meio, sobre o seu próprio destino político e os capacita a obter maior controle sobre si mesmo”.

Por sua vez, o processo social é carregado de valores sociais, culturais e políticos, na maioria das vezes imperceptíveis para a população. São esses valores que formam os pilares de sustentação de um processo social ao longo do tempo, como os princípios éticos, morais e políticos, que norteiam o processo de decisão e as estratégias de qualquer modelo de desenvolvimento.

Segundo Casarotto e Pires (1998, p. 87):

Em casos de grandes potencialidades naturais ou na quase restrição das mesmas, a potencialidade básica de qualquer local, região ou país está assentada em sua população, ou mais amplamente, em seu ambiente: a interação dessa gente por meio de sua cultura, com o território e suas relações externas. Esta é a alavanca principal do processo de desenvolvimento e requer grandes esforços de produção e fomento.

Os seus princípios definem se uma determinada proposta de desenvolvimento irá atender aos interesses de todo e qualquer cidadão, ou aos interesses políticos e econômicos de algum grupo social. Também apontam as estratégias e a forma como elas serão aplicadas, de forma a não colocar em risco os grandes resultados de desenvolvimento que se deseja atingir.

Portanto, uma proposta de desenvolvimento é um conjunto de ações norteadoras que devem funcionar como uma bússola para seus implementadores. Quando bem assumidos e aplicados, os valores e princípios permitem promover transformações sociais, sustentando estes benefícios.

Ainda, Segundo Diniz (2002, p. 1), é possível argumentar que:

Ao desenvolvimento está associada a ideia de observação de uma determinada situação inicial, a partir da qual, depois de uma reflexão, se implemente um processo de crescimento indissociável da sua transformação e mudança, para um estado qualitativamente, e não só quantitativamente melhor.

Para ativar um verdadeiro processo de desenvolvimento, é necessário interferir na rotina com inovações, para a implementação de novas ações que motivem a comunidade, pois é ela que deve alavancar esse processo de mudança.

Amartya Sen (2000), defende uma visão ampla do desenvolvimento, como um fomento da liberdade humana, e em particular, da liberdade de gozar uma qualidade de vida digna. Assim, para o autor, desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente. A tese do autor é

que o desenvolvimento não pode apenas ser medido pelo crescimento do PIB - Produto Interno Bruto, já que este é um meio para ampliar as liberdades das pessoas, mas para ser completa depende de outros fatores, como serviços de educação, saúde e direitos civis.

2.1.5.1 Desenvolvimento regional

O desenvolvimento regional, atualmente, alicerça-se em diferentes modelos e fatores que geram práticas e dinâmicas distintas. Alguns fatores, como cultura, tradição, crença, arranjos organizacionais, liberdade, capital social e associativismo, quando integrados, tendem a colocar a região num patamar diferenciado do padrão de desenvolvimento.

Segundo Jordan (2004), quando se instala um processo de desenvolvimento local em determinado território, aparecem sinais que são evidências presentes e que o caracterizam como próprias da sua natureza e o identificam. São elas:

- a) Mobilização para a organização e o empoderamento dos atores;
- b) Articulação para a concertação das instituições
- c) Protagonismo dos atores;
- d) Empreendedorismo, tanto social quanto econômico (com formas de inovação, assunção de riscos e geração de riquezas);
- e) Endogenia a partir das próprias potencialidades do território;
- f) Perspectiva de expansão regional das ações, superando os limites do território original (formação de consórcios intermunicipais, estabelecimento de redes de cooperação, etc.); e
- g) Busca e (re) construção da identidade territorial.

A endogenia surge como reação aos modelos tradicionais de desenvolvimento regional, que tendem a colocar ênfase na atração e na negociação de recursos externos como condição suficiente para a promoção do crescimento econômico das áreas periféricas. O enfoque endógeno visa explorar potenciais e estabelecer o equilíbrio entre fatores internos (endógenos) e os externos (exógenos) do desenvolvimento. Portanto, endogenia refere-se à capacidade de identificar e promover fatores de desenvolvimento a partir das próprias potencialidades locais,

introduzindo iniciativas protagonizadas por organizações sociais de um território. (TURNES, *et al.*, 2004, p. 31).

De acordo com Boisier (1996, p. 129), a animação, como função catalisadora do governo regional, adquire maior importância à medida que é reconhecida a sinergia como fundamento do desenvolvimento endógeno e, sobretudo, como base da capacidade local e regional de inovação, peça-chave do desenvolvimento contemporâneo. A segunda forma de esclarecer a função de animação consiste no processo de fazer recircular a informação de forma estruturada, de modo a reduzir a incerteza e facilitar que a tomada de decisões do conjunto dos agentes regionais adquira um alto grau de pertinência com respeito ao projeto regional.

Segundo Navarro (2001), a expressão desenvolvimento local-regional é recente e deriva de duas grandes mudanças nas últimas décadas; primeiro, da multiplicação de ONGs, que criaram uma estratégia de “ação local” em oposição aos impactos dos processos globalizantes; segundo, processos de descentralização “em curso” que valorizaram o “local”.

O processo de desenvolvimento regional envolve, além das transformações sociais, também um aproveitamento das diferenças regionais, ou seja, as regiões devem aproveitar suas vantagens comparativas e diversificar sua economia baseada nos recursos e nas especificidades de cada região.

Boisier (1996, p. 10) considera o desenvolvimento regional como “um processo localizado de troca social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela”.

Para Becker (2000, p. 12), existem duas condições para que ocorra o desenvolvimento regional: a primeira é a condição econômica, ou seja, uma região (lugar) articulada economicamente, setorializada, verticalizada e hierarquizada pelos interesses econômico-corporativos (reprodução do capital financeiro); a segunda, a região (lugar) social e ambiental, auto-articulada de forma espacializada, regionalizada, horizontalizada e contigualizada pelos interesses regionais (locais de reprodução de vida).

Assim, uma região seria definida pelo processo de regionalização a partir da necessidade e/ou possibilidade de construir esse novo lugar, onde o desenvolvimento setorial-regional resulta, por um lado, setorialmente, da dinâmica econômico-corporativa da valorização do capital e, de outro, regionalmente, da dinâmica socioambiental de valorização da vida, que configura e conforma o

processo de desenvolvimento contemporâneo. (BECKER, 2000).

São muitos os conceitos de desenvolvimento, no entanto, em princípio, todos visam, além da melhoria da renda, à qualidade de vida das populações. Além disso, esse novo enfoque dado ao desenvolvimento voltado para o lugar (local) tende a reduzir mais as desigualdades, no momento em que se observa e se age localmente, aproveitando as diferenças e ativos endógenos existentes em cada região.

Nesse sentido, Barquero (2002), a partir da reflexão sobre a dinâmica dos “sistemas produtivos locais” do sul da Europa, afirma que é necessário e possível que os governos locais tomem iniciativas para enfrentar os problemas internos. Ele acrescenta, ainda, que são necessárias novas estratégias de desenvolvimento que realizem a reestruturação dos sistemas produtivos regionais, desenvolvendo novas cadeias produtivas, aumentando os postos de trabalho e melhorando a qualidade de vida. Isso poderá ser feito através da promoção e/ou expansão da capacidade empresarial e organizativa da economia local, com mobilização de recursos internos e externos.

Também se faz necessário lembrar que hoje se vive num mundo globalizado e, para que a região possa participar do mercado cada dia mais exigente, deverá desenvolver seus potenciais regionais, buscando desenvolver sua economia com base em suas vantagens comparativas, mas também valorizando seus indivíduos, tornando-os mais informados, qualificando-os, melhorando, assim, seu bem-estar.

Enfim, o desenvolvimento socioeconômico contemporâneo busca, através de conceitos que enfocam, principalmente, o local (regional), proporcionar uma melhora nas condições econômicas da região e também valorizar o indivíduo e a comunidade, ou seja, na visão atual, o principal é a valorização da vida (do ser humano), maior responsável pelas transformações sociais.

O primeiro desafio para o desenvolvimento é considerar os determinantes históricos, sociais, políticos, econômicos e institucionais que permeiam as relações sociais locais de um território. Da mesma forma, é preciso estar atento às relações entre o poder local e a sociedade civil quando se quer obter cooperação, gestão compartilhada e participação do cidadão nas questões públicas.

Contudo, entende-se que toda a população deve ser chamada a participar de forma representativa, mesmo que, para isso, ela necessite ser capacitada para discutir os interesses comuns do seu território e identificar sua estrutura social e econômica para buscar soluções de forma consensual. Com esta iniciativa, o resultado será uma sociedade

local mais integrada e realmente comprometida com seu futuro, tendendo a alterar todo o curso político e econômico do território.

No caso do desenvolvimento regional, todos os atores sociais, sejam públicos ou privados, são elementos importantes para se trabalhar qualquer modelo de desenvolvimento, já que o planejamento participativo poderá propiciar e garantir a representatividade dos atores, a partir da diversidade de interesses. Essa participação assumirá um papel determinante na orientação das políticas públicas da região e transformará as relações entre os cidadãos e o governo local.

Assim, o processo participativo deixa claro o reconhecimento dos direitos, mas também dos deveres dos cidadãos em relação aos assuntos da vida pública nos territórios, contribuindo de maneira notória para o fortalecimento das organizações existentes e para a criação de outras que podem adquirir papel-chave na gestão pública ou no planejamento local e regional.

A sustentabilidade do desenvolvimento depende tanto do modo de conduzir as iniciativas, como dos valores e princípios das propostas de desenvolvimento. O próprio Estado, muitas vezes, inviabiliza processos que conquistaram a motivação e o compromisso da sociedade local, em função da sua estrutura burocrática. Entretanto, os processos sociais com sustentabilidade são aqueles que rejeitam as ações compensatórias ou pontuais, por melhores que sejam as intenções dos dirigentes.

Segundo Arns (2003), existem alguns indicadores que demonstram os resultados do desenvolvimento em algum território, como melhoria nas condições de renda, melhoria na qualidade de vida, geração de níveis crescentes de independência, articulação dos seres humanos entre si, com a natureza e com a tecnologia, reconhecimento da igualdade para todos, renda per capita, alfabetização, frequência escolar, entre outros. É importante destacar que a integração e o equilíbrio entre estes indicadores devem acontecer gradativamente e em harmonia.

Tais resultados demonstram que há um processo de interação e intercessão permanente entre todos os fatores do desenvolvimento como pontos de referência a serem atingidos, e, quando estão presentes em um território, ajudam a construir a base para um desenvolvimento mais sustentável.

Segundo Bandeira (1999) “A participação dos diferentes segmentos da sociedade na discussão dos problemas locais também é funcional para a consolidação de uma identidade regional, entendida como o sentimento compartilhado de pertinência a uma comunidade territorialmente

localizada. A existência dessa identidade é condição essencial para que um determinado território possa, de forma significativa e não arbitrária, ser denominado de região”.

Em síntese, o desenvolvimento regional é um processo que significa construir comportamentos embasados na cooperação, no pluralismo político e na solidariedade, a partir de estratégias voltadas para a construção de capacidades, enriquecimento com valores e comportamentos voltados para o desenvolvimento sustentável.

Pode-se dizer, portanto, que não existe uma “receita” para o desenvolvimento, pois cada macro ou microrregião apresentam diferenças regionais significantes em função da cultura, da história e da tradição local.

2.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

A base literária fundamentou-se nos princípios constitucionais e das leis que criaram e que regem as aglomerações urbanas e rurais do IBGE, das regiões metropolitanas, das microrregiões e das várias iniciativas de organização de um território definido para executar determinada função ou projeto, sejam estas extraídas da ação dos governantes ou da própria organização da sociedade, que busca as alternativas para o seu desenvolvimento social e humano, mercado de trabalho, negócios, aumento da renda e melhoria da sua qualidade de vida.

O estado e o poder local ou as estruturas regionais têm papel preponderante na adoção de projetos e planos de desenvolvimento local e regional.

Tem aqui o poder público, em suas várias esferas, o papel de indutor e apoiador dessas iniciativas, fomentando e incentivando quer com recursos financeiros, quer com a logística de governo, enfim por todos os meios, incrementando e dando suporte para a efetiva organização do desenvolvimento local e regional.

2.2.1 A Configuração Normativa da Ocupação dos Espaços Regionais e a Organização do Estado Brasileiro

A ocupação físico-territorial do Estado Brasileiro, de proporções continentais e arranjos políticos e institucionais construídos a partir das ocupações europeias com predomínio português,

desenvolveu no país a cultura administrativa do centralismo político, que não se apresentou diferente, com a adoção do modelo federativo, desde a implantação da República Federativa do Brasil.

A formação das cidades obedeceu inicialmente a diversos ciclos da exploração de atividades econômicas para extração das riquezas encontradas neste imenso e inesgotável território, por portugueses, espanhóis, holandeses, alemães, italianos, enfim, europeus de diversas origens, e por diversos períodos, de acordo com as descobertas, ocupando espaços e implantando costumes, culturas e cidades a partir do litoral brasileiro.

Baseada no modelo português desde seu descobrimento, a legalização do regime obedeceu inicialmente as “Ordenações Manuelinas”, seguindo as “Ordenações Philipinas”, a constituição de estruturas a partir de Conselhos ou Câmaras dos municípios no período colonial e as Províncias no período Imperial.

As vilas ou freguesias deram lugar à denominação de municípios e regeram-se pela Constituição Imperial a partir de 1824, mas ainda sob o domínio e a ordem de Portugal, que autorizava a instalação dessas cidades, nomeava e destituía seus governantes.

Com a implantação da República Federativa do Brasil e a primeira Constituição Federal em 1891, seguiu sem muitas alterações, o modelo de ocupação dos espaços territoriais, a divisão por Estados-Membros e Municípios, mantido o centralismo político, a arrecadação e gestão das receitas, a formulação de políticas públicas e o comando político das instituições brasileiras.

Com a promulgação da Constituição da República de 1988, entrou em curso uma tímida tentativa de proporcionar maior autonomia e levar às regiões o desenvolvimento, nos aspectos geoeconômico e social do país. Isso se deu com a descentralização e regionalização na execução das políticas públicas, para os entes federados estaduais e municipais.

Nota-se que, por volta dos anos 1970, o país contava com 20 (vinte) Estados-Membros, alguns territórios e cerca de quatro mil municípios. Precedeu à reforma constitucional de 1988 a criação dos estados do Acre, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Com a pródiga promulgação da Constituição, deu-se a criação do Estado de Tocantins e a transformação dos territórios do Amapá e Roraima em estados, além da anexação a Pernambuco do território de Fernando de Noronha. A Constituição de 1988 também permitiu a flexibilização das normas para a criação de municípios, deixando ao encargo dos estados a regulamentação da sua criação, dando-se esta por lei estadual, abrindo,

assim, uma crescente onda de emancipações municipais.

Os números apresentam uma considerável evolução nas emancipações, que rapidamente saiu de aproximadamente 4.000 (quatro mil) municípios em 1988, para cerca de 5.500 (cinco mil e quinhentos) municípios em 1996, antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº. 15, de 12 de setembro de 1996.

Em Santa Catarina o primeiro município foi criado em 1660, sob a denominação de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul. Da criação do Município de São Francisco do Sul até o ano de 1961, instalaram-se 104 Municípios. Seguiu-se um período de desenfreada onda de emancipações entre o período de 1961 e a Constituição Revolucionária de 1967, o que elevou o número para 197 municípios criados.

Uma nova leva de emancipações se desencadeou no Estado de Santa Catarina, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual de 1989, até a edição da Emenda Constitucional nº. 15, de 12 de setembro de 1996. Nesse período foram criados outros 96 municípios, somando-se o total de 293 municípios criados e instalados em Santa Catarina. No entanto no ano de 2003 a através da Lei. 12668 outros dois municípios foram criados, sendo que sua instalação só se deu em 2013. Hoje, 2014 são 295 (duzentos e noventa e cinco) os Municípios catarinenses.

Destes novos municípios, 55 (cinquenta e cinco) criados nesse curto período de sete anos, a partir da Constituição Federal de 1988 até as restrições determinadas pela Emenda Constitucional nº. 15, estão localizados na área de abrangência da atual Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, um dos focos desta pesquisa, o que corresponde ao percentual de 67% (sessenta e sete por cento) do total de municípios criados e instalados nesse período em Santa Catarina, embora ocupe uma área territorial de apenas 30% (trinta por cento) do território estadual.

2.2.2 Aspectos constitucionais da organização político-administrativa no Brasil

A Constituição Federal de 1988 delineou as diretrizes gerais para a organização político-administrativa dos entes federados, União, Estados, Distrito Federal e municípios, a criação, fusão ou incorporação de Estados ou Municípios, cuja regulação se dará mediante a edição de lei complementar federal, conforme determina o art. 18:

Art.18 A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. § 1º [...] § 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão regulados em lei complementar. § 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar. § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual obedecida os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas (BRASIL, 1988).

No entanto, com o advento da Emenda Constitucional nº. 15, de 12 de setembro de 1996, os requisitos para a criação de municípios passou a depender da regulamentação prevista por lei complementar federal, de acordo com o artigo 18, § 4º, da referida emenda, até hoje não editada, o que impede a criação de novas unidades municipais.

O desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais poderiam ser concretizados, se o governo central viesse de forma concreta ao encontro dos objetivos definidos na Constituição, encaminhando as leis complementares para criar as condições da integração e do desenvolvimento, ou se o Congresso Nacional efetivasse esta regulação, ao menos em relação aos requisitos que permitam criar as condições para a auto-organização das diferentes regiões do país, com autonomia e preservação dos aspectos fundamentais, ou seja, independência política e financeira.

São estas as leis complementares que dependem de regulamentação: a lei complementar que regulamenta a criação, fusão, incorporação e os desmembramentos de Estados e Municípios; a lei complementar que fixa normas para a cooperação entre a União e os estados, o Distrito Federal e os Municípios, previsto no Parágrafo Único do Art. 23; e a lei complementar que estabelece as condições para a

integração das regiões em desenvolvimento, previstas no art. 43 e seus parágrafos, da Constituição de 1988.

A Emenda Constitucional nº 19/1998, inseriu no ordenamento constitucional um dispositivo (art. 241) que permite à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de consórcios públicos e celebração de convênios de cooperação entre si:

Art. 241 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos (BRASIL, 1988).

Entre a primeira Constituição, a Emenda Constitucional citada e a edição da lei dos consórcios passaram-se por volta de dezoito anos, sem a medida que transfere parte da tão propalada autonomia aos entes sub-nacionais e municípios de se cotizarem para resolver problemas comuns, ainda assim sem a garantia de disposição de recursos financeiros para execução destas iniciativas.

Somente com a edição da Lei Federal nº. 11.107, de abril de 2005, são definidos a forma e os requisitos para a instituição de consórcios públicos, numa tentativa de organização regional e execução de ações integradas de interesse regional. Na realidade, esta foi uma fórmula encontrada para que a gestão associada de serviços públicos seja implementada pelos municípios, assumindo estes entes a cada dia, mais encargos administrativos e a execução de ações que originalmente sempre estiveram sob a responsabilidade da União e dos estados-membros.

Esta regulação apenas orienta e motiva a organização de iniciativas regionais para solução de problemas comuns, em especial dos entes municipais, mas não garante a alocação de recursos financeiros por parte da União e dos estados, mantendo a centralização da capacidade arrecadatória destes entes, e não ingressando na justa e necessária partilha das receitas tributárias em favor dos entes municipais.

Vistas esta fragilidade do modelo federativo brasileiro, de concentração da arrecadação tributária na União e a distorcida regra de transferência de tributos, com a fragmentada e praticamente inexistente

legislação infraconstitucional para regular o ordenamento territorial, a ocupação dos espaços e o desenvolvimento das regiões, esta pesquisa estuda de forma mais direta os conflitos na legislação estadual e na organização de fração do território catarinense.

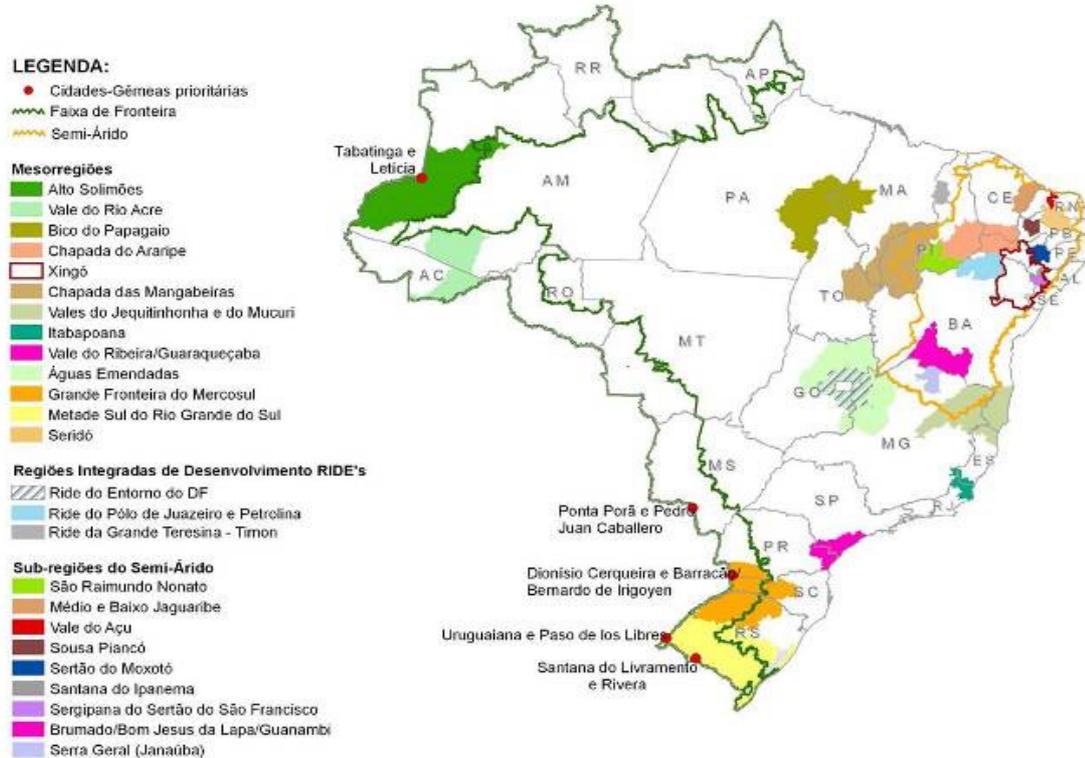
2.2.3 A Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional do Brasil, tem seu marco legal através do Decreto Lei 6.077 de fevereiro de 2007 o qual prioriza algumas regiões brasileiras para a implementação das ações governamentais desta política a qual tem como objetivo principal o de reduzir as desigualdades intra e interregionais. São treze mesorregiões no País eleitas como prioritárias na PNDR 1 associadas a a região fronteira do Brasil e o semi-arido brasileiro. A partir de 2011, novos estudos começaram a ser elaborados, ancorados em Conferencias Estaduais e Nacional de Desenvolvimento Regional para formulação de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – fase 2. No Estado de Santa Catarina as Regiões prioritárias são a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, alvo deste estudo e a Faixa Fronteira na divisa com a Argentina que inclusive já possui um comitê de fronteira instituído.

Estas mesorregiões alvo da Política na sua fase I, conforme Figura 01 são formadas por territórios e municípios que apresentam identidades físicas, econômicas, sociais e culturais, que por sua vez permitem um arranjo político institucional com a participação da sociedade civil organizada, no sentido de promover de dinâmicas mais inclusivas de desenvolvimento, após identificação de potencialidades a serem fortalecidas e vulnerabilidades a serem priorizadas para atuação no sentido da sua mitigação..

Para fins de estudo, se adotará os 131 (cento e trinta e um) Municípios pertencentes a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, como marco referencial para os estudos, conforme especificado no Quadro 10.

Figura 01 - Regiões prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional



Fonte: site do Ministério da Integração Nacional: <www.mi.gov.br>.

2.2.4 Aspectos históricos, constitucionais e legais do modelo catarinense de desenvolvimento baseado nas microrregiões

Esta pesquisa objetiva demonstrar que o desenvolvimento local ou regional passa pela instituição município. Busca também conhecer as dificuldades que o ordenamento constitucional e legal impõe na organização e implantação de projetos regionais no estado de Santa Catarina. A finalidade é encontrar a melhor resposta, buscando uniformizar procedimentos, aglutinar ações e racionalizar a aplicação dos recursos financeiros, humanos e materiais, pelos diversos órgãos governamentais e instituições instalados nas regiões.

A ocupação físico-territorial do estado de Santa Catarina, nos seus aspectos legais e de organização institucional, na história não muito recente, sofreu a influência do plano de desenvolvimento nacional, com a criação das superintendências regionais, no caso do Sul do Brasil, da SUDESUL, a qual incentivou a instituição de três grandes agrupamentos regionais: as Associações Microrregionais de Municípios, as Microrregiões Homogêneas do IBGE e as Unidades Territoriais Polarizadas do Governo Catarinense (usualmente Microrregiões Polarizadas), cada uma dessas com seus objetivos e critérios diversos na sua composição e finalidades, especialmente visando atender a interesses político-administrativos e as estratégias de ação das administrações públicas federal, estadual ou mesmo cedendo às pressões de interesses e particularidades locais e regionais da classe política.

Há também a inserção na legislação estadual, de mecanismos legais para organizar o território de cada uma das microrregiões polarizadas, levando o Estado a definir a atuação administrativa e a execução das suas ações, a partir das estruturas regionais em sintonia com as políticas públicas estabelecidas através das lideranças político-partidárias.

2.2.5 A organização associativa dos municípios em Santa Catarina

Com base em estudos realizados, percebe-se que a presença da SUDESUL trouxe a interiorização do desenvolvimento, entre as décadas de 1960 e 1970, e um movimento favorável à criação de um grande número de municípios em Santa Catarina.

Com eles, foi se fortalecendo a ideia e surgiram as primeiras associações microrregionais de municípios, entidades de caráter associativo. É o caso da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), que, mesmo funcionando de forma precária,

instalou-se em 1961, na cidade de Videira, cujo prefeito foi o primeiro presidente da entidade. Os prefeitos que se tornavam presidentes da AMMOC transferiam a sede da associação para suas cidades, e por um bom período se manteve como um órgão de reivindicação.

Inicialmente essas entidades tinham como objetivo principal a representação política e institucional dos municípios, a instalação de órgãos e a busca de recursos financeiros para a execução de obras, recursos financeiros e serviços para os municípios e para a região.

De forma oficial a qual obedecia a requisitos mais permanentes, tal como Estatuto Social, sede em uma cidade-pólo e registro em cartório como entidade jurídica de direito privado sem fins de lucro, surgiu a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), em 7 de novembro de 1964, com sede em Rio do Sul.

Seguiu-se a criação da Associação dos Municípios do Planalto Norte (AMPLA), com sede em Mafra, em 06 de agosto de 1966 e da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), em Chapecó, no dia 11 de fevereiro de 1968. O processo de criação dessas entidades foi se ampliando com a AMUNESC (Joinville –17.05.68); AMURES (Lages – 10.08.68); AMARP (Videira – 18.10.68).

O modelo de regionalização imprimido no Estado de Santa Catarina, inovador e com muitos benefícios políticos, financeiros e estruturais em investimentos públicos nas regiões, pelo Governo federal e pelo Governo do Estado, motivou a sequência de entidades associativas instaladas em Santa Catarina.

Sucedeu-se a instalação das associações da GRANFPOLIS (Florianópolis – 26.03.69); AMMVI (Blumenau – 06.08.69); AMFRI (Itajaí – 03.08.70); AMUREL (Tubarão – 14.08.70); AMEOSC (São Miguel do Oeste – 31.07.71); AMAUC (Concórdia – 07.05.76); AMAI (Xanxerê – 06.10.78); AMVALI (Jaraguá do Sul – 27.06.79); AMESC (Araranguá – 05.06.79); AMVAC (Canoinhas – 19.04.80); AMREC (Criciúma – 20.06.80); AMERIOS (Maravilha – Janeiro de 1996); AMNORORESTE (São Lourenço do Oeste – Janeiro de 96); e AMPLASC (Campos Novos – 27.03.97).

Atualmente no Estado de Santa Catarina estão constituídas 21 (vinte e uma) Associações Microrregionais de Municípios, reconhecidas pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM), de acordo com o Estatuto Social:

Art. 7º - É condição para filiar-se e pertencer ao Quadro Social da FECAM, estar o Município também filiado a uma Associação de Municípios, reconhecido pela Federação. Parágrafo Único – Para efeito do “*caput*” deste artigo será reconhecida pela FECAM somente aquela associação que contar com no mínimo 08 (oito) municípios limítrofes filiados (SANTA CATARINA, 2014)

A criação das Associações de Municípios no Estado de Santa Catarina se dá pela vontade política do Poder Executivo Municipal (Prefeito), sempre com no mínimo dois ou mais Municípios, respaldados pelas respectivas Câmaras Municipais de Vereadores e obedecidos ao disposto na Constituição do Estado de Santa Catarina, que em seu art. 114, § 3º, estabelece: “Art. 114 [...] § 3º Os Municípios poderão criar associações, consórcios e entidades intermunicipais para a realização de ações, obras e serviços de interesse comum”.

As associações de Municípios, consórcios ou entidades intermunicipais são órgãos com personalidade jurídica de direito privado, sem fins de lucro, regidos por estatutos sociais registrados no cartório de registro de pessoas jurídicas, e obedecem as diretrizes estabelecidas pelas respectivas assembleias gerais e as previsões do seu estatuto social.

Em síntese, as associações de municípios possuem autonomia política e administrativa perante o governo nacional e estadual, é livre e autônoma a sua constituição, bastando tão somente prestar contas de seus atos aos municípios consorciados e atender aos requisitos de filiação da federação.

2.2.6 Mesorregiões e microrregiões homogêneas do IBGE

O Governo revolucionário (1964) instituiu e instalou 361 (trezentas e sessenta e uma) unidades regionais homogêneas, com o objetivo de desenvolver no Brasil um grande censo demográfico, tarefa delegada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Em Santa Catarina foram instituídas 6 (seis) mesorregiões do IBGE, ou sejam: Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense, e primeiramente 16 (dezesesseis) microrregiões (1968), passando para 20 (vinte) microrregiões em 1990, sendo elas as microrregiões de: São Miguel do

Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba, Concórdia, Canoinhas, São Bento do Sul, Joinville, Curitiba, Lages, Rio do Sul, Blumenau, Itajaí, Ituporanga, Tijucas, Florianópolis, Tabuleiro, Tubarão, Criciúma e Araranguá. A intenção do governo federal era reafirmar o conceito de espaço homogêneo para efeitos de organização e controle da produção, servindo de base para a tabulação de dados estatísticos para a formulação de políticas públicas, planejamento e investimentos federais nas regiões menos desenvolvidas.

Essas regiões para as quais foram utilizados critérios de homogeneidade substituíram a divisão regional do Brasil em zonas fisiográficas.

Conforme o IBGE entende-se por mesorregião:

Uma área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou [...] (IBGE, 1988).

A partir dos diagnósticos extraídos no Censo do IBGE e do conhecimento da realidade brasileira, por um bom período a União e os estados-membros realizaram grandes investimentos nessas regiões, cujas ações eram articuladas através das Superintendências Regionais, as quais permitiram o desencadeamento do processo de desenvolvimento e interiorização das políticas públicas.

No Estado de Santa Catarina essas ações foram desenvolvidas através da Superintendência de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), com sede em Porto Alegre, órgão extinto nos anos 80, devido ao esvaziamento do seu orçamento financeiro, mau gerenciamento administrativo e político, e o desvirtuamento de suas originárias funções.

2.2.7 Unidades territoriais polarizadas (microrregiões)

Santa Catarina vivenciou uma tentativa de desagregação política no Oeste do Estado, por volta dos anos 1950-1960, o que levou o Governo, de forma articulada com a SUDESUL, a criar uma estrutura administrativa descentralizada, com a instalação, na cidade de Chapecó, da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, basicamente com a finalidade de executar os projetos regionais, obras públicas, direcionar investimentos e principalmente acalmar a classe política, desgostosa com a falta de atenção dos governos da União e do Estado de Santa Catarina. Ao longo dos 30 (trinta) anos subsequentes a sua instalação, os recursos financeiros e investimentos foram escasseando, junto com a sua finalidade, até sua completa extinção.

Em contrapartida, no início da década de 1970, a ocupação e organização dos espaços regionais, não somente no Oeste, mas em todo o território do Estado de Santa Catarina, deu-se por força das reivindicações e aspirações políticas, com a criação das Unidades Microrregiões Polarizadas.

Foi assim que em 28 de setembro de 1971, o Governador do Estado editou o Decreto nº. 844, dispondo sobre normas para a regionalização das atividades da administração estadual, o planejamento e o desenvolvimento microrregionais, o chamado Projeto Catarinense de Desenvolvimento, com ele criando as 13 (treze) Unidades Microrregionais Polarizadas das Microrregiões: da GRANFPOLIS (Florianópolis), da Foz do Rio Itajaí (Itajaí), do Médio Vale do Itajaí (Blumenau), do Alto Vale do Itajaí (Rio do Sul), do Nordeste de Santa Catarina (Joinville), do Planalto Norte (Mafra), do Alto Rio do Peixe (Videira), do Meio Oeste Catarinense (Joaçaba), do Oeste de Santa Catarina (Chapecó), do Extremo Oeste de Santa Catarina (São Miguel do Oeste), da Região Serrana (Lages), da Região de Laguna (Tubarão) e do Sul de Santa Catarina (Criciúma).

Em 28 de dezembro de 1973, o governo estadual baixou o Decreto nº. 1.190, criando a Unidade Microrregional Polarizada do Alto Uruguai Catarinense (Concórdia).

Na prática, até este período, o agrupamento de municípios vinha de certa maneira obedecendo a peculiaridades regionais definidas a partir de estudos técnicos e à regionalização espontânea das Associações de Municípios e das Microrregiões Homogêneas do IBGE.

O Governo do Estado, a partir do ano de 1978, passou a ceder a pressão da classe política regional, capitaneada por Deputados, prefeitos e lideranças locais e regionais, desencadeando uma onda acelerada de

Unidades Microrregionais Polarizadas, com a edição dos Decretos que criaram as Microrregiões: do Vale do Tijucas e Itajaí - Mirim (Brusque); nº. 5.855 de 4.10.1978, do Alto Irani (Xanxerê); nº. 5.856 de 4.10.1978, do Vale de Canoinhas (Canoinhas); e nº. 5.857 de 4.10.1978, do Vale do Itapocu (Jaraguá do Sul).

Naquele período, já faziam parte da estrutura administrativa do Governo do Estado de Santa Catarina 19 (dezenove) Unidades Microrregionais Polarizadas. Não satisfeitas, as lideranças políticas conquistaram novas unidades, com a anuência do governo estadual, ao editar os seguintes Decretos nº. 19.542 de 14.6.1983, que criou as microrregiões de Laguna com sede em Laguna e alterou a denominação da microrregião de Tubarão para Vale do Rio Tubarão (com sede em Tubarão); nº. 28.193 de 30.12.1985, da Região do Rio Itajaí do Sul (Ituporanga) e nº. 28.731 de 10.4.1986, da Região do Alto Rio Negro (São Bento do Sul). Com essas três últimas, são 22 (vinte e duas) as Unidades Microrregionais Polarizadas criadas pelo governo estadual, com o objetivo de instalar órgãos nas microrregiões, até o advento da nova Constituição Estadual, promulgada em 5 de outubro de 1989. Mas, certamente, o maior motivo era fazer a vontade política de lideranças regionais.

A partir da Constituição Estadual de 1989, a divisão microrregional passou a ser instituída através de lei complementar estadual, conforme preceitua a Carta Constitucional Catarinense, em seu art. 114:

Art. 114. O Estado, para integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de seu interesse e de Municípios limítrofes do mesmo complexo geoeconômico e social, poderá, mediante lei complementar, instituir: I – regiões metropolitanas; II – aglomerações urbanas; III - microrregiões; § 1º - A instituição de região metropolitana se fará com base em avaliação do conjunto dos seguintes dados ou fatores, entre outros objetivamente apurados: I - população, crescimento demográfico, grau de concentração e fluxos migratórios; II - atividade econômica e perspectivas de desenvolvimento; III - fatores de polarização; IV - deficiência dos recursos públicos, em um ou mais municípios, com implicação no desenvolvimento da região. § 2º - Não será criada microrregião integrada por menos de quatro por cento dos Municípios do Estado. § 3º - Os Municípios poderão criar associações, consórcios e entidades intermunicipais para a realização de ações, obras e serviços de interesse comum.

O Estado de Santa Catarina conta com 24 (vinte e quatro) microrregiões Polarizadas, com a aprovação e publicação da Lei Complementar nº. 168, de 1º de agosto de 1998, que cria a microrregião do Planalto Sul de Santa Catarina (Campos Novos), e da Lei Complementar nº. 174, que cria a microrregião do Vale Norte de Santa Catarina (Ibirama). Percebe-se uma inconstitucionalidade cometida pela Assembleia Legislativa Catarinense, ao aprovar a criação da microrregião de Ibirama (LC nº. 174), integrada por apenas 6 (seis) municípios, ferindo o § 2º, do Art. 114.

2.2.8 As Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional

O Governo que se instalou em Santa Catarina no dia 1º de janeiro de 2003 propôs uma nova organização regional, com a finalidade de descentralizar as funções administrativas, desconcentrar a máquina pública e regionalizar o desenvolvimento.

A proposta se transformou em lei, aprovada por unanimidade do parlamento catarinense, sendo publicada em 30 de janeiro de 2003 como Lei Complementar Estadual nº. 243./2003

Pela Lei Complementar citada, foram criadas 29 (vinte e nove)

Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional. A criação destas secretarias não levou em conta critérios técnicos, nem observou o disposto no *caput*, do art. 114, da Constituição do Estado. Em 28 de fevereiro de 2005, foi publicada a Lei Complementar Estadual nº. 284, que, criou a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da região de Dionísio Cerqueira e após 2007 outras 6 (seis) foram criadas, quase na totalidade na região oeste catarinense, alvo da presente pesquisa.

A criação dessas estruturas administrativas, de abrangência microrregional, fragiliza o processo de planejamento e a organização do território, por ceder a aspirações da classe política local e regional, em detrimento de critérios técnicos, culturais e de recortes já consolidados.

2.2.9 As Regiões Metropolitanas

O artigo 114 da Constituição do Estado de Santa Catarina, de 1989, afirma que:

O Estado, para integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de seu interesse e de Municípios limítrofes do mesmo complexo geoeconômico e social, poderá, mediante lei complementar, instituir Regiões Metropolitanas.

A única Região Metropolitana criada antes de 2007 foi a da Região de Florianópolis considerada uma região metropolitana brasileira. Criada pela lei complementar estadual nº 162 de 1998, foi extinta pela lei complementar estadual nº 381 de 2007 e reinstituída pela lei complementar estadual nº 495 de 2010.

Em decorrência de dispositivos legais o Estado de Santa Catarina possui 11 (onze) regiões metropolitanas, criadas por Lei Complementar Estadual, 377/2007 , 495/2010 e 571/2012, mas ainda não implementadas e/ou instaladas. As regiões metropolitanas existentes e os municípios que as compõe são caracterizados no Quadro 04,

Quadro 04 - Regiões Metropolitanas de Santa Catarina

Região Metropolitana		Sede	Municípios (núcleo metropolitano)
1	Florianópolis	Florianópolis	Águas Mornas, Antonio Carlos, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.
2	Vale do Itajaí	Blumenau	Blumenau, Pomerode, Gaspar, Indaial e Timbó.
3	Alto Vale do Itajaí	Rio do Sul	Rio do Sul, Taió, Ibirama e Ituporanga
4	Norte/Nordest e Catarinense	Joinville	Joinville e Araquari
5	Lages	Lages	Lages e Correia Pinto
6	Foz do Rio Itajaí	Itajaí	Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú, Navegantes e Penha
7	Carboníferas	Criciúma	Criciúma, Nova Veneza, Içara, Cocal do Sul, Forquilha, Siderópolis e Morro da Fumaça.
8	Tubarão	Tubarão	Tubarão, Capivari de Baixo e Gravatal
9	Chapecó	Chapecó	Chapecó, Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Paial, Pinhalzinho, Planalto Alegre, São Carlos, Saudades, Seara, Xanxerê e Xaxim.

Continua

Continuação

10	Contestado	Joaçaba	Abdon Batista, Água Doce, Alto Bela Vista, Arabutã, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Celso Ramos, Concórdia, Erval Velho, Fraiburgo, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Ipumirim, Irani, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Ouro, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Treze Tílias, Vargem, Vargem Bonita, Videira e Zortéa.
11	Extremo Oeste	São Miguel do Oeste	Bandeirante, BarraBonita, Bel monte, Cunha Porã Descanso, Dionísio Cerqueira, Flor do Sertão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Iraceminha, Itapiranga, Maravilha, Paraíso, Princesa, Romelândia, Santa Catarina, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel d'Oeste e Tunápolis.

Elaboração: autora/2014

Na área da presente pesquisa são 3 (três) Regiões Metropolitanas, as quais englobam 82 (oitenta e dois) Municípios no núcleo considerado metropolitano.

A justificativa para criação das regiões metropolitanas tem sido sobretudo atrelado a possibilidade de captação de recursos federais já que diversos Ministérios possuem orçamento carimbado para estas

regiões, as quais se justificam para a solução de serviços de forma conjunta consorciada nas questões de recolhimento e destinação do lixo, infraestrutura, transporte público, captação de água, meio ambiente entre outros. As tarifas telefônicas unificadas tem sido um ganho efetivo com a redução dos custos das ligações com mesmo DDD.

No caso de Santa Catarina apenas Florianópolis tem características claras e evidentes de uma metrópole, caracterizada especialmente com a conurbação de diversos municípios, mas em função desta possibilidade de maior verba federal e estadual bem como outros benefícios a população, todas estas demais 10 (dez) regiões metropolitanas foram instituídas, embora tecnicamente não justificassem tal medida, já que muitas delas na refletem estratégias conjuntas de desenvolvimento territorial e a gestão das funções públicas de interesse comum. Neste sentido diz Machado (2008):

Essa trajetória de metropolização em territórios catarinenses tem suscitado críticas, muitas das quais relacionadas quase sempre aos critérios adotados e o que deles efetivamente explicam e justificam as ações políticas, sem atender a quaisquer critérios urbanísticos e econômicos que justifiquem tais deliberações” (MACHADO, 2008, p. 238).

2.2.10 Os Consórcios Públicos

A possibilidade de integração regional para o planejamento e execução de funções públicas de interesse comum de forma compartilhada, a exemplo das regiões metropolitanas estas definidas pela Constituição Federal no seu art. 25. parágrafo 3. Que diz:

§3º - Os estados poderão, mediante Lei complementar instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A gestão associada e a execução por meio de consórcios públicos estão previstas no art. 241 da mesma Constituição Federal de 1988 regulamentada pela Emenda Constitucional n. 19/1998 que deu

nova redação ao artigo o qual estabelece:

Art. 241 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de Leis os Consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, pessoal e bens essenciais a continuidade dos serviços transferidos.

A Lei 11.107/2005 vem regulamentar o art. 241 da Constituição Federal, dispondo sobre as normas gerais para contratação de consórcios públicos e o Decreto n. 6017/2007 estabelece normas para a execução desta lei em especial o detalhamento dos objetivos, instrumentos e processo para constituição, bem como a regulamentação da gestão administrativa e do funcionamento do mesmo.

Quando da promulgação da Lei n^o 11.107, de 6 de abril de 2005 que regulamenta os Consórcios Públicos, vários argumentos utilizados apontavam para as vantagens do consorciamento entre os entes da Federação, tais como o de instrumentalizar os entes federados e operar as múltiplas escalas do projeto nacional de desenvolvimento e o de permitir a descentralização de recursos técnicos e financeiros e promover a regionalização e territorialização de políticas públicas.

No caso de Santa Catarina diversos consórcios públicos foram criados visando atender interesses comuns, que serão detalhados no Capítulo III, entidades estas que complementam o desenho federativo brasileiro, articulando as políticas públicas de forma compartilhada.

Castro (2006) afirma que os consórcios intermunicipais são formas ágeis e tuteladas pelo direito para o enfrentamento de problemas locais e regionais, aproveitando esta coesão política e considerando que a participação dos atores locais é uma condição *sine qua non*¹⁶ e um pilar fundamental do processo de desenvolvimento territorial sustentável.

¹⁶ Sem o qual não pode ser

CAPITULO III

REGIONALIZAÇÃO: MODELOS E EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

3 O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO NOS PAÍSES EUROPEUS: FRANÇA, ITALIA, ALEMANHA E PORTUGAL.

A Europa das regiões é sem duvida um referencial importante quando se quer tratar de desenvolvimento a partir do regional. Isto porque foi o primeiro continente a estabelecer um fundo de desenvolvimento europeu constituído especificamente com este propósito de desenvolvimento integrado da Europa beneficiando mais os que precisam mais. Além disto, o processo de descentralização e a regionalização em Santa Catarina, conforme justificativa dos idealizadores teria se embasado nesta experiência. Conforme Rocha (2002):

A Europa tinha metrópoles e regiões muito antes que as fronteiras dos Estados-Nação tivessem sido fixadas, herdeira da concepção grega da polis, a tradição ocidental está ligada a ideia de uma cidade livre, com mercados, artesãos, mercadores, catedrais e universidades. Este sentimento de identidade regional nunca desapareceu completamente na Europa, reforçando-e nos últimos anos com a instituição da União Europeia.

Assim se faz imprescindível fazer referência a constituição da União Europeia e seus princípios balizadores para entender o papel das regiões neste contexto. O tratado da União Europeia, no seu Titulo XIV (da Coesão Social e Econômica), no seu artigo 130, coloca que a comunidade europeia procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões como um todo e o atraso das menos favorecidas. Para isto são garantidos fundos estruturais que tem levado em conta na alocação dos recursos estas premissas. Neste mesmo artigo o tratado especifica a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) estabelecendo que o objetivo do mesmo seja contribuir para a correção dos principais desequilíbrios

regionais da comunidade europeia através da participação no desenvolvimento e no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas e na reconversão das regiões industriais em declínio.

Assim, identifica-se clara e legalmente que a política regional europeia está ligada a ideais de regionalização, descentralização e desenvolvimento regional, como esta tese se propõe a pesquisar até que ponto em Santa Catarina com a instituição das Secretarias de Desenvolvimento Regional, sem um fundo regional específico, desprovido e uma efetiva descentralização orçamentária, isto foi ou não alcançado, tendo como ponto focal a fragmentação dos recortes territoriais.

O processo de regionalização do desenvolvimento adotado desta forma por países europeus, capitaneado pela União Europeia com seus fundos estruturais, seja de subsidiariedade e coesão para regiões menos desenvolvidas ou dos fundos de competitividade e emprego para regiões com indicadores mais favoráveis, será abordada neste capítulo a título de exemplificação as experiências na Alemanha, Itália, França e Portugal, com ênfase para este último onde se detalhará com maior profundidade a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

3.1 INSTITUIÇÃO DAS UNIDADES TERRITORIAIS ESTATÍSTICAS EUROPÉIAS (NUTS)

Através do Regulamento da Comunidade Européia, n. 1059/2003 do Parlamento Europeu instituiu uma nomenclatura denominada Unidades Territoriais Estatísticas conhecidas como NUTS - *Nomenclature of Territorial Units for Statistics*, que por sua vez obedecem as divisões estabelecidas pelos Estados Membros. São denominadas NUTS 1 as de maior abrangência territorial, por exemplo, no caso da Alemanha, as *Länder*¹⁷ e em Portugal o continente. No segundo nível definido como NUTS 2 estão aquelas porções territoriais intermediárias, como no caso das *Regionis*¹⁸ na Itália. E no último nível, NUTS 3 estão as de menor dimensão territorial, caso dos *departaments*¹⁹ na França (ver quadro 05). Esta subdivisão foi estabelecida pela *Eurostat*²⁰ (Agência Européia de Estatísticas) e tem como objetivo

¹⁷ Região

¹⁸ Região

¹⁹ Departamentos

²⁰ Agência Europeia de Estatística

padronizar a produção e divulgação das estatísticas, a exemplo do Brasil com as mesorregiões e microrregiões do IBGE.

Quadro 05 - Divisão Regional e sub-regional das NUTS – Europa

PAIS	REGIÕES NUTS 1	REGIOES NUTS 2	REGIOES NUTS 3
ALEMANHA	Estado(Lander ou Bundesländer)	Regierungsbezirke	Kreise(Distritos)
FRANÇA	Zeat + Dom	Regions	Départaments
ITALIA	Gruppi di Regioni	Regioni	Provincie
PORTUGAL	Continente e regioes	Regioes Plano	Distritos

Fonte: Departamento Geral da Políticas Regionais – DGRegio/2010

A nomenclatura NUTS é utilizada como referência:

Para o levantamento, desenvolvimento e harmonização das estatísticas regionais comunitárias; para análises socioeconômicas das regiões; e para enquadrar as políticas regionais comunitárias.

As NUTS privilegiam divisões institucionais e podem ser utilizados critérios diferentes na subdivisão do território nacional em regiões, que se dividem, de um modo geral, entre critérios normativos e analíticos.

Regiões normativas são a expressão de uma vontade política; os seus limites são estabelecidos em função das tarefas atribuídas às comunidades territoriais, de acordo com a densidade populacional necessária para viabilizar as tarefas, de forma eficiente e econômicas, e com outros fatores históricos, culturais, etc.

Regiões analíticas (ou funcionais): são definidas de acordo com requisitos analíticos; agrupam zonas utilizando critérios geográficos (por exemplo, altitude ou tipo de solo) ou critérios socioeconômicos (por exemplo, homogeneidade, complementaridade ou polaridade das economias regionais).

No caso europeu as NUTS baseiam-se, sobretudo em divisões institucionais, atualmente em vigor nos estados membros (critérios normativos) privilegiando unidades regionais de caráter geral, excluindo unidades territoriais e unidades locais específicas.

As principais características tem alguns princípios básicos adotados ou sejam: a divisão em função do número da população

máxima e mínima conforme dados no Quadro 06.

Quadro 06 - Referências populacionais das Regiões Europeias

NÍVEL	Mínimo HAB.	Máximo HAB.
NUTS 1	<i>3 milhões</i>	7 milhões
NUTS 2	<i>800.000 mil</i>	3 milhões
NUTS 3	<i>150.000 mil</i>	800.000 mil

Elaboração: autora/2010

Um segundo principio é que as regiões obedeçam aos critérios normativos da divisão administrativa de cada um dos países membros, e o terceiro critério é que sejam unidades geográficas gerais e não específicas já que estas são mais adequadas para um determinado indicador que se queira medir.

3.2 REGIONALIZAÇÃO NA FRANÇA

A França possui uma população em torno de 65 (sessenta e cinco) milhões de habitantes, com uma densidade demográfica de 107 (cento e sete) hab. por km², em uma área territorial de 547.030 Km², a maior dos países que compõe a União Europeia. Quanto aos aspectos de regionalização, a França encontra-se dividida em 26 (vinte seis) regiões, sendo 22 (vinte dois) metropolitanas, que, por sua vez, se dividem em 100 (cem) Departamentos: 96 (noventa e seis) departamentos metropolitanos e 4 (quatro) departamentos ultramarinos, os quais são considerados uma região administrativa. Os 100 (cem) departamentos são divididos em 341 (trezentos e quarenta e um) circunscrições, que por sua vez, são divididos em 4.032 (quatro mil e trinta e dois) cantões (região administrativa). Existem 36.680 (trinta e seis mil, seiscentos e oitenta) municípios franceses, denominados de *comunes*²¹ e 2.588 (duas mil, quinhentos e oitenta e oito) entidades intermunicipais. As regiões francesas estão demonstradas na figura 02.

As regiões, departamentos e comunas são todos conhecidos como coletividades territoriais, possuindo assim, assembleias locais e um executivo.

Segundo Immergut (1998), desde as leis de descentralização de 1982, cada região comporta um Conselho Regional (eleito por seis anos). O Presidente da Região coordena a ação do Governo nos diferentes departamentos.

²¹ Municípios

As competências das regiões são:

- a) Animação do processo de ordenamento do território;
- b) Elaboração do plano regional de ordenamento e desenvolvimento do território;
- c) Contrato de Plano Estado-Região;
- d) Planos regionais setoriais;
- e) Ação econômica;
- f) Transporte ferroviário;
- g) Administração portuária

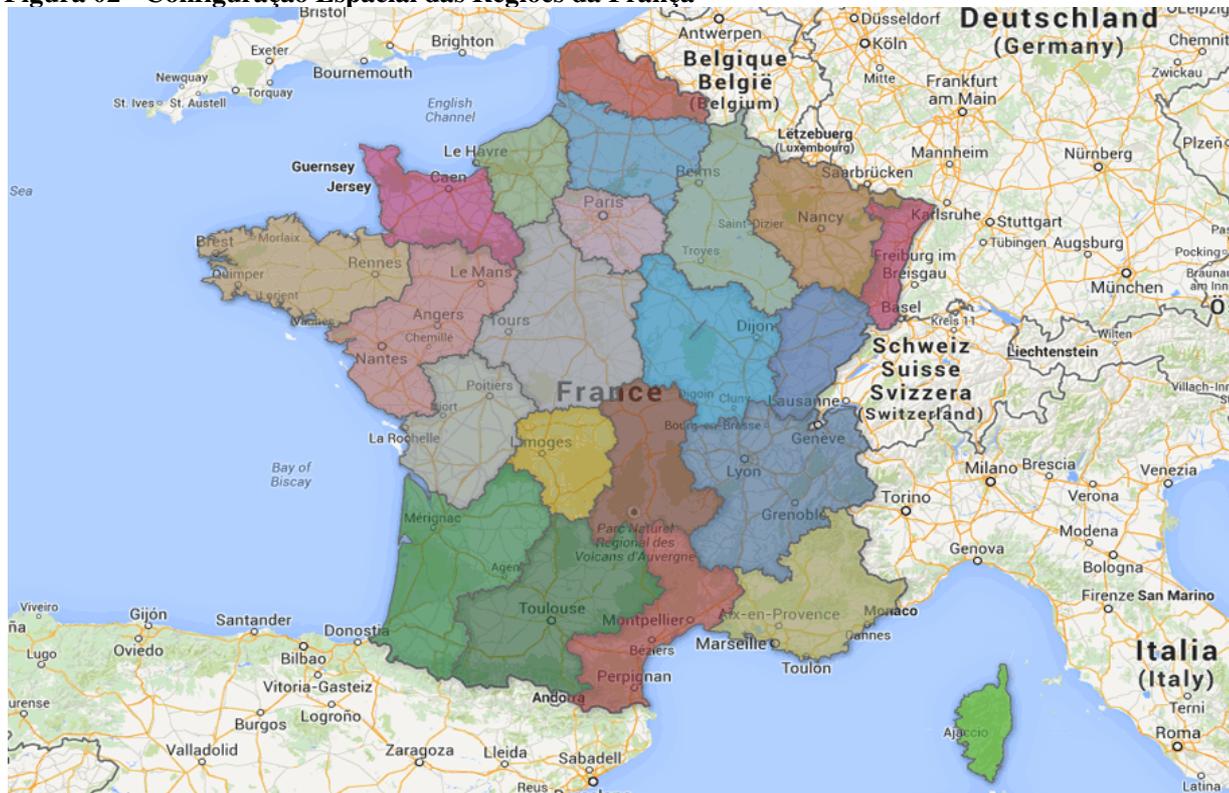
As competências dos departamentos franceses são:

- a) Planos departamentais/ setoriais;
- b) Ajudas econômicas diretas e indiretas;
- c) Transporte em rodovias não urbanas, transporte escolar e ação social na área da saúde, entre outras.

Das *communes*²² (municípios) as principais competências são:

- a) Planos de ordenamento territorial;
- b) Plano local de urbanismo;
- c) Cartas municipais

²² Municípios

Figura 02 - Configuração Espacial das Regiões da França

Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=mapa+com+as+regioes+administrativas>> . Acessado em janeiro de 2014.

3.3 REGIONALIZAÇÃO NA ALEMANHA

A Alemanha possui em torno de 82 (oitenta e dois) milhões de pessoas distribuídas num espaço territorial de 357.021Km², sendo uma democracia Constitucional Federal cuja Lei promulgada em 1949, dividiu o território alemão em 10 (dez) *Länder*²³ ou Estados .

Atualmente, o país se compõe de 16 (dezesesseis) estados federados autônomos, denominados *Länder* (no singular, *Land*): Baden-Württemberg, Baixa Saxônia, Baviera, Brandemburgo, Bremen, Hamburgo, Hessen, Mecklemburgo- Pomerânia Ocidental, Renânia do Norte-Vestfália, Renânia-Palatinado, Sarre, Saxônia, Saxônia-Anhalt, Schleswig-Holstein e Turíngia, sendo que Berlim tornou-se também um Land autônomo reunindo os setores ocidental e oriental da cidade. Salienta-se que dos 16 *Landers*, três são cidades-estados, Hamburg, Bremen e Berlim, combinando governos estaduais e municipais. As regiões alemãs estão configuradas na figura 03 e a configuração federativa na figura 04.

O traço que melhor caracteriza a estrutura administrativa da Alemanha, portanto, é a grande descentralização, derivada da divisão territorial em *Länder*: sendo que cada um dos estados tem um Parlamento e um governo, cujo raio de ação se limita a seu próprio território e cujo único vínculo com o governo federal são os membros da Câmara Alta, designados pelo governo estadual.

Até 1º de março de 2006, na Alemanha existiam 12.320 (doze mil, trezentos e vinte) municipalidades com direitos conforme a constituição alemã de administrar todos os assuntos da comunidade local sob sua responsabilidade, dentro dos limites estabelecidos em lei.

Na Alemanha as instituições do governo municipal são chamadas de *Kreise* (condados) e *Gemeinden* (municipalidades). Os *kreise* consistem em certo numero de municipalidades com o objetivo de, consorciados, prover serviços mais eficientes através de recursos e experiência. Suas competências provem de delegações dos *Länder*. A constituição alemã também garante o direito aos governos locais de formarem associações de municipalidades. Ao contrario dos *Kreise* que se referem a áreas específicas, as associações se organizam em torno de funções específicas, normalmente relacionadas ao planejamento ou a prestação de serviços tais como, educação, coleta de lixo, hospitais, transporte publico, etc.

²³ Região

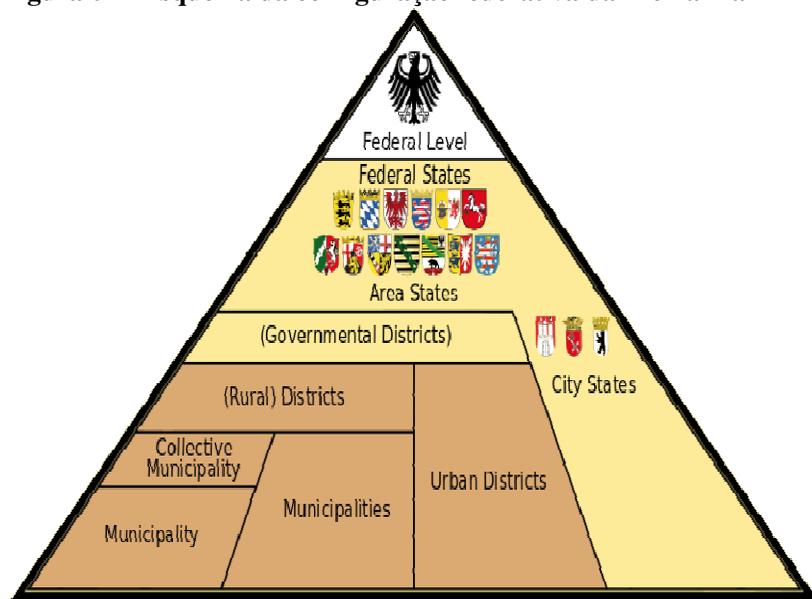
A descentralização institucional se manifesta de modo especial no sistema de ensino. Cada um dos *Länder* autônomos adota seu próprio método educativo, embora exista uma orientação geral à qual se devem adequar os programas de todos os *Länder*. Na Alemanha depende do Parlamento do *Lander* dividir o próprio território em distritos, em consórcios de municípios ou em áreas especiais em função de interesses específicos.

Figura 03 - Configuração espacial das Regiões na Alemanha



Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/subdivisoesdaAlemanha>>. Acessado em janeiro de 2014

Figura 04 - Esquema da configuração federativa da Alemanha



Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/subdivisoesdaAlemanha>>. Acessado em janeiro de 2014.

3.4 REGIONALIZAÇÃO NA ITÁLIA

A Constituição Italiana de 1948 estabeleceu um regime de parlamento bicameral, o qual consiste de uma Câmara dos Deputados e de um Senado, bem como de um Sistema Judiciário; e um Sistema Executivo composto de um Conselho de Ministros, liderado pelo Primeiro-ministro.

Estado altamente descentralizado, a administração local é constituída por organismos públicos chamados organismos territoriais. São eles: A Região, a Província e a Comuna. A Itália, portanto, divide-se em 19 (dezenove) regiões, cada uma envolvendo uma ou várias províncias (110 províncias), que por sua vez estão divididas em 8100 (oito mil e cem) comunas.

O quadro 07 mostra algumas das principais competências de cada um destes diferentes níveis na estrutura federativa da Itália.

Quadro 07 - Competências administrativas da Estrutura Federativa Italiana

COMPETÊNCIAS		
Administrações das Regiões	Administrações das províncias	Administrações das comunas
planejamento e desenvolvimento regional	valorização dos bens culturais	urbanismo e planejamento local
Urbanismo	proteção civil	gestão do território
desenvolvimento econômico e do território	Cultura	desenvolvimento econômico
Agricultura	proteção da flora e fauna	serviços militares
Comércio	parques e reservas naturais	Estatísticas
proteção civil	Educação	registro de estado civil
Educação	patrimônio hídrico e energético	serviços sociais locais
Transporte	Transporte	Creches
meio ambiente	meio ambiente	meio ambiente
Saúde		deficientes escolares

Fonte: Disponível

em: <<http://www.lagazettedescommunes.com/numeritek/cd/cahier1674.pdf>>. Acessado em novembro de 2013. (Adaptado).

A Itália possui 20 (vinte) regiões, conforme demonstrado na Figura 05, as quais, a partir de 1948, com a promulgação da Constituição Italiana, tiveram garantida sua maior autonomia, quando do estabelecimento do papel da Constituição em: reconhecer, proteger e promover a autonomia local, para assegurar que os serviços em nível de Estado sejam tão descentralizados quanto possível, e para adaptar os princípios, estabelecendo autonomia e descentralização. Atualmente existiam 110 (cento e dez) províncias e 8101 (oito mil e cento e um) comunas (municípios) na Itália. As Regiões têm o poder de mudar o número de províncias e municípios, assim como dividir o território segundo as exigências regionais.

Um conceito estrutural na Itália, que possui 60,6 (sessenta vírgula seis) milhões de habitantes em 301.338 km² (trezentos e um mil e trezentos e trinta e oito quilômetros quadrados) é o princípio da autonomia local, segundo a qual os municípios e as províncias são responsáveis por suas próprias funções, operando seus serviços. Neste sentido os princípios que dão base à administração pública italiana estão na Lei n. 59, de 15 de março de 1997 (Lei Bassanini), a qual delega funções e deveres às Províncias e *Comunas*²⁴.

De acordo com Putnam (1999), para atender as exigências de cada território, os serviços do Estado foram descentralizados e cada região passou a administrar os seus próprios interesses. Para tal fim, o Estado concedeu autonomia às Regiões, para que pudessem programar e realizar todos os trabalhos necessários à zona pertinente. Desse modo cada região desenvolve programas diversos para alcançar objetivos diversos dentro da própria autonomia administrativa que abrange os vários setores da vida regional, em função dos recursos econômicos de que dispõe.

As regiões foram estabelecidas por várias leis e servem prioritariamente para descentralizar a máquina de governo do Estado. Em razão disso, administrações recentes têm dado mais poderes às regiões. Muitas das regiões do norte estão buscando mais autonomia e poder. As regiões são encabeçadas por um Comissário que serve para coordenar os assuntos e as atividades do aparato do Governo central.

Os governos provinciais e comunais seguem princípios similares: conselhos e juntas encabeçadas por Presidentes Provinciais ou Prefeitos Comunais.

A descentralização das administrações regionais na Itália não foi suficiente para evitar que as diferentes administrações regionais apresentassem padrões muito distintos de eficiência e sensibilidade às demandas dos cidadãos (Putnam, 1999).

Como exemplo pratico experiências aplicadas na Itália mais precisamente na região da Emília Romagna, baseadas na redução das desigualdades regionais, se sobrepõem aos interesses corporativos e individuais.

Este talvez seja, de fato, o norte ou a diretriz para o grau de comprometimento que deva ser dispensado às experiências brasileiras em projetos de desenvolvimento local e regional, que, voltando à região da Emilia Romagna, sem dúvida, é o mais claro exemplo de sucesso na concretização dos objetivos traçados em relação à eliminação ou

²⁴ Províncias e Municípios

redução das desigualdades que se fundam com a da competitividade, ou seja, o crescimento econômico, estes os dois pilares que sustentam o crescimento do conjunto territorial.

Figura 05 - Regiões Italianas



Fonte: Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/subdivisoies da Itália](http://pt.wikipedia.org/wiki/subdivisoies_da_Itália)>. Acessado em novembro de 2013.

3.5 REGIONALIZAÇÃO EM PORTUGAL

Portugal, Estado Unitário com uma estrutura de governo Republicana parlamentar, possui uma área geográfica de 92.094 Km² menor que o Estado de Santa Catarina que é de 95.346Km² possuindo quase o dobro em termos populacionais, ou seja, 10.627 habitantes, (dados do censo de 2007) com 308 (trezentos e oito) municípios, denominados de Concelhos²⁵. Historicamente, Portugal se caracteriza pela centralização do Governo, sem um nível de governação regional formal no continente e por conta disto, dispendo de municípios fortes.

²⁵ Municípios

Aderiu como membro da União Europeia em 1986 e da Zona do Euro em 1999, referenciais importantes no processo de desenvolvimento do país.

País dos mais antigos da Europa possui seus limites territoriais ao nível continental com as mesmas fronteiras desde o século XIII, possuindo uma unidade cultural propiciada especialmente pela língua e pela religião, uma só durante vários séculos. Outro traço relevante e tão importante quanto a língua e a religião para propiciar esta unidade pelo menos em termos nacionais é a questão da paisagem.

No caso de Portugal, país dentro da Comunidade Europeia onde se estudou com maiores detalhes, a política de regionalização defendida pelo Estado Novo a constituição de 1933 previu e implantou as autarquias locais supramunicipais, denominadas de províncias (Figura 06). Esta divisão foi feita com base nos estudos do Geógrafo Amorim Girão, que dividiam Portugal continental em 13 (treze) regiões naturais, mas com 11 (onze) províncias sendo 4 (quatro) das regiões naturais agrupadas em duas. Esta divisão não levou em conta os limites distritais e já a partir desta data o país começou a conviver com duas grandes divisões: a provincial e distrital, sobrepostas e não coincidentes. No ano de 1959 os distritos substituem as províncias na condição de autarquias supramunicipais, sendo que as províncias passam a condição apenas de referencia geográfica, as quais foram extintas em 1976.

Um dado importante a ser ressaltado na questão da unidade territorial também se encontra na diversidade muitas vezes provocadas pelo isolamento de regiões, face a precariedade de meios de comunicação e transporte durante anos, especialmente antes do País entrar na comunidade europeia. No entanto como reforça Gaspar (1993), “As novas realidades do território, tais como a urbanização, a industrialização ou o turismo, vão, entretanto, promovendo novas paisagens, resultantes da combinação entre o que existia e o que aparece de novo”.

Figura 06 - Mapa das Províncias – 1936

Fonte: CCDR/RLVT/2013

Por uma questão de localização, dos conflitos que não existiram entre regiões, da questão prioritária que foi dado a questão do litoral em detrimento a questão da fronteira terrestre, do papel dos descobrimentos, do comércio ultramarinho, fez com que em Lisboa, na sua condição geográfica, se concentrasse o poder político e econômico de Portugal.

Ainda, conforme Gaspar (1993), “mais do que regionalismo, a característica mais notável da territorialidade dos portugueses é o localismo, que se manifesta frequentemente em dois níveis institucionalizados: freguesia e concelho”.

Mas, em se tratando especificamente do processo de constituição de regiões, e mais da representação regional do território, foi a partir do Decreto Lei n. 48.905 de 1969 que efetivamente se define a realização de uma política regional contemplada no III Plano de Fomento, sendo o país pela primeira vez dividido em quatro regiões: Norte, Centro, Lisboa e Sul e subdivididas em oito frações: Norte Litoral, Norte interior, Centro Litoral, Centro interior, Lisboa Litoral, Lisboa interior, Alentejo e Algarve, assim como as regiões insulares dos Açores e da Madeira. Em cada uma destas regiões instituídas foram criadas Comissões Consultivas Regionais, que mais tarde deram lugar as atuais Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Este se constituiu no primeiro referencial importante ao nível de regionalização em Portugal, sendo anos mais tarde institucionalizada a região do Algarve como a 5ª região, até pela sua delimitação geográfica, natureza histórica, política e econômica peculiar. Até nos dias de hoje estas 5 (cinco regiões) continuam ser consideradas as mais bem traçadas em função da convergência de características físicas, dos aspectos históricos de cada uma delas e dos aspectos funcionais.

Após sete anos deste processo que ocorreu em 1969, a Constituição Portuguesa de 1976 estabelece que Portugal se dividiria em regiões autônomas (Açores e Madeira) e em Regiões Administrativas, a serem instituídas no continente, sendo que, desde esta data até hoje estas não foram oficialmente instituídas, embora várias tentativas neste sentido, sendo a mais importante a do referendo de 1998 onde a proposta foi rejeitada com baixa participação dos eleitores, até porque a proposta não foi esclarecida para a população, que não entendeu seus propósitos. Neste referendo os questionamentos centravam-se em saber se a população concordava com o processo e se concordava com o novo Mapa que estava sendo apresentado. A organização e o funcionamento das regiões administrativas encontram-se definidos no capítulo IV da Constituição portuguesa/1976 e na Lei 56/1991 também conhecida como Lei-Quadro das Regiões Administrativas.

A grande problemática neste referendo foi a geografia territorial apresentada a qual não correspondia ao que tradicionalmente as pessoas estavam acostumadas a trabalhar, enxergar e viver o seu dia a dia embora uma geografia não estabilizada. Este mapa novo mexeu com questões políticas e a partir desta negativa nenhum governo mais

trabalhou este tema pelos traumas deixados pelo processo.

Conforme Ferrão (2002), “o nível regional proposto” era atípico face às várias espacialidades macrorregionais reconhecidas pelos portugueses e, ao mesmo tempo, não foi considerada como sendo uma recombinação com efeitos operatórios úteis do ponto de vista do cotidiano das pessoas e das organizações.

A negativa por parte dos portugueses em criar estas regiões administrativas reforçou a necessidade de atendimento do art. 267 da Constituição Portuguesa especialmente em 2 (dois) dos 5 (cinco) princípios constitucionais que se referem diretamente a esta matéria e que são: princípio da descentralização e princípio da desconcentração. Por desconcentração territorial entende-se a criação de um ou mais níveis territoriais infranacionais com limitados níveis de autonomia e sempre sob a tutela do Estado. Por descentralização territorial o nível de autonomia existe através da transferência de ações para serem exercidas pelas regiões como tarefas próprias, com recursos humanos e financeiros.

Ainda, segundo o art. 291 da constituição portuguesa de 1976, “enquanto as regiões administrativas não estiverem concretamente instituídas, subsistirá a divisão distrital no espaço por elas abrangido”. E, conforme o art. 47 da Lei Quadro das regiões administrativas após a instituição destas regiões administrativas e a nomeação do governador civil regional será abolido os distritos e extintas as CCDR, bem como as comunidades intermunicipais.

Conforme Claudino (2006) “a divisão regional do continente dificilmente suscita consensos, mas não desperta igualmente grandes polemicas, também entre os geógrafos portugueses”, assumindo que a região da sua aceção mais vulgar, de divisão infranacional, tendo presente que, etimologicamente, ela é um território dotado de poder próprio, com capacidade de se reger, e que a regionalização é sempre um processo de descentralização política.

Mas, sendo este um preceito constitucional e enquanto as regiões não forem oficializadas, e até mesmo pela histórica centralização do Governo Português, várias divisões administrativas foram sendo criadas num processo vertical se sobrepondo as de outras divisões, e provocando por vezes a duplicação de serviços e a sobreposição de competências. Enquanto nas regiões autónomas da Madeira e Açores as divisões administrativas são de 1º nível, no continente são distribuídas em distritos, CCDR (comissão de coordenação do desenvolvimento regional), áreas metropolitanas, comunidades urbanas, comunidades intermunicipais, agencias de desenvolvimento regional, associações de

municípios, e outras mais. O governo central por sua vez também tem várias direções neste sentido atuando em diferentes zonas de intervenção. Isto sem falar nas divisões das Nuts 1, 2 e 3, que embora seja para fins estatísticos definidos pela União Europeia, possui grande influencia governamental até porque é o referencial utilizado para alocação dos recursos oriundos dos fundos europeus.

A Lei rejeitada em referendo em 1998 estabelecia a divisão de Portugal em 8 (oito) regiões administrativas, ou sejam: Alentejo, Algarve, Beira Interior, Beira Litoral, Entre Douro e Minho, Estremadura e Ribatejo, Lisboa e Setubal e Tras dos Montes e Alto Douro (ver Figura 08) A proposição era abolir os distritos e oficializar estas 8 (oito) regiões. Mas como isto não ocorreu continuam as antigas divisões servindo de base para as intervenções regionais.

Na ocasião, a União Europeia lamentou oficialmente a não aprovação da regionalização portuguesa já que um dos seus principais fundos o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) tem a sua matriz regional.

Mas antes desta data, o Decreto Lei 494/79 instituiu formalmente as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, nomenclatura atual, que foram reforçadas pela criação dos Gabinetes de Apoio técnicos os quais tinham um nível de agregação dos municípios, seja por especialização produtiva ou homogeneidade fisiográfica, entre outros fatores.

Em 1989, através do Decreto Lei n. 46/89 se definiu as regiões para fins estatísticos da União Europeia, denominadas Nuts estabelecendo como unidades territoriais de primeiro nível, o continente, a ilha dos açores e a ilha da madeira. Em segundo nível, cinco regiões as mesmas da atuação das Comissões de Coordenação Regional, ou sejam: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. As NUTs 3 foram configuradas através do agrupamento de concelhos (municípios), utilizando-se inicialmente o referencial dos distritos já existentes. Hoje são 18 distritos e 28 Nuts III no espaço continental, o que demonstra a não simetria dos recortes regionais portugueses. Esta legislação foi atualizada pelo Regulamento Europeu 1059/2003.

Prevido os problemas territoriais que poderiam ocorrer e querendo se antecipar a eles a resolução do Conselho de Ministros n. 146/2001, coloca:

No território nacional coexistem atualmente matrizes muito diversificadas de organização territorial de serviços e departamentos a Administração do Estado, desde as Nuts II (correspondentes as áreas abrangidas pelas CCDR), aos distritos, aos agrupamentos de distritos e ainda, outras divisões territoriais, como o agrupamento de municípios.

E na sequência a resolução coloca:

[...] que a fixação de uma base territorial comum para a desconcentração constitui um dos requisitos fundamentais para a modernização e eficácia da Administração do Estado, no sentido de otimizar as condições para uma efetiva articulação interdepartamental.

A escala preferencial deveria ser a das Nuts II, resolução esta que deu um prazo de 12 meses para as adaptações necessárias.

Mas, na sequência destas iniciativas e a fim de ocupar o espaço regional e encontrar um nível intermediário as Leis 10 e 11 de 2003 estabeleceram a possibilidade de criação de Associação de Municípios de fins gerais e de fins específicos, bem como as Grandes Áreas Metropolitanas (mínimo de nove municípios e 350.000 hab.), Comunidades Urbanas (entre 150 e 350 mil habitantes) e comunidades intermunicipais (menos de 150.000 habitantes). (Ver figura 11)

Como no caso das associações de municípios não houve critérios e sendo uma ação voluntária, vários recortes foram instituídos, com muitos vazios identificados. Cada um se associava da forma que lhe fosse mais conveniente, gerando inúmeras discussões a respeito. Também houve a tentativa da criação de 7 (sete) regiões metropolitanas mas que efetivamente não se estabeleceram já que apenas Lisboa e o Porto tem uma configuração de conurbação que justifique este tipo de regionalização. Portanto, foi uma iniciativa que não se estabeleceu e nem produziu resultados satisfatórios até pela escala adotada, o que causaria ainda maiores conflitos na gestão pública.

Complementar a isto e abordando a questão mais ao nível local, Portugal é subdividido em 308 (trezentos e oito) municípios (chamados também de Concelhos) e pelas 4260 freguesias (distritos e bairros nos quais os Municípios se subdividem). Estas divisões constituídas de

poder autônomo em função de orçamento descentralizado e do processo democrático (voto popular não obrigatório) de escolha dos seus dirigentes obedecem as divisões dos municípios não possuindo neste sentido qualquer fragmentação. A área territorial destes concelhos são em média 5 (cinco) vezes maiores que os espanhóis, 8 (oito) vezes a dos italianos e 20 (vinte) vezes a dos franceses, o que os torna um poder local forte.

Além do que já foi citado, há outros profundos questionamentos em Portugal sobre a eficácia da instituição de regiões autônomas, de um lado pelo fato que estas poderiam dividir o que sempre esteve unido, além de fragilizar e expô-las a competição, especialmente naquelas que fazem fronteira com a Espanha. Além disto, levanta-se a questão do enfraquecimento às autarquias locais, o que se imagina não ocorrer já que poderá ser minimizados custos de operação de serviços efetuados em conjunto, a custos menores, além de grandes vantagens das parcerias que poderão ser efetivadas ao nível regional.

Os que defendem a regionalização argumentam especialmente que esta reforçará a coesão nacional, em função de que poderá atenuar as disparidades no interior do país evitando o conflito entre periferia e centro, além de reforçar o poder reivindicatório junto a União Europeia já que esta tem priorizado a política regional. A desconcentração dos serviços, investimentos e capital humano concentrado hoje na capital, Lisboa, também é um dos argumentos fortes reivindicatórios à criação de regiões.

Portanto, diversos estudos portugueses destacam vários fatores positivos ao processo de regionalização, entre eles os mais relevantes:

- a) A maior proximidade com as pessoas;
- b) Aumento da eficiência dos serviços públicos, através especialmente da agilização das respostas as solicitações;
- c) Estabelecimento de parcerias publica-privadas.

Em contraparte as desvantagens levantadas quando do processo de rejeição a criação das regiões administrativas, são especialmente:

- a) A perda de uma visão nacional da Administração do Estado;
- b) Dispersão e proliferação de centros decisórios;
- c) Aumento dos gastos;
- d) Menor qualidade dos serviços em função da pouca disponibilidade de pessoal qualificado. E ainda,
- e) A fragmentação da administração pública ocorrendo a descoordenação horizontal.

Ainda e reforçando a ideia, Caupers (1994) coloca:

As principais deficiências organizativas da administração periférica do Estado no continente Português residem, essencialmente numa excessiva desmultiplicação funcional do território, nas insuficientes competências de que dispõem os dirigentes das unidades periféricas, no déficite de coordenação e na rigidez da estrutura territorial da organização.

O Estado Português, portanto, como já colocado anteriormente, possuiu uma administração extremamente centralizada, de forma binária, central e local, embora passe a imagem que com a desconcentração de ministérios isto possa não ocorrer. Mas o fato é que não existindo a descentralização, fica evidente o baixo nível de desconcentração, embora a exigência na Constituição Portuguesa no seu art. 267.

Outro fator relevante e que se concentra numa grande dificuldade para entender a desconcentração regional em Portugal ocorre em função da inexistência de uma norma geral sobre o formato, ocasionando que cada ministério adote sua própria solução, nem sempre de forma homogênea e por isto mesmo, apresentando diferenciações territoriais, como por exemplo o que ocorre com as CCDR e as direções regionais de Educação ou da saúde as quais obedecem unicamente o princípio da Administração departamental.

Segundo relatório produzido para a Reforma da organização territorial da Administração do Estado, coordenada por Lisboa (2001):

A diversidade de modelos organizativos vigentes tanto na Administração Central como na desconcentrada, adaptados sem aparente racionalidade objectiva, revelam dificuldades e insuficiências que se verificam nas interações e complementariedades entre instituições públicas e destas com os cidadãos e com os agentes económicos e sociais, o que coloca sérios problemas no âmbito da necessária modernização e aumento da eficácia da Administração Pública.

O mesmo relatório destaca ainda:

a existência, sem racionalidade objectiva, de grande diversidade nas bases territoriais utilizadas para a implantação de serviços desconcentrados – NUT II, Distritos, Agrupamentos de Distritos e outros territórios, o que suscita dificuldades de compreensão da organização da administração por parte dos cidadãos e dos agentes económicos e sociais e das inerentes dificuldades que se colocam em aceder aos serviços desconcentrados, enormes disfunções e deseconomias e grandes dificuldades de diálogos, articulação e coordenação inter-sectorial.”

Dentro desta multiplicidade de recortes territoriais, demonstrada pela Figura 09, se destacam no território Português os distritos, hoje em numero de 18 (dezoito) e as NUTS II em número de 5 (cinco), ou também chamadas de regiões-plano, onde o processo de planeamento do desenvolvimento regional, a cargo das CCDR, se utiliza e se desenvolve, as Nuts III em numero de 28 (vinte e oito) que hoje balizam a geografia das comunidades intermunicipais. No entanto o que não ocorre é a devida coordenação das políticas setoriais ao nível regional, não produzindo a transversalidade necessária e portanto com poucos resultados efetivos.

Portugal encontra-se ainda como um Estado bastante centralizado sendo que ao nível regional funcionam departamentalizados, normalmente um para cada Ministério, sem um quadro verticalmente organizado com coordenação ao nível regional.

O Estado Central que encontramos a nível regional é o Estado das delegações regionais sectoriais, tendencialmente uma por cada ministério. Não há, neste quadro apenas verticalmente organizado, um nível de coordenação à escala regional. Verdadeiramente, cada departamento regional da Administração (incluindo as Comissões de Coordenação) é não mais do que uma extensão do respectivo ministério. (REIS, 2005)

Portanto, tal como ocorre no Brasil, nas suas diversas regiões, Portugal também não possui instancias regionais com efetivas atribuições de coordenação de políticas públicas, com competências

específicas, mandato e governação.

Ressalta-se como ação estruturante e que poderá modificar estes desencontros territoriais a medida que o governo central adotar na íntegra o que dispõe a legislação, as Leis 45 e 46/2008, as quais revogaram as Leis 10 e 11/2003. Esta nova legislação foca em 2 (duas) vertentes fundamentais. A primeira delas é que se abandona a ideia das 7 (sete) regiões metropolitanas, que na realidade nunca saiu do papel porque nem dimensão e nem funcionalidade existiram e em segundo e igualmente importante disciplina a instituição de associações de municípios, sob a nomenclatura de Comunidades Intermunicipais.

A partir desta legislação, portanto, os municípios inclusive das regiões metropolitanas, Lisboa e Porto, poderiam se associar livremente para fins específicos, mas, para fins gerais, deveria obedecer a geografia definida pelas Nuts III. Assim, esta Lei n. 46/2008, diz nas suas justificativas que desta forma:

confere coerência as unidades territoriais definidas com base nas Nuts III, refletindo uma lógica econômica, social, histórica, geográfica, cultural, ambiental e de representação institucional, conferindo a racionalidade e harmonia à relação do Estado com a Administração Local.

Mas um fator bem relevante no sentido da criação destas comunidades intermunicipais foi que o governo definiu na ocasião que aqueles que se agrupassem tendo como referência geográfica as NUTS III iriam também gerir os fundos comunitários, através de um processo de contratualização. Isto fez com que em 6 (seis) meses todo o território português estivesse coberto pelas comunidades intermunicipais, em número de 23, sendo o referencial as Nut ou agrupamento integral de Nuts. No entanto algumas associações de municípios ainda resistiram a esse processo e continuam existindo e prestando serviços embora agora na configuração de Associação para fins específicos, alterados os regimentos. É o caso da Associação dos Municípios da Região de Setúbal, que possui já mais de 30 (trinta) anos e teve que se adequar a referida legislação.

Lei datada de 2013 está tramitando no Tribunal Constitucional para alteração das Nuts III em função de que algumas delas possuem apenas 3 (três) municípios o que não confere escala em projetos mais estruturais. Da mesma forma se prevê que todos os Ministérios utilizem

a geografia das Nuts II, as mesmas das CCDRS para a desconcentração dos seus serviços para implementação de políticas públicas. Em função disto o que é mais aceito hoje em Portugal pela população, pelas autarquias, ministérios, CCDRS, entidades empresariais, para uma futura proposta de criação das regiões administrativas é que as mesmas obedeçam os recortes territoriais das Nuts II. Isto fez parte dos estudos do PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do estado, em 2006, o qual centrou também suas recomendações na compatibilização geográfica para atuação do Governo Central, onde um dos seus objetivos era “clarificar e uniformizar as Funções da Administração directa do Estado de nível regional, de acordo com o modelo Nuts II”, visando atingir os objetivos de uma administração mais moderna e racional, com melhoria da qualidade dos serviços e visando colocar a administração central mais próxima e dialogante com o cidadão.

Assim, por tantas iniciativas mal ou bem sucedidas, o processo de desconcentração portuguesa encontra-se limitado. Menos de 10% (dez por cento) da administração está desconcentrada e, além disto, com já referido, em numerosos modelos de organização territorial.

Conforme estudos territoriais, referente a avaliação e recomendações da OCDE (2008):

A política regional será susceptível de contribuir para o desenvolvimento nacional num país relativamente pequeno mais diversificado com uma fraca taxa de crescimento e uma capacidade limitada em matéria de despesa pública, marcado por uma longa tradição de governança centralizada e pela falta de órgãos regionais eleitos (exceto nas duas regiões insulares).

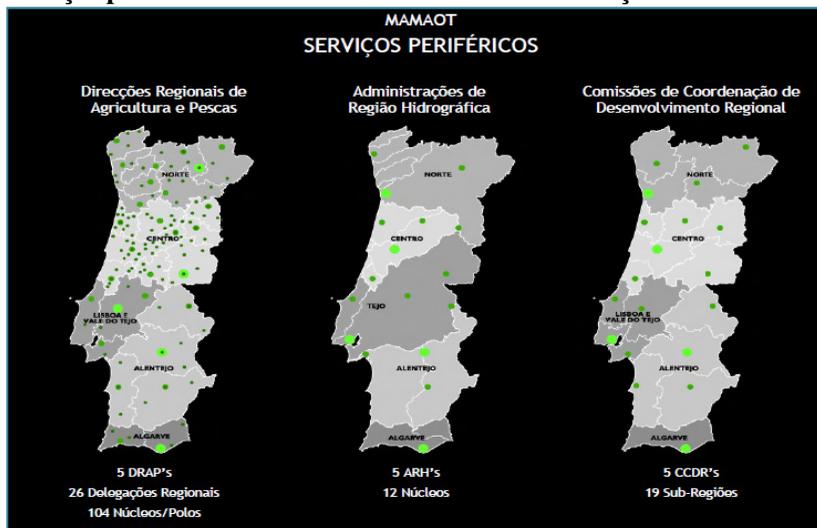
Um fato relevante também em Portugal que não pode ser desconsiderado é em parte a diluição das identidades regionais em função do acolhimento de números imigrantes e a mobilidade da população portuguesa em direção ao litoral.

Quadro 08 - Cronologia da Regionalização em Portugal

ANO	LEGISLAÇÃO
1936	Implantação das Províncias
1959	Substituição das Províncias pelos Distritos como autarquias supramunicipais
1969	Aprovado III Plano de Fomento que divide o país em regiões (Norte, Sul, Centro e Lisboa)
1969	Criado as Comissões Consultivas Regionais que mais tarde deram lugar as Comissões de Coordenação do Desenvolvimento Regional (CCDR)
1976	Extinuem as Províncias
1976	Aprovação da Constituição Portuguesa que estabelece a divisão do País continental em Regiões Administrativas.
1979	Criadas as Comissões de Coordenação Regional em substituição as Comissões de Planeamento Regional (Decreto Lei 494/79)
1984	Autorizado pelo governo para Criação das Associações de Municípios (Lei 99/84)
1989	Definido as Unidades Territoriais para fins estatísticos em Portugal
1991	Criado a Região Metropolitana de Lisboa
1991	Aprovado a Lei Quadro das Regiões Administrativas
1998	Rejeitado por Referendo popular a proposta constitucional de regionalização.
2003	Criado as áreas metropolitanas, grandes áreas metropolitanas e comunidades urbanas e comunidades intermunicipais
2007	Redefinido a Nut II da região de Lisboa e Vale do Tejo em função dos Fundos comunitários.
2008	Criação das 23 Cim – Comunidade Intermunicipal no território português, definidas pelo Decreto-Lei n. 68/2008
2013	Redefinição pela Assembleia da República Portuguesa a área geográfica e atribuições das Comunidades Intermunicipais (Lei a de no. 75/2013 de 12 de setembro de 2013)

Elaborado pela autora/2013

Figura 07 - Configuração dos conflitos dos recortes territoriais dos serviços periféricos desconcentrados da Administração central



Fonte: Estudos técnicos da CCDR-LVT

Figura 08 - Mapa com a configuração das 8(oito) regiões não aprovadas em referendo



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente/Portugal

Figura 09 – Configuração regional das Nuts III, Distritos e Concelhos



Fonte: CCDR-LVT – Região de Lisboa e Vale do Tejo

3.5.1 CCDRs – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

As CCDRs (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional) são prestadores de serviços desconcentrados do Ministério da Agricultura, do mar, do ambiente e do ordenamento do território. Atualmente existem 5 (cinco) comissões de coordenação e desenvolvimento regional, ou sejam: Alentejo, Algarve, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Norte. Funcionam como um nível regional de gestão já que não há um governo regional eleito em Portugal continental.

As CCDRs são semelhantes as prefectures²⁶ de França que representam o governo central ao nível subnacional.

Foram constituídas para fins de planeamento e tornaram-se a geografia para a gestão dos fundos estruturais da UE – União Europeia. São dotadas de autonomia administrativa e financeira, e são responsáveis por executar ao nível das respectivas áreas geográficas as políticas de ambiente, de ordenamento do território, de conservação da natureza e da biodiversidade, de requalificação urbana, de planeamento estratégico regional e de apoio as autarquias locais e suas associações (Decreto- lei 104/2003).

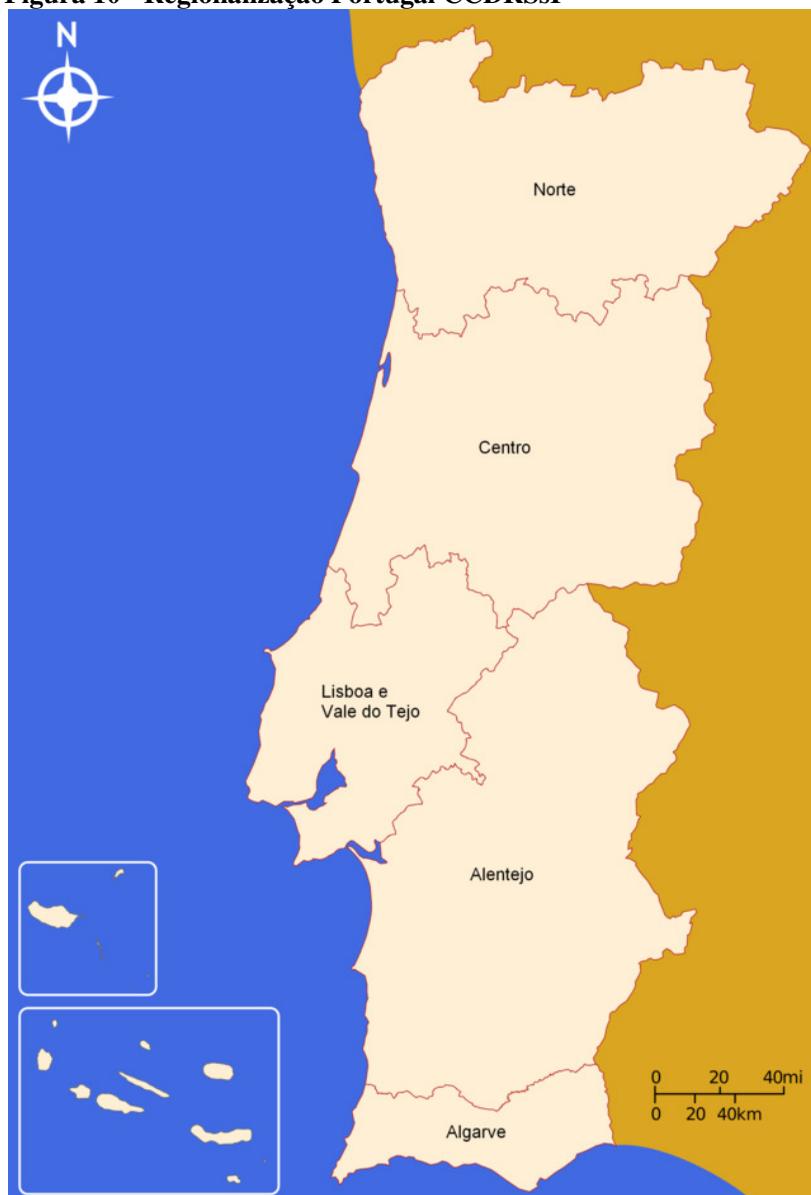
A área de atuação corresponde integralmente à das unidades estatísticas NUTS II, figura 12, com exceção da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo que por conveniência em relação aos fundos estruturais foram fragmentadas, ficando 3 (três) sub regiões anexadas em outras duas Nuts II, centro e Alentejo. Funcionam como um braço desconcentrado do Governo Central, mas sem o devido mandato para servir de voz regional da base para a topo. Um dos mais importantes objetivos é o de contribuir para a definição das bases gerais da política de desenvolvimento regional, no âmbito da política de desenvolvimento econômico e social do País, dinamizando e participando dos processos de planeamento estratégico de base territorial, bem como fomentar parcerias entre agentes regionais e elaborar programas integrados visando a coesão e a competitividades territoriais. (Art. 2 do Decreto-Lei n. 228/2012 de 25 de outubro).

Uma questão relevante das CCDRs é que estas possuem dois braços estruturais, um deles o Conselho Regional o qual inclui membros das autarquias municipais (Prefeituras) do governo central e da academia, o qual funciona e possui legitimidade. Outro é o conselho de coordenação intersetorial onde estão presentes todos os diretores gerais

²⁶ Prefeituras.

dos Ministérios. Ocorre que o Presidente da CCDR está hierarquicamente também ao nível de um diretor geral o que não lhe confere legitimidade de poder. Há uma mistura da racionalidade da política pública com a lógica dos poderes dentro da administração.

Mas as CCDRs poderão alcançar êxito na sua missão de forma mais efetiva com a ativação destas estruturas e no seu verdadeiro papel de articulação do governo ao nível regional, já que a partir de meados de 2013, em função de uma redefinição governamental com vinculação hierárquica ao Ministro do Desenvolvimento Regional e também Ministro Adjunto que se relaciona hierarquicamente somente com o primeiro ministro. Entre as atribuições deste Ministro junto ao Conselho de Ministro estão a coordenação do desenvolvimento regional, imprensa, autarquias locais, com supremacia sobre o demais Ministros.

Figura 10 - Regionalização Portugal CCDRSsI

Fonte: CCDR-RLVT

3.5.2 Comunidades Intermunicipais

As comunidades intermunicipais correspondem as unidades territoriais definidas com base nas NUTs III e são instituídas com a aprovação dos estatutos pelas assembleias municipais da maioria dos municípios que as integram. A estrutura de funcionamento é muito semelhante a das áreas metropolitanas, sendo administrados por uma assembleia intermunicipal e por um conselho executivo composto por todos os Presidentes dos Concelhos integrantes, dirigido por um presidente escolhido entre seus pares, para um mandato de 4 (quatro) anos, o qual coincide com seu mandato para o qual foi eleito no Município que representa.

As CIM, no quadro atual legal, possuem como finalidades de atuação:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do seu território;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Qren;
- d) Planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal.
- e) Assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central em termos de água, saúde, educação, segurança, ordenamento do território, entre outros.

Atualmente, face os tempos de austeridade, certamente um dos fatores de sucesso na persecução das principais atribuições das CIM concentra-se no fato da participação na gestão do Qren - Fundos comunitários da União Europeia.

São 23 (vinte e três) CIM – Comunidade Intermunicipal no Território português, definidas pelo Decreto-Lei n. 68/2008 até outubro de 2013 sendo que muito recentemente nova Lei a de n. 75/2013 de 12 de setembro de 2013 a qual entrou em vigor com a posse dos novos Presidentes de Conselhos. Entre varias finalidades esta Lei procura disciplinar as áreas geográficas das comunidades, reafirmando em lei a coincidência com as Nuts III, ou com mais de uma Nut desde que na sua integralidade. Portanto é a Assembleia da Republica Portuguesa que

normatiza estas institucionalidades e suas correspondentes áreas geográficas.

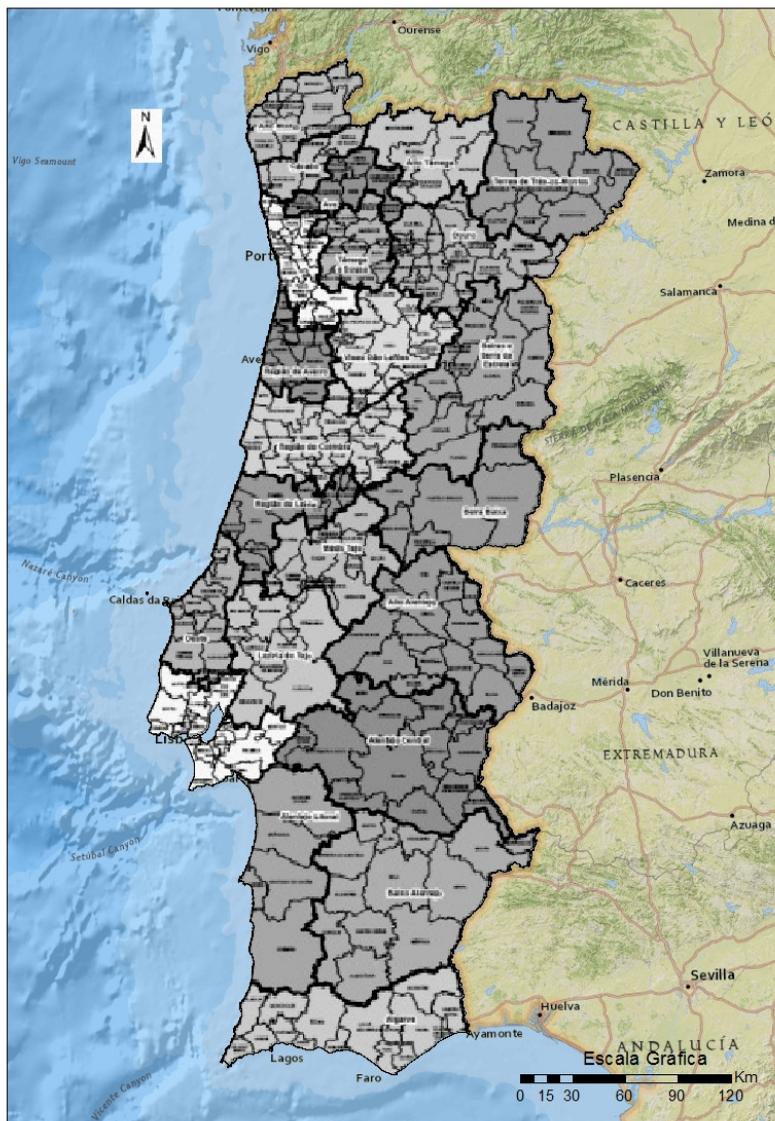
As CIM têm patrimônio e finanças próprios. Os recursos financeiros destas entidades provem de transferências do Estado na ordem de 0,5% do Fundo de equilíbrio financeiro de cada Município integrante, contribuição dos municípios, contratualizações com a administração central, montantes de cofinanciamentos comunitários, empréstimos e serviços prestados.

Com esta recente Lei 75/201 o que o governo português pretende é que os conflitos territoriais sejam minimizados porque da mesma forma que outros órgãos do Estado Português sentem dificuldades inerentes às divisões conflitantes no espaço continental, também os municípios os quais pela falta de horizontalidade das políticas públicas se veem por vezes num processo conflitante até em relação as suas competências legais.

Em Portugal, diferente do que ocorre em Santa Catarina, às comunidades intermunicipais são tuteladas pelo Estado Central e a importância do Quadro de referência Estratégico Nacional - Qren, nas estratégias territoriais de desenvolvimento, com seus volumosos fundos estruturais, condicionam de maneira decisiva o enquadramento dos municípios no estabelecido pelo Governo Português, Os planos territoriais de desenvolvimento no âmbito do associativismo municipal funcionam como um documento integrador dos projetos que os municípios de uma sub região pretenda se candidatar a receber dos fundos estruturais. Existem ainda algumas associações de Municípios espalhadas pelo País, mas que conforme a legislação são enquadradas como institucionalidades de fins específicos, as quais possuem autonomia financeira e legal.

Outras institucionalidades importantes em Portugal mas que agora vem sendo substituídas pelas comunidades intermunicipais são as Agencias de Desenvolvimento Regional, sendo o caso mas bem sucedido ainda hoje a ADRAL – situada na Região do Alentejo, com sede em Évora, com uma área de abrangência a qual engloba 47 (quarenta e sete) Municípios.

Figura 11 - Configuração das Comunidades Intermunicipais

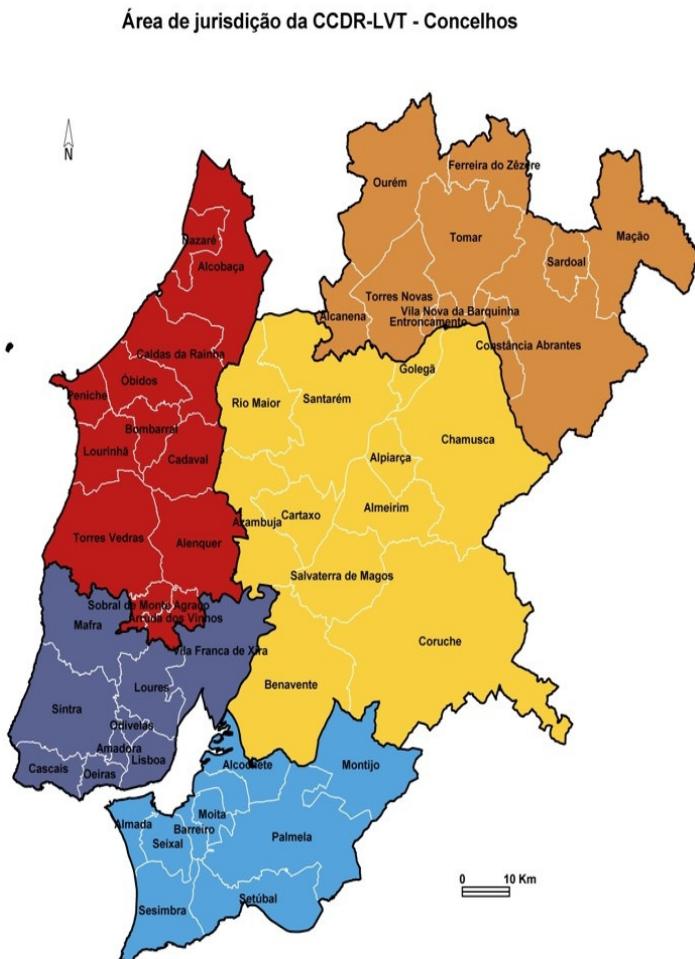


Fonte: CCDR-LVT

3.5.3 Estudo de Caso: Região de Lisboa e Vale do Tejo

A região de Lisboa e Vale do Tejo, indissociáveis do ponto de vista territorial, situa-se no litoral atlântico de Portugal abrangendo a bacia inferior do Rio Tejo, a zona costeira oeste e a área metropolitana de Lisboa, possuindo uma superfície de 11.741km² o que corresponde a 12,9% do território nacional. Nesta região estão situados 52 (cinquenta e dois) Concelhos (Municípios) e 535 (quinhentos e trinta e cinco) freguesias.

Figura 12 - Área de atuação da CCDR - Região de Lisboa e Vale do Tejo



Fonte: Documentos da CCDR-LVT

Esta região abriga a região metropolitana de Lisboa, Figura 12, fato que influencia diretamente na alta densidade populacional, ficando em torno de 295 hab./Km², bem acima da média do país que é de 112 hab./Km². Possui uma localização geoestratégica, apresentando também contrastes econômicos visíveis já que abriga além da região metropolitana, a capital do país e também áreas rurais.

Conforme Gaspar (1993):

Lisboa, enquanto polo dinamizador, atraindo pessoas e mercadorias, exportando produtos e serviços, e o Tejo enquanto principal eixo de acessibilidades (rodoviária e ferroviária) do País continuará indissociáveis no processo de estruturação territorial do continente.

Lisboa e Vale do Tejo, área de atuação da CCDR-LVT, conforme Figura 12, a qual compreende integralmente o Distrito de Lisboa, quase a totalidade do Distrito de Santarém, cerca da metade do Distrito de Setúbal e cerca de um terço do Distrito de Leiria. Limita ao norte com a Região Centro, a leste e a sul com o Alentejo, e a sul e oeste com o Oceano Atlântico.

Ao nível de classificação para fins estatísticos esta região, classificada então como NUT II, em vigor até o ano de 2006, compreendia 5 (cinco) regiões Estatísticas do nível NUT III que são: Grande Lisboa, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Oeste, e a Península de Setúbal, as quais como já referenciado, nem sempre coincidentes com os limites distritais.

A sub-região do Oeste abrange 12 (doze) concelhos, numa superfície de 2.214,8 km² e concentra uma população de 362.523 habitantes (2011) e é coincidente com a Comunidade Intermunicipal do Oeste. A instalação do caminho de ferro do oeste em 1888 teve grande influência na nomenclatura da região e se constituiu num importante elemento de integração regional. Em 2013, fazia parte da Nut II do centro, a qual possui sede em Coimbra.

A sub-região Lezíria do Tejo é uma região estatística de nível Nut III fazendo parte atualmente da Nut II do Alentejo, a qual inclui vários municípios do Distrito de Santarém, mas não a totalidade, e um município do Distrito de Lisboa. Possui uma área geográfica de 4.007Km² e uma população estimada de 247.449 habitantes (2011), em 11 (onze) Concelhos.

A região do Médio Tejo é uma região de transição entre o litoral

e o interior. É pelo Tejo que circulam pessoas e mercadorias. Esta região resultou do Distrito de Santarém, Possui 2.283Km², distribuídos por 11 (onze) concelhos e somando uma população de 220.660 habitantes (2011). Esta sub região deverá passar a partir de 2014 a coincidir com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo prevista na Lei 75/2013, se transformando numa NUT III com 13 (treze) Concelhos.

Neste contexto, a região de Lisboa composta pela Grande Lisboa e pela Península de Setubal, correspondente para fins estatísticos a uma Nut II, compreendendo a metade sul do Distrito de Lisboa e a metade norte do Distrito de Setubal, congregando 18 (dezoito) Concelhos, possuindo uma população de 2.821.699 habitantes (2011), cerca de 28% da população portuguesa do Continente, e distribuídos numa área territorial de 3% do território nacional, ou sejam em 2.962,4 Km². Só no Concelho de Lisboa são 530.000 (quinhentos e trinta mil) habitantes.

A partir do ano de 2007, marco importante da fragmentação territorial nesta região, o Governo Português redefine esta NUT II, em função da realidade econômica regional e pelos princípios de alocação de recursos financeiros por parte dos fundos estruturais da União Europeia no Quadro de Referência Estratégica Nacional, os quais levam em conta os índices econômicos verificados ao nível de NUT II. Desta forma se definiu que 3 (três) das sub regiões coincidente com 3 Nuts III incorporariam outras duas NUT II, podendo desta forma acessar os recursos financeiros mais substanciais já que estas enquadravam-se nos índices exigidos.

Assim, as sub-regiões do Oeste e Médio Tejo passaram a fazer parte da Nut II do Centro e a sub-região Lezíria do Tejo para a Nut II da região do Alentejo. Institucionaliza-se desta forma em Portugal uma grande perturbação dos mapas, porque a par da viabilização do aporte de recursos financeiros, estas mesmas nunca se sentiram pertencendo àquelas novas regiões o que tem provocado conflitos em termos de planeamento ou mesmo na prestação de serviços públicos já que estes continuam ao nível da administração indireta do Estado sob a jurisdição da comissão de coordenação do desenvolvimento regional de Lisboa e Vale do Tejo com as 5 (cinco) sub regiões.

A cargo das CCDRs está a competência de planejar o desenvolvimento regional, e nesse caso vem ocorrendo uma grande disfunção já que o planeamento está a cargo de uma CCDR que é a de Lisboa e Vale do Tejo e a responsabilidade pela definição de alocação de recursos, execução e fiscalização está a cargo de outras duas CCDR, no caso a região do Centro e do Alentejo, que nem sempre se articulam

de forma horizontal e com a transversalidade necessária.

Estas comissões, com um papel bem relevante foram criadas no âmbito do Ministério do Ambiente e do Ordenamento Territorial são subdivididas em 5 (cinco) em Portugal, todas ao nível de NUT II com a delimitação regional coincidente, conforme já exposto.

De acordo com os estudos realizados pelo Governo Central sobre a caracterização territorial da administração central desconcentrada, coordenada por Nuno Vitorino (2006) nesta região, alvo da pesquisa, existem inúmeros modelos de organização territorial, sendo os mais utilizados, os que tem por base a NUT II, incluindo Lisboa e Vale do Tejo na sua integralidade, na mesma atuação da CCDR LVT, aquela que tem por base o agrupamento dos Distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém e aquela que trata de cada um dos distritos correspondentes de forma isolada. No período do referido estudo, identificaram-se 23 (vinte e três) modelos de organização territorial, o que provoca dificuldades de interação, integração e transversalidade pela falta de simetria e coerência.

As cinco sub-regiões coincidente com as Nuts III, sendo que 3 delas, Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, não fazem parte da região de atuação da CCDR-LVT, onde as políticas de planeamento e ordenamento territorial são trabalhadas. Pode-se também identificar na Figura 14 os conflitos nos recortes territoriais das sub-regiões, distritos e Nuts com destaque para a região da pesquisa.

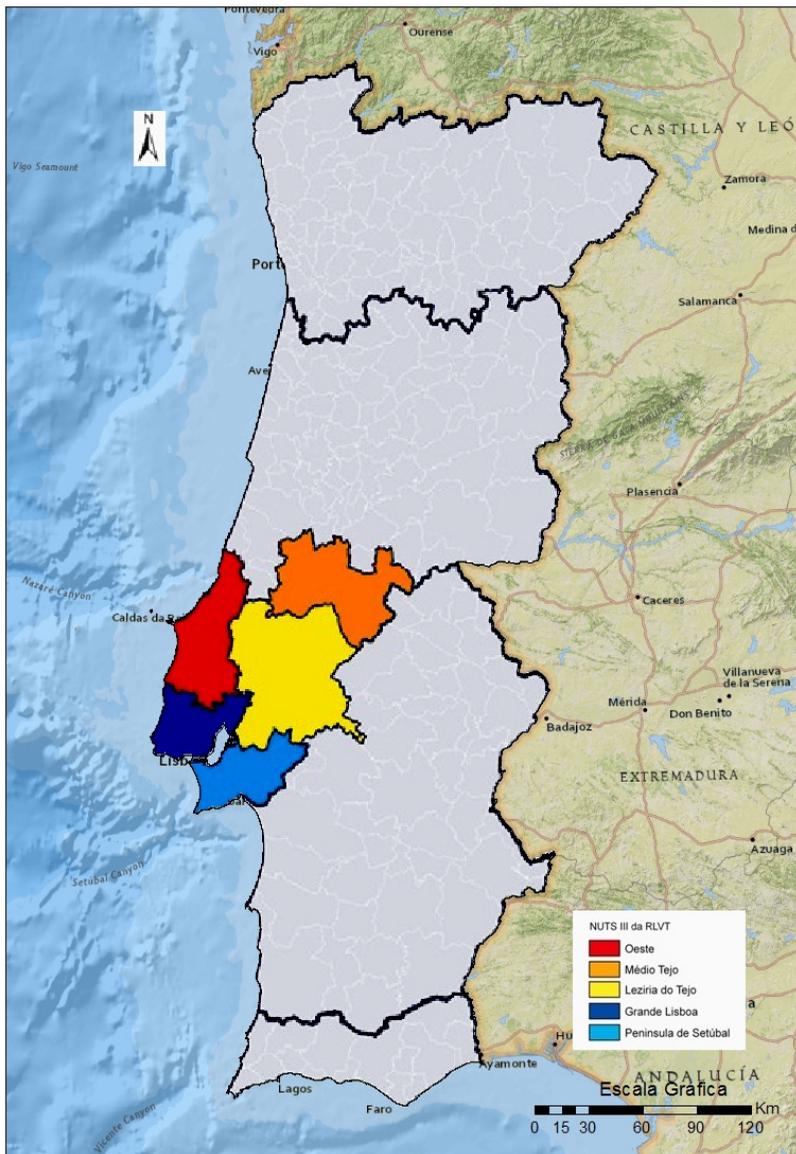
Portanto, sem dúvida a complexidade na gestão de uma realidade territorial com grande complexidade institucional e espacial, deve ser levada em conta pelos administradores governamentais, quando se busca a eficácia da administração pública a qual depende sobremaneira da participação e cooperação pública, privada e da comunidade envolvida.

As diversas figuras desta seção demonstram delimitações diferenciadas na região de Lisboa e Vale do Tejo. O material produzido em relatório denominado Caracterização territorial da Administração Central Desconcentrada da Região de Lisboa e Vale do Tejo, encomendado pela CCDR-LVT no ano de 2006, ainda se mantém atualizado. Na Figura 20 está caracterizada a área de atuação da CCDR-LVT, a qual compreende 5 (cinco) Nuts III e que neste arranjo atuam a direção regional de educação, da agricultura e da economia. Adotam o modelo de desconcentração por Distrito, por exemplo, Direção de Finanças, Delegação distrital do Instituto de Desporto e do Instituto da Juventude, e ainda há outros organismos que adotam outros modelos territoriais de desconcentração, que são: Regiões de Turismo,

Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, Administração de Portos, Empresas, Direção geral da SEF, Direção Geral do Instituto de Reinserção Social, entre outros.

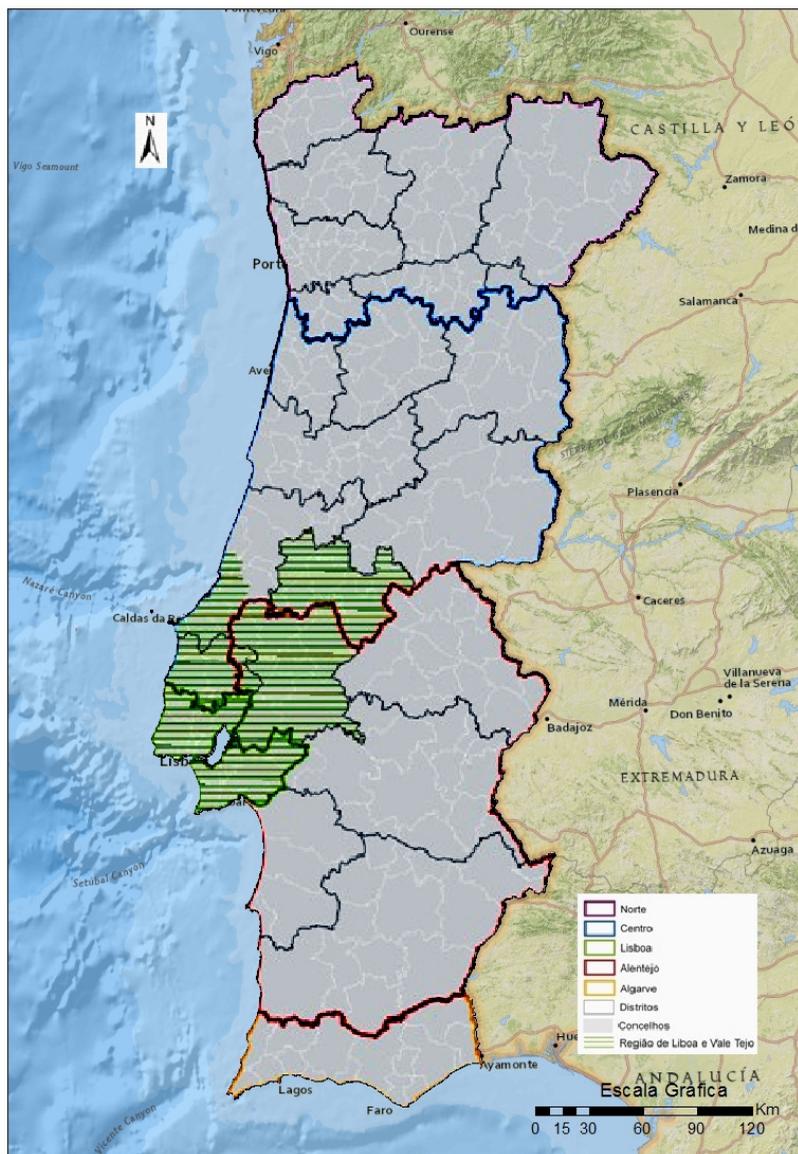
Estes modelos demonstram espacialmente os obstáculos para o estabelecimento de mecanismos de coordenação horizontal dos serviços desconcentrados, os quais requerem abordagens transversais e integradas.

Figura 13 - Caracterização das Sub-Regiões de Lisboa e Vale do Tejo Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitana



Fonte: CCDR-LVT

Figura 14 - Caracterização de conflitos da Região de Lisboa e Vale do Tejo



Fonte: CCDR-LVT

Outro exemplo do que ocorre nesta região, a sub-região da Península de Setubal, encontra-se hoje com institucionalidades sobrepostas e que pode-se elencar:

CCDR – Atua em toda região metropolitana com os 18 (dezoito) municípios (incluindo os nove da Península de Setubal), mas três Nuts III o que totaliza 52 (cinquenta e dois) municípios.

A Associação dos Municípios da Região de Setubal, AMRS, com atuação em 11 (onze) municípios pertencentes ao Distrito de Setubal, entre eles os 9 (nove) da Península de Setubal considerada uma Nut III (que fazem parte da Área Metropolitana de Lisboa com mais nove municípios) e ainda, mais dois que integram a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral Alcacer do Sal e Santiago do Cacém que fazem parte da Nut II do Alentejo. E ainda mais dois, Grandola e Sines que pertencem ao Distrito do Alentejo, circunscrição esta entre a Estremadura e o Alentejo. A Associação dos Municípios da Região de Setubal é uma entidade privada, oficializada em 1983 sendo a mais antiga do País, com 30 (trinta) anos. A Área Metropolitana possui uma Junta Metropolitana de Lisboa com 18 (dezoito) municípios sendo 9 (nove) da Península de Setubal.

Figura 15 - Área Metropolitana de Lisboa



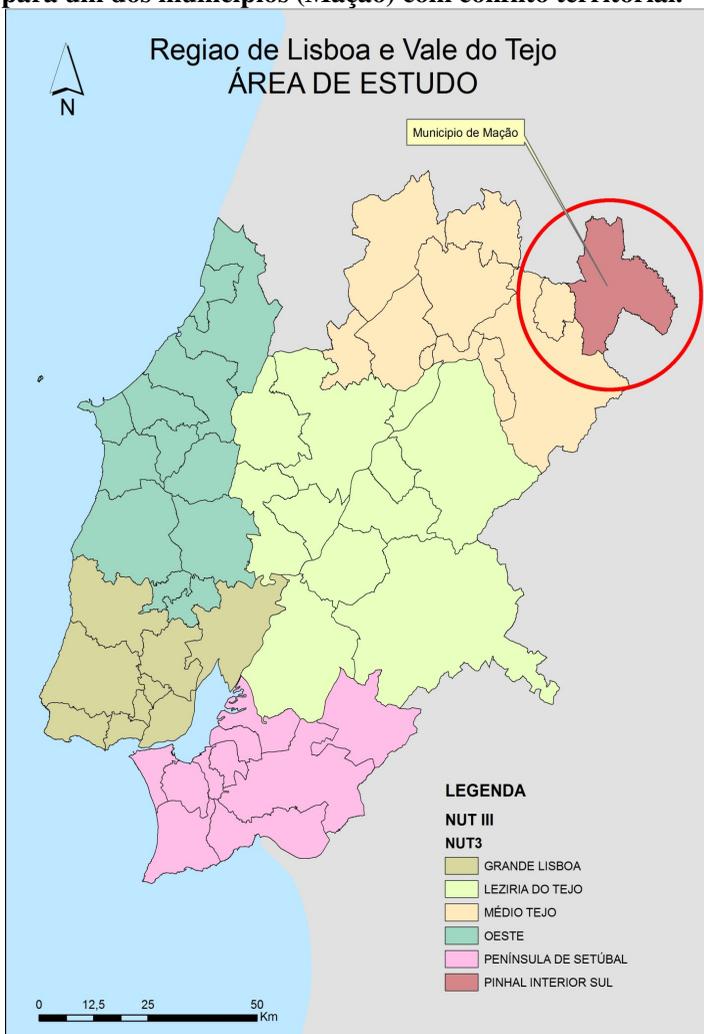
Fonte: CCDR/LVT

Com a Lei 75/2013 outros desencontros ocorrerão na área de atuação da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, a partir do início de 2014, embora a Legislação tenha como objetivo disciplinar a geografia regional compatibilizando com as Nuts e assim com a aplicação dos fundos comunitários.

A mais estrutural é que a Área Metropolitana de Lisboa constituirá uma só NUT, englobando a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, isto para que os órgãos da AML atuem num território que corresponda a uma Nut III. Neste caso o numero de conselhos fica o mesmo, ou seja 18 (dezoito). A situação que melhor identifica a problemática regional e sua fragmentação no caso Português é o Município de Mação (Ver Figura 16), Pertencente ao Distrito de

Santarém, Província de Beira Baixa, com esta nova Lei passa a pertencer a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a Nut II do Centro para fins de programa operacional da União europeia e a CCDR-LVT para fins de planeamento.

Figura 16 - Mapa de caracterização da área de estudo com destaque para um dos municípios (Mação) com conflito territorial.



Elaboração: autora

3.5.4 Considerações gerais:

Importante destacar neste estudo comparativo dos países pertencentes a União Europeia, França, Alemanha, Itália e Portugal, que embora a proximidade física e a homogeneidade no enquadramento das políticas europeias de desenvolvimento regional, com seus fundos estruturais, as características de descentralização e de regionalização são bastante distintas.

O processo de descentralização na Alemanha é bastante intenso com um grande número de municípios e com os Landers, ou Estados com características e atribuições de autonomia bastante evidentes.

Importante destacar o caso Português que ajustará através de um marco legal seus contornos regionais baseados na política europeia por conta dos fundos estruturais.

Para efeitos comparativos o quadro 09 traz um resumo dando um panorama de 4 (quatro) países selecionados para fins de estudo europeu e o Estado de Santa Catarina no Brasil, área de estudo da presente tese. A conclusão que se pode destacar é que o Estado de Santa Catarina, embora não sendo um País como os demais, mas um Estado federado, alvo deste estudo, possui o maior número de regiões administrativas institucionalizadas, descentralizadas e fazendo parte da estrutura governamental efetivamente com cargos e sede própria, embora em termos populacionais tenha um décimo da população Francesa e Italiana e ainda menos da população alemã.

Quadro 09 - Resumo Comparativo

PAIS/ ESTADO	Área Territorial (km ²)	População	Regiões Administrativas	Municípios
FRANÇA	547.030	65,4 milhões	26	36.680
ALEMANHA	357.021	82 milhões	16	12.320
ITÁLIA	301.338	60,6 milhões	19	8101
PORTUGAL	92.094	10.6 milhões	-	308
SANTA CATARINA	95.346	6.2 milhões	36	295

Elaboração: Autora (2013)

CAPITULO IV

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO OESTE CATARINENSE: ÁREA DE ESTUDO

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 JUSTIFICATIVA DA ÁREA

A área selecionada para a pesquisa compreende na sua totalidade a porção catarinense de uma das mesorregiões brasileiras selecionadas como prioritárias na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, conforme figura 17, em implementação pelo Governo Federal através do Ministério da Integração Nacional, além de coincidir com a fronteira norte de 16 (dezesseis) Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional sediadas no grande oeste catarinense, o que corresponde a 45% (quarenta e cinco por cento) do total de Secretarias criadas e instaladas pelo Governo Estadual a partir de 2003. As demais fronteiras são o Estado do Rio Grande do Sul através do Rio Uruguai, o Estado do Paraná e o país vizinho, Argentina.

Trata-se de um recorte importante para a implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional, ao nível federal e além disso uma porção considerável do Estado de Santa Catarina para servir como área piloto do que pode estar ocorrendo também em outras regiões catarinense.

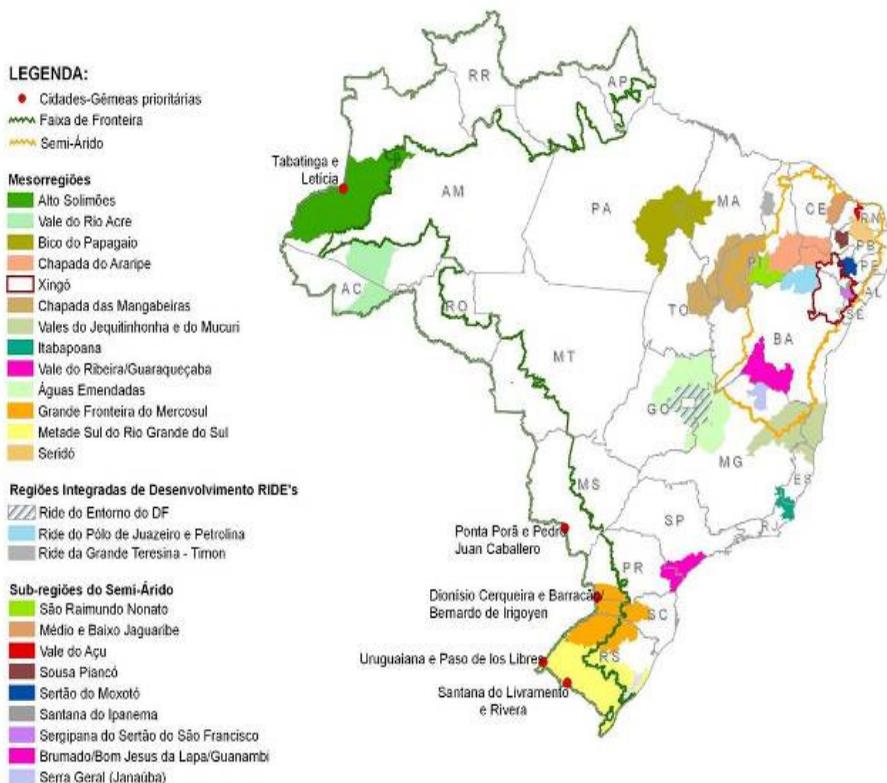
4.2 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

a) Estado de Santa Catarina:

A área de abrangência da pesquisa localiza-se no Estado de Santa Catarina o qual está situado na região sul do Brasil, com uma área de 95.318,3 Km² (noventa e cinco mil trezentos e dezoito vírgula três quilômetros quadrados) o que representa 1,12% (um vírgula doze por cento) da superfície do território brasileiro. Conforme Censo de 2010, segundo dados do IBGE, possui 6.249.682 (seis milhões e duzentos e quarenta e nove mil e seiscentos e oitenta e dois) habitantes, distribuídos em 295 (duzentos e noventa e cinco) municípios, com um crescimento

na última década (2000 a 2010) na ordem de 16,7% (dezesseis vírgula sete por cento). A diversidade geográfica e humana de Santa Catarina é surpreendente para um território de apenas pouco mais de 95 (noventa e cinco) mil km² – do tamanho aproximado de países como a Áustria, Hungria, Irlanda e Portugal.

Figura 17 - Mesorregiões selecionadas pela PNDR



Fonte: Decreto Federal 6047/2007

As características econômicas são bem diversificadas e distribuídas em todo o território catarinense. As empresas estão agrupadas em polos regionais especializados, ou seja, de cerâmica, têxtil, eletro metal mecânico, agroindústria, madeira e papel.

O Estado de Santa Catarina está localizado na região Sul do Brasil, entre os paralelos 25°57'41" e 29°23'55" latitude Sul e entre os meridianos 48°19'37" e 53°50'00", longitude Oeste. Limita-se ao norte

com o Estado do Paraná, ao sul com o Rio Grande do Sul, a oeste com a Argentina e a leste com o Oceano Atlântico, tem uma extensão litorânea de 561,4 Km (quinhentos e sessenta e um vírgula quatro quilômetros).

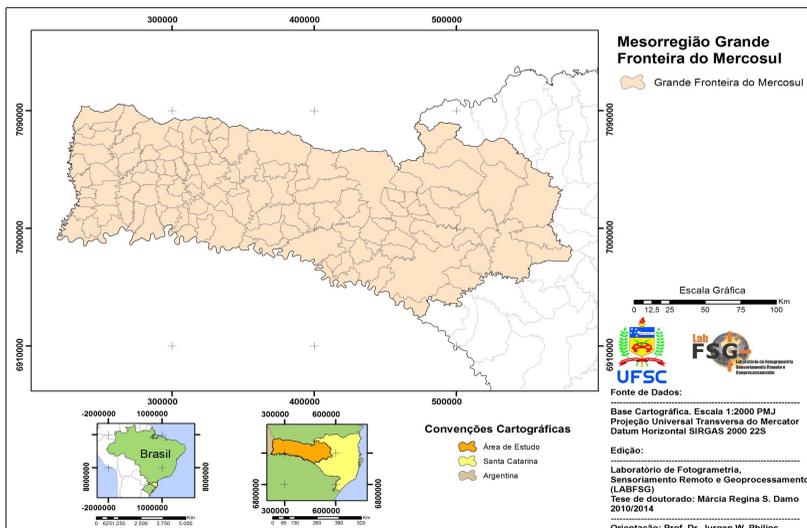
As figuras 18 e 19 caracterizam cartograficamente a área da pesquisa em Santa Catarina com suas confrontações detalhadas.

Figura 18 – Área de abrangência da pesquisa



Fonte: Disponível em: <<http://www.sc.gov.br>>.

Figura 19 – Detalhe da Área de abrangência da Pesquisa



Elaboração: autora

b) Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul:

Conforme demonstrado nas Figuras 18, 19 e 20, a região em estudo coincide com a porção catarinense da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, a qual faz divisa com a BR 116 (cento e dezesseis), a Argentina, e o rio Uruguai que faz divisa com o Estado do Rio Grande do Sul e o Estado do Paraná. Abriga 131 (cento e trinta e um) municípios, conforme especificados no Quadro 10, distribuídos em 16 (dezesseis) Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional com 10 (dez) Associações de Municípios.

Esta área foi escolhida tendo em vista coincidir com a área prioritária definida pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, institucionalizada pelo Decreto 6047/2007 da Presidência da Republica. Esta política publica está detalhada no Capítulo II, Da revisão bibliográfica, referente a fundamentação legal e princípios constitucionais.

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o norte e noroeste do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, compreendendo 396 (trezentos e noventa e seis) Municípios, conforme Figura 20.

Sua criação originou-se da elaboração, em 1997, do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área da Bacia do Rio Uruguai, apresentado ao Ministério do Planejamento e Orçamento, tendo como elemento estruturador a bacia hidrográfica.

A Mesorregião abriga sete Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES envolvendo os 223 (duzentos e vinte e três) municípios do Rio Grande do Sul, 10 (dez) associações municipais de Santa Catarina que abrangem 131 (cento e trinta e um) municípios catarinenses, além de associações municipais paranaenses que reúnem os 42 (quarenta e dois) municípios paranaenses inseridos na Mesorregião.

Importante destacar, ainda, que a tradição do associativismo existente na Mesorregião nos 03 (três) Estados do Sul originou um ambiente favorável para a implantação deste programa governamental.

Além disto, esta região foi selecionada para implementação da política governamental de desenvolvimento regional especialmente em função dos grandes problemas identificados, que na atualidade podem ser resumidos nos seguintes: crescente perda de dinamismo da economia regional, frente ao contexto de globalização e competitividade; dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de absorção de mão de obra e retenção da população, gerando êxodo rural associado a expressiva emigração regional.

Verifica-se, também, uma grande disparidade da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul em relação ao restante da Região Sul, já que embora compreenda um quarto do território e abrigue um quarto da população da região, o seu Produto Interno Bruto representa pouco mais que um décimo do Produto Interno Bruto da Macrorregião Sul. Além disso, o PIB per capita da Mesorregião (US\$ 3.285) é 40% (quarenta por cento) menor que o da Região Sul (US\$ 5.320).

Quadro 10 - Relação dos 131 Municípios pertencentes a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, integrantes da referida pesquisa

Abdon Batista	Ibiam	Ponte Serrada
Abelardo Luz	Ibicaré	Presidente Castelo Branco
Água Doce	Iomere	Princesa
Águas de Chapecó	Ipira	Quilombo
Águas Frias	Ipora do Oeste	Rio das Antas
Alto Bela Vista	Ipuação	Riqueza
Anchieta	Ipumirim	Romelandia
Arabuta	Iraceminha	Saltinho
Arroio Trinta	Irani	Salto Velozo
Arvoredo	Irati	Santa Cecília
Bandeirante	Itá	Santa Helena
Barra Bonita	Itapiranga	Santa Terezinha do Progresso
Belmonte	Jaborá	Santiago do Sul
Bom Jesus	Jardinópolis	São Bernardino
Bom Jesus do Oeste	Joaçaba	São Carlos
Brunópolis	Jupia	São Cristovao do Sul
Caçador	Lacerdópolis	São Domingos
Caibi	Lajeado Grande	São Joao do Oeste
Calmon	Lebon Régis	São José do Cedro
Campo Erê	Lindóia do Sul	São Miguel da Boa Vista
Campos Novos	Luzerna	São Lourenço do Oeste
Capinzal	Macieira	São Miguel do Oeste
Catanduvas	Maravilha	Saudades
Caxambu do Sul	Marema	Seara
Celso Ramos	Matos Costa	Serra Alta
Chapecó	Modelo	Sul Brasil
Concórdia	Mondaí	Tangará
Cordilheira Alta	Monte Carlo	Tigrinhos
Coronel Freitas	Nova Erechim	Treze Tilias
Coronel Martins	Nova Itaberaba	Tunápolis
Cunha Pora	Novo Horizonte	União do Oeste
Cunhatai	Ouro	Vargem
Curitibanos	Ouro Verde	Vargem Bonita

Continua

Continuação

Descanso	Paial	Videira
Dionísio Cerqueira	Palma Sola	Xanxere
Entre Rios	Palmitos	Xavantina
Erval Velho	Paraíso	Xaxim
Faxinal dos Guedes	Passos Maia	Zortea
Flor do Sertão	Peritiba	
Formosa do Sul	Pinhalzinho	
Fraiburgo	Pinheiro Preto	
Frei Rogério	Piratuba	
Galvão	Planalto Alegre	
Guaraciaba	Ponte Alta	
Guarujá do Sul	Ponte Alta do Norte	
Guatambu		
Herval do Oeste		

Elaboração: autora/2014

A estrutura econômica regional está diretamente relacionada com o setor primário, especialmente voltado para a agropecuária a qual, baseada na sua organização, possibilitou à implantação do maior complexo agroindustrial de suínos e aves do Brasil. A estrutura fundiária desta região é composta majoritariamente por minifúndios, a grande maioria com menos de 20 (vinte) hectares, com características culturais que favorecem o modelo associativo existente entre produtores e as agroindústrias. A população é composta por imigrantes europeus, na sua maioria italianos e alemães, oriundos do Rio Grande do Sul e seus descendentes.

Em função da progressiva perda de rentabilidade do setor agropecuário, os movimentos migratórios se tornaram mais intensos a partir dos anos 90. A posse de 86,6% (oitenta e seis vírgula seis por cento) da terra rural, conforme censo do IBGE é dos próprios agricultores que estão sobre essas áreas, os quais ocupam 93% (noventa e três por cento) da área total, sendo que 43% (quarenta e três por cento) são explorados para fins agrícolas.

É importante destacar o expressivo número de entidades existentes nessa região que objetivam promover relações de parceria com entidades públicas e privadas, assim como com a sociedade civil. Exemplos disso, são as associações de municípios, os fóruns de

desenvolvimento, os consórcios intermunicipais, as agências de desenvolvimento, as universidades comunitárias, as associações comunitárias, possibilitando que o capital social instalado na região absorvesse o programa federal denominado Programa das Mesorregiões Diferenciadas do País, com satisfatórios resultados sob a denominação nesta área da pesquisa e já referenciado de Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Chapecó é o grande polo regional, município fundado em 1917, após a intervenção do governo federal na delimitação das divisas do Paraná e Santa Catarina, o que foi necessário em função do revolucionário movimento do Contestado, que atingiu toda a região objeto desta pesquisa. O município possui aproximadamente 180.000 (cento e oitenta mil) habitantes, conforme Censo de 2010, sendo que os demais pólos microrregionais, são sedes das Secretarias de Desenvolvimento Regional e/ou das Associações Microrregionais, ou seja: Dionísio Cerqueira, São Miguel d'Oeste, Itapiranga, Maravilha, Palmitos, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Concórdia, Seara, Joaçaba, Xanxerê, Campos Novos, Videira, Caçador e Curitibanos os quais não possuem mais do que 40.000 (quarenta mil) habitantes por município. Em função disso, Chapecó exerce uma grande influência sobre toda a região, até em razão da sua centralidade e polarização de atividades, serviços especializados e logística de transporte, comunicação e equipamentos.

A região possuiu em torno de 1 (um) milhão e 200 (duzentos) mil habitantes, distribuídos em 131(cento e trinta e um) municípios, o que representa, 44% (quarenta e quatro por cento) do total dos municípios, 22% (vinte e dois por cento) da população e 35% (trinta e cinco por cento) do território catarinense.

Conforme o Ministério da Integração Nacional, essa região está empobrecida. Nela há pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais, especialmente com a diminuição da cobertura da mata, erosão dos solos e intensa poluição das águas por dejetos suínos, assim como crescente perda de dinamismo da economia regional ocasionando o êxodo rural e a emigração regional.

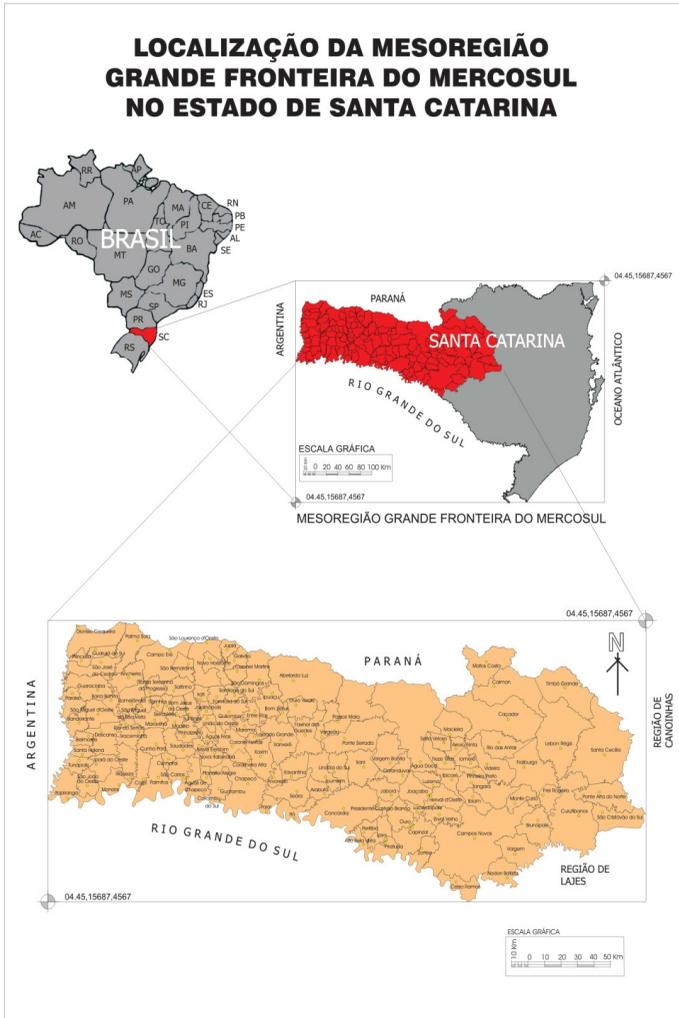
Além de detalhar o que é de praxe o pioneirismo, a capacidade empreendedora, o espírito cooperativo, existe um ponto estratégico nessa região, que é o da sua localização geográfica. As três porções do Sul estão no caminho do Mercosul. A caracterização sociocultural, política e geoeconômicas da mesorregião demonstra, de um lado, um conjunto de problemas econômicos e sociais e, de outro, o grande potencial de alavancagem do desenvolvimento.

Em relação à distribuição espacial da população, essa região apesar da intensa urbanização dos últimos anos, ainda concentra grande parte da sua população no meio rural embora, conforme o censo do IBGE 2010, a população rural nesta região foi uma das mais decrescentes ao nível de país.

Quanto ao movimento migratório regional, observa-se pelos censos do IBGE que na década de 80 (oitenta) a perda da população rural era compensada pelo aumento da população urbana, o que, a partir da década de 90 (noventa), não mais aconteceu, ocorrendo um deslocamento populacional microrregional.

A dinâmica agrária da Região Oeste catarinense dos últimos anos deixa evidente a estreita relação entre êxodo rural e conflitos por terras na região. Este fenômeno muito mais do que uma tendência natural do desenvolvimento rural, vem ameaçando o próprio desenvolvimento regional. Os maiores números de projetos de assentamentos coordenados pelo INCRA situam-se nessa região, abarcando 80% (oitenta por cento) das famílias assentadas no estado.

Figura 20 - Localização da Área da pesquisa: Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul - Porção Catarinense



Elaboração por Márcia Regina Sartori Damo, 2011.

4.3 CARACTERIZAÇÕES DAS REGIÕES INSTITUCIONALIZADAS

Os territórios utilizados nesta pesquisa levaram em conta critérios de recortes ambientais, legais, planejamento governamental bem como aquelas iniciativas espontâneas, nascidas na própria comunidade, mas que tem influência direta no processo de desenvolvimento local e regional. A escolha deu-se pela representatividade e importância das secretarias regionais e órgãos governamentais depois de implementado o processo de descentralização administrativa, em 2003, no Estado de Santa Catarina e na região oeste atuando de forma efetiva e com considerável expressividade para o entendimento do processo de fragmentação existente.

Dentro deste contexto, se descreverá as várias regionalizações que abarcam as secretarias e os órgãos públicos presentes nos municípios que constituem a área de pesquisa, e os critérios adotados, se existirem, para instituir essas regionalizações, as quais estão resumidas no Quadro 14.

4.3.1 Critérios ambientais

Os critérios ambientais são muito importantes para que sejam considerados na pesquisa, já que provocam profundas interferências ao nível de planejamento governamental, embora não instituídos legalmente. Assim, além das regiões das bacias hidrográficas e as regiões dos comitês de bacias que se equivalem, embora não ocorra coincidência total, também estudos referentes a tese de doutorado apresentada na UFSC, pesquisa importante já que as regiões denominadas edafo-ambientais homogêneas, utilizam critérios que vão além da hidrografia e estão caracterizadas na Figura 23.

4.3.1.1 Regiões delimitadas pelas Bacias Hidrográficas

O Estado possui duas grandes vertentes hidrográficas: **a vertente do interior**, que é composta pelo trecho Catarinense dos formadores e afluentes da Bacia do Rio Uruguai, e o trecho Catarinense dos afluentes do Bacia do Rio Iguaçú, que drenam para o oeste, indo desaguar na Bacia da Prata; e **a vertente do litoral**, que é composta por todas as bacias que drenam para o Oceano Atlântico, demonstradas na Figura 21.

Em 30 de novembro de 1994, foi editada a Lei nº. 9.748, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, definindo que o gerenciamento dos recursos hídricos deve ser integrado, descentralizado e participativo, tomando por base a bacia hidrográfica e incentivando a participação dos municípios e dos usuários de água. Assim, em atendimento ao disposto no diploma legal, o Estado de Santa Catarina, com uma área de 95.318.301 km², foi dividido em dez regiões hidrográficas, a saber: RH 1 – Extremo Oeste (5.962 km²), RH 2 – Meio Oeste (11.064 km²), RH 3 – Vale do Rio do Peixe (8.189 km²), RH 4 – Planalto de Lages (22.808 km²), RH 5 – Planalto de Canoinhas (11.058 km²), RH 6 – Baixada Norte (5.138 km²), RH 7 – Vale do Itajaí (15.111 km²), RH 8 – Litoral Centro (5.824 km²), RH 9 – Sul Catarinense (5.991 km²), e RH 10 – Extremo Sul Catarinense (4.840 km²).

O território de estudo desta tese é composto pelas seguintes Bacias Hidrográficas: RH 1 – Extremo Oeste, RH 2 – Meio Oeste, RH 3 – Vale do Rio do Peixe, RH 4 – Planalto de Lages e RH 5 – Planalto de Canoinhas, possuindo as seguintes características:

RH 1 – Extremo Oeste: Fazendo divisa com a Argentina, esta região é composta pelas Bacias Hidrográficas dos rios Peperi-Guaçu e Antas. A população rural representa 64% (sessenta e quatro por cento) do total e embora bem superior à média estadual, a densidade média populacional é relativamente baixa em relação às demais regiões. Apenas uma Associação de Municípios – AMEOSC – integra as ações político-administrativas dessa região hidrográfica. A agricultura é a atividade econômica mais importante, principalmente como fornecedora de matéria-prima para a agroindústria. O relevo é, na sua maioria, acidentado, e a aptidão agrícola dos solos se enquadram nas classes 3 (três) e 4 (quatro) (uso com restrições) em cerca de 80% (oitenta por cento) da área. Aproximadamente 12% (doze por cento) da região se encontram coberta com vegetação primária e secundária e apenas 1% (um por cento) é de área reflorestada.

RH 2 – Meio Oeste: Composta pelas Bacias dos Rios Chapecó e Irani, esta região vem apresentando um grande crescimento socioeconômico desde a década de 1980, sendo que 47% (quarenta e sete por cento) de população rural, fato que revela a importância social do setor agrícola na região. Está entre as regiões que apresentam o maior número de municípios do Estado, razão pela qual existem três associações – AMERIOS, AMOSC e AMAI – que integram as ações político-administrativas regionais. O relevo se apresenta acidentado na sua maior parte, o que contribui para o agravamento da erosão. Da mesma forma, a cobertura vegetal da região se apresenta degradada,

com apenas 17% (dezesete por cento) da vegetação primária e secundária, e 1% (um por cento) de área reflorestada. A aptidão agrícola da maior parte dos solos está enquadrada na classe 3 (três) e 4 (quatro) (uso com restrição), o que não impede que seja a primeira em produção de grãos e uma das primeiras do Estado na produção de suínos, aves e leite.

RH 3 – Vale do Rio do Peixe: As Bacias dos rios do Peixe e Jacutinga drenam a região. Atuam na região três associações de municípios – AMAUC, AMMOC e AMARP, integrando as ações político-administrativas dos 38 (trinta e oito) municípios existentes. O relevo apresenta características bastante acidentadas, com graves reflexos sobre o intenso processo erosivo do solo e assoreamento dos rios. A aptidão agrícola dos solos é representada pelas classes 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro), indicando que o seu uso para culturas anuais oscila entre regular e com restrições. A cobertura vegetal apresenta, em média, uma situação um pouco melhor quando comparadas às demais regiões do oeste, com 22% (vinte e dois por cento) de vegetação primária e cerca de 4% da área reflorestada. O setor agrícola foi responsável pelo desenvolvimento regional e representa a atividade de maior expressão na região.

RH 4 – Planalto de Lages: É a região que apresenta a maior área física e a menor densidade demográfica do Estado. A participação populacional rural é de aproximadamente 29% (vinte e nove por cento) sobre o total, situando-se num patamar semelhante à do Estado. Os Rios Canoas e Pelotas drenam a área e apresentam particular importância por serem formadores do Rio Uruguai, de grande expressão no território Catarinense. O relevo predominante oscila entre forte-ondulado e ondulado, sendo baixo o processo erosivo dos solos. A cobertura florestal foi devastada ao longo do tempo, principalmente as florestas de araucária, pela indústria madeireira.

RH 5 – Planalto de Canoinhas: Depois da região do Planalto de Lages, esta é a que possui a menor densidade demográfica do Estado. A população rural representa cerca de 34% (trinta e quatro por cento) da total. Duas associações de municípios – AMURC e AMPLA – integram as ações de 15 (quinze) municípios existentes na área. A região é servida por uma ampla rede hidrográfica; destacam-se os Rios Iguaçu, principal da região, Canoinhas e Negro. A vegetação primária e a secundária ocupam, em média, 33% (trinta e três por cento) da área total, cabendo destaque à área reflorestada, a maior do Estado, responsável por 8% (oito por cento) da região. O relevo predominante na área é ondulado e forte-ondulado.

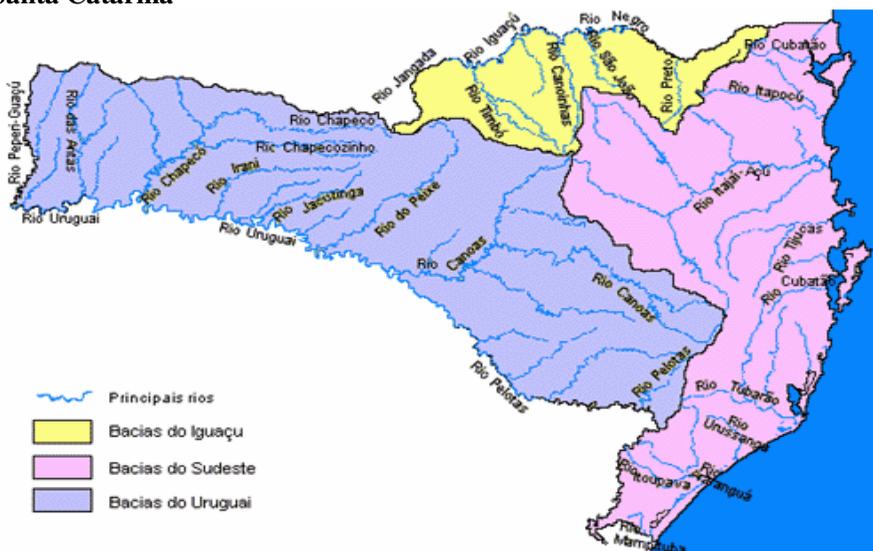
4.3.1.1 Regiões delimitadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas

Tendo como referencial as Bacias Hidrográficas, na área da presente pesquisa existem 6 (seis) Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) sendo que dois deles abrigam parte dos municípios que compõe a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

São estes os Comitês, instituídos:

- CBH do Rio das Antas – instituído em 2003
- CBH dos Rios Chapecó e Irani – instituído em 2010
- CBH do Rio do Peixe – instituído em 2001
- CBH do Rio Jacutinga – instituído em 2003
- CBH do Rio Canoas (parte dos Municípios) – instituído em 2001.
- CBH do Rio Timbó (parte dos Municípios) – instituído em 2001.

Figura 21 - Caracterização das Bacias Hidrográficas no Estado de Santa Catarina

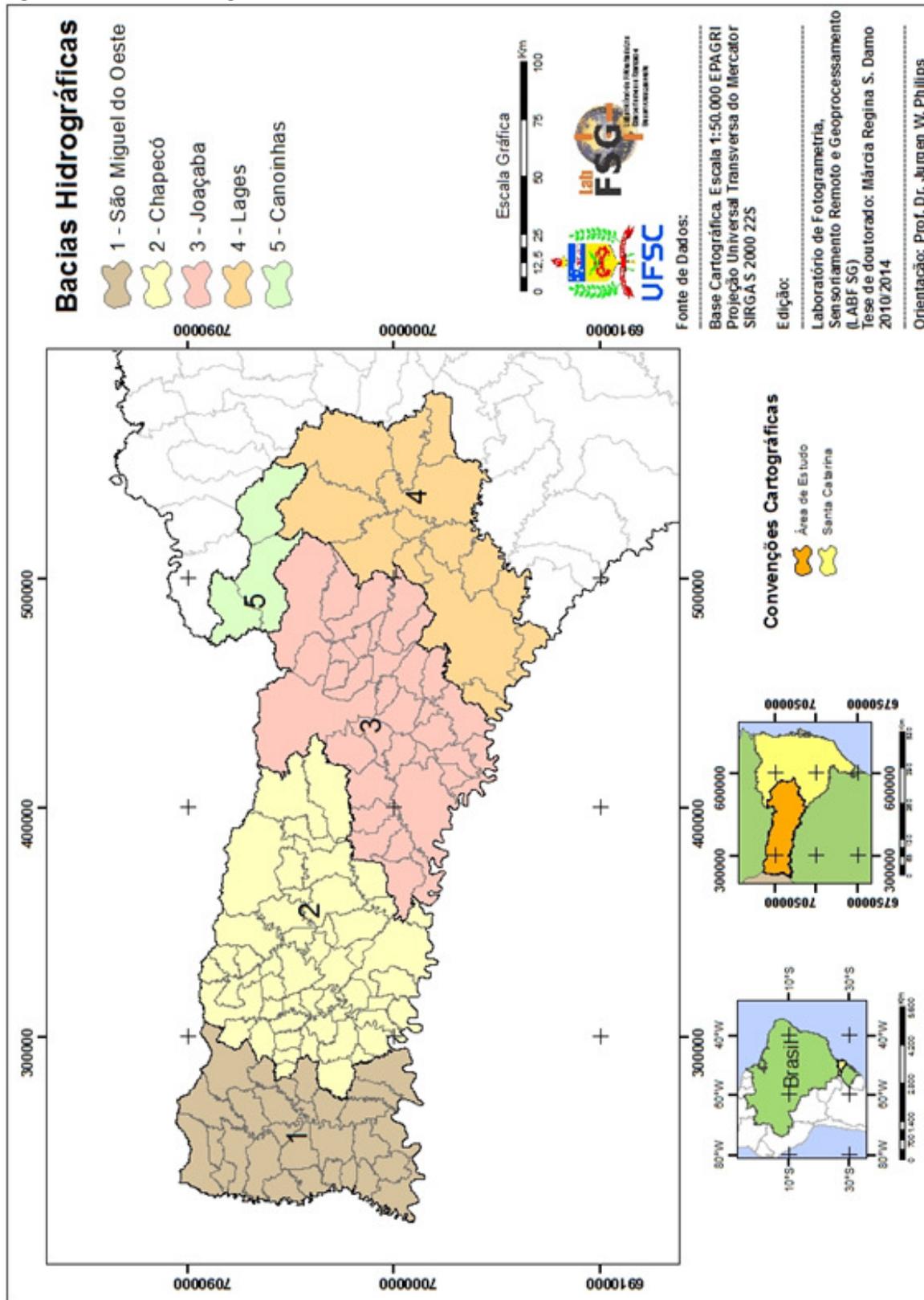


Fonte: FATMA

4.3.1.1.2 Regiões Edafo-ambientais Homogêneas

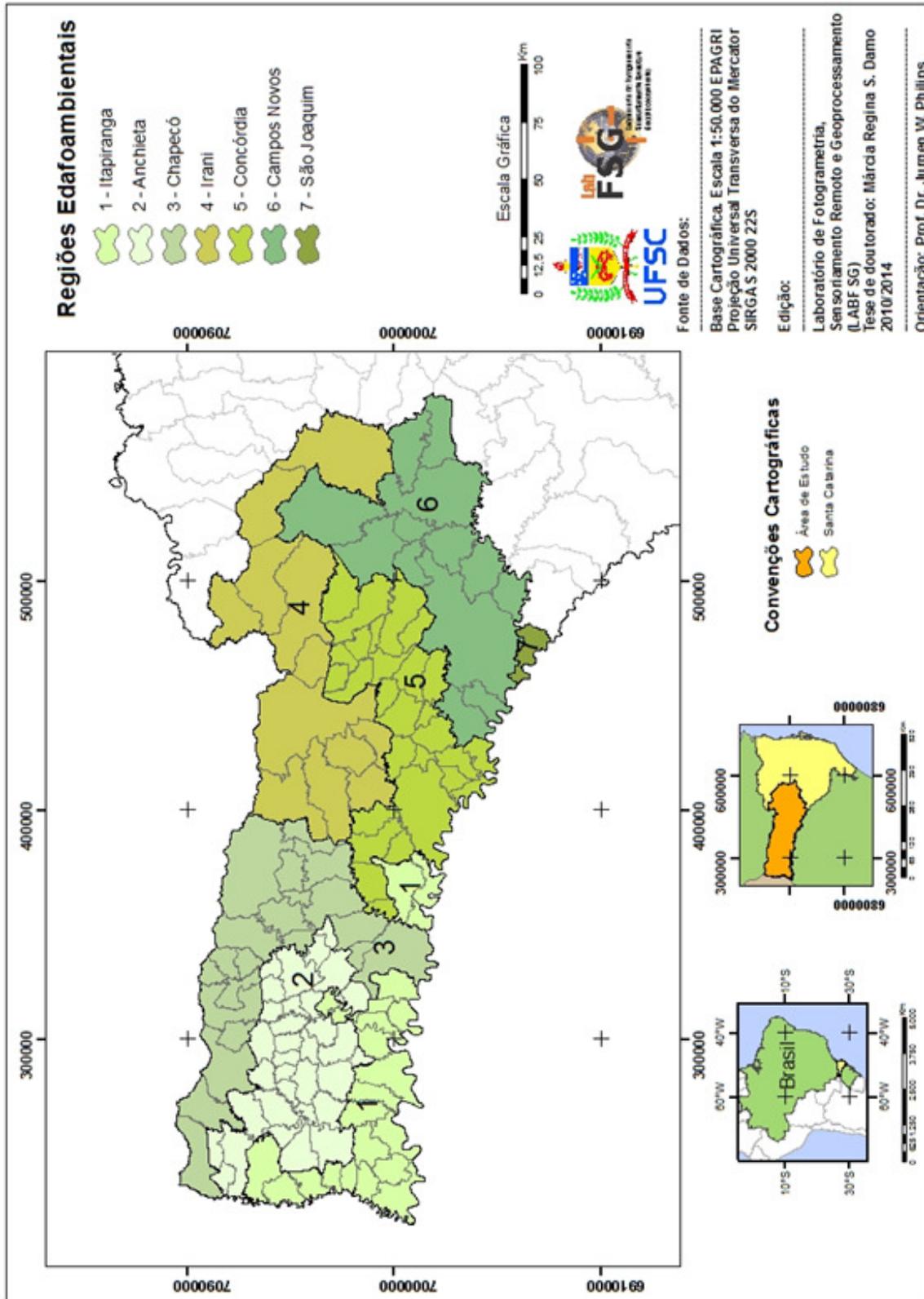
Este critério ambiental de regionalização, conforme já referenciado, faz parte de uma tese de doutorado apresentada no curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina (UBERTI, 2005). A referida pesquisa utilizou atributos do recurso natural solo, associados às variáveis ambientais, chegando a 18 (dezoito) Regiões Edafoambientais Homogêneas, cobrindo todos os municípios catarinenses. Além do solo e suas características, as outras variáveis para estabelecer os limites das regiões foram o relevo, o clima, a geologia, e a vegetação original. Na área de abrangência desta pesquisa, são 6 (seis) regiões edafoambientais homogêneas: REH Chapecó, REH Anchieta, REH Itapiranga, REH Concórdia, REH Irani e REH Campos Novos. Está sendo incorporada à pesquisa, tendo em vista a intenção de sobreposição de atributos físicos às análises efetuadas. (Figura 23).

Figura 22 – Bacias Hidrográficas



Elaboração: autora/2014

Figura 23 – Regiões Edafo-ambientais



Elaboração: autora/2014

4.3.2 Critérios legais (Federal e Estadual)

Dentro deste conceito se abordará aquelas regionalizações instituídas oficialmente, através de leis e decretos e estejam no âmbito federal ou estadual, mas que tenham rebatimento no território de abrangência da pesquisa.

4.3.2.1 IBGE – Mesorregiões e Microrregiões

Os estudos da Divisão Regional do IBGE tiveram início em 1941, tendo como principal objetivo sistematizar as várias "divisões regionais" que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única Divisão Regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras. Com o prosseguimento desses trabalhos, foi aprovada, em 31 de janeiro de 1942, através da Circular nº. 1 da Presidência da República, a primeira Divisão do Brasil em regiões, a saber: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

A Resolução nº. 143 de 6 de julho de 1945, por sua vez, estabelece a Divisão do Brasil em Zonas Fisiográficas, baseadas em critérios econômicos do agrupamento de municípios. Essas Zonas Fisiográficas foram utilizadas até 1970 para a divulgação das estatísticas produzidas pelo IBGE e pelas Unidades da Federação. Já na década de 60, em decorrência das transformações ocorridas no espaço nacional, foram retomados os estudos para a revisão da Divisão Regional, em nível macro, bem como a das Zonas Fisiográficas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2005), o caráter intrínseco da revisão da Divisão Regional do Brasil refere-se a um conjunto de determinações econômicas, sociais e políticas que dizem respeito à totalidade da organização do espaço nacional, destacando como o desenvolvimento das forças produtivas vem se desenvolvendo em suas interações com o quadro natural.

Assim, a Divisão Regional do Brasil em mesorregiões partiu de determinações mais amplas, em nível conjuntural, buscando identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise. A partir disso, definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial.

Portanto, na visão do IBGE, esta divisão em mesorregiões favorece a elaboração de políticas públicas; subsidia o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e

tributárias; facilita o planejamento, os estudos e a identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas, e de outras formas de aglomerações urbanas e rurais, já que hoje é a delimitação oficial onde os dados estatísticos são assim analisados.

No Estado de Santa Catarina, a divisão das mesorregiões e suas respectivas microrregiões foram assim definidas: Mesorregião da Grande Florianópolis, Mesorregião do Norte Catarinense, Mesorregião do Oeste Catarinense, Mesorregião Serrana, Mesorregião do Sul Catarinense e Mesorregião do Vale do Itajaí.

O quadro 11 demonstra as microrregiões e respectivos municípios que integram cada uma das mesorregiões conforme definição pelo IBGE, as quais abrangem a área de estudo.

Quadro 11 - Municípios integrantes das mesorregiões e microrregiões abrangidas pela pesquisa (IBGE/2000)

MESORREGIÃO DO OESTE CATARINENSE				
Microrregião de Chapecó	Microrregião de Concórdia	Microrregião de Joaçaba	Microrregião de São Miguel d'Oeste	Microrregião de Xanxerê
Águas de Chapecó	Alto Bela Vista	Água Doce	Anchieta	Abelardo Luz
Águas Frias	Arabutã	Arroio Trinta	Bandeirante	Bom Jesus
Bom Jesus do Oeste	Arvoredo	Caçador	Barra Bonita	Coronel Martins
Caibi	Concórdia	Calmon	Belmonte	Entre Rios
Campo Erê	Ipira	Capinzal	Descanso	Faxinal dos Guedes
Caxambu do Sul	Ipumirim	Catanduvas	Dionísio Cerqueira	Galvão
Chapecó	Irani	Erval Velho		Ipuaçú
Cordilheira Alta	Itá	Fraiburgo	Guaraciaba	Jupiaí
Coronel Freitas	Lindóia do Sul	Herval d'Oeste	Guarujá do Sul	Lajeado Grande
Cunha Porã	Paial	Ibiam	Iporã do Oeste	Marema

Continua

Continuação

Cunhataí	Peritiba	Ibicaré	Itapiranga	Ouro Verde
Flor do Sertão	Piratuba	Iomerê		Passos Maia
Formosa do Sul	Presidente Castelo Branco	Jaborá	Mondaí	Ponte Serrada
Guatambu	Seara	Joaçaba	Palma Sola	São Domingos
Iraceminha	Xavantina	Lacerdópolis	Paraíso	Vargeão
Irati		Lebon Régis	Princesa	Xanxerê
Jardinópolis		Luzerna	Riqueza	Xaxim
Maravilha		Macieira	Romelândia	
Modelo		Matos Costa	Santa Helena	
Nova Erechim		Ouro	São João do Oeste	
Nova Itaberaba		Pinheiro Preto	São José do Cedro	
Novo Horizonte		Rio das Antas	São Miguel d'Oeste	
Palmitos		Salto Veloso	Tunápolis	
Pinhalzinho		Tangará		
Planalto Alegre		Treze Tílias		
Quilombo		Vargem Bonita		
Saltinho		Videira		
Santa Terezinha do Progresso				
Santiago do Sul				
São Bernardino				
São Carlos				

Continua

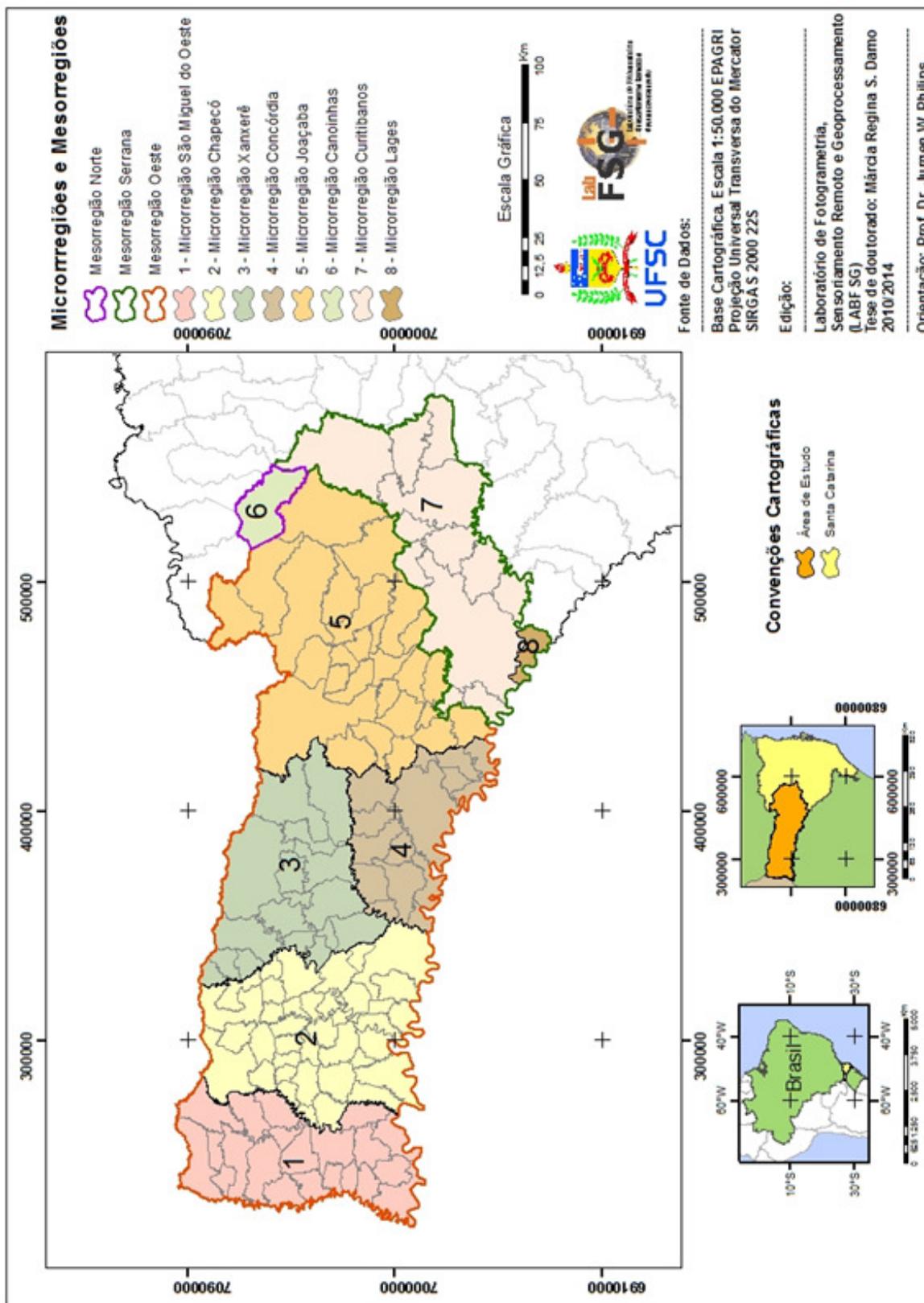
Continuação

São Lourenço d'Oeste				
São Miguel da Boa Vista				
Saudades				
Serra Alta				
Sul Brasil				
Tigrinhos				
União do Oeste				
MESORREGIÃO SERRANA				
Microrregião dos Campos de Lages		Microrregião de Curitiba		
Anita Garibaldi		Abdon Batista		
Bocaina do Sul		Brunópolis		
Bom Jardim da Serra		Campos Novos		
Bom Retiro		Curitiba		
Campo Belo do Sul		Frei Rogério		
Capão Alto		Monte Carlo		
Celso Ramos		Ponte Alta		
Cerro Negro		Ponte Alta do Norte		
Correia Pinto		Santa Cecília		
Lages		São Cristóvão do Sul		
Otaclício Costa		Vargem		
Painel		Zortea		
Palmeira				
Rio Rufino				
São Joaquim				
São José do Cerrito				
Urubici				
Urupema				

Fonte: Fundação IBGE (2000).

As mesorregiões abordadas nesta pesquisa são a Mesorregião do Oeste Catarinense com todos os seus municípios, conforme quadro 11 e Figura 26, a Mesorregião Serrana, com os municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Celso Ramos, Curitibanos, Frei Rogério, Monte Carlo, Ponte Alta do Norte, São Cristóvão do Sul, Santa Cecília, Vargem e Zortéa; e a Mesorregião do Norte Catarinense, sendo Timbó Grande o único município contemplado nesta pesquisa.

Figura 24 – Microrregiões e Mesorregiões



Elaboração: autora/2014

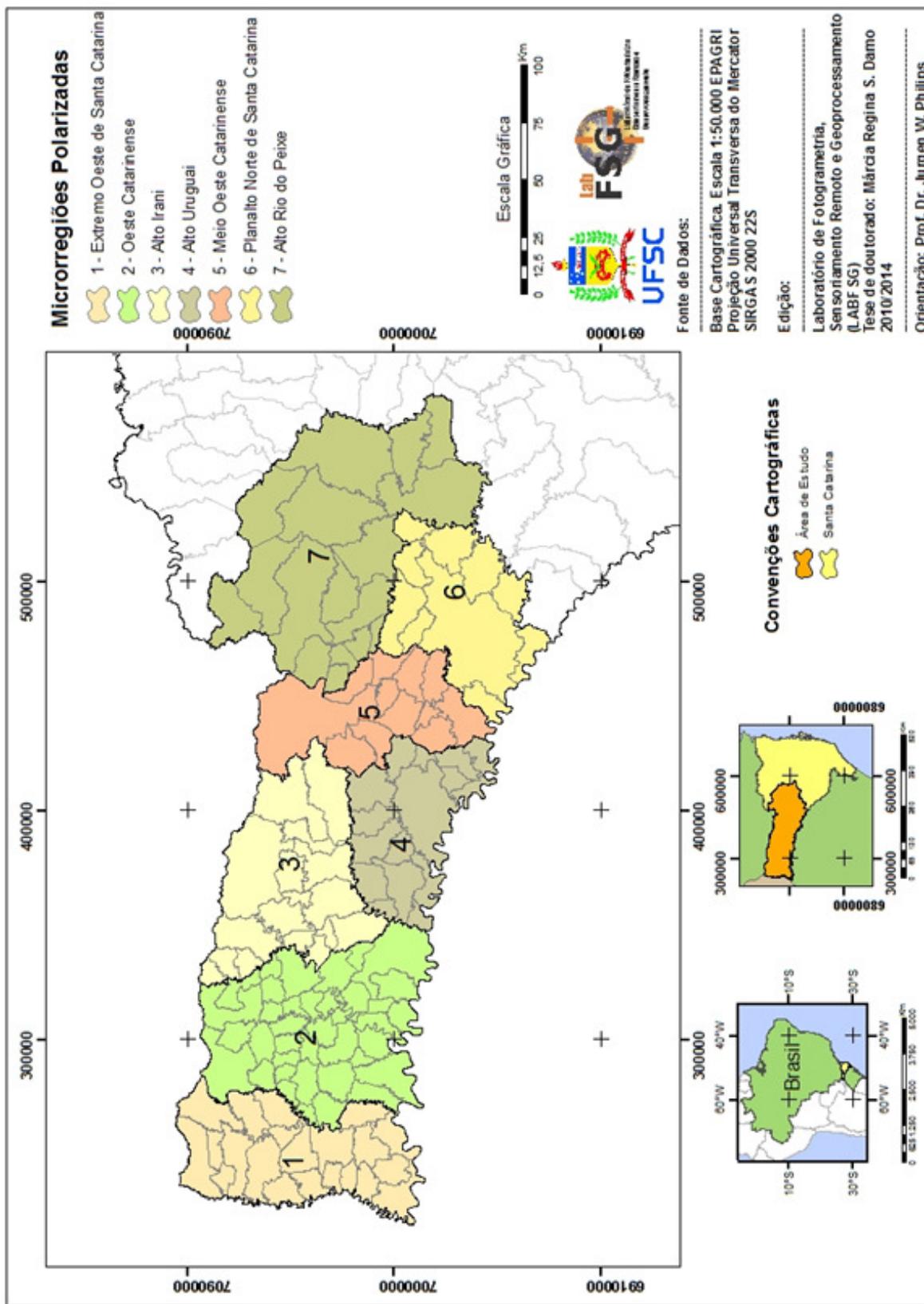
4.3.2.2 Constituição Estadual – Microrregiões Geográficas Polarizadas

A divisão das microrregiões polarizadas, adotada pelo Estado de Santa Catarina, ocorreu em 1971, através do Decreto nº. 844, o qual estabeleceu normas da administração e o planejamento das ações governamentais. Foi a primeira divisão regional ocorrida no Estado e o critério para esta subdivisão foi o de polarização. Essa regionalização foi justificada tendo em vista os seguintes fatores: excessiva centralização administrativa, necessidade de racionalização das relações entre órgãos governamentais, necessidade de organização da distribuição dos equipamentos de infraestrutura. Outros objetivos foram também o de facilitar o relacionamento com as associações de municípios, iniciativas espontâneas que estavam ocorrendo em nível regional as quais tinham por finalidade, além da representação institucional dos municípios, também a promoção do desenvolvimento local. Inicialmente foram criadas 13 regiões, mas com as alterações das determinações do Decreto nº. 844 em 1973, 1978, 1983, 1985, 1986 e 1998, foram criadas 24 regiões polarizadas, conforme detalhado na sessão sobre a revisão da literatura, especificamente na fundamentação legal da referida pesquisa e caracterizado espacialmente na Figura 25.

A polarização, critério adotada para esta regionalização estadual embasa-se nos aportes teóricos de François Perroux (1977) onde a noção de polo é ligada a noção de dependência de concentração, da existência de um centro com vários espaços que gravitam no seu campo de influencia econômica e política.

Além disto, e como tratado no capítulo da revisão da literatura, o IBGE trata da polarização como aquela que ocorre a partir de um campo de forças que se estabelece entre unidades produtivas, centros urbanos ou aglomerados industriais. A ideia da região polarizada resulta da interdependência existente entre as diversas áreas pertencentes a regiões homogêneas, pela influência comercial das aglomerações urbanas.

Figura 25 - Microrregiões Polarizadas



Elaboração: autora/2014

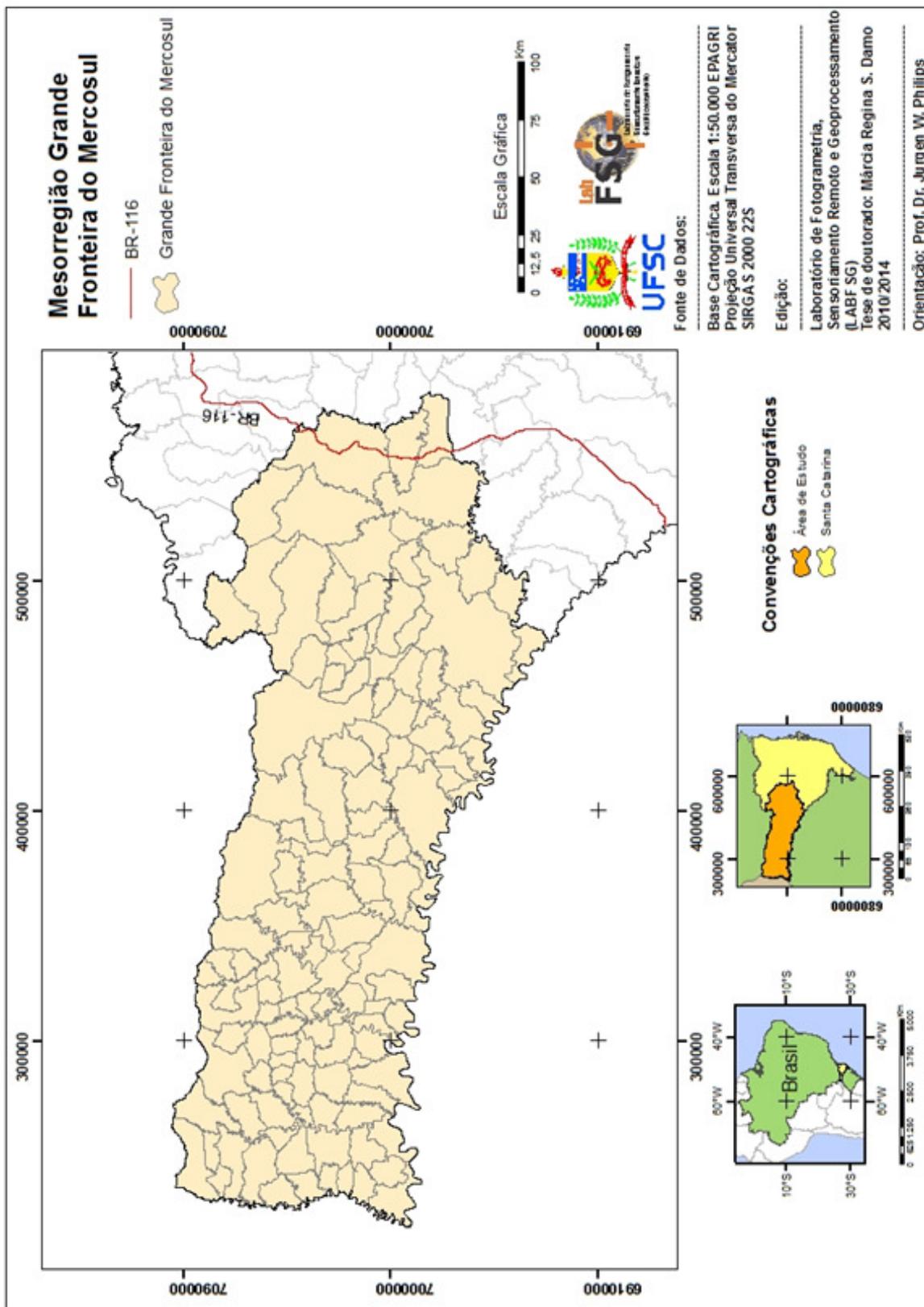
4.3.2.3 Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Ministério da Integração Nacional

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, recorte territorial definido pelo Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, faz parte de uma política pública que visa reduzir as desigualdades regionais. Abrange o norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, compreendendo 396 (trezentos e noventa e seis) municípios, com uma área total de 121.000 km² demonstrada na Figura 26.

Esta Mesorregião adotada pelo Ministério da Integração Nacional para implementação dos seus programas, possui identidade própria, forjada desde a chegada dos imigrantes a toda a Região Sul, quando houve a necessidade das famílias agirem em conjunto, a favor dos seus interesses individuais e coletivos. Essas vivências se refletem na dinâmica dos diferentes agentes sociais, atuantes na região, determinando o aprendizado para uma participação política e social organizada horizontalmente, tendo como referencial os aspectos culturais advindos da colonização regional.

Por outro lado, verifica-se também, uma grande disparidade da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul em relação ao restante da Região Sul. Apesar de a Mesorregião compreender um quarto do território e abrigar um quarto da população da Região Sul, o seu produto interno bruto representa pouco mais de um décimo do produto interno bruto da Mesorregião Sul. Além disso, o PIB per capita da Mesorregião (US\$ 3.285) é 40% menor que o da Região Sul (US\$ 5.320). Em função desses dados é que 131 (cento e trinta) municípios do Oeste Catarinense fazem parte desta mesorregião, área global de abrangência desta pesquisa, inserida como uma das áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, através do Decreto 6077 de fevereiro de 2007, política esta que prioriza 13 (treze) mesorregiões no país, toda a extensão da faixa de fronteira brasileira, nos seus 11 (onze) Estados e 588 Municípios, sendo 82 (oitenta e dois) em Santa Catarina, e o semi-árido nordestino com incidência em 12 (doze) Estados da região Nordeste.

Figura 26 - Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul /Área da pesquisa



Elaboração: autora/2014

4.3.2.4 Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional (SDRs)

O Governador do Estado de Santa Catarina, gestão 2003/2010, através da Lei Complementar nº. 243, de 30 de janeiro de 2003, estabeleceu a Descentralização da Gestão Administrativa Pública Estadual, tendo como desafio desta ação política, a aproximação entre o governo e o cidadão; a participação das lideranças locais na definição das prioridades e na execução das políticas governamentais; e a corresponsabilidade de governar Santa Catarina, com toda a sociedade.

Para isto, no ano de 2003 foram criadas 30 (trinta) Secretarias Regionais e em 2014 este reordenamento governamental está configurado pela composição de 36 (trinta e seis) regiões administrativas, com sedes conforme o quadro 12.

Quadro 12 - Relação das Secretarias de Desenvolvimento Regional

1ª - São Miguel do Oeste	19ª – Laguna
2ª – Maravilha	20ª – Tubarão
3ª - São Lourenço do Oeste	21ª – Criciúma
4ª – Chapecó	22ª – Araranguá
5ª – Xanxerê	23ª – Joinville
6ª – Concórdia	24ª - Jaraguá do Sul
7ª – Joaçaba	25ª – Mafra
8ª - Campos Novos	26ª – Canoinhas
9ª – Videira	27ª – Lages
10ª – Caçador	28ª - São Joaquim
11ª – Curitibanos	29ª – Palmitos
12ª - Rio do Sul	30ª - Dionísio Cerqueira

Continua

Continuação

13ª – Ituporanga	31ª – Itapiranga
14ª – Ibirama	32ª – Quilombo
15ª – Blumenau	33ª – Seara
16ª – Brusque	34ª – Taió
17ª – Itajaí	35ª – Timbó
18ª - São José	36ª – Braço do Norte

Fonte: Disponível em: <<http://www.sc.gov.br>>. Acessado em fevereiro de 2014.

A lei complementar n.381 de 07 de maio de 2007 alterado alguns dispositivos pela Lei 534 de 20 de abril de 2011 dispõe sobre a estrutura de governo com a seguinte configuração:

Nível Setorial: o nível Setorial, compreendendo as Secretarias Setoriais e suas entidades vinculadas, que terão o papel de planejar e normatizar as políticas públicas do Estado, voltadas para o desenvolvimento regional, específicas de suas áreas de atuação, exercendo, com relação a elas, a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional

Nível Regional: o nível Regional, compreendendo as Secretarias de Estado de

Desenvolvimento Regional, atuando como agências de desenvolvimento, que terão o papel de executar as políticas públicas do Estado, nas suas respectivas regiões, cabendo-lhes a supervisão, a coordenação, a orientação, e o controle de forma articulada com as Secretarias de Estado Setoriais e as estruturas descentralizadas da administração indireta do Estado.

O artigo 13 da Lei Complementar nº. 381/2007, que trata da Descentralização e Desconcentração Administrativas, determina:

Art. 13. A execução das atividades da Administração Pública Estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará por meio das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e dos órgãos e entidades públicas estaduais, com atuação regional, por elas coordenadas. Parágrafo único. A descentralização e a desconcentração serão implementadas em quatro planos principais: I - das Secretarias de Estado Setoriais para as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional; II - do nível de direção estratégica para o nível gerencial, e deste para o nível operacional; III - da Administração Direta para a Administração Indireta; e, IV - da Administração do Estado para: a) o Município ou entidade da sociedade civil organizada, por intermédio das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, mediante convênio, acordo ou instrumento congêneres; e b) organizações sociais, entidades civis e entidades privadas sem fins lucrativos, mediante contratos de concessão, permissão, termos de parcerias, contratos de gestão e parcerias público-privadas.

O artigo 3º dessa mesma Lei Complementar estabelece:

Art. 3º: O modelo de gestão da Administração Pública Estadual far-se-á através de políticas públicas que deverão ser desenvolvidas de forma sistêmica e em consonância com programas institucionais de órgãos e entidades públicas, associando obras, programas, serviços e benefícios socialmente úteis a objetivos e resultados consagradores de direitos sociais plenos.

Na mesma área de abrangência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, conforme Figura 27, foram instituídos legalmente, os conselhos do desenvolvimento regional (CDRs) órgãos de aconselhamento, orientação, formulação (das normas) e proposição das diretrizes gerais para o desenvolvimento das atividades das Secretarias. Este Conselho de desenvolvimento regional é formado:

I – membros Natos:

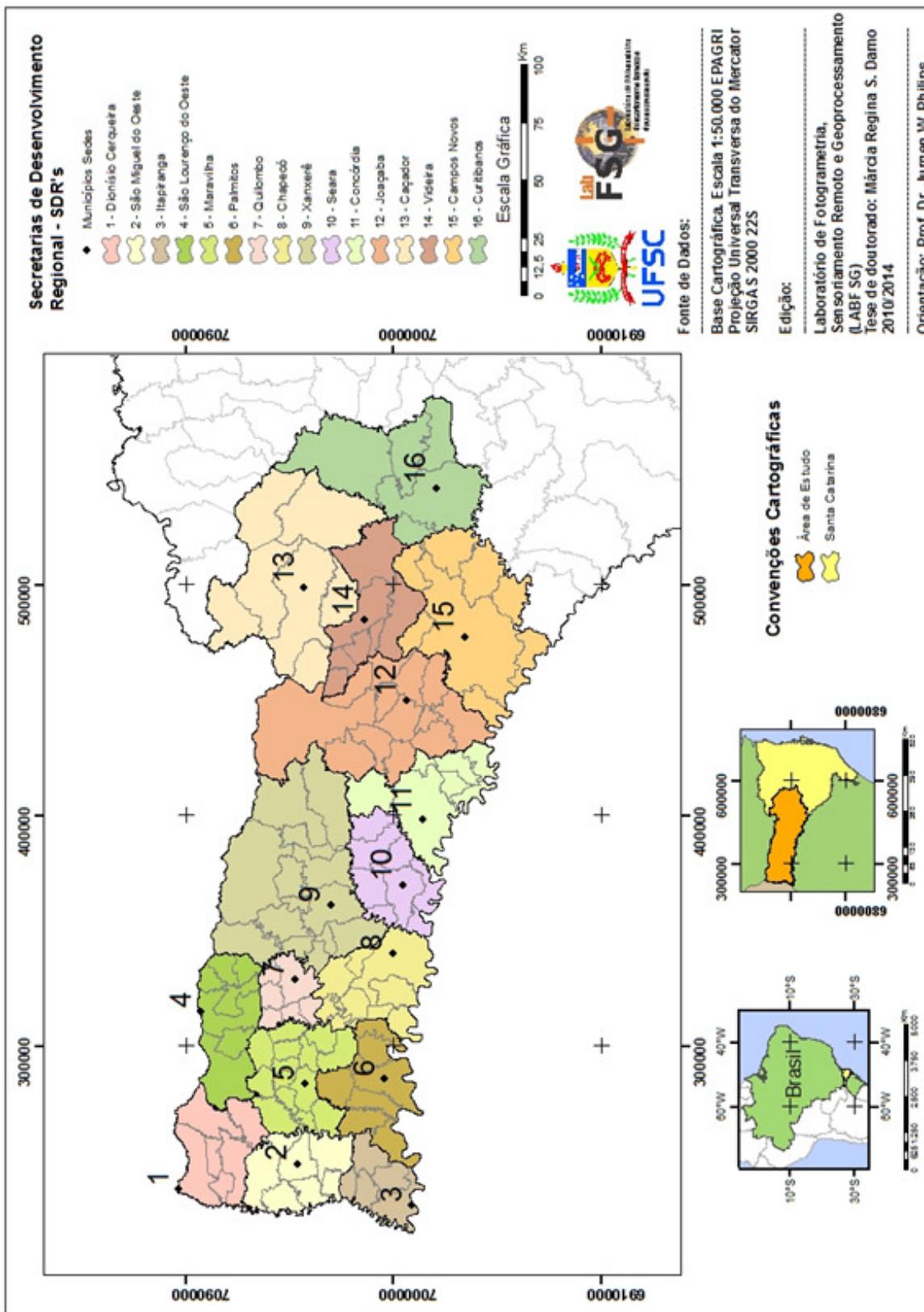
O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional;

Os Prefeitos da região de abrangência;

Os Presidentes de Câmaras de vereadores de abrangência;

II – dois representantes, por município da região de abrangência, membros da sociedade civil organizada, assegurando-se a representatividade dos segmentos culturais, políticos, ambientais, econômicos e sociais mais expressivos da região, definidos por decreto do poder executivo.

Figura 27 – Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR's



Elaboração: autora/2014

4.3.2.5 Regiões Metropolitanas

As primeiras foram criadas no Brasil em 1973 sendo que em Santa Catarina a Região metropolitana de Florianópolis foi criada pela lei complementar estadual n° 162 de 1998, e depois extinta pela lei complementar estadual n° 381 de 2007 e reinstituída pela lei complementar estadual n° 495 de 2010. Portanto apenas após 2007 é que foram instituídas outras Regiões Metropolitanas Na área de atuação da pesquisa são 4 (quatro) regiões metropolitanas denominadas de: Extremo Oeste, Chapecó, Vale do Contestado na sua totalidade na região de abrangência mais 4 (quatro) Municípios pertencem a região metropolitana de Lages.

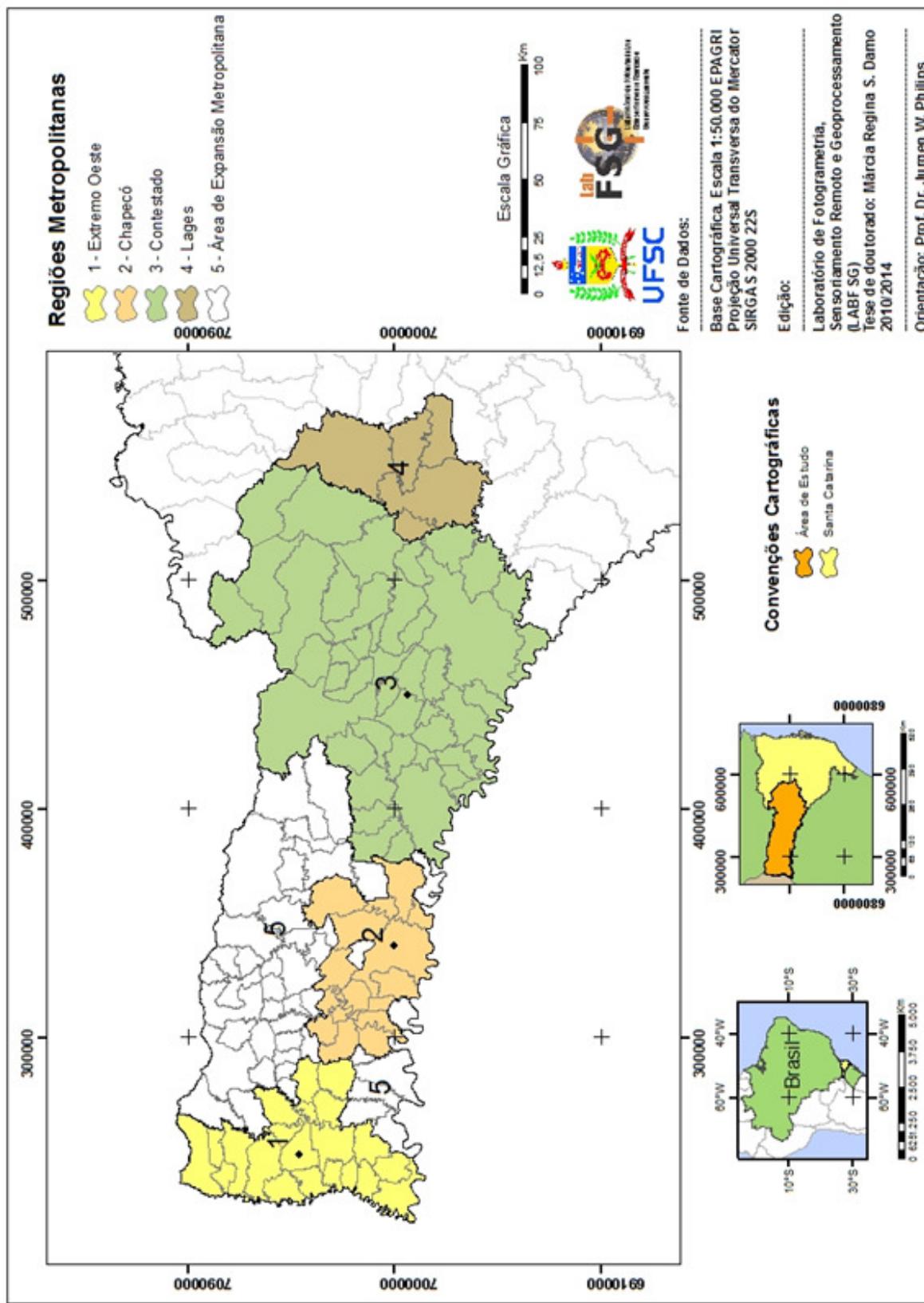
Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a **Região Metropolitana** “é uma região estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes (que fazem fronteiras), com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

A partir da Constituição de 1988, coube aos Estados definirem quais eram as suas regiões. No entanto a falta de regulamentação com critérios nacionais mais claros para a criação de regiões metropolitanas compromete a gestão eficaz desses territórios.

No caso de Santa Catarina, especificamente nestas quatro regiões acima descritas, não existe nenhum órgão técnico definido, nem trabalhos conjuntos que possam justificar a criação de uma região pelos serviços consorciados que possam estar demandando.

Nos aspectos técnicos, importantes a serem analisados, poucos municípios são conurbados que justifiquem o trabalho conjunto através de regiões metropolitanas, no entanto, a justificativa para criação das regiões metropolitanas tem sido sobretudo atrelado a possibilidade de captação de recursos federais já que diversos ministérios possuem orçamento carimbado para estas regiões. As tarifas telefônicas unificadas tem sido um ganho efetivo com a redução dos custos das ligações com mesmo DDD, assim como priorização em algumas políticas publicas ao nível federal e estadual.

Figura 28 - Regiões Metropolitanas



Elaboração: autora/2014

4.3.3 Critérios políticos, administrativos e de planejamento

Nos critérios analisados e mapeados a seguir levaram-se em conta aquelas empresas governamentais mais relevantes para a formulação das políticas públicas com reatamento territorial de grande influência na área desta pesquisa seja pelo serviço público disponibilizado ou pelo histórico de atuação da mesma.

NÍVEL ESTADUAL

4.3.3.1 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI)

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A. (EPAGRI), foi criada em 1991, no bojo de uma profunda reforma administrativa promovida pelo governo estadual no Serviço Público Agrícola, que fundiu e incorporou numa só instituição os serviços de pesquisa agropecuária até então desenvolvidos pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S/A. (EMPASC), de extensão rural pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), de extensão pesqueira pela Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (ACARPESC), além do serviço de fomento agrícola, a cargo do Instituto de Apicultura de Santa Catarina (IASC).

O objetivo da fusão-incorporação, apresentado à sociedade e ao Poder Legislativo, foi racionalizar os recursos e as atividades, aproximando mais os trabalhos de pesquisadores e extensionistas, em busca de reflexos positivos para o produtor rural. A EPAGRI foi, à época, constituída como uma sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, nos termos do art. 99 da Lei Estadual nº. 8.245, de 18 de abril de 1991, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, integrante da Administração Indireta do Estado de Santa Catarina.

Em 22 de junho de 2005, a EPAGRI incorporou o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – Instituto CEPA/SC. Na mesma data, a Assembleia de Acionistas aprovou a transformação da EPAGRI em empresa pública.

A EPAGRI presta serviços de Extensão Rural e Assistência Técnica nos 295 Municípios do Estado de Santa Catarina, onde o agricultor é orientado sobre produção agropecuária, pós-colheita,

comercialização, administração rural, organização dos produtores, crédito, educação ambiental e educação sanitária. Através de seu Centro de Informações Ambientais, são fornecidas informações meteorológicas, cada vez mais necessárias para a vida rural e urbana.

Até 2008 a estrutura da Epagri contava com Unidades de Planejamento em número de 8 (oito), conforme Zampieri *et al.* (2004) as quais foram definidas em processo participativo pela EPAGRI e segundo quatro critérios:

Regiões agroecológicas, onde o critério básico foi o clima;

Critério geográfico;

Critério de compatibilidade com a divisão política das associações de municípios;

Critérios conjuntos de ordem geográfica, ambiental, socioeconômica considerando basicamente o mapa das microrregiões polarizadas, das mesorregiões e das bacias hidrográficas²⁷.

Atualmente, 2014 para executar o serviço de extensão rural a Epagri dividiu o Estado em 10 (dez) Unidades de Gestão Técnica (UGTs), nas quais estão distribuídas 23 (vinte e três) Gerências Regionais, que coordenam 13 (treze) Centros de Treinamento e 295 (duzentos e noventa e cinco) Escritórios Regionais. Na área de abrangência da pesquisa são 4 Unidades de Gestão técnica e 11 gerências regionais, conforme demonstrado na Figura 29 e Figura 31.

Suas principais atribuições são: cumprir e fazer cumprir as políticas, diretrizes, estratégias e prioridades institucionais; formular e executar projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável do meio rural e pesqueiro e apoiar os programas de desenvolvimento regionais e municipais²⁸.

Da mesma forma é importante salientar também, na presente pesquisa, que a EPAGRI também utiliza para o desempenho das suas funções o "Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico do Estado de Santa Catarina". Este zoneamento serve como orientador no estabelecimento de programas de desenvolvimento agrícolas municipais e regionais, selecionando alternativas compatíveis com a realidade agrícola de cada zona agroecológica do Estado de Santa Catarina,

²⁷ Disponível em: <<http://www.geodésia.ufsc.br-geodésia> – on-line arquivo cobrac = 2004/164>. Acesso em 03 de março de 2006.

disponibilizando as informações atualizadas e agilizando o processo decisório, conforme demonstrado na figura 30.

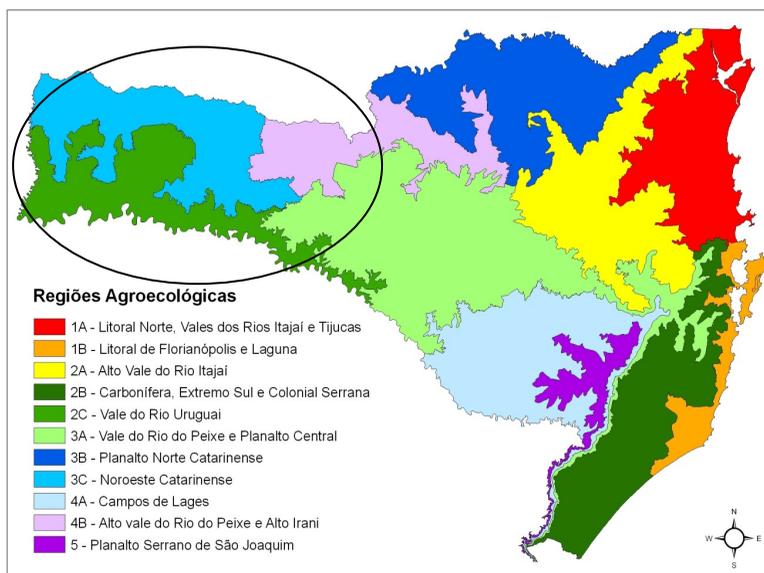
Figura 29 - Estruturas da Epagri



Fonte: <[http:// epagri.sc.gov.br/epagri/?page_id=2794](http://epagri.sc.gov.br/epagri/?page_id=2794)>. Acessado em 06 de março 2014.

Por isso é importante considerar este tipo de regionalização, embora a presente pesquisa não entre a análise específica dos conflitos.

A metodologia utilizada para definição destas regiões, conforme figura 29 foram: clima, solo, culturas, potencialidades de cruzamentos das informações climáticas, solo, caracterização dos aspectos socioeconômicos, definição das áreas dos municípios em cada sub-região, definição do software para a parametrização dos dados socioeconômicos..

Figura 30 - Regiões Agroecológicas

Fonte: <<http://www.epagri.sc.gov.br>>

4.3.3.2 Santa Catarina Turismo S/A. (Santur) – Territórios Turísticos

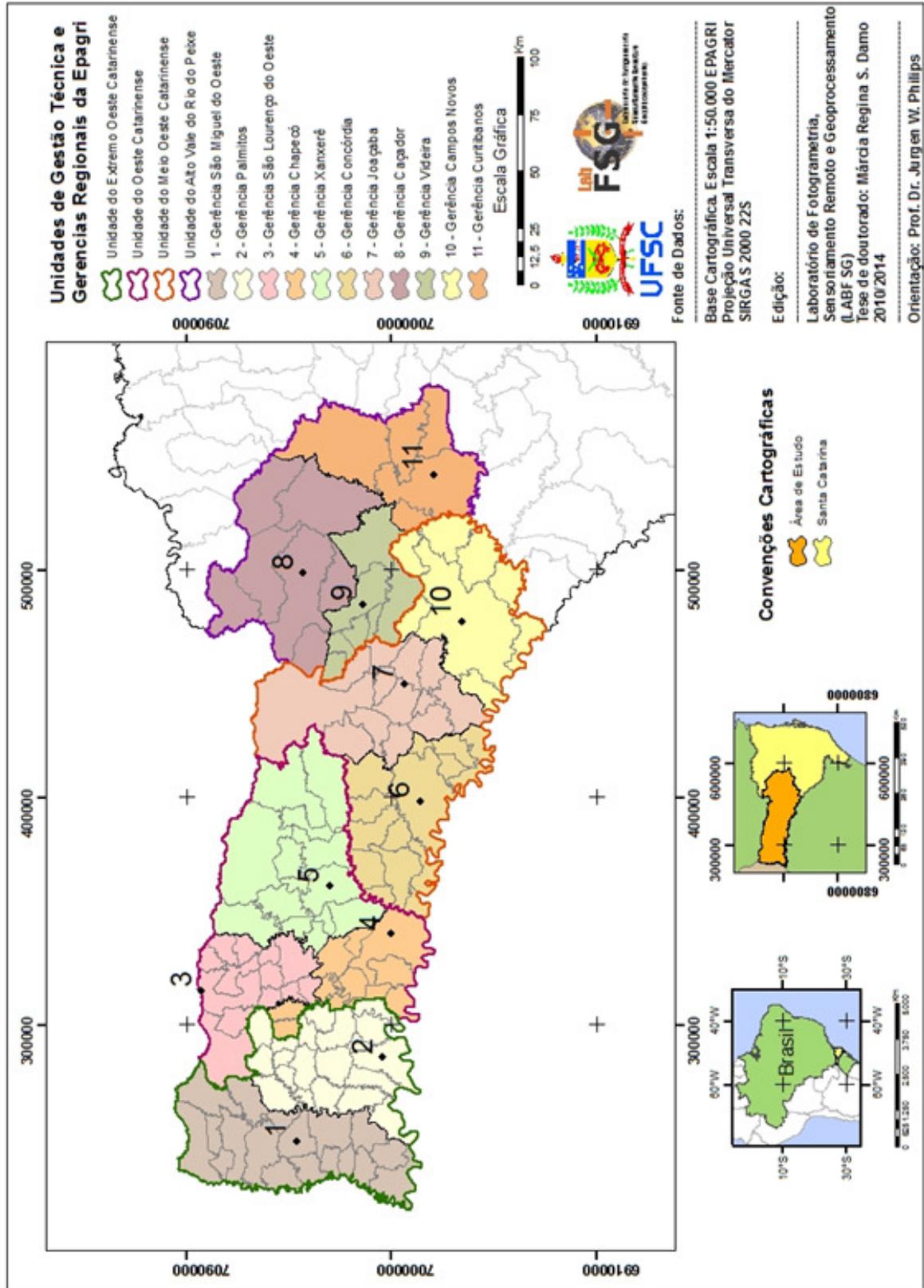
A Santa Catarina Turismo S/A (Santur), é uma empresa de economia mista criada em 28 de junho de 1977, que tem como objetivo o fomento e a divulgação da política estadual de turismo, encontrando-se, atualmente (2006), vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte.

A missão da Santur é promover e fomentar as indústrias do lazer e do entretenimento com qualidade, visando ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios catarinenses gerado pelo turismo, através de pesquisas, divulgação, promoção e apoio de eventos realizados no Estado.

O Estado de Santa Catarina, com 295 municípios está dividido em oito regiões turísticas, as quais, conforme a Santur têm reproduzido nos seus limites, afinidades geográficas, econômicas e histórico-culturais. São elas: Caminho dos Príncipes, Grande Florianópolis, Encantos do Sul, Vale Europeu, Serra Catarinense, Costa Verde Mar, Caminho dos Canions, Caminhos da Fronteira, Vale do Contestado e Grande Oeste, ficando as três últimas situadas na área objeto desta

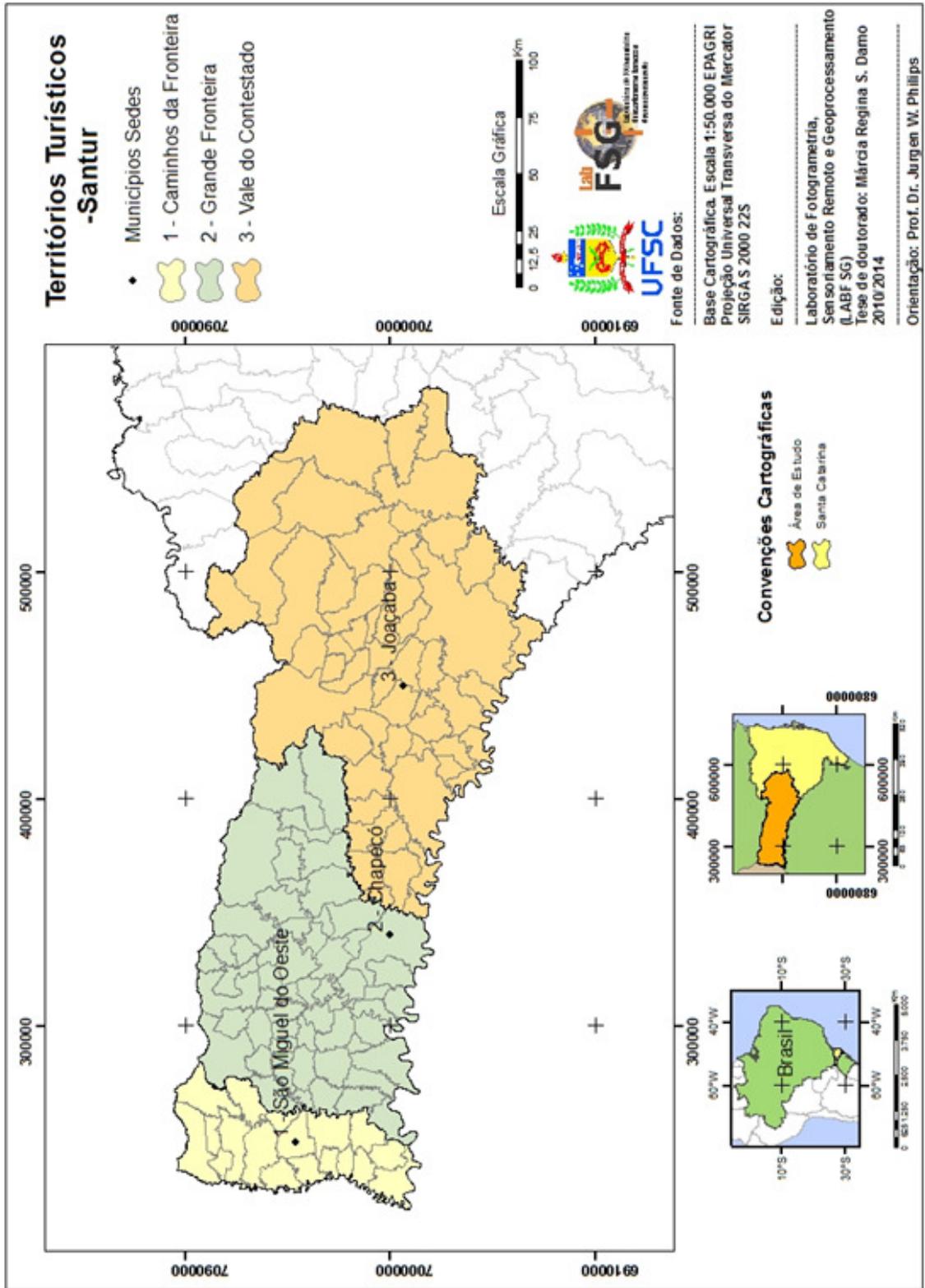
pesquisa. A figura 32, retrata a situação geográfica destas regiões turísticas.

Figura 31 - Unidade de Gestão Técnica e Gerencias Regionais da Epagri



Elaboração: autora/2014

Figura 32 - Territórios Turísticos



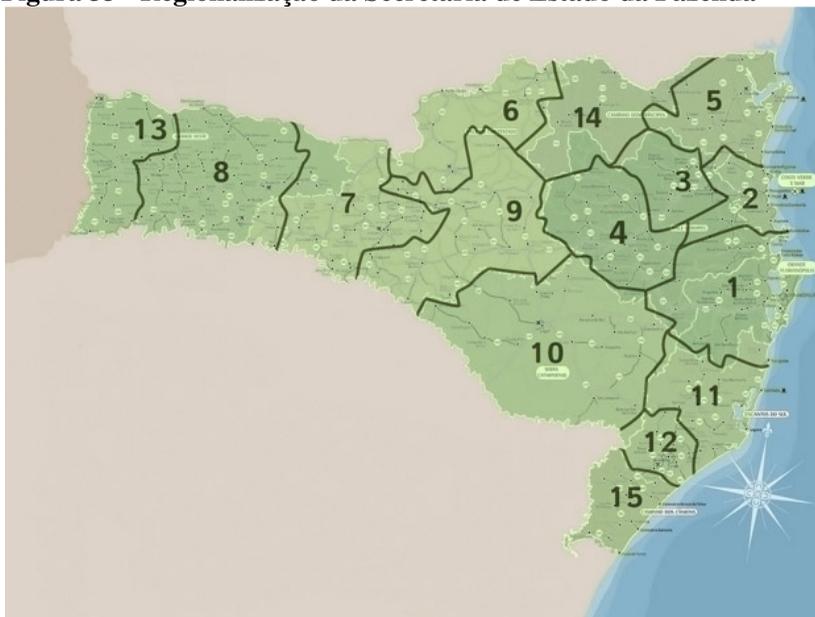
Elaboração: autora/2014

4.3.3.3 Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)

A Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) é um Órgão Central do Sistema de Administração Financeira e do Sistema de Administração Contábil e Auditoria. Têm como missão gerir os recursos do Estado por meio de uma política fiscal, com ações voltadas ao incremento da arrecadação e adequação dos dispêndios, visando à elevação do nível de satisfação da população catarinense.

Às Gerências Regionais da Fazenda Estadual compete, em nível regional, supervisionar as atividades atribuídas pelos órgãos centrais da estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), principalmente aquelas relacionadas com a fiscalização de tributos estaduais em estabelecimentos de empresas e de mercadorias em trânsito, bem como o controle da arrecadação tributária. Estão localizadas nos seguintes municípios: Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, Joinville, *Porto União*, *Joaçaba*, *Chapecó*, *Curitibanos*, Lages, Tubarão, Criciúma, *São Miguel d'Oeste*, Mafra e Araranguá. Dentre essas, 5 (cinco) têm atuação na área de abrangência da pesquisa, conforme mostra as Figuras 33 e 35.

Figura 33 - Regionalização da Secretaria de Estado da Fazenda



Fonte: <www.sef.sc.gov.br>. Acessado em 06/03/2014

4.3.3.4 Gerências Regionais de Educação, Ciência e Tecnologia (GEREI)

A Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia têm como missão construir uma escola pública de qualidade para todos os catarinenses, através de uma gestão descentralizada, com democracia participativa, trabalhando em equipe e sobrepondo o social ao individual, o público ao privado, o coletivo ao particular, o estratégico ao rotineiro e burocrático.

O Plano de Trabalho da Gestão Estadual da Educação contempla os seguintes programas e projetos: Superando desafios no acesso ao saber, Atendimento Escolar Hospitalar, Parlamento Jovem, Formação pela Escola, Jornal na Escola, Língua Estrangeira, Ambiental, Educação no Campo, Escola Aberta, Escola Pública Integrada, Esporte na Escola, Incentivo à Iniciação Científica, Novos Valores, Ver e Ouvir, Veia sem Drogas.

Devido à Reforma Administrativa do Estado de Santa Catarina, as Gerências Regionais da Educação estão instaladas nas 36 (trinta e seis) Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, coincidindo com as regiões das SDRs, conforme Figura 36.

4.3.3.5 Gerências Regionais de Saúde

Através da Resolução nº 1, de 29 de Setembro de 2011, foi estabelecida diretrizes gerais para a instituição de Regiões de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do Decreto Nº 7.508, de 28 de junho de 2011. A definição do novo desenho territorial das Regiões de Saúde de Santa Catarina, estabeleceu 16 (dezesesseis) regiões, de acordo com o Decreto 7.508, de 28 de junho de 2011, conforme Deliberação 348/CIB/12 e a Deliberação nº 457/CIB/2012, que definiu a composição e a Nomenclatura das novas regiões de Saúde, conforme Figura 34 e 37 que espacializam as regiões de saúde, na área de abrangência da pesquisa são 6 (seis) regiões de saúde as quais abrangem os 131 (cento e trinta e um) municípios da Mesorregião em estudo.

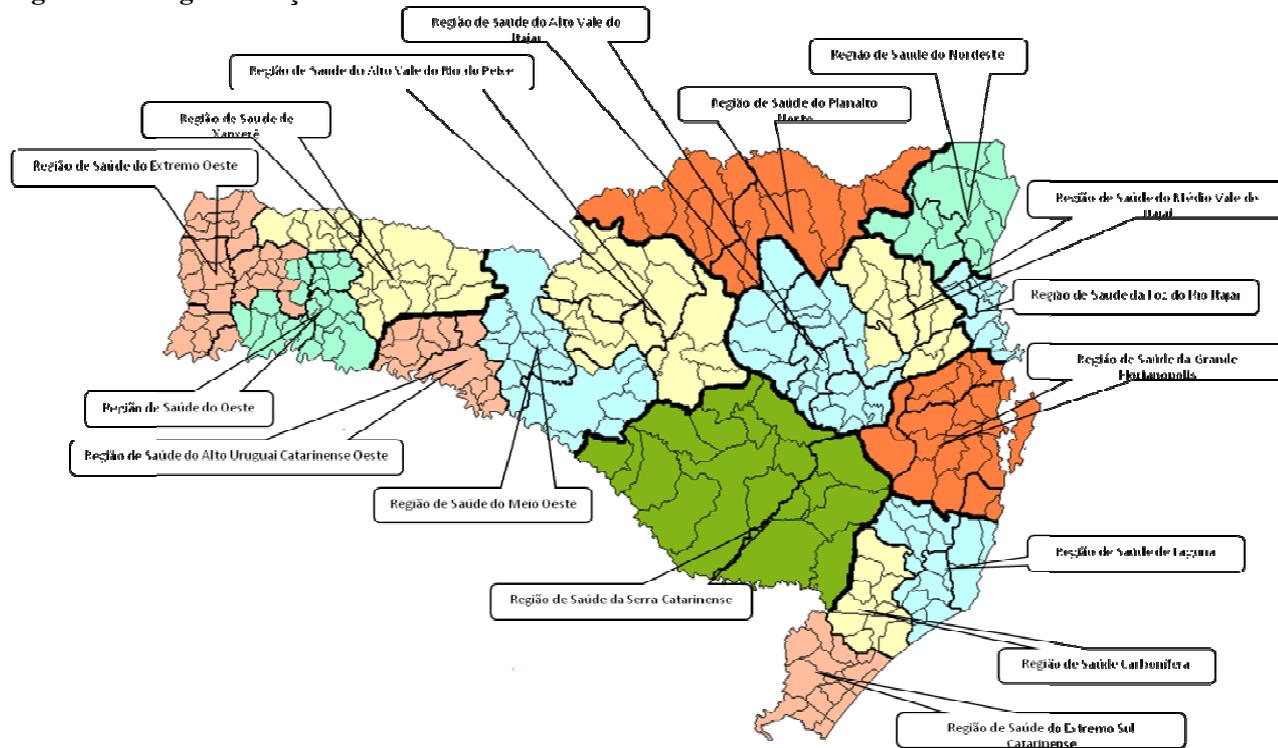
Destaca-se que segundo a Portaria MS/GMn.373 que regulamentou a NOAS a região de saúde e a base de planejamento da atenção à saúde, não necessariamente coincidente com a divisão administrativa do estado, a ser definida pela Secretaria estadual da saúde, de acordo com as especificidades e estratégias de regionalização de saúde em cada estado, considerando-se as características

demográficas, sócio econômicas, geográficas, sanitárias, epidemiológicas, oferta de serviços, relações entre municípios, entre outros (...) Também a mesma norma sugere que este espaço regional seja contínuo, polarizado por algum município-sede com raio de abrangência com fluxos entre os serviços de saúde

Assim, conforme Plano Diretor de Regionalização da Saúde, o Estado de Santa Catarina está dividido em 9 (nove) macrorregiões de 21 (vinte e um) regiões de saúde. Por região de saúde entende como “base territorial de planejamento da atenção à saúde, não necessariamente coincidente com a divisão administrativa do Estado, a ser definida pela SES, de acordo com as especificidades e estratégias de regionalização da saúde em cada Estado, considerando as características demográficas, socioeconômicas, geográficas, sanitárias, epidemiológicas, oferta de serviços, relações entre municípios, entre outras (PDR, 2002 -conceito definido na NOAS 01/01) . A Região de Saúde deve ser referencia para uma população de no mínimo 100.000 habitantes.

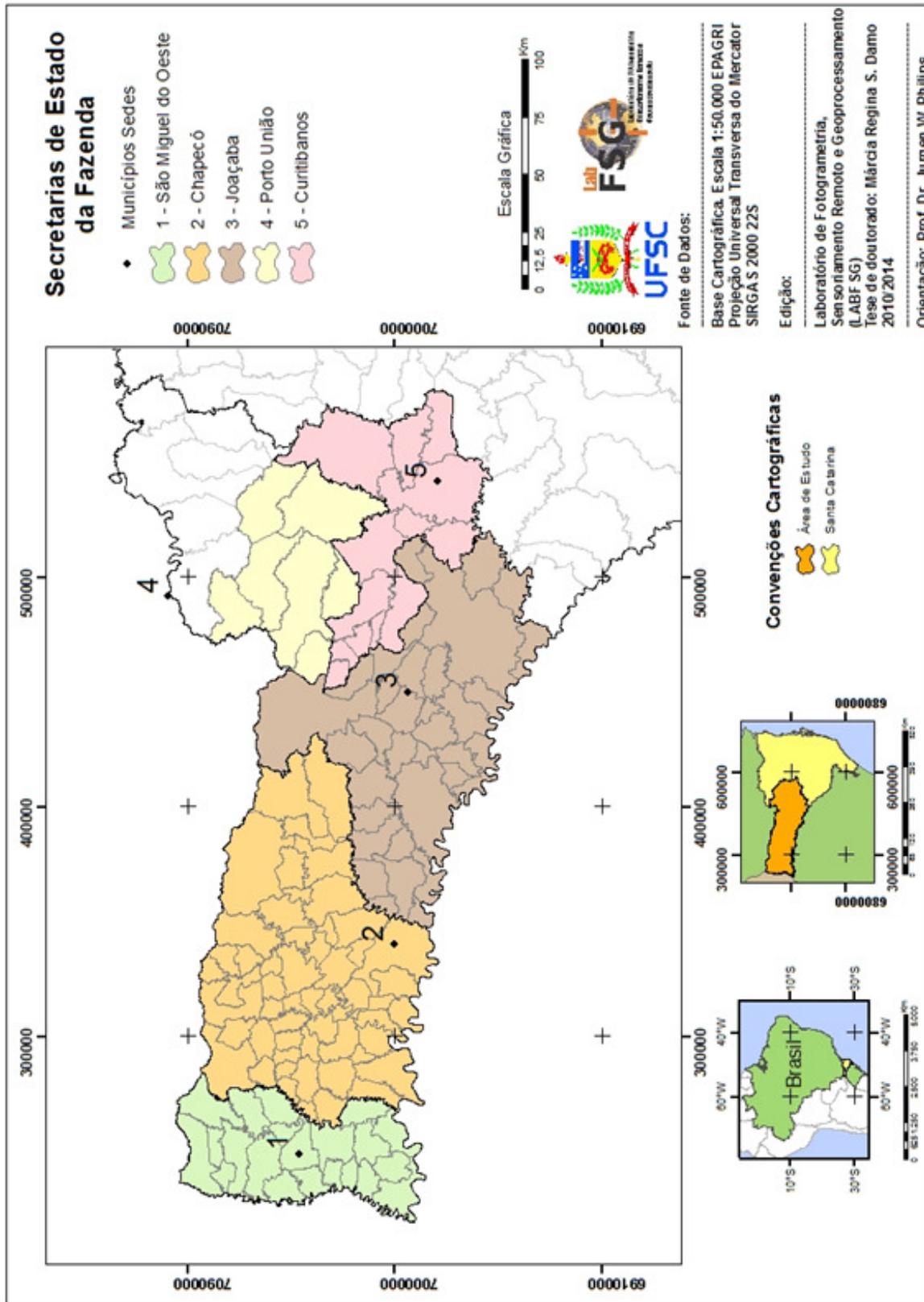
Para o estabelecimento da Macrorregião de saúde foram levados em conta os seguintes fundamentos: descentralização, regionalização, hierarquização, articulação e sistema de referencia. Como critérios foram observados a localização geográfica, população, agrupamento por regionais de saúde, equidistância, sistema viário, cultura de deslocamento, Índice de Desenvolvimento Social, Complexo econômico regional, recursos tecnológicos e bacia hidrográfica (Plano Diretor de Regionalização 2008).

Figura 34 - Regionalização da Saúde em Santa Catarina



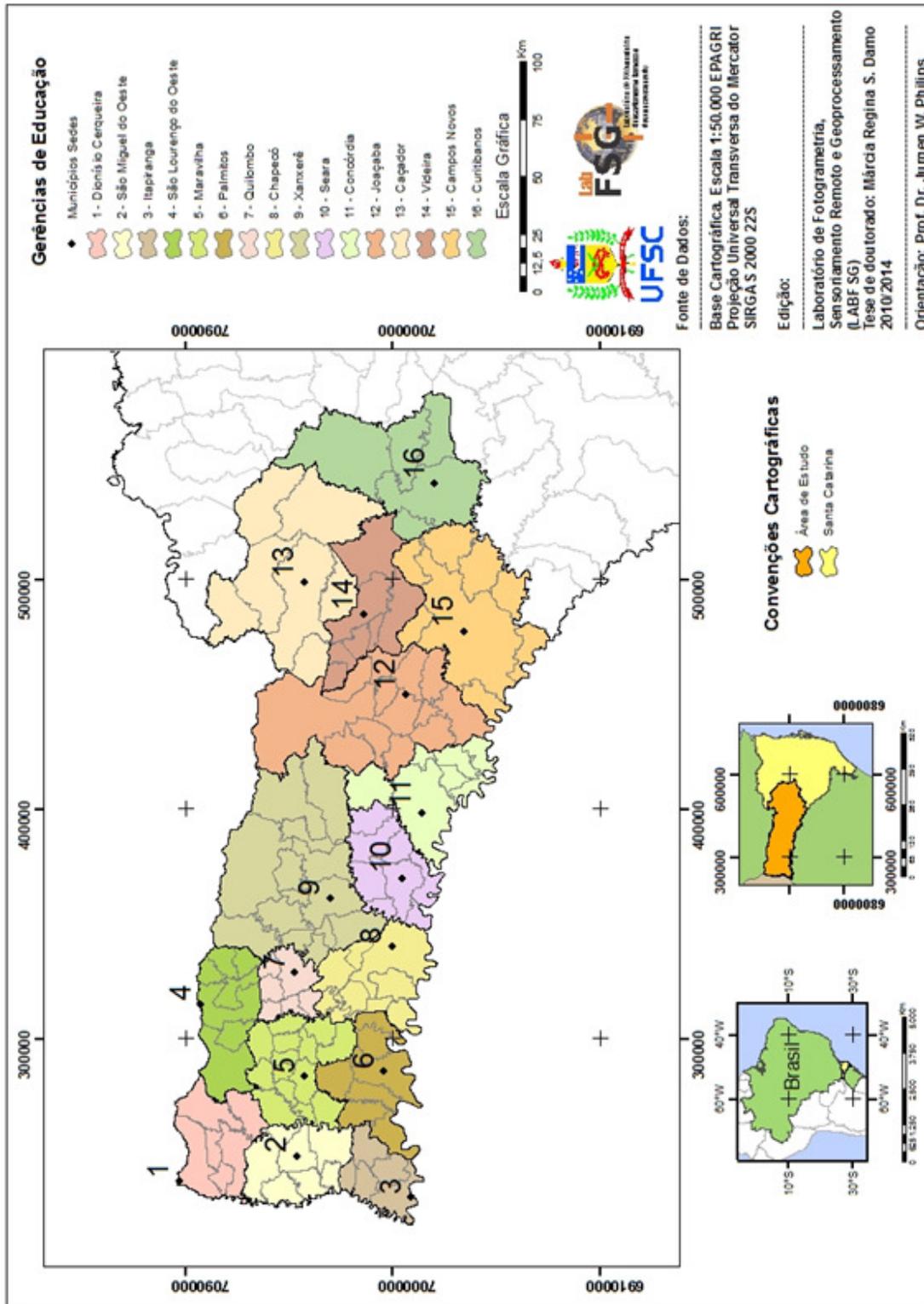
Fonte: Secretaria de Estado da Saúde-Santa Catarina

Figura 35 - Secretarias do Estado da Fazenda



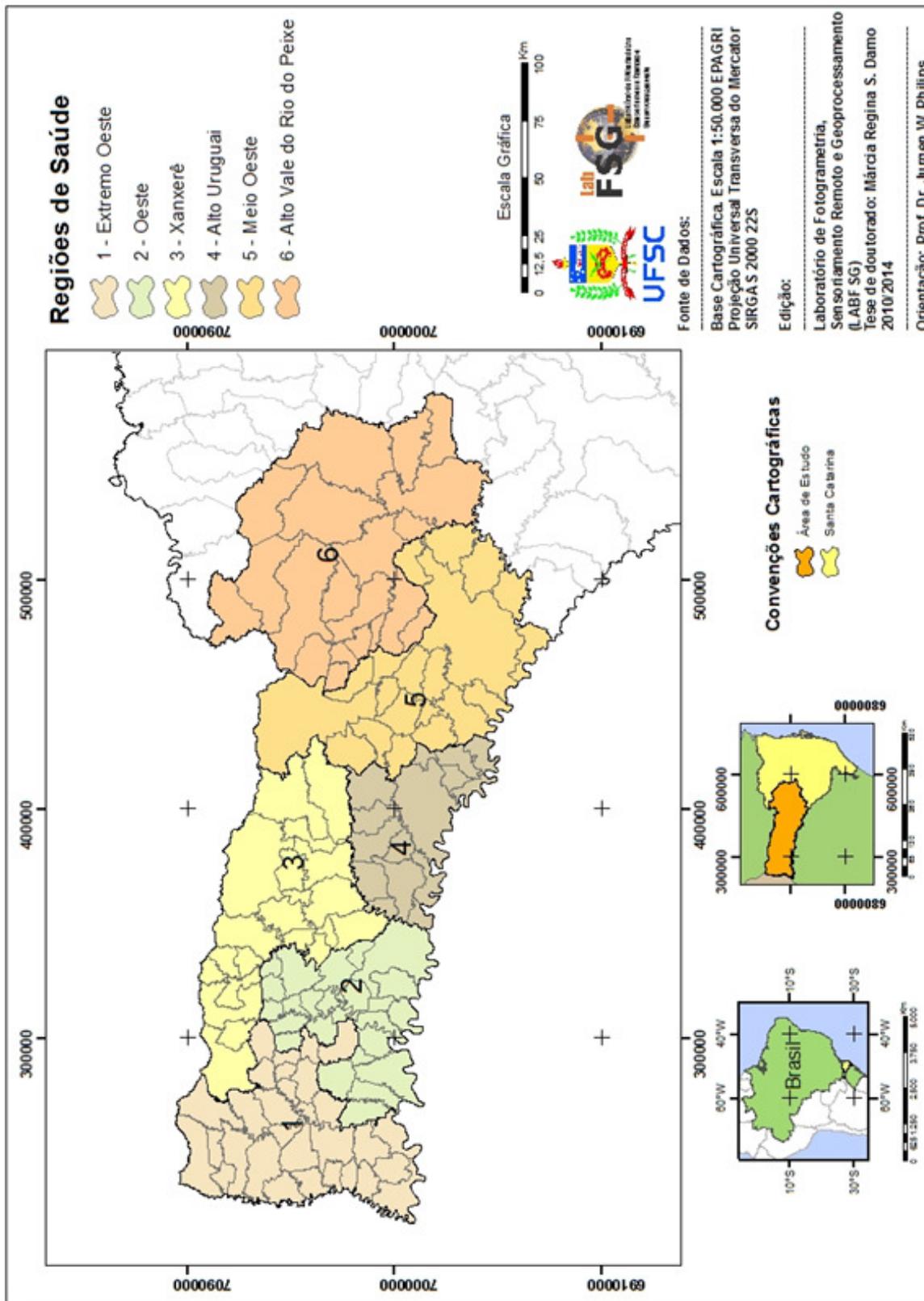
Elaboração: autora/2014

Figura 36 - Regiões de Educação



Elaboração: autora/2014

Figura 37 - Regiões de Saúde



Elaboração: autora/2014

4.3.3.6 Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), empresa de Economia Mista foi criada pela Lei nº. 5.516, de 28 de fevereiro de 1979, e foi transformada em empresa pública em 06 de setembro de 2005.

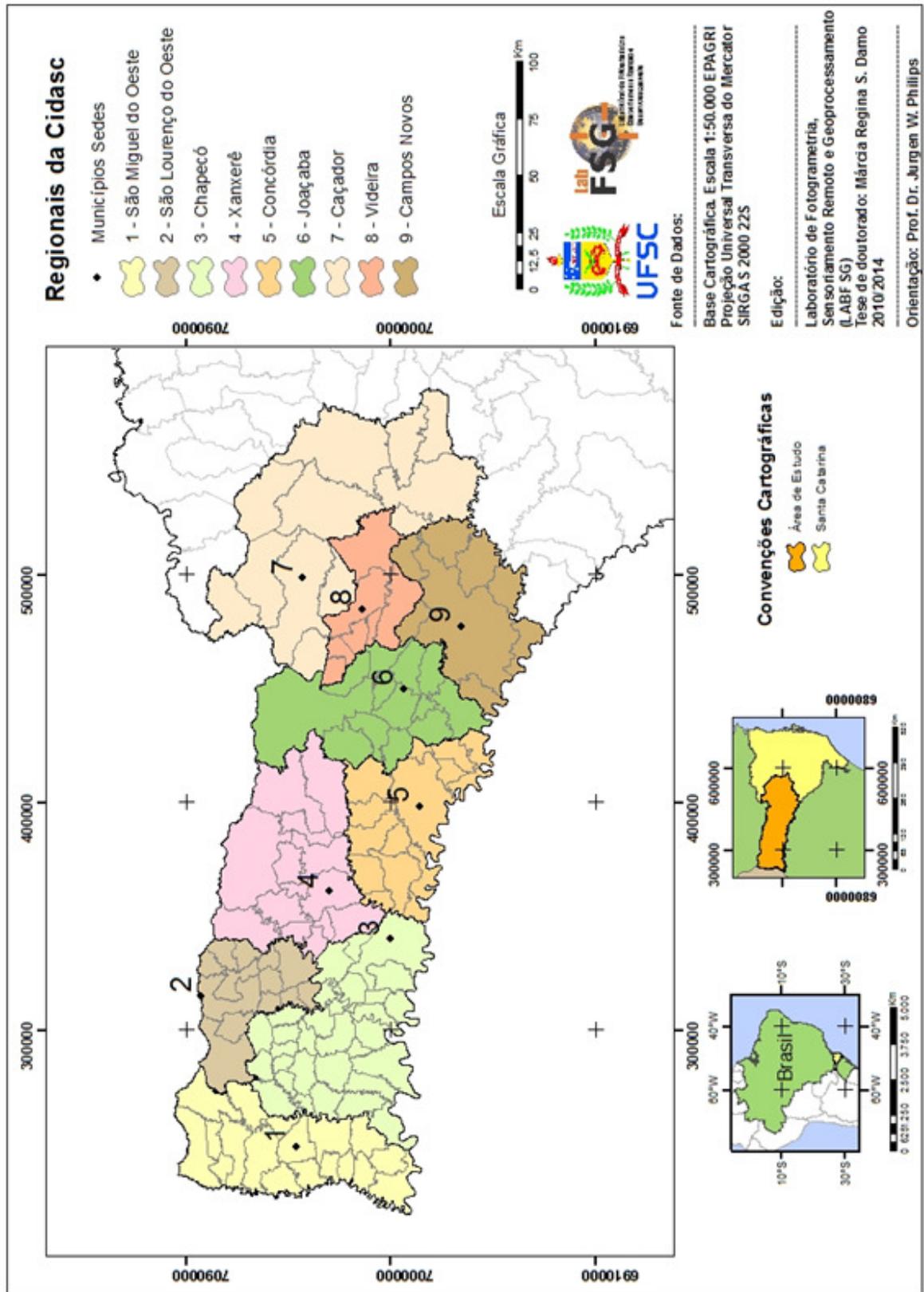
Tem como missão melhorar a qualidade de vida da sociedade catarinense, promovendo a saúde pública e o desenvolvimento integrado e sustentável dos setores agropecuário, florestal e pesqueiro, através de ações voltadas ao apoio da produção e comercialização, controle de qualidade e saneamento ambiental.

A CIDASC presta serviços em várias áreas, dentre elas: a realização de vacinação contra doenças infecto-contagiosas; execução de exames e diagnósticos laboratoriais; captura de morcegos hematófagos e execução de ações educativas sanitárias.

Entre outras várias atribuições, uma das mais relevantes é a inspeção de produtos de origem animal em abatedouros, fábricas de embutidos, charqueadas, entrepostos de carnes e pescados, postos de mel e distribuidores de ovos, com a finalidade de permitir a comercialização desses produtos entre municípios do Estado.

A CIDASC conta com os seguintes Escritórios Regionais: Chapecó, São Miguel do Oeste, Concórdia, Florianópolis, Campos Novos, São Francisco do Sul, Caçador, Indaial, Mafra, Lages, Tubarão, Rio do Sul, Videira, Itajaí, Xanxerê, São José, Blumenau, Criciúma, Joaçaba, Canoinhas, Joinville, São Joaquim e São Lourenço do Oeste, ficando 09 (nove) situadas na área de abrangência da pesquisa, conforme Figura 38.

Figura 38 - Regionais da Cidasc



Elaboração: autora/2014

4.3.3.7 Companhia de Águas de Saneamento (CASAN)

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) é uma sociedade de economia mista, criada em 31 de dezembro de 1970, através da Lei Estadual n° 4.547, e constituída em 02 de julho de 1971, com o objetivo de coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com os municípios do Estado. Os principais serviços que a Companhia oferece aos municípios são principalmente abastecimentos de água e coleta de esgotos sanitários.

Na área da pesquisa existem 40 (quarenta) municípios que controlam o serviço de abastecimento de água através de sistema próprio; os outros 91 (noventa e um) possuem convênio para prestação deste serviço com a Casan. São 11 (onze) Escritórios Regionais situados na área de abrangência da pesquisa, conforme Figura 39.

Em 2007 o Governo Federal, por meio da Lei n° 11.455, estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico no Brasil; a qual previu a regulação dos serviços por entidades reguladoras constituídas dentro dos limites dos respectivos Estados. A regulação atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;

II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Os objetivos da regulação são:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

As entidades reguladoras editarão normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços. No Estado de Santa Catarina as principais Agencias Reguladoras são Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS – e Agencia

Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

4.3.3.8 Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS/FECAM

Com fundamento na Lei n. 11.445/2007, foi criada oficialmente no dia 1º de dezembro de 2009 a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, com a participação dos municípios de Águas de Chapecó, Alto Bela Vista, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Iraceminha, Jardinópolis, Mondai, Monte Carlo, Pinhalzinho e Turvo. O projeto de criação da ARIS foi conduzido pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM e pelas Associações de Municípios de Santa Catarina.

A ARIS vem crescendo gradativamente, de modo que já alcançou 164 municípios em Santa Catarina, beneficiando mais de 2 (dois) milhões de cidadãos catarinenses. (ver Figura 39)

4.3.3.9 Agência Reguladora de Serviços de Saneamento básico do Estado de Santa Catarina – AGESAN

A Agesan – Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina é uma autarquia de regime especial, instituída por meio da Lei Complementar nº 484 de 04 de janeiro de 2010, como Agência de Estado para fiscalizar e orientar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação. É caracterizada pela autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira, técnica e patrimonial e pela estabilidade dos mandatos de seus dirigentes. Tem como finalidade regular, controlar, fiscalizar, com poder de polícia, os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana do Estado de Santa Catarina.(ver Figura 39)

4.3.3.10 Fundação de Meio Ambiente (FATMA)

Criada em 1975, a FATMA atua com uma sede administrativa localizada em Florianópolis, um Posto Avançado de Controle Ambiental (PACAM) e 14 (quatorze) Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento Ambiental, tendo como sedes os municípios de: Blumenau, *Caçador*, Canoinhas, *Chapecó*, Criciúma, Florianópolis,

Itajaí, *Joaçaba*, Joinville, Lages, Mafra, Rio do Sul, *São Miguel do Oeste* e Tubarão, sendo 4 (quatro) na área de abrangência da pesquisa, conforme Figura 40.

A FATMA é um órgão ambiental da esfera estadual do Governo de Santa Catarina, que tem como missão garantir a preservação dos recursos naturais do Estado e atender as demandas das Prefeituras Municipais, através da(o):

- Gestão de oito unidades de conservação estaduais, onde a natureza original é preservada e pesquisada;
- Fiscalização e licenciamento ambiental;
- Programa de Prevenção e Atendimento a Acidentes com Cargas Perigosas, que, em conjunto com a Defesa Civil de Santa Catarina, fiscaliza o transporte de produtos tóxicos pelo Estado;
- Geoprocessamento, através de levantamento e processamento de informações sobre o território catarinense (tipos de rocha, solos, relevo, recursos hídricos e cobertura vegetal) obtidas através de imagens de satélite, visando conhecer suas características e monitorar o meio ambiente;
- Estudos e pesquisas ambientais, em que biólogos, geólogos, geógrafos e outros especialistas desenvolvem pesquisas sobre as condições originais e atuais da flora e fauna catarinense;
- Pesquisa da balneabilidade, um monitoramento da qualidade das águas do mar para o banho humano.

4.3.3.11 Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)

As Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) foi criada em dezembro de 1955 pelo Decreto Estadual nº. 22, assinado pelo governador Irineu Bornhausen. Tem como missão atuar de forma rentável no mercado de energia, serviços e segmentos de infra-estrutura e afins.

A CELESC atua no Estado com dezesseis agências regionais, conforme Figura 41, sediadas em Florianópolis, Blumenau, Joinville, Lages, Videira, Concórdia, Joaçaba, São Miguel d'Oeste, Tubarão, Rio do Sul, Mafra, Itá, Chapecó, Criciúma, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul, sendo 6 (seis) na região de abrangência da pesquisa.

A CELESC atua nos municípios, prestando, entre outros, os

seguintes serviços:

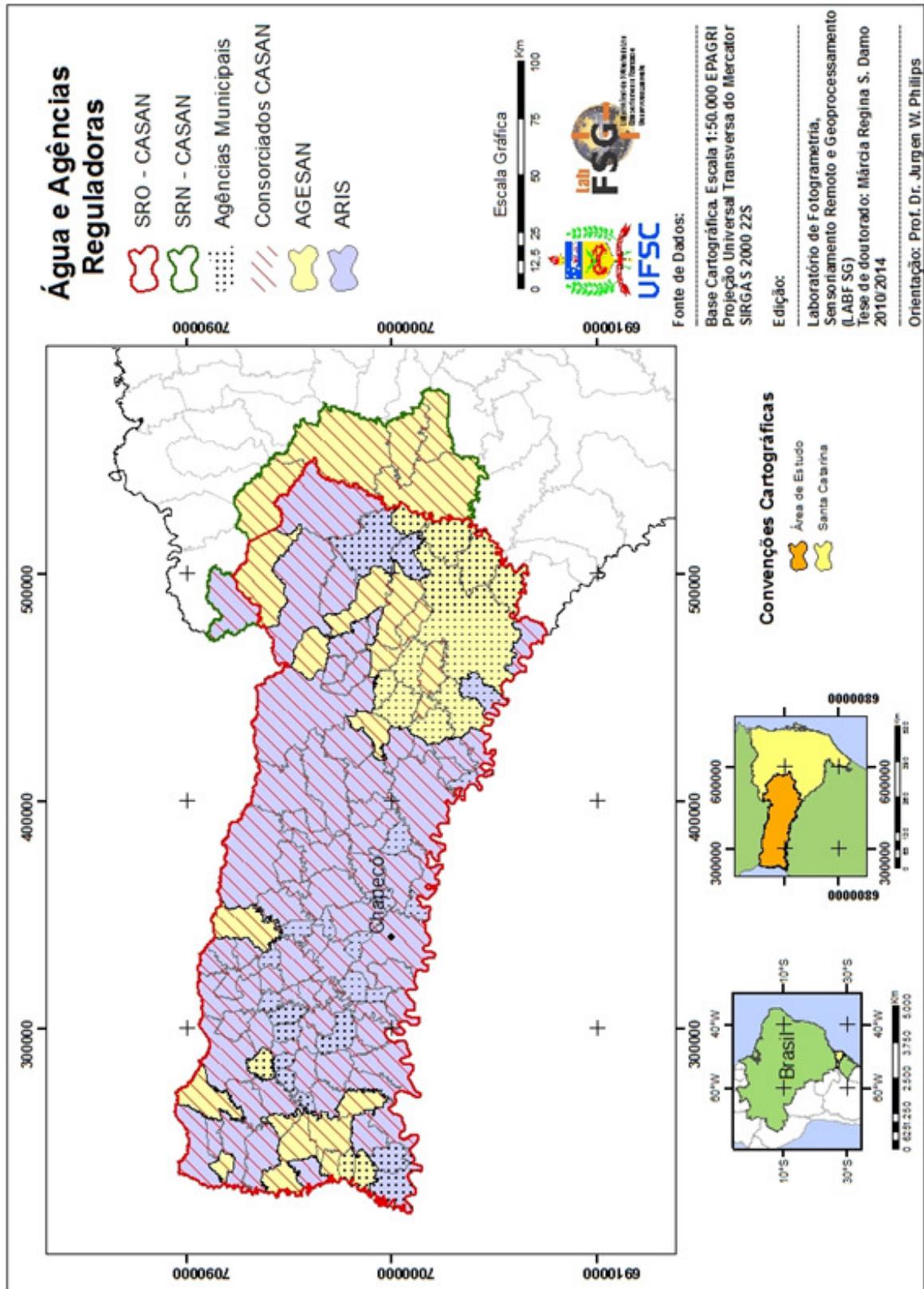
- Fornecimento de energia elétrica;
- Assessoria técnica às prefeituras com relação a iluminação pública;
- Manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica e seus transformadores.

4.3.3.12 Coordenadorias da Defesa Civil do Estado

No Estado de Santa Catarina, o Sistema Estadual de Defesa civil foi reeditado através da Lei n. 10.925/1998 a qual dispõe sobre o sistema e o fundo estadual de defesa civil. O art. 2. Da presente lei prevê que os objetivos deste sistema é o de planejar e promover a defesa permanente contra desastres e prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas.

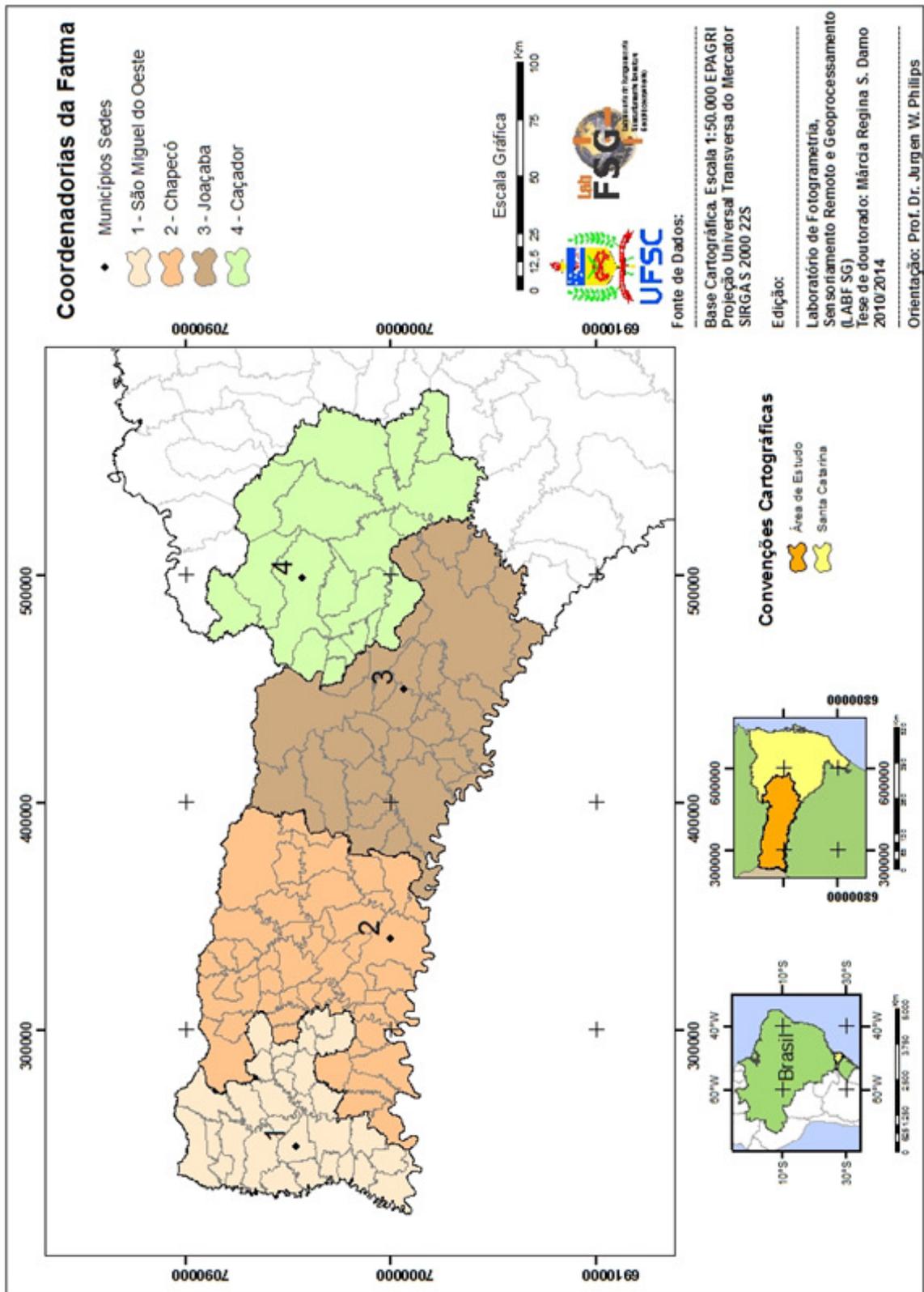
Acompanhando o processo de descentralização estadual o decreto 728/2011 cria 36 coordenadorias regionais, coincidentes com as SDRs, no entanto hoje apenas 13 foram ativadas sendo 05 (cinco) na área da pesquisa, conforme Figura 42. Estas coordenadorias tem a atribuição principal de ter uma atuação efetiva na prevenção e preparação dos municípios e suas comunidades, assim como promover a cultura de prevenção de desastres ao nível regional.

Figura 39 – Companhia de Água e Agências Reguladoras



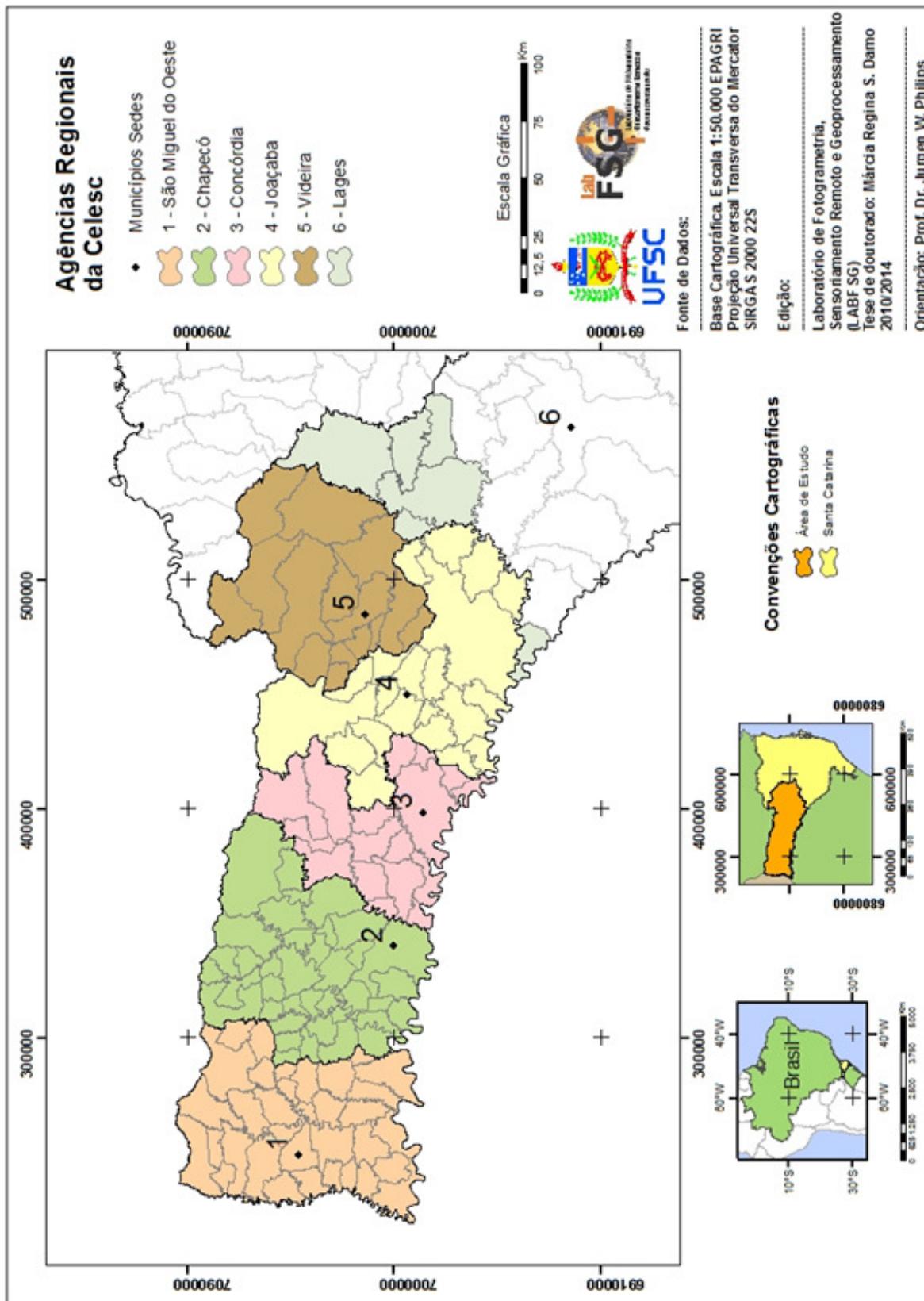
Elaboração: autora/2014

Figura 40 - Coordenadorias da Fatma



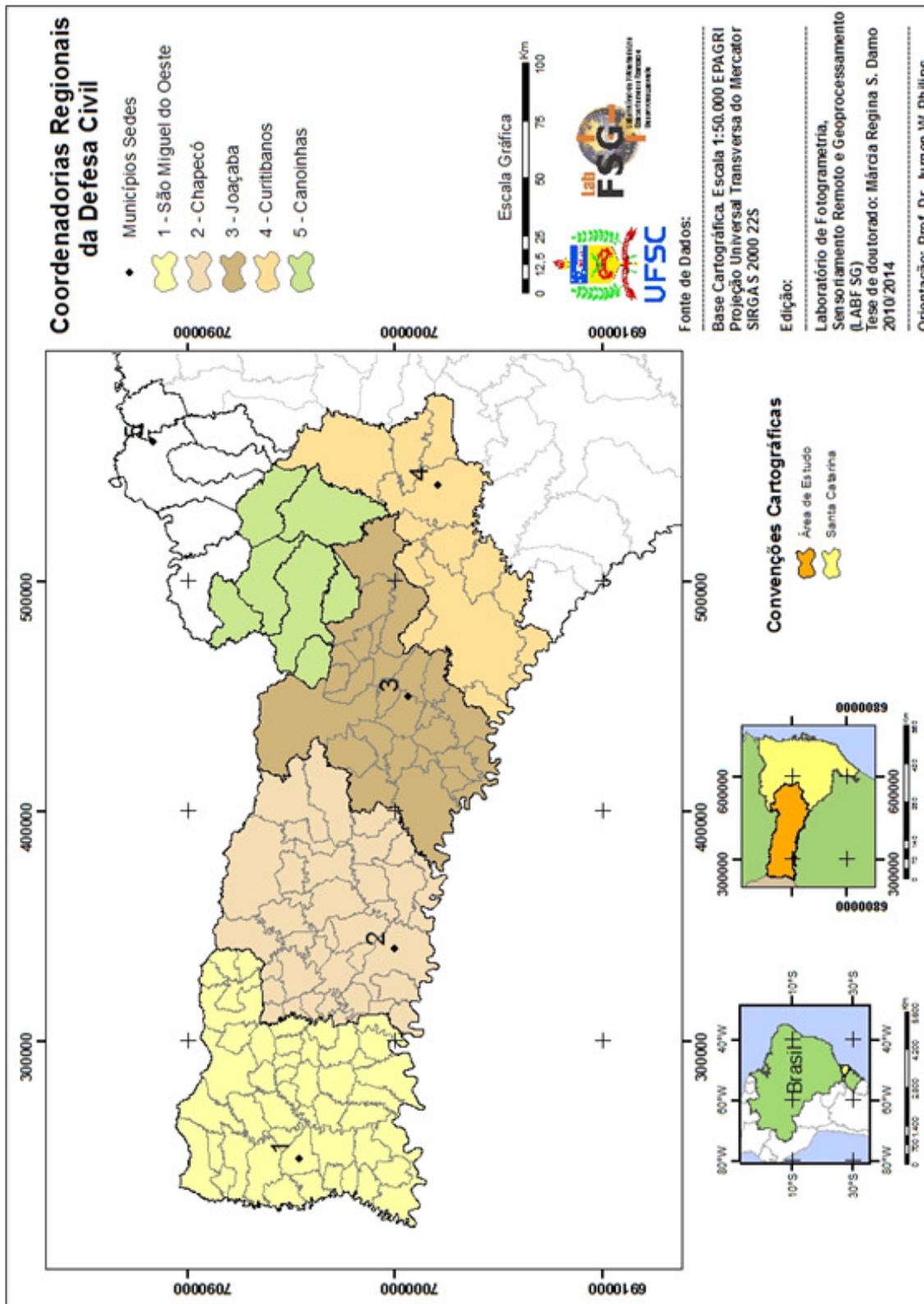
Elaboração: autora/2014

Figura 41 - Agências Regionais da Celesc



Elaboração: autora/2014

Figura 42 - Coordenadorias Regionais da Defesa Civil



Elaboração: autora/2014

NÍVEL FEDERAL

4.3.3.13 Territórios vinculados a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA)

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi criada com a finalidade de fortalecer a capacidade de autogestão, através do apoio às organizações e aos movimentos sociais e governos locais, priorizando os territórios rurais que tenham maior incidência de agricultores familiares, beneficiários dos programas de reforma e do reordenamento agrário, quilombolas, ribeirinhos e pescadores artesanais²⁹.

As ações de desenvolvimento territorial são implementadas em parceria com os governos estaduais e municipais, as entidades e os movimentos sociais e os Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

São dois os arranjos territoriais que são coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou seja: territórios rurais e territórios da cidadania.

4.3.3.13.1 Territórios rurais

Na área da pesquisa, conforme demonstrado na Figura 44 os territórios rurais priorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com programas governamentais específicos e prioritários são: Território do Alto Uruguai composto por 16 (dezesesseis) municípios; Território do Meio Oeste do Contestado com 33 (trinta e três) municípios, Território do Oeste Catarinense com 25 (vinte e cinco) Municípios; Território do Alto Vale do Rio do Peixe com 13 (treze) Municípios e o do Planalto Catarinense também com 13 (treze) Municípios.

Alguns condicionantes para que estas porções territoriais fossem incorporadas ao programa prioritário do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA foi o atendimento a alguns critérios estabelecidos, tais como: o máximo de 80 habitantes por Km², não ultrapassando a 50 (cinquenta) mil pessoas por município; ter uma representação consolidada da sociedade civil e do poder público; e possuir um conselho estadual rural sustentável, capaz de analisar as

²⁹ Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>.

questões levantadas pelos municípios. Além destes, ainda a questão da presença da agricultura familiar nesse processo, com um percentual superior a 50% de estabelecimentos da agricultura familiar, mesmo que ultrapasse os 80 habitantes por km²". A escolha dos territórios se deu por critérios universais, densidade e população das microrregiões geográficas, critérios de prioridade dos parceiros federais e estaduais e atendimento a demanda social.

A partir da inserção destes territórios como prioritários os mesmos passam por um processo de organização e planejamento para a elaboração dos planos de desenvolvimento rural sustentável - responsáveis por trazer um diagnóstico mais preciso sobre os municípios e de estabelecer metas e diretrizes para o avanço territorial. Todos contam também com um colegiado em âmbito territorial, fóruns constituídos em cada território por instituições da sociedade civil e poder público, responsáveis pelo planejamento territorial, articulação institucional, elaboração de propostas e projetos, acompanhamento e controle.

4.3.3.13.2 Territórios da Cidadania

O Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008 pelo Governo Federal, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Ações relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infraestrutura, e ações fundiárias estão sendo articuladas nesses Territórios com participação social e a integração entre Governo Federal, Estados e Municípios.

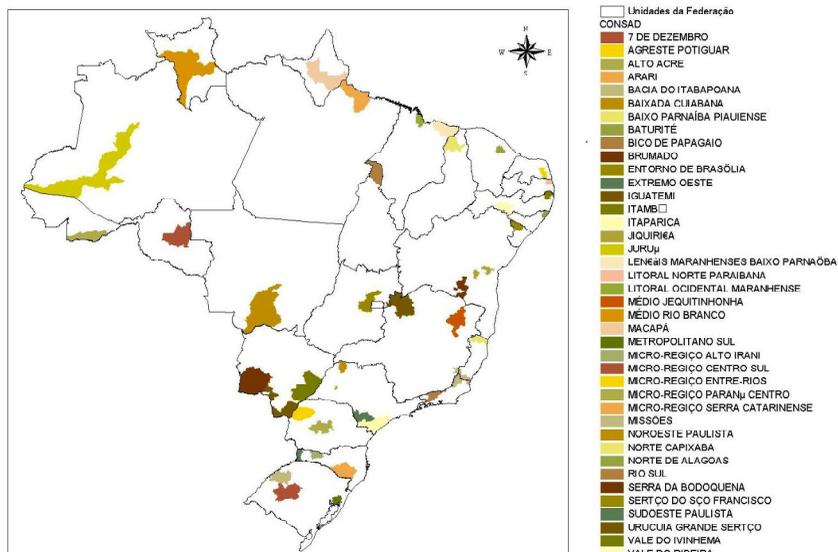
Na área da pesquisa 2 (dois) territórios da cidadania foram priorizados pelo governo federal, conforme demonstrado na Figura 44. O território da Cidadania denominado Território Meio Oeste Contestado o qual abrange uma área de 8.288,10 Km² e é composto por 29 municípios: Abelardo Luz, Bom Jesus, Capinzal, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Galvão, Herval d'Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Marema, Ouro, São Domingos, Treze Tílias, Vargeão, Xanxerê, Água Doce, Catanduvas, Coronel Martins, Entre Rios, Ipuçu, Lajeado Grande, Luzerna, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, Vargem Bonita e Xaxim, todos dentro da área de estudo da presente pesquisa. O segundo Território da cidadania denominado Planalto Norte abriga apenas um município vinculado a área de pesquisa compreendida

pela área da PNDR denominada Grande Fronteira do Mercosul, conforme mostra a Figura 44.

4.3.3.14 Territórios dos Consads – Conselhos de Segurança alimentar e Desenvolvimento Local – MDS

O território brasileiro é bastante desigual, tendo regiões muito ricas enquanto outras são bastante pobres. Prova disto são os indicadores de desenvolvimento humano, nos quais pode-se observar as enormes desigualdades sociais e regionais brasileira. Neste sentido e pensando em minimizar esta problemática o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, criou os territórios dos CONSADS para reorganizar as regiões com baixos índices de desenvolvimento, fortalecendo e ampliando as ações de segurança alimentar e promovendo a inclusão social e o desenvolvimento local. Uma das estratégias utilizadas foi a construção de institucionalidades capazes de mediar conflitos e agregar esforços para reorganizar esses territórios visando à inclusão social. Assim foram criados os Territórios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), formados por consórcios de municípios, conforme Figura 45.

Há no Brasil 40 territórios, englobando 585 municípios e uma população de mais de 11 milhões de habitantes. Na região de estudo são 2 (dois) territórios priorizados, dos 03 localizados no Estado de Santa Catarina, os quais somam 36 (trinta e seis) municípios no extremo oeste e no alto Irani catarinense.

Figura 43 - Mapa de Localização dos Consads no Brasil

Fonte: Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2014.

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), por Segurança Alimentar e Nutricional - SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Uma vertente importante e que tem relação direta com a temática da presente pesquisa e que vem sendo articulada pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal, é a criação de Consórcios Públicos com personalidade jurídica de direito público, dentro da territorialidade dos atuais Consads. Um dos objetivos é facilitar a gestão pública em pequenos municípios e permitir que eles trabalhem em parceria e melhorem sua capacidade técnica gerencial e financeira.

Assim, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – [MDS], o CONSAD é uma iniciativa de promoção do desenvolvimento territorial, em áreas periféricas do País, com ênfase

na segurança alimentar e nutricional e na geração de trabalho e renda, como estratégia principal para a emancipação socioeconômica das famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza nessas regiões. Após amplo processo de mobilização, articulação e capacitação, é constituído como uma associação civil, sem fins lucrativos, envolvendo um terço de representantes do poder público e dois terços de representantes da sociedade civil. O CONSAD elabora e operacionaliza um Plano de Ação, instrumento que define metas e projetos para o desenvolvimento do território.

Na agricultura familiar, o Ministério do Desenvolvimento Social, apoia a construção de unidades de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais), uma nova alternativa de trabalho que possibilita o cultivo de produtos mais saudáveis para consumo e comercialização os quais incluem prioritariamente programas importantes para consumo e comercialização os quais incluem prioritariamente programas importantes tais como o programa de cisternas; fomento as atividades produtivas rurais, projetos de apoio a estruturação da produção familiar e projetos de apoio aos povos e comunidades tradicionais.

4.3.3.15 Programa Faixa de Fronteira – Ministério da Integração Nacional

No Brasil, a legislação que trata da faixa de Fronteira é a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, cujo teor foi ratificado pela Constituição Federal de 1988, no parágrafo segundo do artigo 20. De acordo com a legislação, essa faixa, de até 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres, é considerada "fundamental para a defesa do território nacional".

Portanto, a faixa de fronteira brasileira é formada por onze estados limítrofes com dez países vizinhos da América do Sul, compreendendo 15, 7 mil quilômetros, 588 (quinhentos e oitenta e oito) municípios e 11 (onze) milhões de habitantes. No Estado de Santa Catarina fazem parte da faixa de fronteira 82 (oitenta e dois) municípios situados no grande oeste catarinense, conforme Figura 46, em função da divisa com a Argentina, região esta que teve institucionalizado em 2013 o Núcleo de Integração cujo planejamento foca a promoção do desenvolvimento e a integração regional na faixa de fronteira.

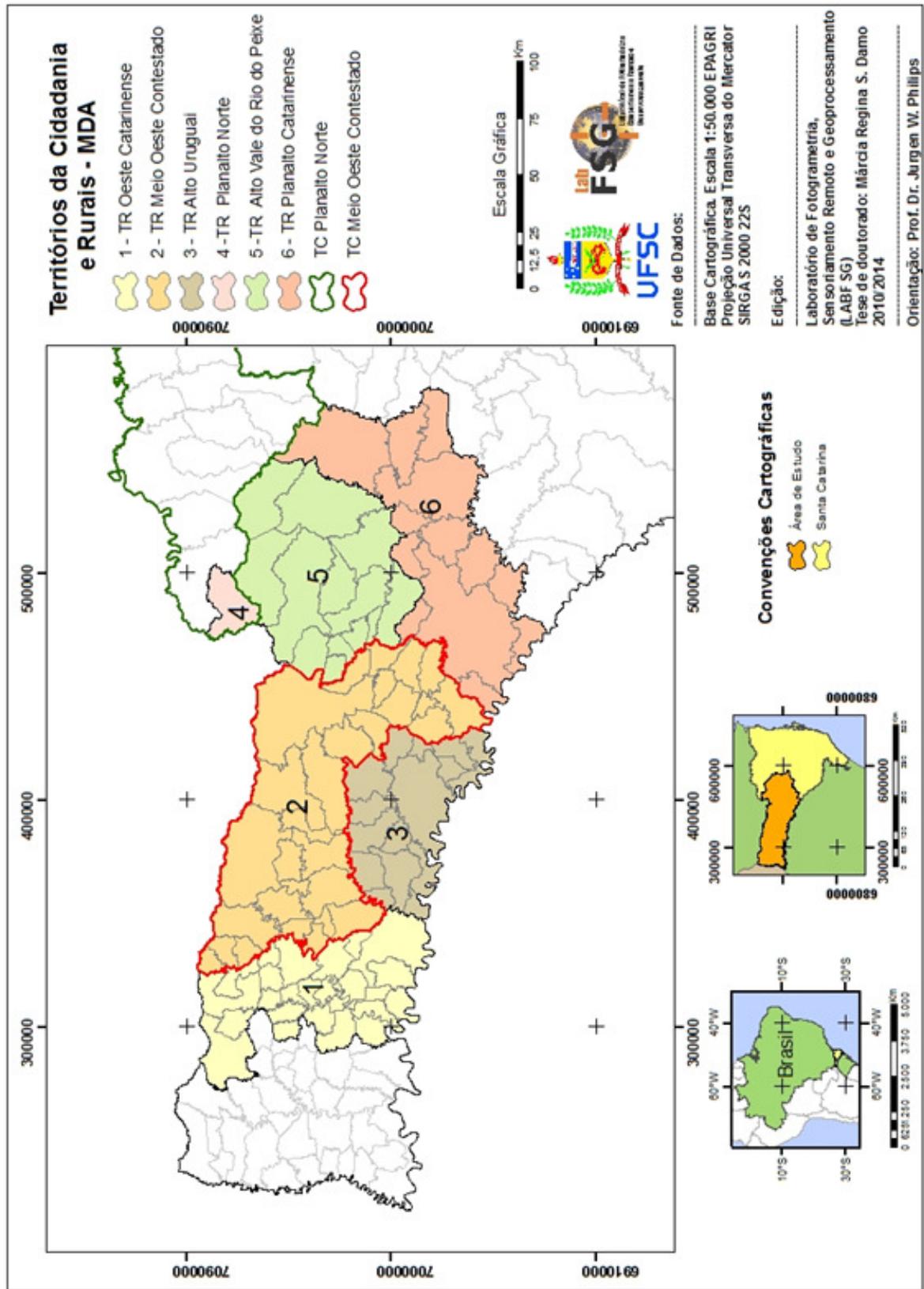
Os pontos estratégicos do plano em implementação pelo Núcleo de fronteira são: Saúde, Educação; Infraestrutura e Logística; Controle e

Segurança na faixa de fronteira; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Socio-ambiental e Fortalecimento do Núcleo da Faixa de Fronteira de Santa Catarina.

NÚMEROS DA REGIÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA:

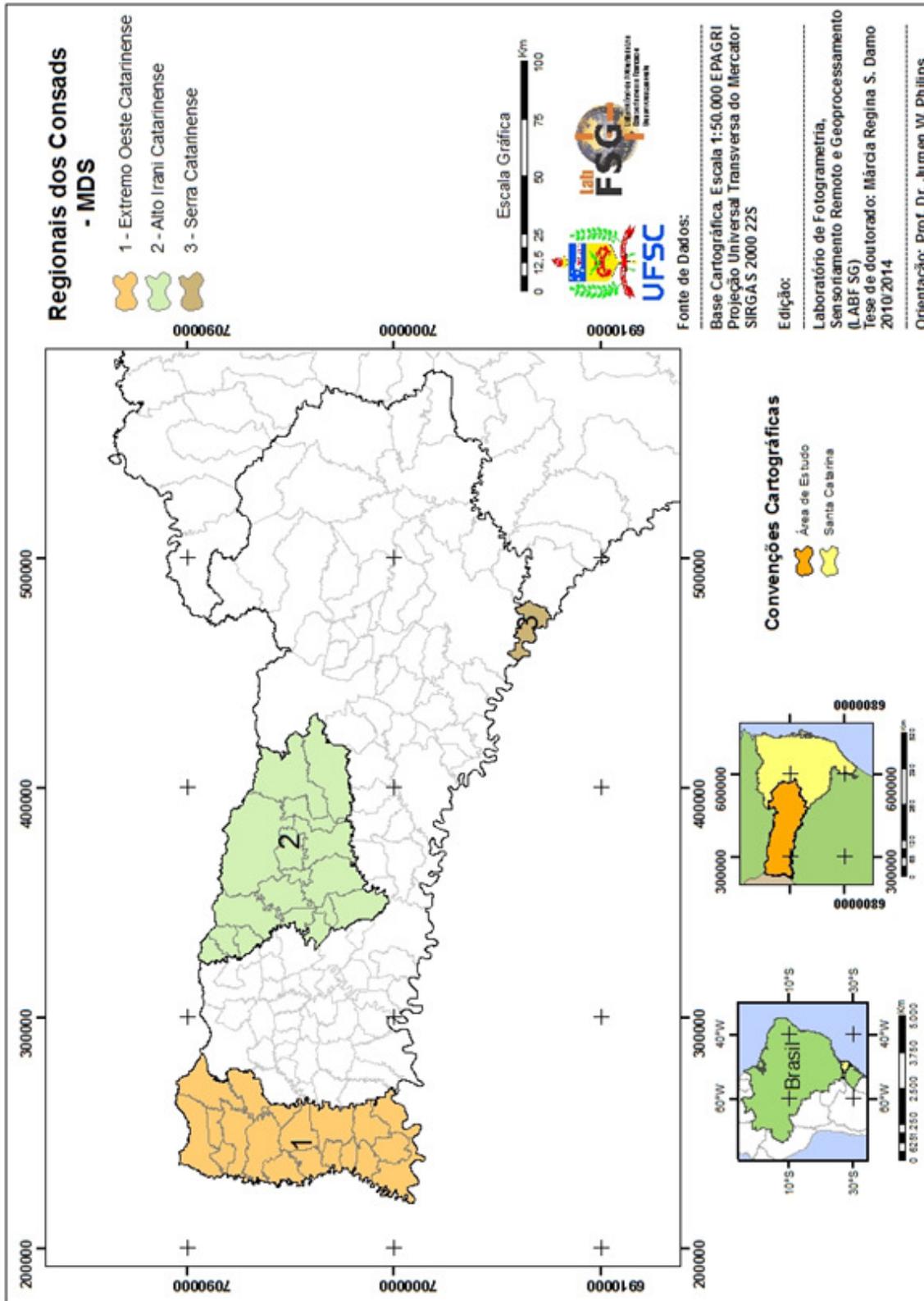
- 11 Secretarias de Desenvolvimento Regional;
- 82 municípios;
- Área de 21.002 km²;
- 828.368 habitantes (13,26% da população total de Santa Catarina);
- Densidade Demográfica: 39,44 hab/Km²;
- PIB: R\$ 17.971.798.000,00 (2010)
- Cidades trigêmeas – cidades fronteiriças vinculadas: Dionísio Cerqueira (SC), Bernardo de Irigoyen (Província de Misiones/Argentina); e Barracão (PR).
- 246 km de Fronteira
- 10 Municípios têm fronteira direta com a Argentina e que são: Bandeirante, Belmonte, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Itapiranga, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São José do Cedro e Tunapolis.

Figura 44 - Territórios da Cidadania e Rurais – MDA



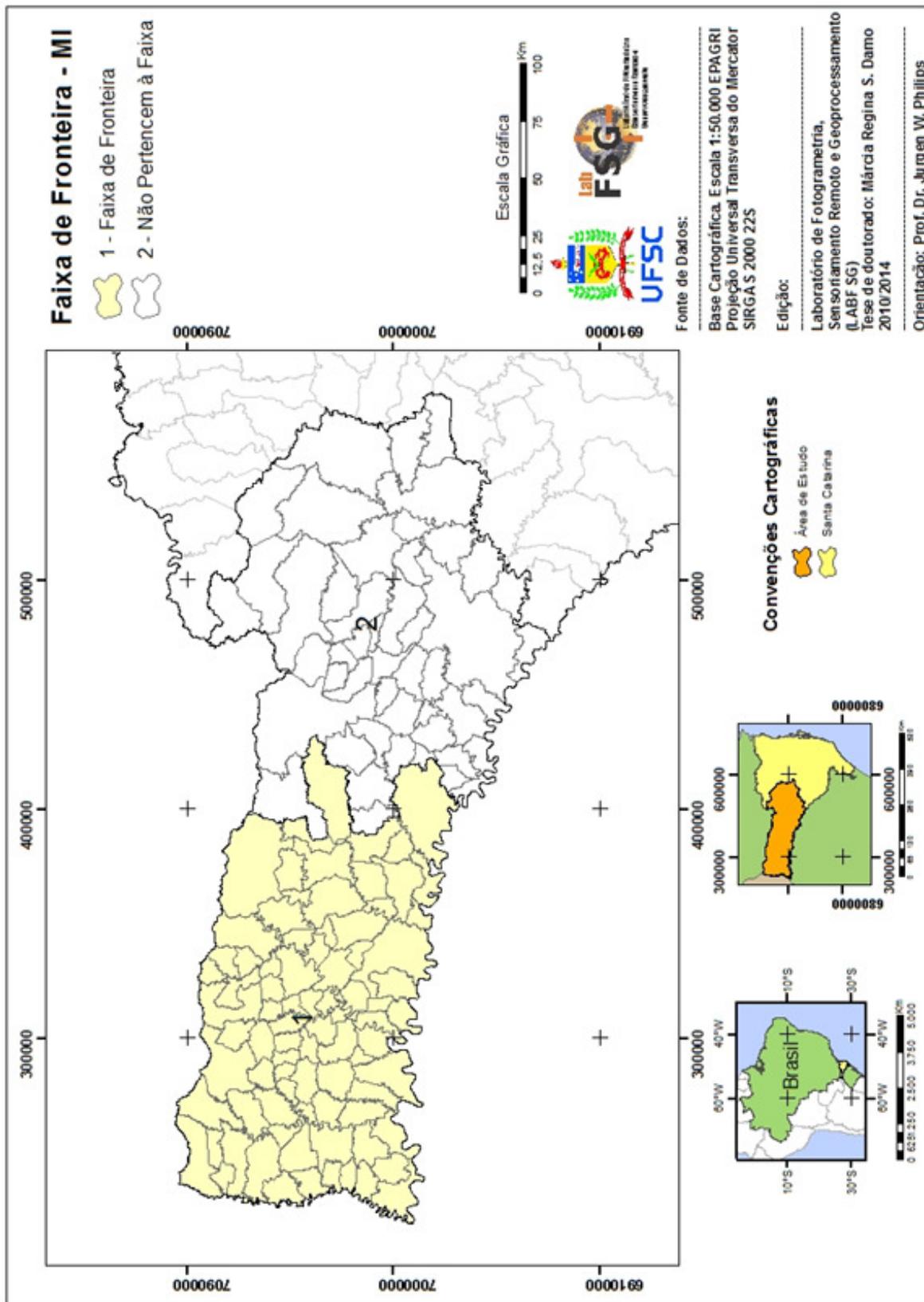
Elaboração: autora/2014

Figura 45 - Regionais dos Consads – MDS



Elaboração: autora/2014

Figura 46 - Faixa de Fronteira Brasileira - MI



Elaboração: autora/2014

4.3.4 Critérios culturais e iniciativas espontâneas

4.3.4.1 Associações de Municípios

As Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina são entidades registradas como personalidades jurídicas de direito privado, reconhecidas como de utilidade pública, sem fins lucrativos e com estatuto próprio, tendo cada uma sua respectiva estrutura. Sua receita provém da contribuição dos municípios filiados.

Destacam-se dentre os principais objetivos das associações dos municípios a defesa institucional, a ampliação e fortalecimento da capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, com a promoção da modernização administrativa municipal; mobilização para a atuação conjunta dos poderes legislativo e executivo regional; coordenação e estabelecimento conjunto de medidas e políticas públicas visando ao desenvolvimento integrado da microrregião; participação em convênios e contratos de interesse dos associados; promoção de iniciativas para elevar as condições de bem estar econômico e social da comunidade; execução e elaboração de projetos, planos, programas e prestação de serviços técnicos especializados; cooperação intermunicipal e intergovernamental, com ações de colaboração na divulgação das normas e exigências técnicas e legais dos órgãos públicos e instituições de assistência técnica e financeira aos municípios associados; reivindicação e gestão de recursos técnicos e financeiros do Estado e da União, mediante acordos, convênios ou contratos; reivindicação para a descentralização de serviços públicos estaduais e federais, de interesse dos municípios associados; estímulo e promoção do intercâmbio técnico-administrativo; elaboração, proposição de estudos e levantamentos socioeconômicos e políticos regionais.

As associações de municípios, em número de 21 (vinte e um) no Estado, dez na área de abrangência da pesquisa, são iniciativas espontâneas que tiveram como parâmetro para recorte territorial as microrregiões polarizadas, criadas pelo Governo Estadual.

Essas entidades municipalistas, que compreendem esta pesquisa são: AMNOROESTE, AMMOC, AMERIOS, AMURC, AMPLASC, AMOSC, AMAUC, AMARP, AMAI e AMEOSC, que serão apresentadas a seguir e estão representadas espacialmente na Figura 47..

Associação de Municípios do Noroeste Catarinense (AMNOROESTE): é formada pelos municípios de Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino, São Lourenço d'Oeste, Coronel Martins e

Galvão.

Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC): conta com 13 municípios: Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Tangará, Treze Tílias e Vargem Bonita.

Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI): surgiu em 06 de outubro de 1978. Conta atualmente com 14 municípios. Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuacu, Lageado Grande Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê, Xaxim.

Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC): foi fundada em 07 de maio de 1976, constituída pelos municípios de Concórdia, Ipumirim, Seara, Xavantina e Itá. Atualmente os municípios que compõem a AMAUC são: Concórdia, Xavantina, Ipumirim, Itá, Seara, Presidente Castelo Branco, Peritiba, Piratuba, Ipira, Jaborá, Irani, Lindóia do Sul, Arabutã, Arvoredo, Alto Bela Vista e Paial.

Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC): foi fundada em 31 de julho de 1971. Criada com a participação associativa dos municípios de: São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, São José do Cedro, Descanso, Mondaiá, Anchieta, Santa Helena, Tunápolis, Paraíso, Iporã do Oeste, Barra Bonita, São João do Oeste, Princesa, Palma Sola, Belmonte, Bandeirante, Guaraciaba, Guarujá do Sul e Paraíso.

Associação dos Municípios do Entre-Rios (AMERIOS): possui atualmente dezesseis municípios filiados: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC): foi criada em 11 de fevereiro de 1968, sendo a terceira entidade do gênero a ser criada no Estado de Santa Catarina. É constituída pelos municípios de Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Planalto Alegre, Pinhalzinho, Quilombo, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste.

Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina (AMPLASC): foi criada em 1997, tendo como cidade sede e foro o município de Campos Novos. É formada pelos municípios de

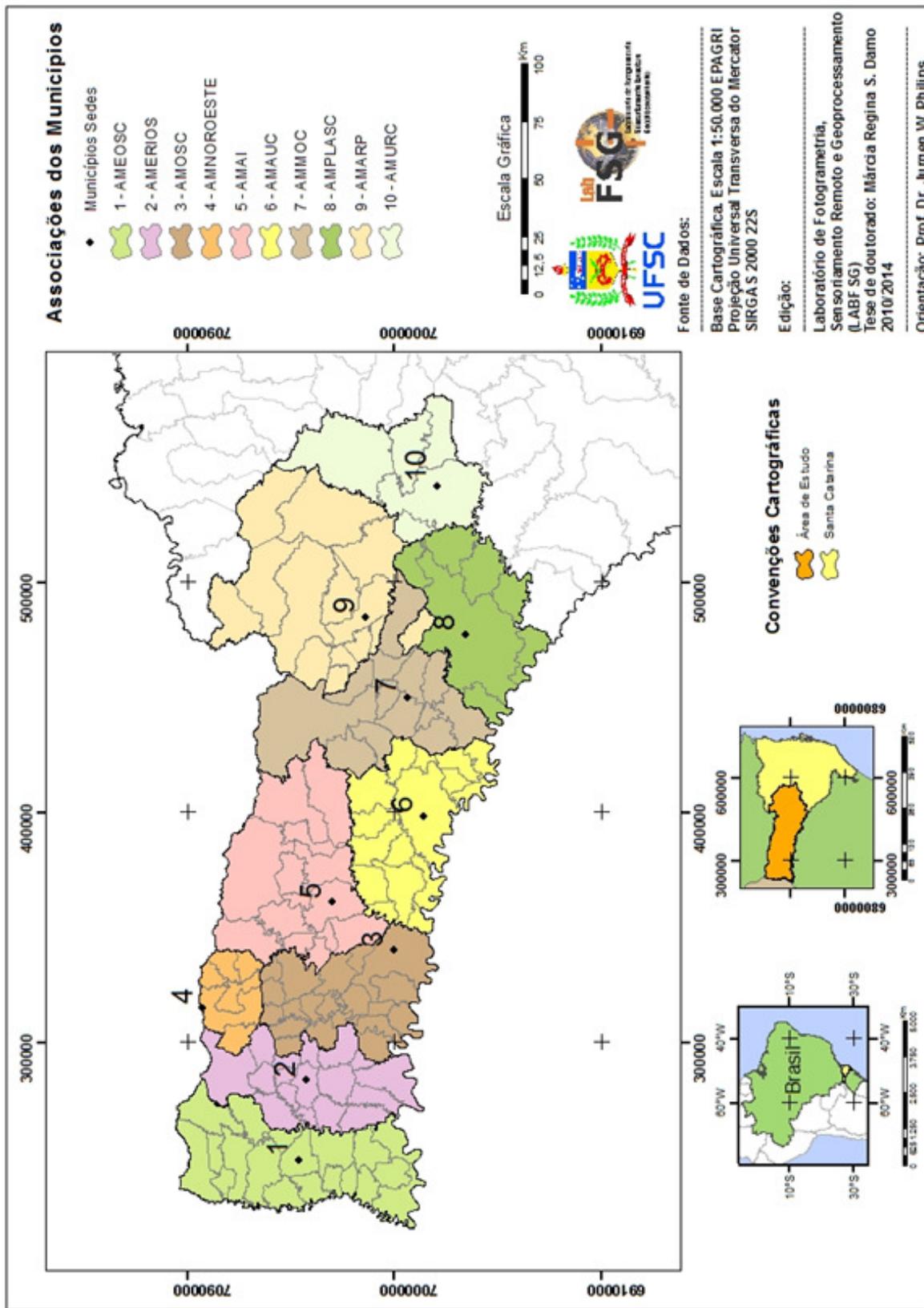
Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Celso Ramos, Monte Carlo, Vargem e Zortea.

Associação dos Municípios do Alto Rio do Peixe (AMARP):

A Associação dos Municípios foi desmembrada da AMMOC, região de Joaçaba, e teve sua fundação e instalação em 18 de outubro de 196 tendo Videira como cidade sede. É formada pelos municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Regis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Velozo, Timbó Grande e Videira..

Associação dos Municípios da Região do Contestado (AMURC). Fundada em 1993 é composta pelos municípios de Curitibaanos, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristovão do Sul sendo que Curitibaanos é a sede da entidade municipalista.

Figura 47 - Associação dos Municípios



Elaboração: autora/2014

4.3.4.2 Consórcios Intermunicipais

Os consórcios são entidades públicas criadas por lei com a finalidade de executar a gestão associada de serviços públicos onde os entes consorciados, que podem ser a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A figura dos consórcios públicos no Direito Administrativo brasileiro surgiu com a Emenda Constitucional nº 19/98, que alterou o art. 241 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

A lei mencionada pela Constituição, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, é a Lei nº 11.107/05.

Em Santa Catarina, na área da pesquisa existem diversos consórcios, conforme demonstrado no Quadro 13, alguns instituídos antes da presente lei e que tiveram que se adaptar para receber recursos públicos.

4.3.4.2.1 Consórcios Intermunicipais de Saúde

Os consórcios intermunicipais de saúde são sociedades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, regidos pelas normas da Constituição Brasileira e Lei Orgânica da Saúde nº 8.080 e 8.142/90. Têm como finalidade assegurar a prestação de serviços de saúde especializados, de média e alta complexidade, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Este tipo de consórcio são iniciativas autônomas de municípios localizados em áreas geográficas contíguas que se associam para gerir e prover conjuntamente serviços especializados e de apoio diagnóstico de maior densidade tecnológica à população das municipalidades participantes.

Segundo Teixeira, *et. al.* (2005, p. 254), essas associações constituem uma forma inovadora de gestão do Sistema Único de Saúde

(SUS), principalmente pelo fato de que muitos municípios, em especial, os de pequeno porte, enfrentam dificuldades como a falta de recursos humanos e financeiros, dificuldades de acesso ao uso de tecnologias e até mesmo inexistência de estruturas físicas adequadas. CIS possibilitam um atendimento especializado, de média e alta complexidade, aumentando a eficiência e qualidade dos serviços, porque reduzem a capacidade ociosa nos municípios grandes e disponibilizam esses serviços para os municípios menores que aderirem à parceria.

Ressalta-se que estes consórcios se localizam geralmente nos municípios mais desenvolvidos e nestes há a contratação de profissionais especialistas para atenderem por cotas, pacientes dos consorciados de acordo com as suas necessidades. Dessa maneira, os profissionais são pagos pelo administrador do consórcio e cada município paga de acordo com o número de pacientes que encaminhou pelo serviço de referência para ser atendido no consórcio.

Na área em estudo, encontram-se instalados, atualmente, cinco consórcios intermunicipais de saúde, tendo como referência as seguintes Associações de Municípios: Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), tendo sua sede no município de Herval d'Oeste; Associação dos Municípios do Entre-Rios (AMERIOS), com sede em Maravilha; Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC), com sede em São Miguel do Oeste; e Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), com sede no município de Chapecó o qual abrange os municípios consorciados a AMNOROESTE, AMAI e parte da região da AMAUC conforme Figura 48. Um caso típico de fragmentação encontrada situa-se em duas regiões e que são, no consórcio de saúde da Amerios apenas o Município da Campo Erê não faz parte e não região da Amarp apenas o município de Timbó Grande também não compõe o consórcio de saúde da região.

4.3.4.3 Outras iniciativas de Consórcios Intermunicipais na área de abrangência da pesquisa

Como já referido anteriormente diversos outros consórcios, além dos consórcios da área da saúde, que são os mais antigos e mais estruturados, mas também outras áreas tem merecido atenção por parte dos administradores públicos em busca de melhores serviços com redução de custos na área da pesquisa, conforme melhor detalhado no Quadro 13 e que são:

- a) Consórcio Intermunicipal de sanidade animal e segurança alimentar;

- b) Consórcio Integrado de Gestão Pública;
- c) Consórcio de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente;
- d) Consórcio de gestão ambiental participativa;
- e) Consórcio de serviço sócio assistencial;
- f) Consórcio de infraestrutura urbana e rural;
- g) Consórcio Contrilhos – Turismo
- h) Consórcio multifinalitário do rio do peixe.
- i) Consórcio de saneamento ambiental;
- j) Consórcio Contestado - máquinas e equipamentos;
- k) Consórcio Coinco – coleta de lixo e dejetos sólidos.

Para fins de mapeamento, exemplifica-se nas Figuras 49 e 50 duas Associações de Municípios com seus respectivos consórcios públicos identificando o conjunto de municípios que os integram.

4.3.4.4 Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs)

Segundo o Instituto Eivaldo Lodi (2005), as Agências de Desenvolvimento Regional (ADR), são estruturas mínimas, profissionalizadas, que coordenam as ações dos diversos atores no processo de desenvolvimento, necessárias para que os projetos identificados como prioritários regionalmente sejam desenvolvidos e executados. A constituição dessas agências é, pois, um passo de grande contribuição para que se inicie ou se acelere o processo de desenvolvimento. Elas têm como principal objetivo, apoiar ações técnicas de suporte necessárias ao desenvolvimento das regiões e desenvolver os processos estratégicos definidos pelos fóruns, sendo validadas, originadas e controladas pelos mesmos.

O território pesquisado abrigava até 2003 quatro ADRs: Agência do Desenvolvimento Regional da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – Instituto Saga; Agência de Desenvolvimento Regional do Oeste de Santa Catarina (ADEOSC); Agência de Desenvolvimento Regional da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (ADMARP) e Agência de Desenvolvimento do Meio Oeste Catarinense (ADMMOC), às quais correspondem as mesmas áreas de abrangências das associações de municípios correspondentes, conforme Figura 58. Após 2003 com a instituição das Secretarias de Desenvolvimento Regional, os Fóruns existentes e as Agências foram gradativamente sendo extintas. (figura 51)

Quadro 13 - Consórcios Intermunicipais na Área de Abrangência das Associações de Municípios

Associação de Municípios	Consórcios Intermunicipais	Área de atuação	Municípios que integram	Fórum e/ou Agência de Desenvolvimento (existente ou desativada)
AMEOSC	<ol style="list-style-type: none"> 1. Consórcio Intermunicipal de Sanidade animal e Segurança Alimentar – CONSAD 2. Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS-AMEOSC 	<p>Sanidade animal e segurança alimentar</p> <p>Saúde</p>	Todos os Municípios da Ameosc	
AMERIOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS-AMERIOS 	Saúde	(Campo Ere – vinculado a Pato Branco) Restantes – 16 – AMERIOS	

	2. Consórcio Integrado de Gestão pública do Entre Rios – CIGA/AMERIOS	Iluminação Pública	Todos consorciados com exceção de Campo Erê	
AMOSC	1. Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS-AMOSC 2. Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente: a) Programa Proágua	Saúde Desenvolvimento social, econômico e meio ambiente Água	Todos da Amosc Todos da Amosc Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Guatambu, Irati, Nova Itaberaba, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, Serra Alta e Sul Brasil.	SAGA – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – 20 Municípios da Amosc. Forum de Desenvolvimento Regional Integrado - Desativado

			União do Oeste	
AMAI	1. Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS-AMAI	Saúde	Todos da Amai	
AMAUC	1. Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense – CONSORCIO LAMBARI	Meio Ambiente	16 Municípios da Amauc	
	2. Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS-AMAUC	Saúde	16 Municípios da Amauc	
	3. Consorcio Intermunicipal de Serviço Sócio	Sócio Assistencial Infra estrutura urbana e rural	Ipumirim, Arabatu e Lindóia do Sul Piratuba, Ipira, Alto Bela Vista, Peritiba e Castelo Branco	

	<p>assistencial Casa Lar Pequeno Príncipe</p> <p>4. Consorcio Intermunicipal de Infraestrutura urbana e rural – CONSORCIO INTEGRAR</p>			
AMMOC	<p>1. Consórcio Intermunicipal do Rio do Peixe – CIRP</p> <p>2. Contrilhos</p> <p>3. Consórcio Intermunicipal de Serviço Municipal de Saneamento Ambiental – CISAM</p> <p>4. Consorcio</p>	<p>Multifinalidades</p> <p>Turismo</p> <p>Saneamento e Meio Ambiente</p> <p>Saúde</p>	<p>Todos os Municipios da Ammoc</p>	

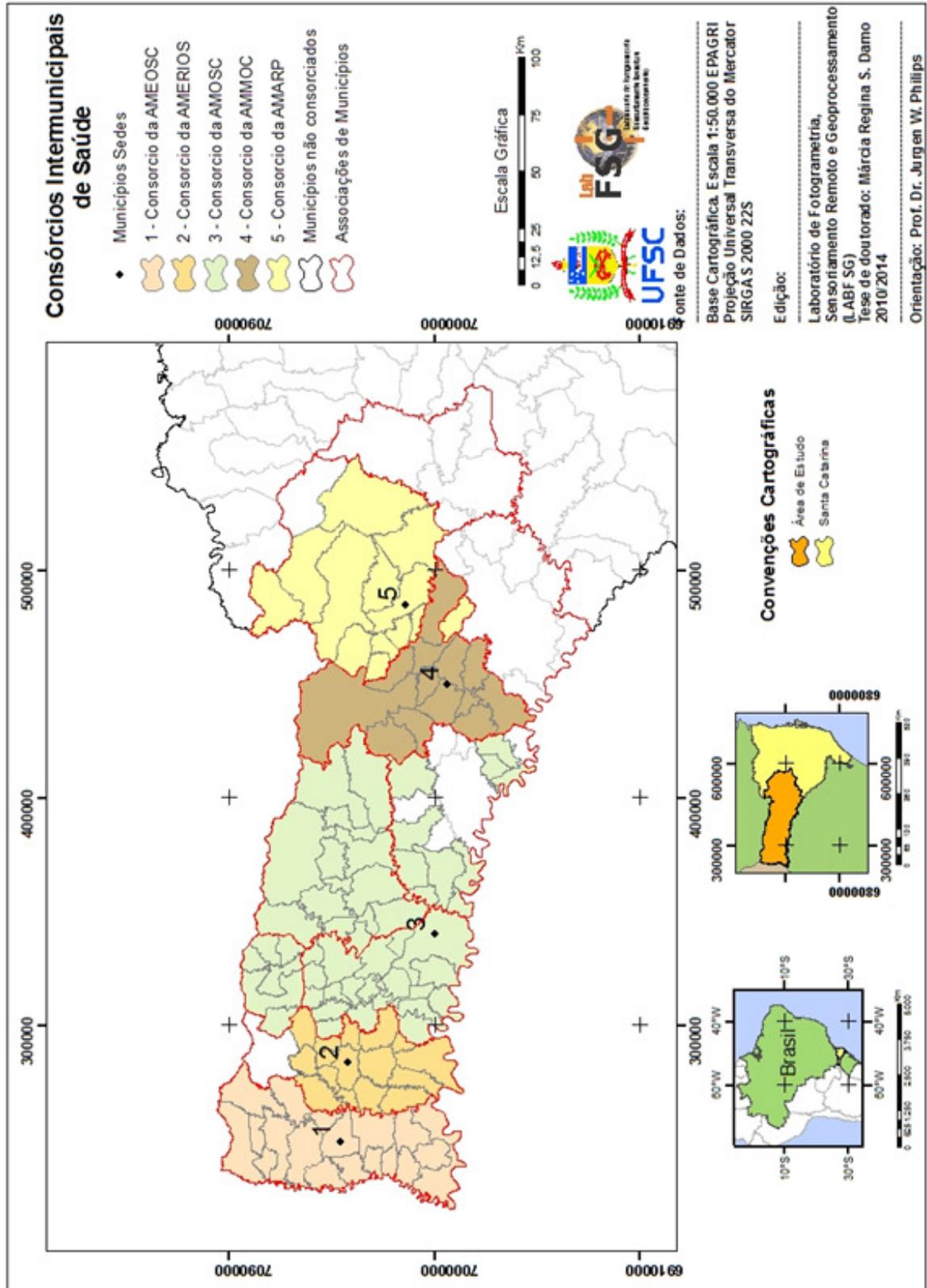
	Intermunicipal de Saúde – CIS AMMOC			
AMPLASC/AMURC/AMURES	1. CIMPLASC	sanidade animal / segurança alimentar/meio ambiente	07 Municípios da Amplasc	
AMARP	1. Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS – AMARP 2. Consórcio Integrado do Contestado CINCO	Saúde Multidisciplinar (maquinas, medicamentos, iluminação pública, etc)	13 Municípios da Amarp com exceção o Município de Timbó Grande. 14 Municipios da Amarp mais os Municipios de Tangará, Brunópolis e Monte Carlo.	
AMURC	Consortio Intermunicipal do Contestado - COINCO	Coleta de Lixo e Dejetos sólidos	Curitibanos, Ponte Alta do Norte, Frei Rogério, Santa Cecília, Brunópolis,	

			Lebon Regis, Monte Carlo e Ponte Alta. (municípios pertencentes a 4 Associações de Municípios - Amurc, Amarp , Amplasc e Amures).	
AMNOROESTE	Consórcios vinculados ao CIS AMOSC e a Consórcios do Estado do Paraná			

Fonte: Associações de Municípios

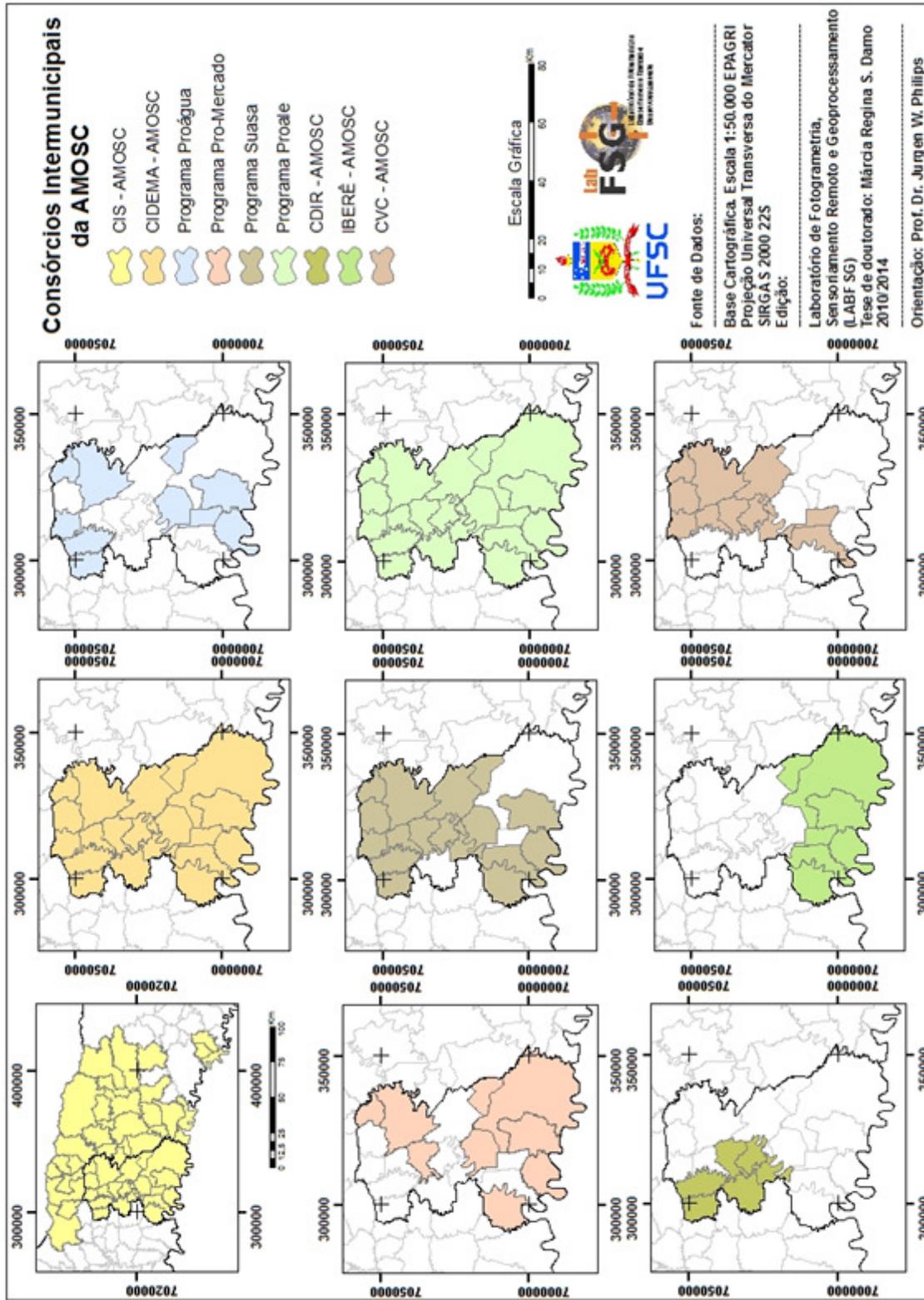
Elaboração: autora/2014

Figura 48 - Consórcios Intermunicipais de Saúde



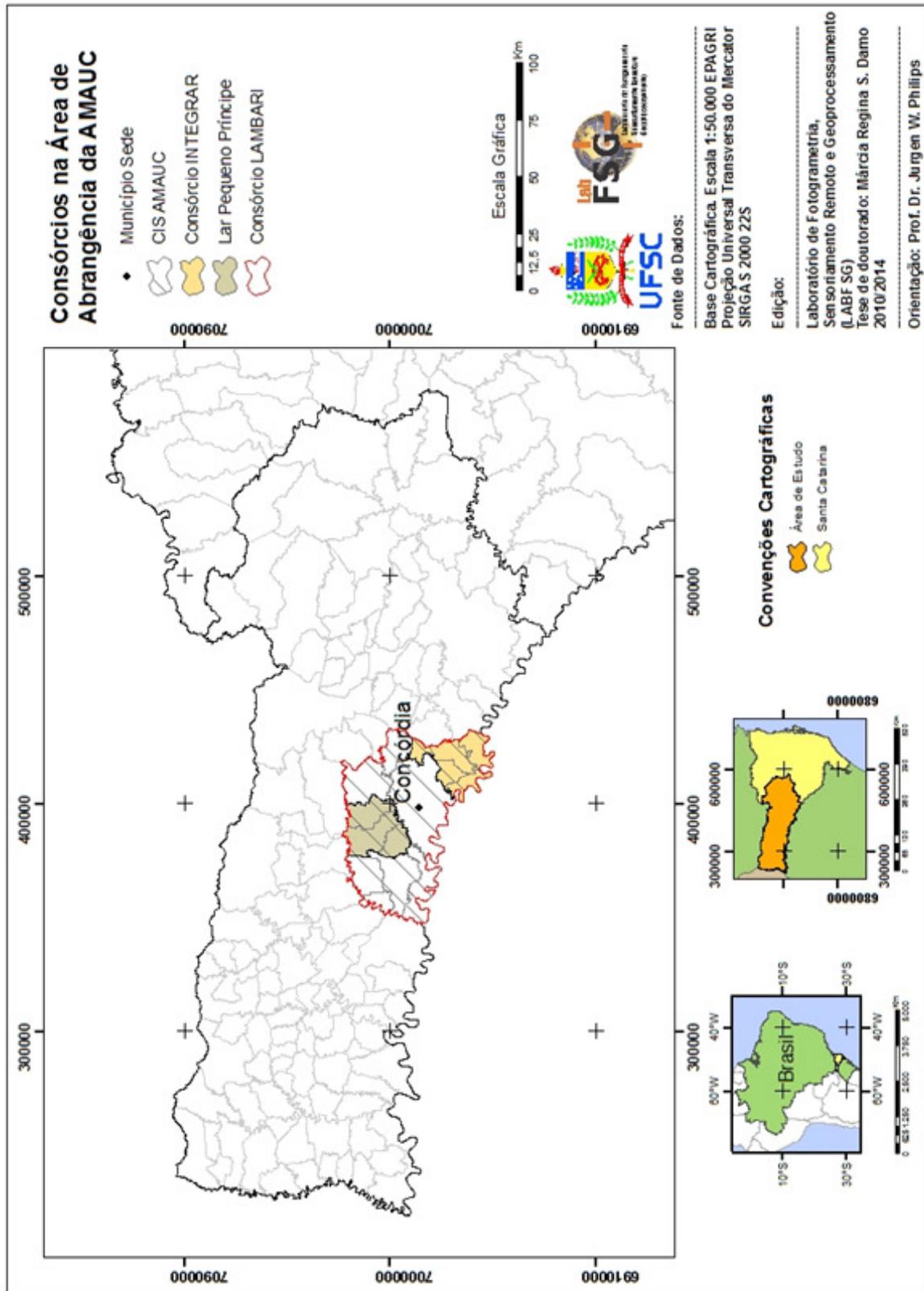
Elaboração: autora/2014

Figura 49 - Consórcios Intermunicipais da AMOSC



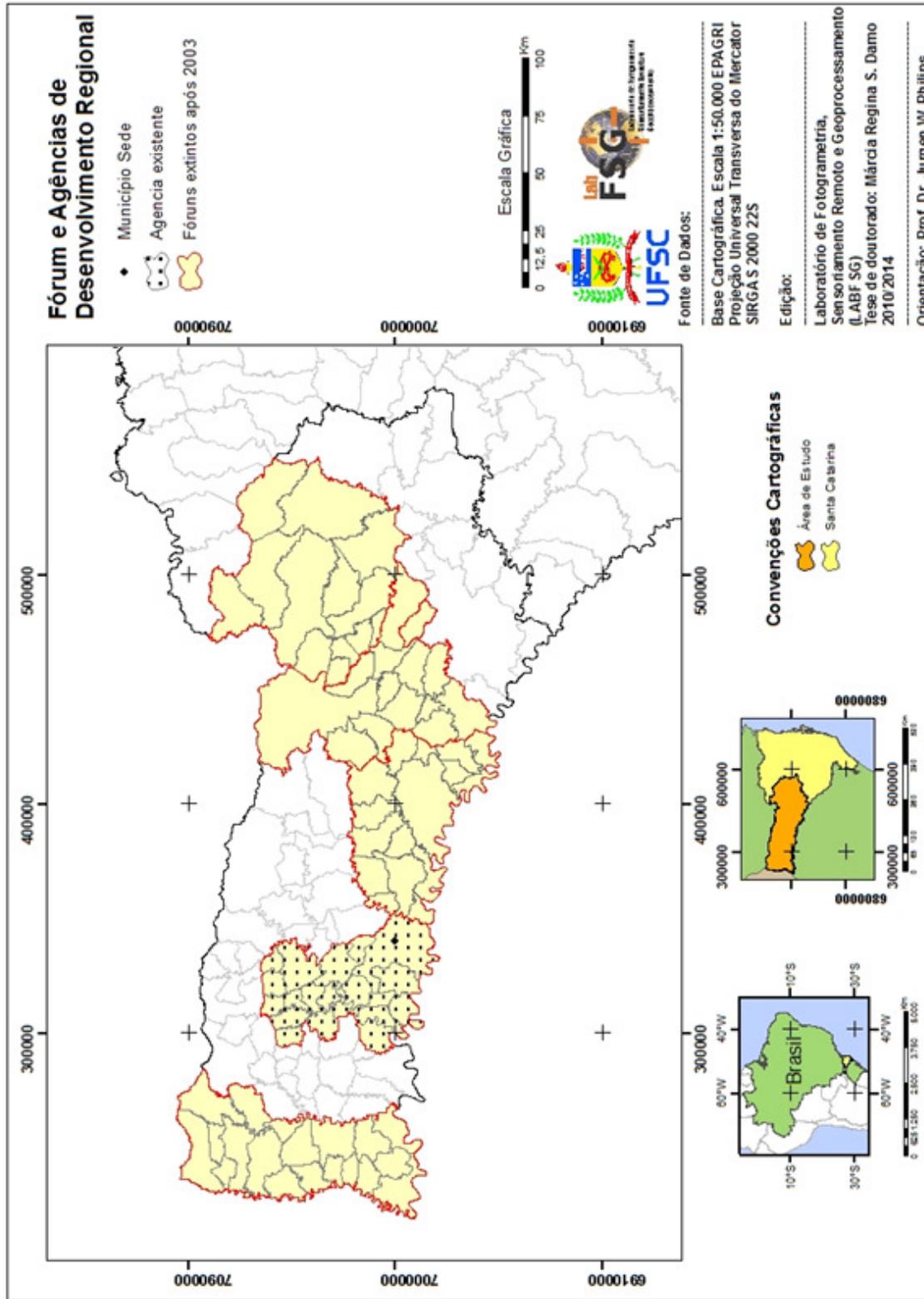
Elaboração: autora/2014

Figura 50 - Consórcios na Área de Abrangência da AMAUC



Elaboração: autora/2014

Figura 51 - Fóruns e Agências de Desenvolvimento Regional



Elaboração: autora/2014

4.3.5 Outros recortes territoriais

Nesta pesquisa não foram estudadas nem comparadas as regionalizações utilizadas pelo setor empresarial, como as da FIESC, SEBRAE, FACISC, FAMPESC e outras. Da mesma forma não foram alvo de análise mais detalhada nesta pesquisa embora tenham incidência direta com serviços prestados a população as regionalizações da Justiça, polícia civil e militar e ministério público. No entanto é fundamental mapeá-los para que se possa espacialmente verificar também nestes casos a fragmentação existente. Abaixo os mapas que representam esta regionalização na área de pesquisa da presente tese:

Figura 52 - Batalhão dos Bombeiros Militar;

Figura 53 - Ministério Público;

Figura 54 - Polícia Civil.

Figura 55 – Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN;

Figura 56 - Tribunal Regional do trabalho;

Figura 57 - Justiça Federal;

4.3.5.1 Corpo de Bombeiros – Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)

O Corpo de Bombeiros Militares (CBM) tem como missão prover e manter serviços profissionais e humanitários que garantam a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente, visando proporcionar qualidade de vida à sociedade.

No Estado de Santa Catarina é dividido em 06 batalhões, dois dos quais situam-se na área de abrangência desta pesquisa, o 2º e o 6º, sediados em Curitiba e Chapecó.

4.3.5.2 Ministério Público

O Ministério Público é uma instituição permanente, independente dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a serviço da sociedade e essencial para a efetivação da Justiça. Sua atuação está legitimada pela Constituição Federal de 1988 como defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O Ministério Público está subdividido em quatro instâncias, sendo denominada Especial, Final, Intermediária e Inicial.

4.3.5.3 Polícia Civil – Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Cidadania são compostas pela Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militares (CBM), Polícia Militar, Defesa Civil e Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina (DETRAN/SC). No Estado de Santa Catarina existem na área de abrangência desta pesquisa, 11 (onze) delegacias regionais de polícia.

Em função dos inúmeros serviços disponibilizados aos cidadãos, a sede regional de cada uma das regiões administrativas da polícia civil exerce uma influência bastante relevante a todos os municípios.

4.3.5.4 Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/SSP)

É o órgão executivo que, entre outras atribuições, administra a documentação dos veículos e condutores, emite, suspende ou cassa a Carteira Nacional de Habilitação.

O DETRAN é responsável por diversos processos, desde controle de compras e vendas de automóveis, solicitação de novas habilitações e cancelamento de outras, controle de multas, pagamento do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), controles de vistorias, regulamentação de automóveis e carteiras, emissão e renovação de carteira de habilitação. Conforme Figura 55 estão delimitadas as regiões de atuação do DETRAN, todas vinculadas às delegacias regionais da polícia civil.

4.3.5.5 Tribunal Regional do Trabalho

A Justiça do Trabalho surgiu como consequência da autonomia da nova disciplina jurídica. Porém, no início cabia à Justiça Comum o julgamento das controvérsias relativas às questões entre o capital e o trabalho, como ainda permanece nas Cidades onde não existem Varas do Trabalho. Desde sua criação, a Justiça do Trabalho está estruturada em três graus de jurisdição: 1º Grau – Varas do Trabalho, 2º Grau – Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), 3º Grau – Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Ministério Público do Trabalho (MPT).

Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em Santa Catarina, a Justiça do Trabalho está instalada nos seguintes municípios: São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Videira, Fraiburgo, Caçador, Porto União, Curitiba, Lages, Canoinhas, Mafra, Rio do Sul, São Bento do Sul, Joinville, Jaraguá do Sul, Indaial, Blumenau, Itajaí, Brusque, Balneário Camboriú, Florianópolis, São José, Imbituba, Tubarão, Criciúma e Araranguá, sendo dez sedes na área pesquisada.

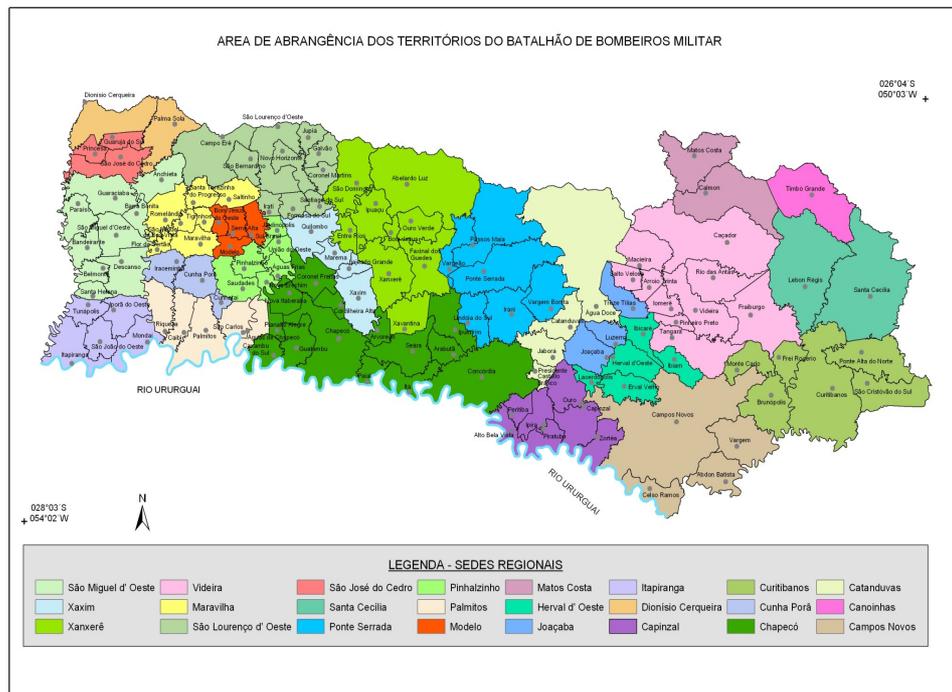
4.3.5.6 Justiça Federal – Subseções judiciárias

No Estado de Santa Catarina, a Justiça Federal está dividida em subseções judiciária localizadas em: Blumenau, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Joaçaba, Lages, Mafra, Rio do Sul, São Miguel do Oeste e Tubarão. A figura 57 mostra as subseções que cobrem a área da pesquisa.

Entre algumas das suas atribuições estão aquelas de julgar as causas da união, causas estrangeiras, crimes políticos, crimes contra a organização do trabalho, sistema financeiro e ordem econômica, e direitos indígenas.

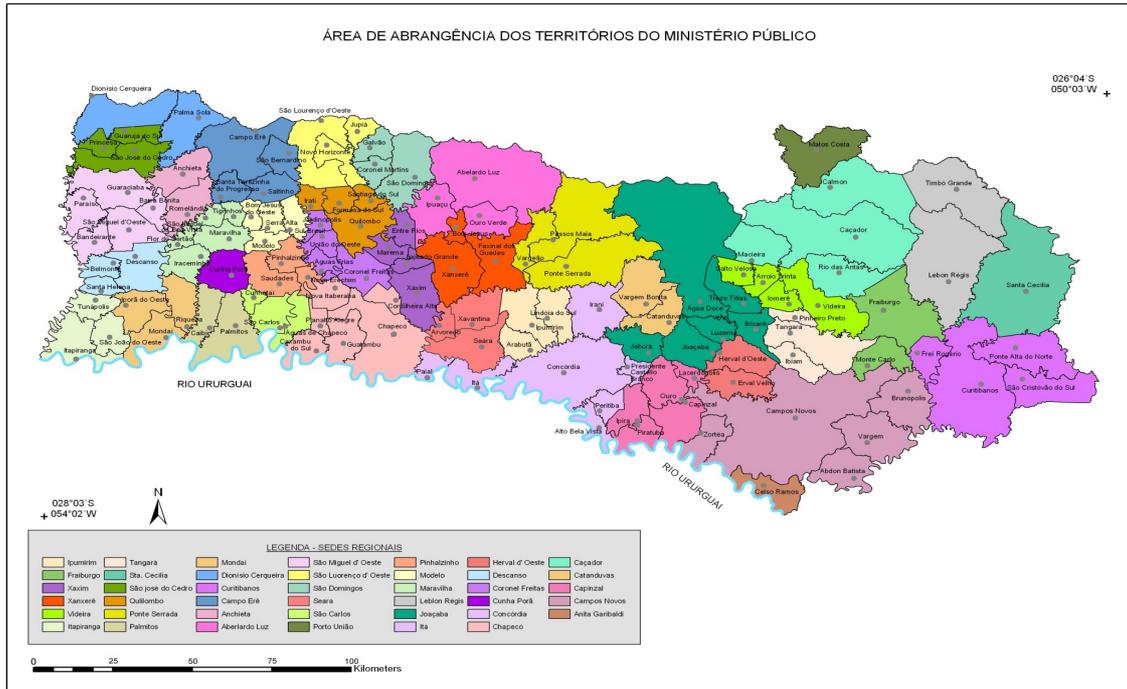
O Quadro 14, no final deste capítulo demonstra resumidamente as principais regionalizações pesquisadas, número de regionais, critérios de divisão e finalidade da regionalização, as quais estão representadas espacialmente nas Figuras 21 até a Figura 57.

Figura 52 - Regionalização do Batalhão dos bombeiros militar



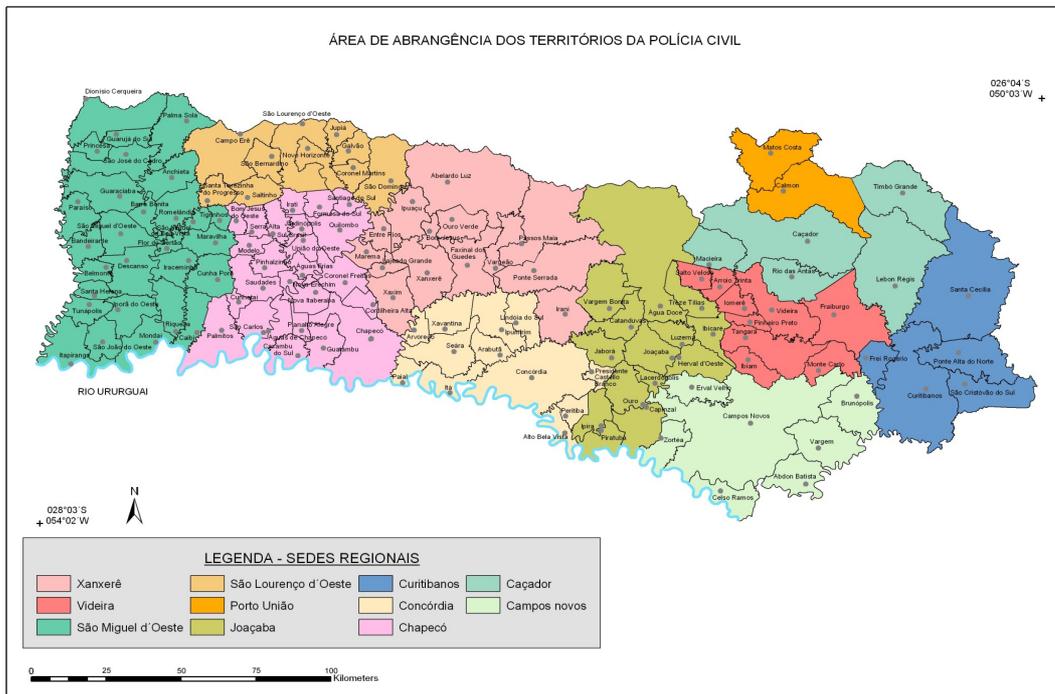
Elaboração: autora/2006

Figura 53 - Regionalização do Ministério público



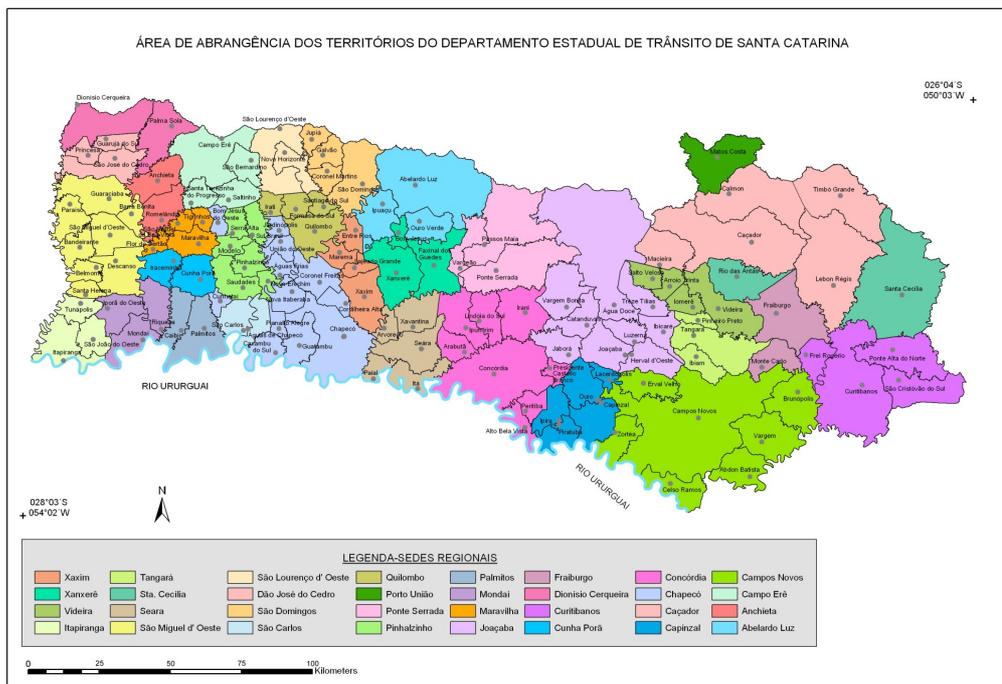
Elaboração: autora/2006

Figura 54 - Regionalização da Polícia civil



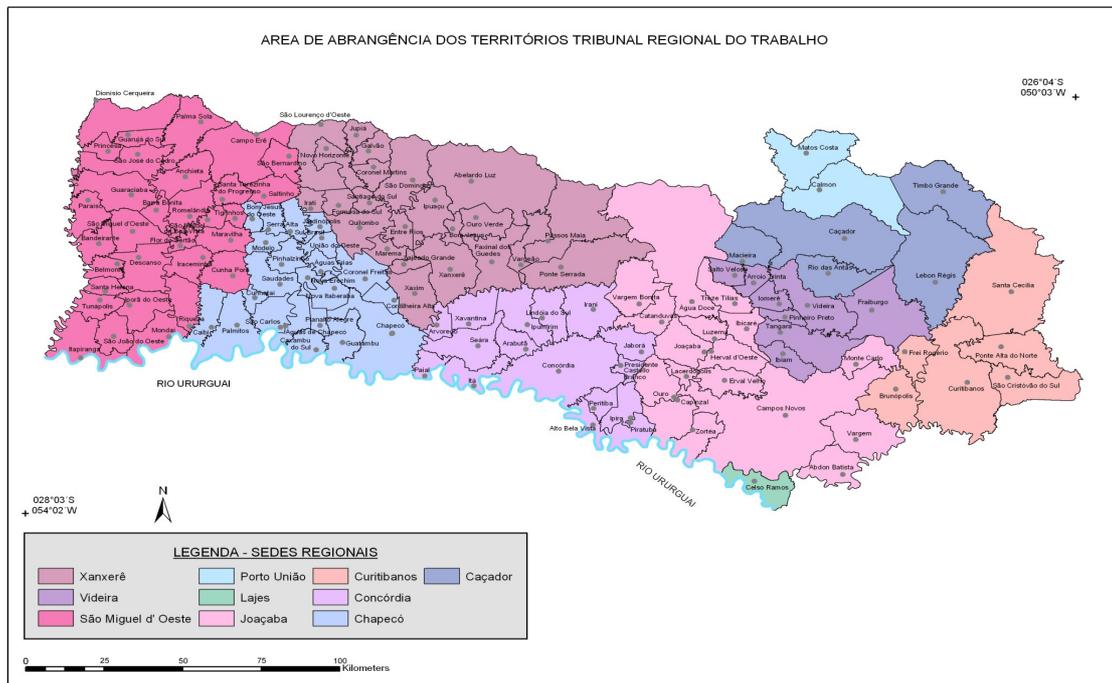
Elaboração: autora/2006

Figura 55 - Regionalização do Departamento Estadual de Transito/DETRAN



Elaboração: autora/2006

Figura 56 - Regionalização do Tribunal Regional do Trabalho



Elaboração: autora/2006

Figura 57 - Regionalização da Justiça Federal



Elaboração: autora/2006

Quadro 14 - Resumo dos recortes regionais pesquisados

ÓRGÃOS REGIONAIS		NÚMERO RECORTES	CRITÉRIOS DOS RECORTES	FINALIDADE DA REGIONALIZAÇÃO	OBS.
01	Bacias Hidrográficas Regiões dos Comitês de Bacias	05	Bacia hidrográfica, critérios ambientais	Planejamento ambiental através das bacias hidrográficas	Política de recursos hídricos (lei estadual 9748/ 1994)
02	Regiões Edafoambientais Homogêneas	07	Ambientais	Proposta de regionalização para fins ambientais	Tese de doutorado
03	Meso e Microrregiões do IBGE	03 e 08	CrITÉrios econÔmicos, sociais, ambientais e redes de comunicaçãO.	Regiões delimitadas para fins estatísticos pelo governo federal	Primeira regionalização adotada pelo Estado
04	Microrregiões Polarizadas	07	Legais, políticos	Descentralização administrativa, racionalização das relações governamental com associações de municípios	Lei Estadual

Continua

Continuação

05	Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul	01	Socioeconômicos, culturais, limites existentes das associações de municípios e conselhos regionais de desenvolvimento	Planejamento do desenvolvimento para redução das desigualdades regionais (governo federal)	Divisão técnica elaborada pelo governo federal Decreto 6077/2007
06	SDRs	16	Políticos	Descentralização administrativa e planejamento do desenvolvimento regional	Criadas em 2003 através de Lei Estadual complementar n. 243/2003 e 381/2007
07	Regiões Metropolitanas	04	Políticos	Serviços Públicos consorciados, diminuição tarifas publicas, acesso a recursos governamentais	Legislação Estadual criando cada uma das regiões metropolitanas
08	EPAGRI Unidades de Gestao Técnica e Gerências regionais	4 e 11	Microrregiões polarizadas e SDRs além de clima, solos, culturas e possibilidade de cruzamento de informações	Representação técnica-gerencial da Empresa e apoio aos programas regionais	

Continua

Continuação

10	Regiões Turísticas	03	Afinidades geográficas, econômicas e histórico culturais	Promoção do turismo integrado regional	
11	Secretaria de Estado da Fazenda	05	Políticos e operacional	Descentralização da supervisão de atividades de fiscalização de tributos estaduais e controle de arrecadação tributária	
12	Educação Gerências regionais	16	Políticos coincidentes com as SDRs	Descentralização	Criadas em 2003 através de Lei Estadual
13	Regiões de Saúde	06	Especificidades e estratégias da regionalização da saúde – demografia, condições sociais, econômicas e geográficas/sanitárias e epidemiológica	Atenção a saúde	
14	CIDASC	09	Microrregiões polarizadas e extensão territorial	Inspeção e fiscalização sanitária regionalizada	
15	Casan	11	Político e operacional	Representação técnica e gerencial da empresa	

Continua

Continuação

16	FATMA	04	Políticos e operacional	Licenciamento ambiental regionalizado	
17	CELESC	06	Político e operacional	Representação técnico e gerencial da empresa	
18	DEFESA CIVIL	05	Político e operacional com agrupamento das SDRs	Segurança civil	
19	TERRITÓRIOS RURAIS - MDA	06	Assentamentos existentes e critérios políticos operacionais	Desenvolvimento rural e organização da agricultura familiar	A partir de 2004
20	TERRITÓRIOS DA CIDADANIA - MDA	02	Territórios rurais e critérios políticos operacionais	Desenvolvimento integrado das políticas federais, estaduais e municipais.	A partir de 2009
21	CONSADS - MDS	02	Político operacional	Fortalecer e ampliar as ações de segurança alimentar	A partir de 2006
22	FAIXA DE FRONTEIRA	01	Político operacional até 150 Km da linha da divisa brasileira	Ações de segurança nacional	
23	Associações de Municípios	10	Microrregiões IBGE, regiões polarizadas e critérios políticos	Representação político-institucional Assessoramento técnico	De 10 a 45 anos de existência – iniciativa espontânea

Continua

Continuação

24	Consórcios Intermunicipais		Área de abrangência das associações de municípios, técnicos e políticos	Gestão associada para disponibilizar serviços de especialidades médicas com menor custo	Iniciativas espontâneas
25	Fóruns e Agências de Desenvolvimento Regional	01	Divisão das associações de municípios	Ações para o Planejamento do Desenvolvimento Regional	Iniciativa espontânea várias extintas a partir de 2003

FONTE: ÓRGÃOS REGIONAIS CITADOS NO CAPÍTULO IV.**Elaboração :autora, 2014.**

CAPITULO V

ANÁLISES E RESULTADOS

5 ANÁLISE DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL

Os conflitos regionais pesquisados foram todos aqueles que de alguma forma impactam nas políticas públicas municipais, já que o objetivo da presente pesquisa foi o de avaliar a fragmentação ocorrida após o processo de descentralização administrativa e o impacto na implementação especialmente das políticas de desenvolvimento regional, tendo por foco 131 (cento e trinta e um) Municípios Catarinenses pertencentes a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, recorte este prioritário na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, conforme decreto anexo a este.

Para isto foram analisados os recortes institucionalizados sejam ao nível de Governo Federal ou Estadual, bem como as iniciativas espontâneas consolidadas e com resultados expressivos, muitas com mais de 40 (quarenta) anos de existência como é o caso das Associações de Municípios que foram instituídas ainda na década de 60 (sessenta). Outros recortes, foram mapeados e mesmo embora não fizessem parte da metodologia de análise, considera-se importante sua demonstração já que impactam na vida do cidadão e demandam de uma avaliação ainda mais criteriosa quando se pretende minimizar custos de deslocamentos, reforçar o sentimento de pertencimento regional e sobretudo criar mecanismos e instrumentos que de fato possam favorecer o processo de desenvolvimento regional e local de forma integrada e sustentável.

Portanto, os recortes pesquisados e mapeados totalizaram 32 (trinta e dois) sendo 15 (quinze) delas oriundas de legislação estadual, 06 (seis) instituídas através de legislação federal, 03 (três) iniciativas espontâneas, e 02 (duas) delimitadas sob a ótica ambiental, sendo as demais apenas mapeadas e não confrontadas (06) sendo as seguintes:

- a) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDRs;
- b) Associação de Municípios;
- c) Microrregiões Polarizadas;
- d) Territórios Turísticos;
- e) Regionais da Fatma;
- f) Regionais da Celesc;

- g) Regionais da Epagri;
- h) Regionais da Secretaria de Estado da Fazenda;
- i) Coordenadorias dos Comitês de Bacias Hidrográficas;
- j) Regionais da Cidasc;
- k) Regiões Metropolitanas;
- l) Regionais da Casan;
- m) Regionais das Agencias Reguladoras de Água e Saneamento;
- n) Regionais da Secretaria de Estado da Educação;
- o) Regionais da Secretaria de Estado da Saúde;
- p) Coordenadoria de Defesa Civil;
- q) Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul;
- r) Meso e Microrregiões do IBGE;
- s) Bacias Hidrográficas;
- t) Regiões Edafo-ambientais Homogêneas;
- u) Territórios Rurais adotados pelo MDA;
- v) Territórios da Cidadania do Governo Federal;
- w) Regiões dos Consads adotados pelo MDS;
- x) Faixa de Fronteira Brasileira;
- y) Consórcios públicos Intermunicipais;
- z) Fóruns e Agencias de Desenvolvimento Regional;
- aa) Regiões do Tribunal Regional do Trabalho;
- bb) Regiões do Detran;
- cc) Regiões do Ministério Público;
- dd) Regiões do Batalhão de Bombeiros;
- ee) Regiões da Polícia Civil;
- ff) Regiões da Justiça Federal.

Destes 26 (vinte e seis) recortes pesquisados 13 (treze), ou sejam 50% (cinquenta por cento) do total foram alvo de análise pormenorizada por possuírem uma sede fixa instituída e onde há uma relação intensa dos Municípios para a prestação de serviços, exceção a isto todos os recortes da segurança pública e justiça seja civil ou militar, por serem aqueles com especificidades maiores para serem alterados, em função das políticas publicas obedecerem a fatores diversos, embora impactando sobremaneira na vida dos cidadãos. Os dados destes 13 (treze) recortes territoriais com respectivas sedes de cada um dos órgãos e número de sedes regionais com relação com cada um dos municípios encontram-se detalhado no Quadro 16 e na sua totalidade anexa a pesquisa.

Os dados relativos às Instituições regionais já detalhadas, foram

selecionados conforme método proposto nesta pesquisa, aqueles municípios que relacionam-se com 4, 5 e 6 sedes regionais, alvo da pesquisa qualitativa demonstrados no Quadro 15 e na Figura 58 a qual retrata espacialmente onde eles estão localizados. Neste sentido observa-se que a grande maioria está localizada na região do Entre Rios, Alto Uruguai Catarinense e Alto Vale do Rio do Peixe.

Quadro 15 - Relação dos Municípios com Maiores Conflitos Regionais

Municípios que se relacionam com 4 (quatro) sedes regionais.	Municípios que se relacionam com 5 (cinco) sedes regionais.	Municípios que se relacionam com 6 (seis) sedes regionais.
1. Abdon Batista	1. Arroio Trinta	1. Brunópolis
2. Arabuta	2. Caçador	2. Calmon
3. Arvoredo	3. Campo Ere	3. Fraiburgo
4. Bom Jesus do Oeste	4. Iomere	4. Frei Rogério
5. Caibi	5. Macieira	5. Lebon Regis
6. Campos Novos	6. Pinheiro Preto	6. Matos Costa
7. Celso Ramos	7. Rio das Antas	7. Ponte Alta do Norte
8. Cunha Porã	8. Salto Velozo	8. Santa Cecilia
9. Cunhatai	9. Tangará	9. São Cristovão do Sul
10. Flor do Sertao	10 Videira	10. Timbó Grande
11. Ibiam		
12. Ipumirim		
13. Iraceminha		
14. Itá		
15. Lindoia do Sul		
16. Maravilha		
17. Modelo		

Continua

Continuação

18. Monte Carlo		
19. Paial		
20. Passos Maia		
21. Pinhalzinho		
22. Ponte Serrada		
23. Riqueza		
24. Romelandia		
25. Saltinho		
26. Santa Terezinha do Progresso		
27. São Bernardino		
28. São Miguel da Boa Vista		
29. Saudades		
30. Seara		
31. Tigrinhos		
32. Vargem		
33. Xavantina		
34. Zortéa		

Elaboração: Márcia Regina Sartori Damo/2014

Legenda:  – Municípios que relacionam-se com sedes regionais diferentes em relação as Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDRs e Associações de Municípios. (23 Municípios).

Nesta perspectiva, no Quadro 15 fica demonstrado todos os Municípios os quais possuem fragmentação territorial, sendo 54 (cinquenta e quatro) Municípios que se relacionam com mais de 4 (quatro) sedes regionais, em apenas 13 (treze) recortes territoriais, ou seja 41% dos municípios pertencentes a área da pesquisa. Na Figura 59 estão mapeados os municípios os quais possuem divergência na sede regional das Associações de Municípios e Secretarias de Desenvolvimento Regional, por entendermos ser o ponto de conflito principal já que diversas estruturas e mecanismos regionais de âmbito regional de promoção do desenvolvimento integrado encontram-se ancorados nestas duas instituições.

Quadro 16 - Tabela Demonstrativa Global dos Conflitos com Sedes Regionais

Tabela de Conflitos [Modo de Compatibilidade] - Microsoft Excel													
B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
	AM	TT	FATIMA	CELESC	EPAGRI	FAZENDA	CEBI	OBASAC	RM	AGUA	GSE	RS	TOTAL
Xaxere	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Xaxere	Xaxere	Xaxere	Xaxere	Xaxere	Xaxere	2
Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Chapécó	Joséaba	Joséaba	2
Palmitos	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Palmitos	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Palmitos	Chapécó	2
Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	1
Concordia	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Concordia	Concordia	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Chapécó	Concordia	Concordia	3
Dionisio Carqueira	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapécó	Dionisio Carqueira	São Miguel do Oeste	3
Sera	Concordia	Joséaba	Joséaba	Concordia	Concordia	Joséaba	Joséaba	Concordia	Concordia	Sera	Sera	Concordia	4
Viadira	Viadira	Joséaba	Chapécó	Viadira	Viadira	Viadira	Carribeiros	Joséaba	Viadira	Joséaba	Chapécó	Viadira	5
Sera	Concordia	Chapécó	Chapécó	Concordia	Concordia	Joséaba	Chapécó	Concordia	Chapécó	Concordia	Viadira	Viadira	5
São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	2
São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	2
São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	2
Xaxere	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Xaxere	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Xaxere	Xaxere	Xaxere	Xaxere	2
Maravilha	Maravilha	Chapécó	São Miguel do Oeste	Chapécó	Palmitos	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Maravilha	São Miguel do Oeste	4
Campo Novo	Campo Novo	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Campo Novo	Carribeiros	Lages	Campo Novo	Chapécó	Chapécó	Campo Novo	Joséaba	4
Viadira	Viadira	Chapécó	Chapécó	Viadira	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Viadira	5
Palmitos	Maravilha	Chapécó	Chapécó	Chapécó	São Miguel do Oeste	Palmitos	Chapécó	São Miguel do Oeste	Chapécó	Chapécó	Palmitos	Chapécó	4
Capador	Viadira	Joséaba	Chapécó	Chapécó	Viadira	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Viadira	6
São Lourenço do Oeste	Maravilha	Chapécó	Chapécó	Chapécó	São Miguel do Oeste	São Lourenço do Oeste	Chapécó	São Miguel do Oeste	Chapécó	Chapécó	São Lourenço do Oeste	Xaxere	5
Campo Novo	Campo Novo	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Campo Novo	Joséaba	Lages	Campo Novo	Joséaba	Chapécó	Campo Novo	Joséaba	2
Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Chapécó	Joséaba	Joséaba	4
Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Chapécó	Joséaba	Joséaba	2
Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	1
Campo Novo	Campo Novo	Joséaba	Joséaba	Lages	Campo Novo	Joséaba	Lages	Campo Novo	Joséaba	Chapécó	Campo Novo	Joséaba	4
Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	1
Concordia	Concordia	Joséaba	Joséaba	Concordia	Concordia	Joséaba	Joséaba	Concordia	Concordia	Chapécó	Concordia	Concordia	3
Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	1
Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	1
São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	São Lourenço do Oeste	Chapécó	São Lourenço do Oeste	Chapécó	Chapécó	São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste	3
Palmitos	Maravilha	Chapécó	Chapécó	São Miguel do Oeste	Palmitos	Chapécó	Chapécó	Chapécó	São Miguel do Oeste	Chapécó	Palmitos	Chapécó	4
Carribeiros	Maravilha	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Palmitos	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Palmitos	Chapécó	4
Carribeiros	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Carribeiros	Lages	Rio de Sul	Carribeiros	Chapécó	Carribeiros	Viadira	6
São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapécó	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	2
Dionisio Carqueira	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapécó	Dionisio Carqueira	São Miguel do Oeste	3
Xaxere	Xaxere	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Xaxere	Chapécó	Chapécó	Xaxere	Chapécó	Chapécó	Xaxere	Xaxere	2
Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Chapécó	Joséaba	Joséaba	2
Xaxere	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Xaxere	Chapécó	3
Maravilha	Maravilha	Chapécó	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Palmitos	Chapécó	São Miguel do Oeste	Chapécó	São Miguel do Oeste	Chapécó	Maravilha	São Miguel do Oeste	4
Ultondo	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	São Lourenço do Oeste	Chapécó	Chapécó	São Lourenço do Oeste	Chapécó	Ultondo	Chapécó	3
Viadira	Carribeiros	Chapécó	Chapécó	Viadira	Viadira	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Viadira	Viadira	6
Carribeiros	Carribeiros	Joséaba	Chapécó	Lages	Carribeiros	Carribeiros	Lages	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Carribeiros	Viadira	6
São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapécó	São Lourenço do Oeste	Chapécó	Chapécó	São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste	Chapécó	São Lourenço do Oeste	Xaxere	3
São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapécó	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	3
Dionisio Carqueira	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapécó	Dionisio Carqueira	São Miguel do Oeste	3
Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	Chapécó	1
Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Chapécó	Joséaba	Viadira	2
Campo Novo	Viadira	Joséaba	Joséaba	Viadira	Campo Novo	Joséaba	Joséaba	Campo Novo	Joséaba	Chapécó	Campo Novo	Viadira	4
Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Joséaba	Chapécó	Joséaba	Joséaba	2
Viadira	Viadira	Joséaba	Joséaba	Viadira	Carribeiros	Joséaba	Joséaba	Carribeiros	Joséaba	Chapécó	Viadira	Viadira	5
Concordia	Concordia	Joséaba	Joséaba	Concordia	Concordia	Joséaba	Joséaba	Concordia	Concordia	Chapécó	Concordia	Concordia	3
Ingenhaça	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapécó	Ingenhaça	São Miguel do Oeste	3
Xaxere	Chapécó	Chapécó	Chapécó	São Miguel do Oeste	Xaxere	Chapécó	Chapécó	Xaxere	São Miguel do Oeste	Chapécó	Xaxere	Xaxere	2
Concordia	Concordia	Joséaba	Chapécó	Concordia	Concordia	Joséaba	Chapécó	Concordia	Concordia	Chapécó	Xaxere	Concordia	4

Elaboração: autora/2014(completa em anexo)

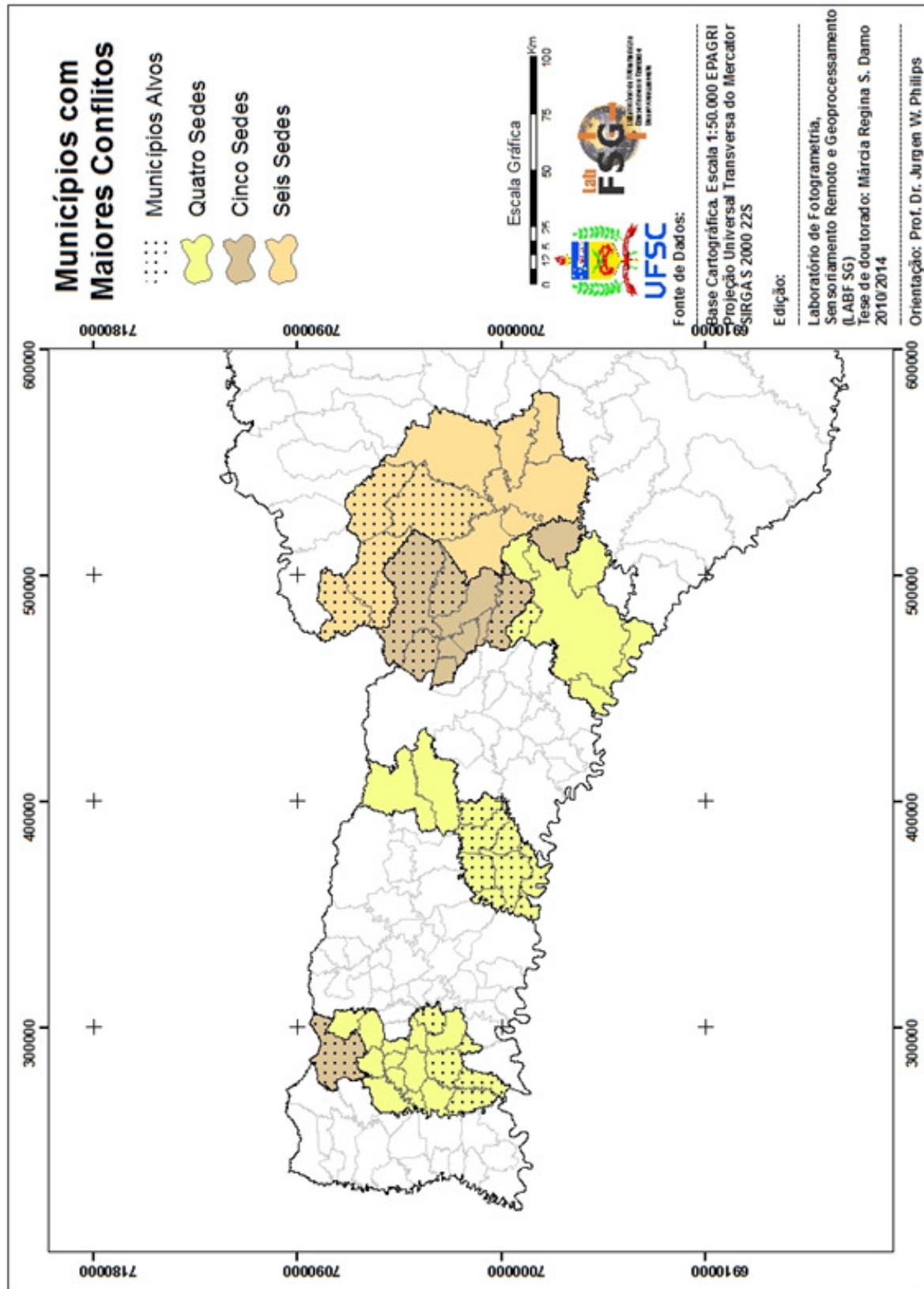
Assim, dos 32 (trinta e dois) recortes regionais, 13 (treze) foram analisados por possuírem uma sede regional as quais subsidiaram a identificação dos 23 (vinte e dois) Municípios com maiores conflitos.

Uma questão estrutural a ser referenciada na pesquisa é a questão da implantação nestes últimos 10 (dez) anos de 6 (seis) novas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, sendo 03 na região alvo da pesquisa e 1 (uma) Associação de Municípios, e em contrapartida a extinção de 06 (seis) Fóruns de Desenvolvimento Regional, todos nesta região, os quais de forma integrada com a sociedade local procuravam trabalhar os projetos e os processos de desenvolvimento regional a partir do local, tendo sido instituídos ainda na década de 90. Fica assim a hipótese da referida pesquisa confirmada positivamente já que instituições criadas a partir do nível local com proposições acordadas com a sociedade deixaram de existir após a implantação das Secretarias Regionais.

A Figura 128 retrata esta situação das 3 (três) Secretarias Regionais implantadas na área da pesquisa, assim como a Associação de Municípios de Curitiba criadas após 2006 e os fóruns de desenvolvimento regional extintos.

Os Quadros 19, 20 e 21 demonstram dados relevantes dos Municípios que foram alvo de pesquisa detalhada demonstrando o número de sedes regionais as quais cada um tem vinculação e quais deles tem só na Associação de Municípios ou Secretarias Regionais como único vínculo com determinada sede regional. Além disto, alguns dados como a população das sedes regionais, distâncias entre municípios, entre outros dados os quais subsidiaram as recomendações finais desta pesquisa.

Figura 58 - Municípios Com Maiores Conflitos

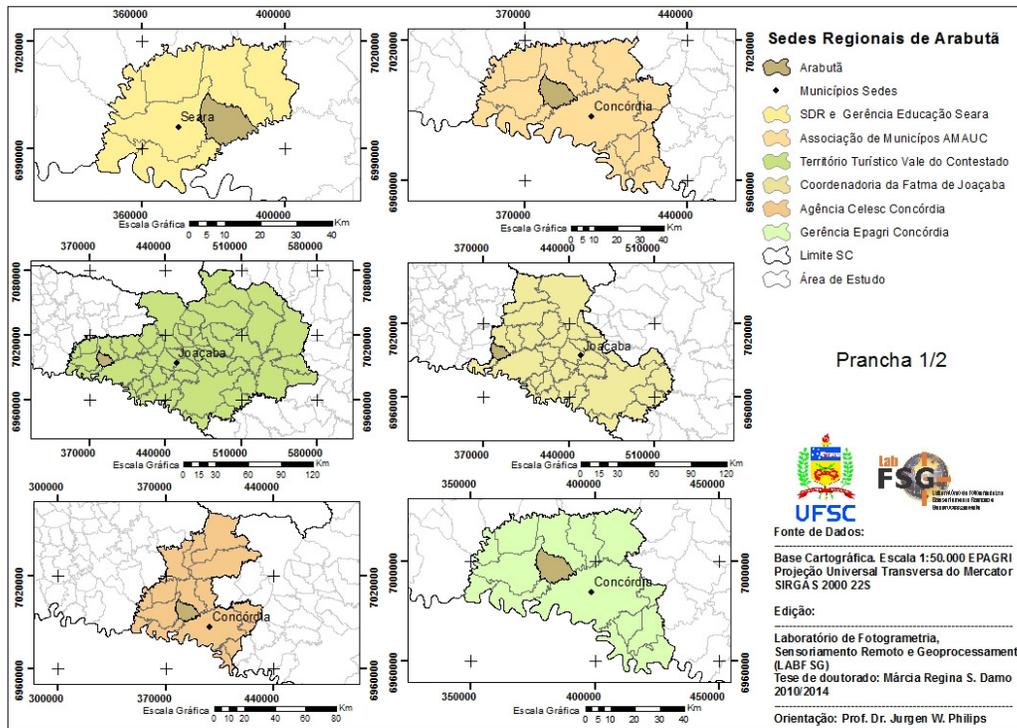


Elaboração: autora/2014

Entre as figuras 60 e a Figura 121 são apresentados os Municípios que foram alvo desta pesquisa de forma detalhada e que encontram-se na região oeste e meio oeste catarinense para se ter uma visão espacial dos municípios que tem relação direta com cada um deles bem como o conjunto de municípios em cada um das instituições pesquisadas. Nem todos os municípios da região da Amauc foram mapeadas a questão da interlocução com cada sede regional em função da identificação mais clara da problemática estar centrada na criação da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Seara o que ocasionou maior fragmentação territorial. Portanto todos os 8 (oito) municípios pesquisados pertencentes a esta região ou sejam: Arabutã, Lindoia do Sul, Arvoredo, Ita, Xavantina, Paial, Ipumirim, e Seara se relacionam com os mesmos Municípios, sendo apresentados a situação através da Figura 62, sendo as sedes regionais as mesmas de Arabutã, demonstrada, ou sejam, Seara, Chapecó, Concórdia e Joaçaba.

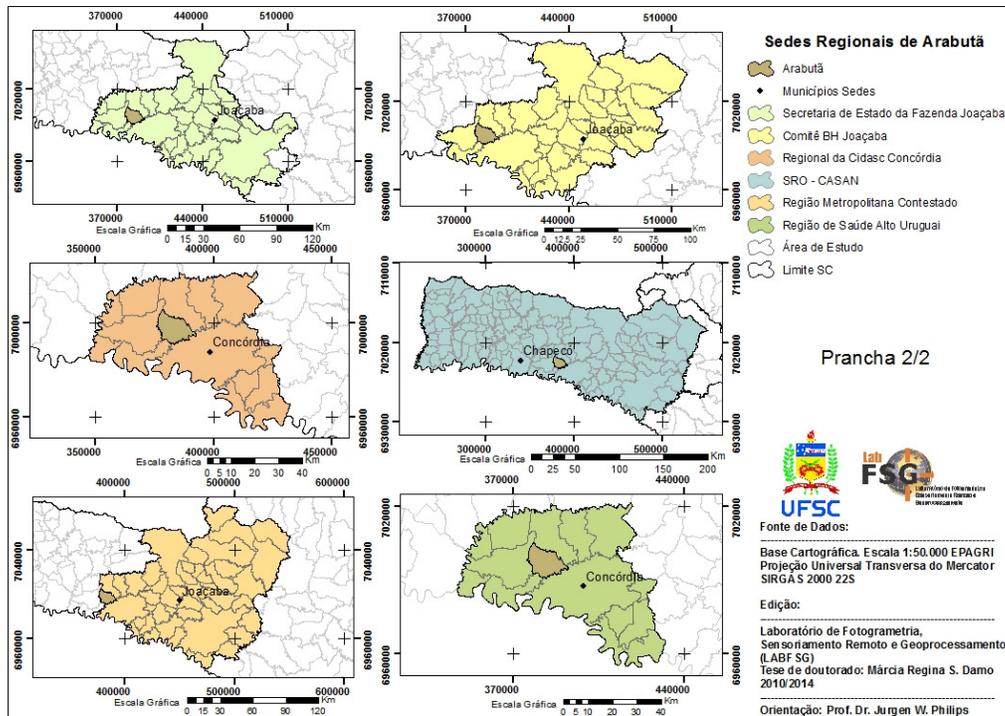
Pode-se observar nas instituições mapeadas com cada um dos 23 (vinte e três) municípios pesquisados o conjunto de municípios diferentes para cada situação, o que nos remete a problemática não apenas das sedes regionais diferentes mas do conjunto de municípios que tratam cada uma das temáticas. Assim, foram mapeados todos em relação a este conjunto de municípios que compõe as regionais da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Gerencias Regionais de Educação, Associação de Municípios, Territórios turísticos, Fatma, Celesc, Epagri, Secretaria da Fazenda, Bacia Hidrográfica, Cidasc, Casan, Região Metropolitana e Região de Saúde.

Figura 60 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Arabutã



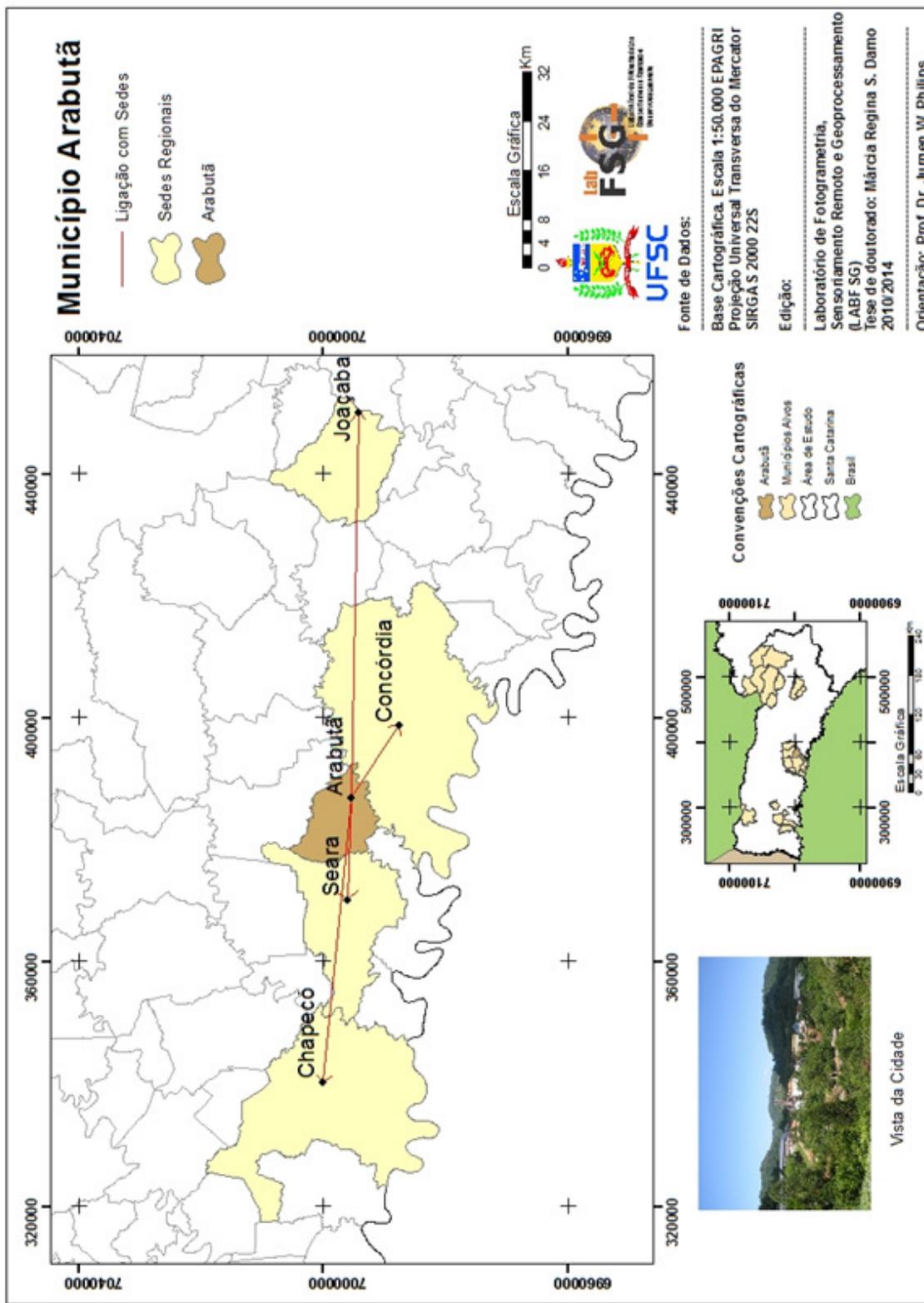
Elaboração: autora/2014

Figura 61 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Arabutã



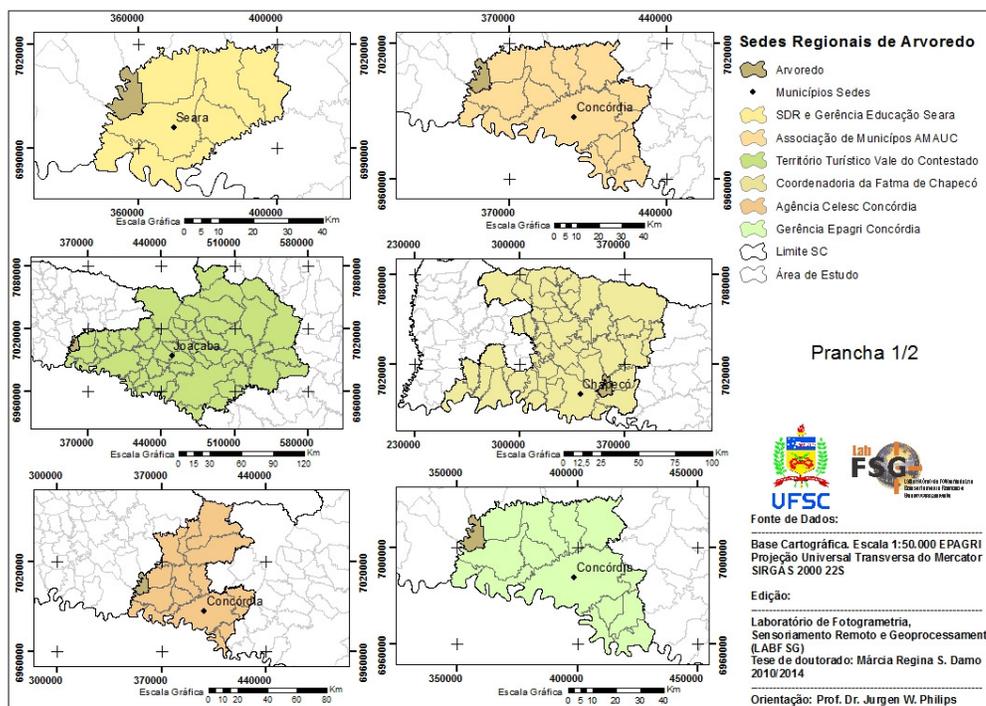
Elaboração: autora/2014

Figura 62 - Mapa de interlocução do Município de Arabutã com Sedes Regionais



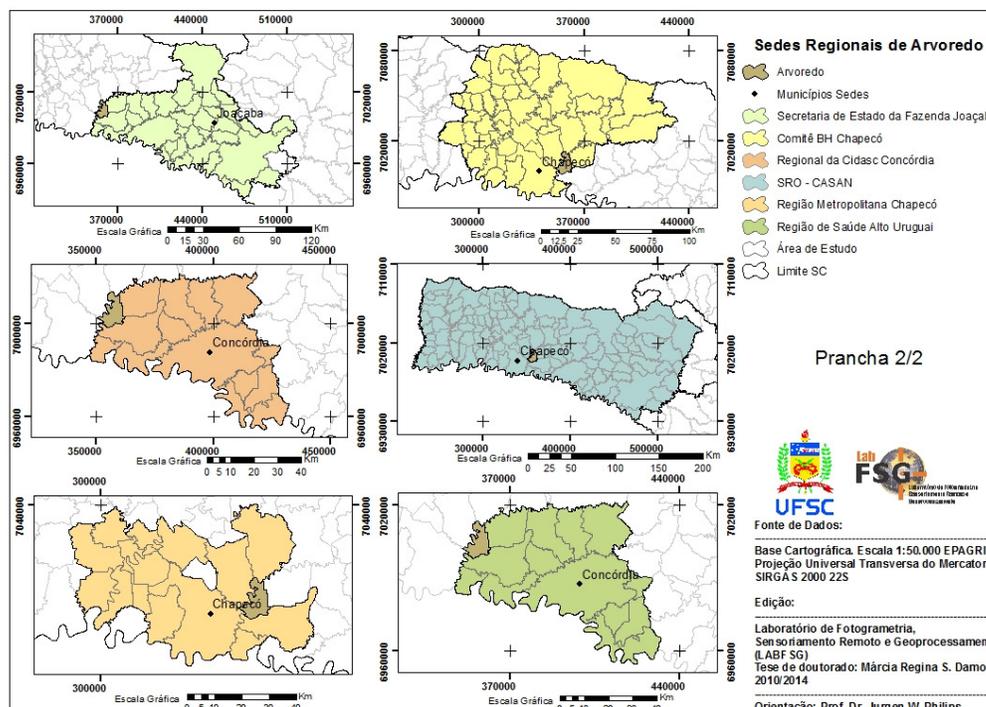
Elaboração: autora/2014

Figura 63 - Recortes Regionais Das Instituições Que Abrigam o Município De Arvoredo



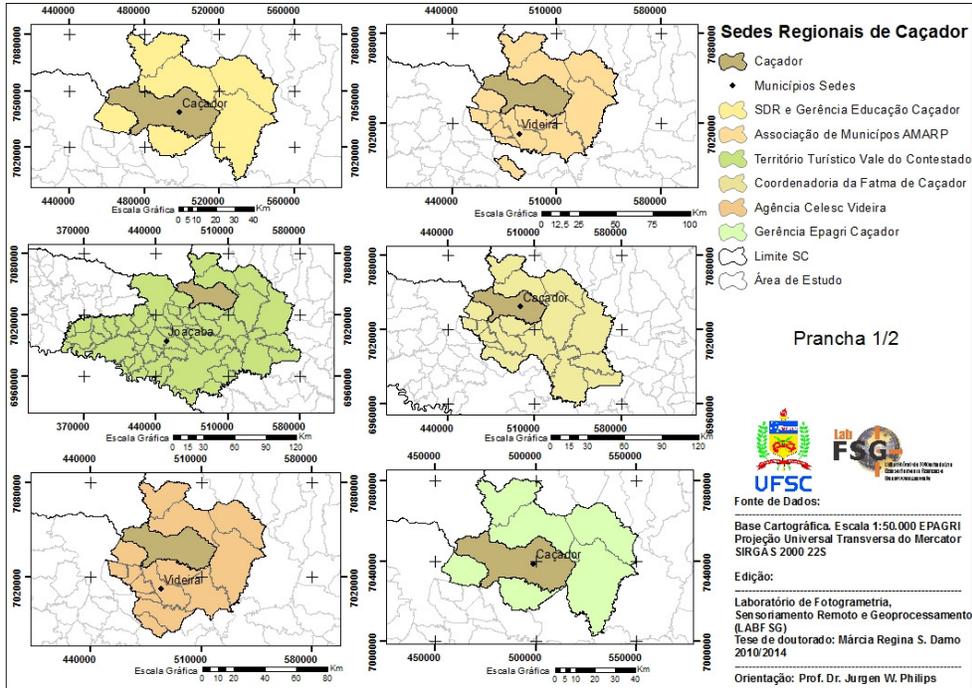
Elaboração: autora/2014

Figura 64 - Recortes Regionais Das Instituições Que Abrigam o Município De Arvoredo



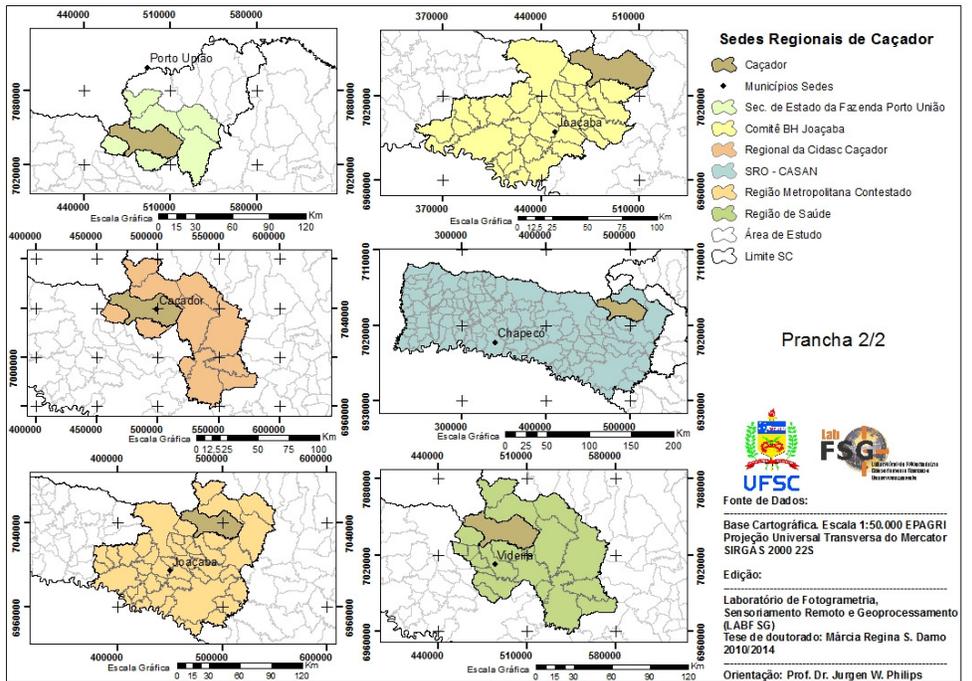
Elaboração: autora/2014

Figura 65 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Caçador



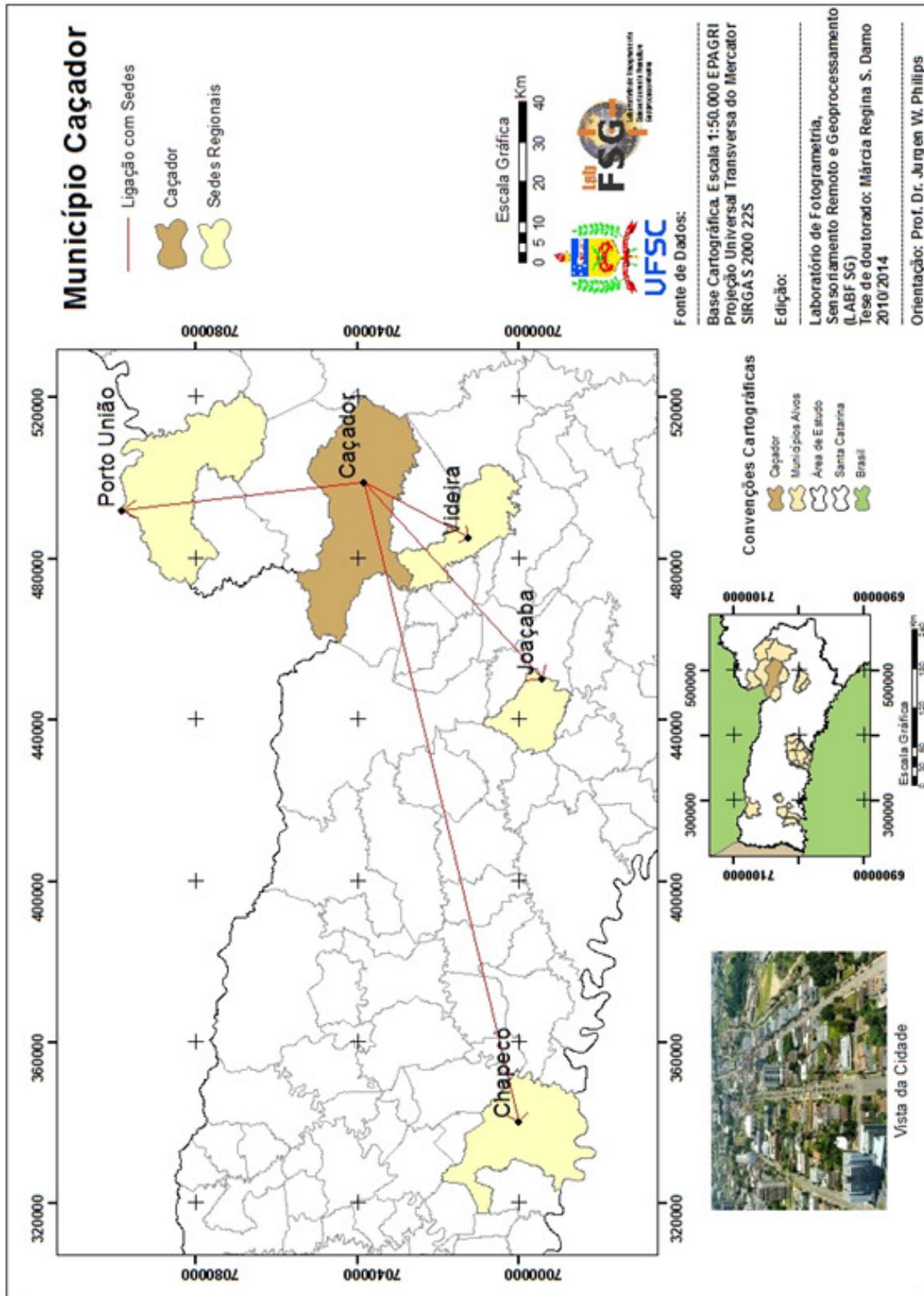
Elaboração: autora/2014

Figura 66 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Caçador



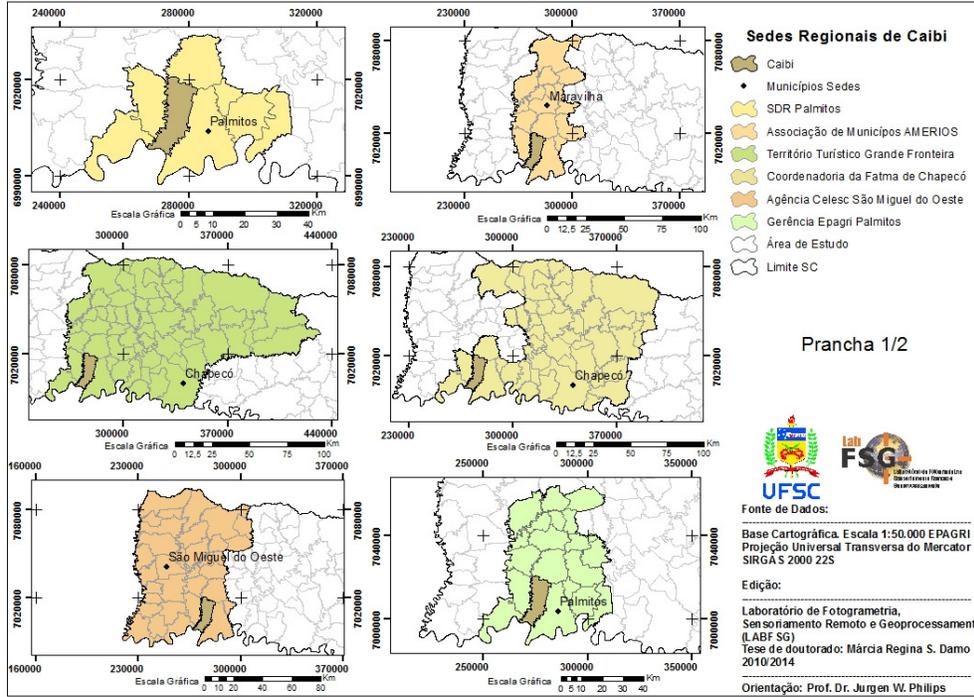
Elaboração: autora/2014

Figura 67 - Mapa de interlocução do Município de Caçador com Sedes Regionais



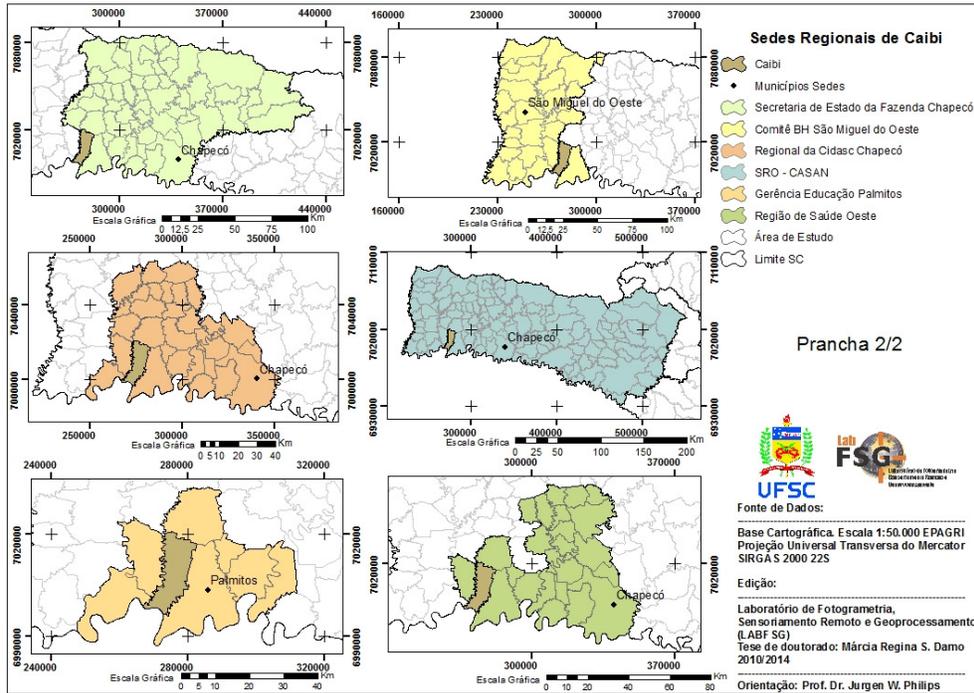
Elaboração: autora/2014

Figura 68 - Recortes Regionais Das Instituições Que Abrigam o Município De Caibi



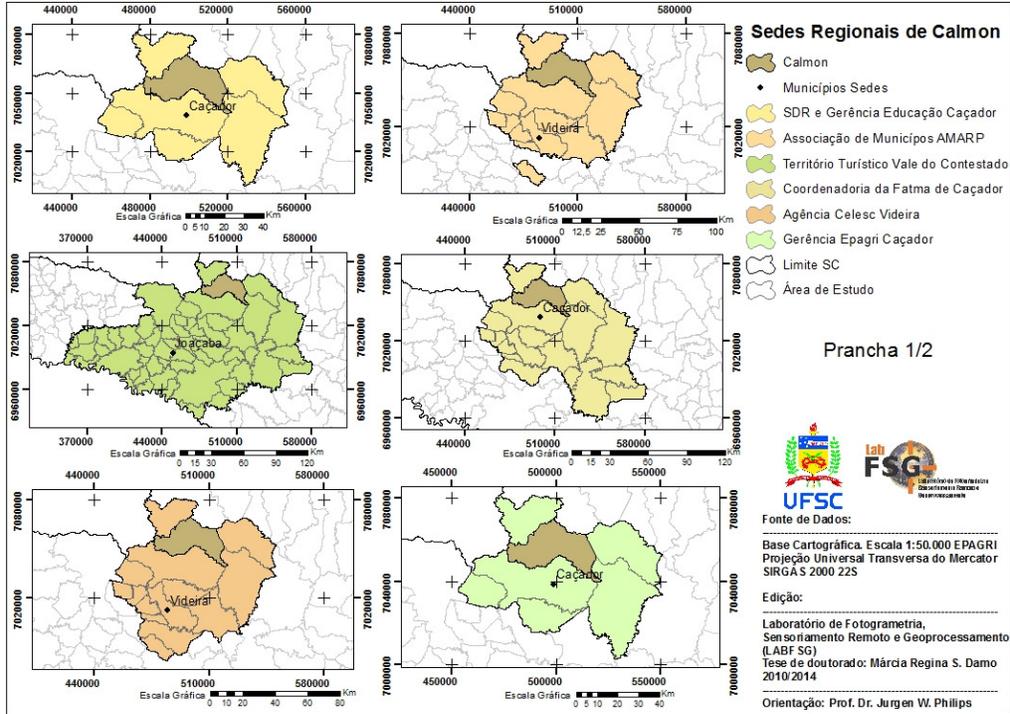
Elaboração: autora/2014

Figura 69 - Recortes Regionais Das Instituições Que Abrigam o Município De Caibi



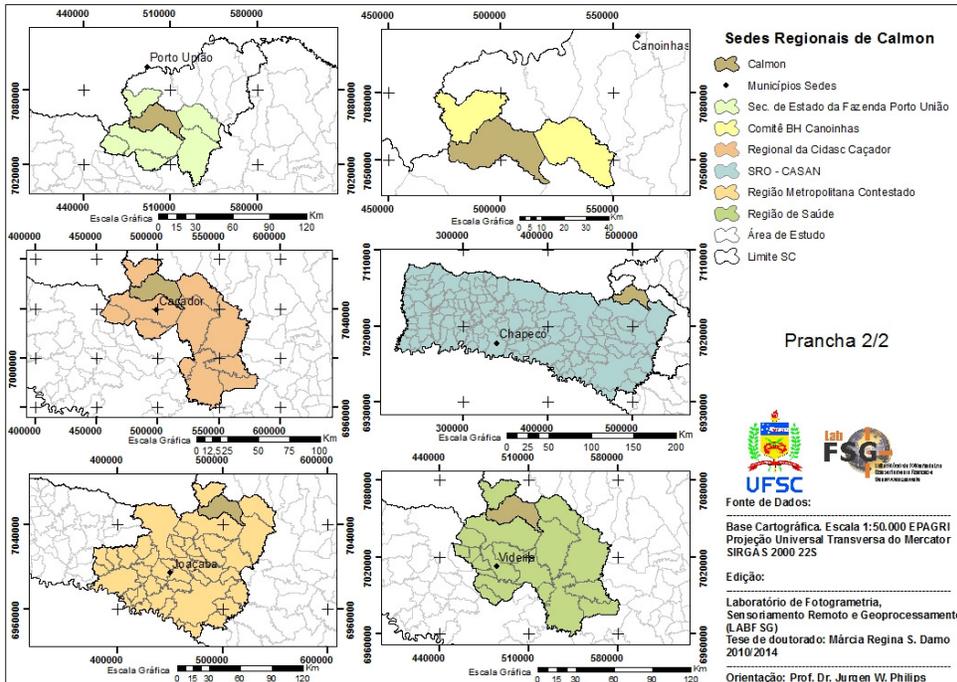
Elaboração: autora/2014

Figura 71 - Recortes Regionais Das Instituições que Abrigam o Município de Calmon



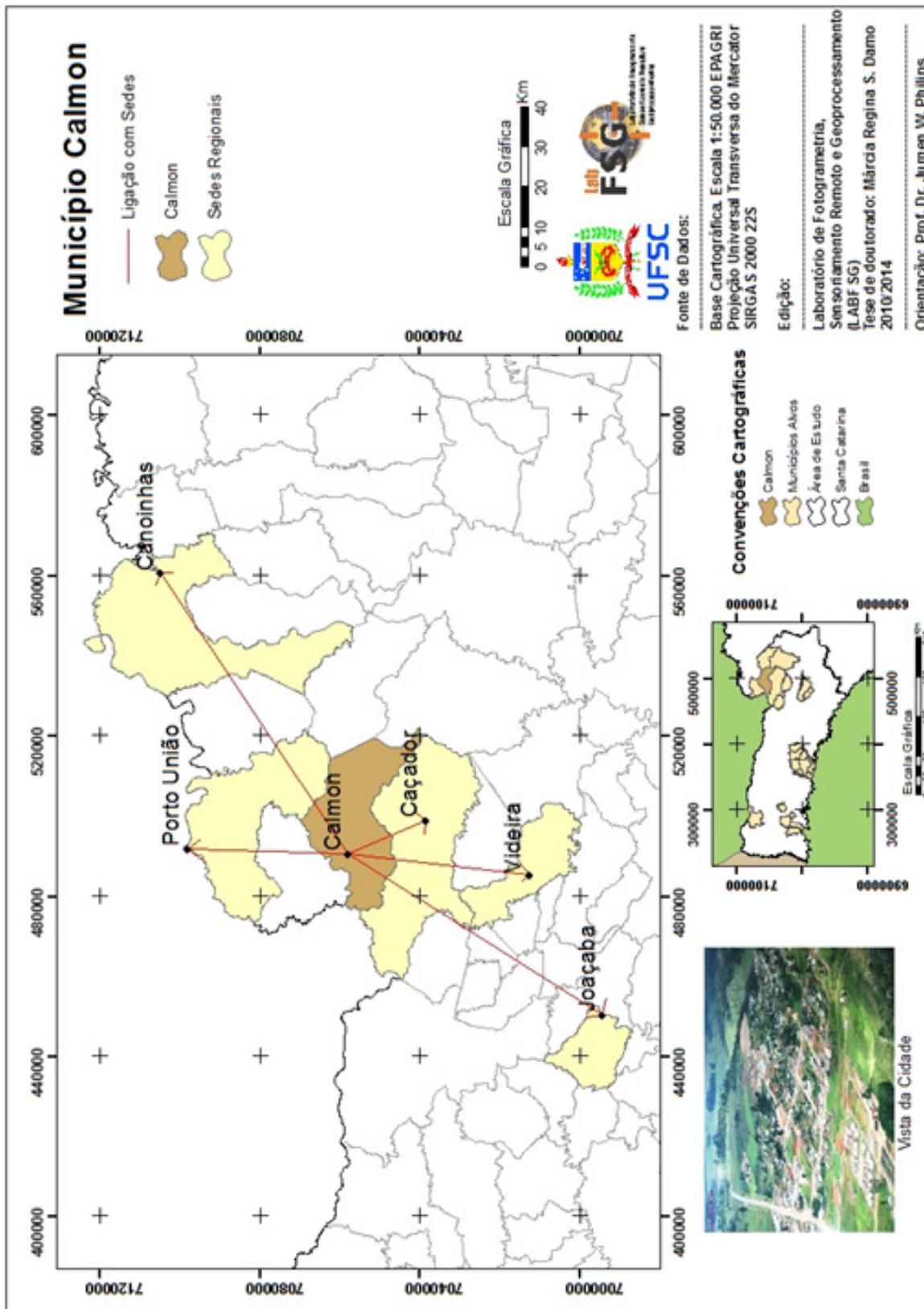
Elaboração: autora/2014

Figura 72 - Recortes Regionais Das Instituições Que Abrigam o Município De Calmon



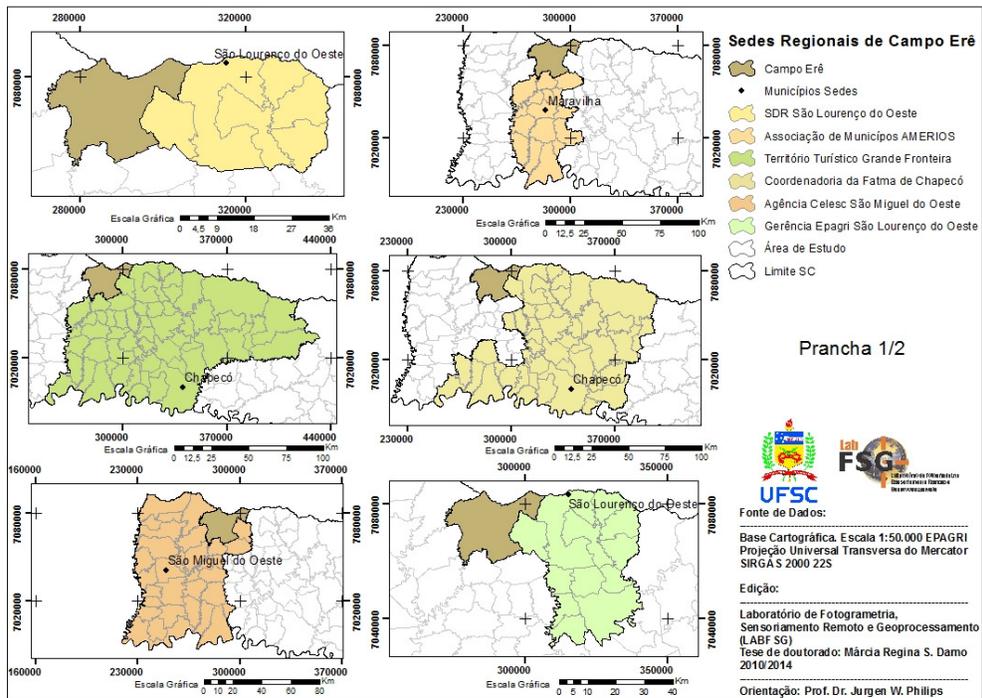
Elaboração: autora/2014

Figura 73 - Mapa de interlocução do Município de Calmon com Sedes Regionais



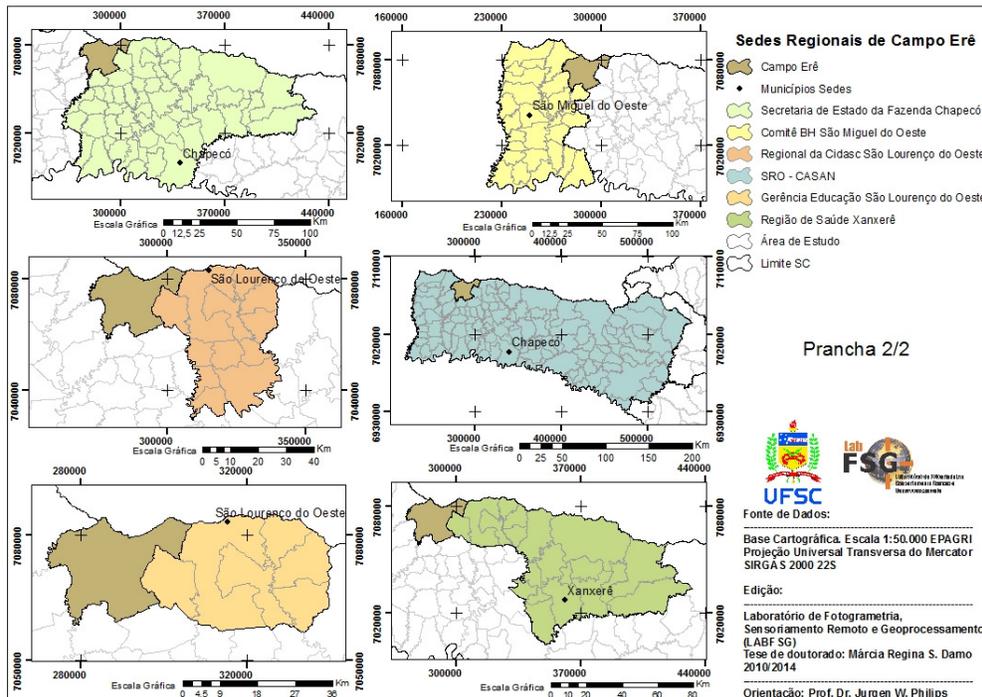
Elaboração: autora/2014

Figura 74 - Recortes Regionais das Instituições Que Abrigam o Município De Campo Ere



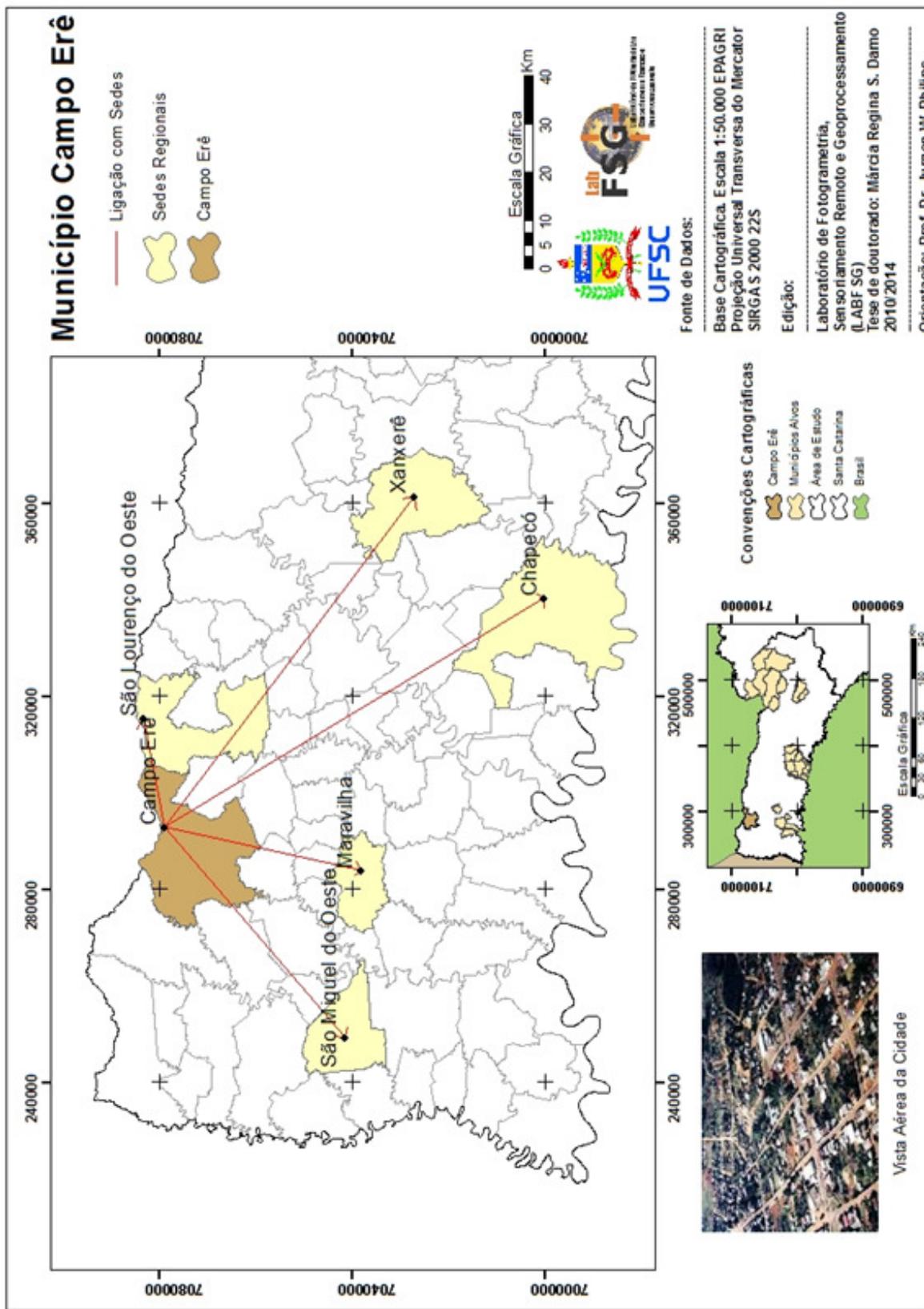
Elaboração: autora/2014

Figura 75 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Campo Ere



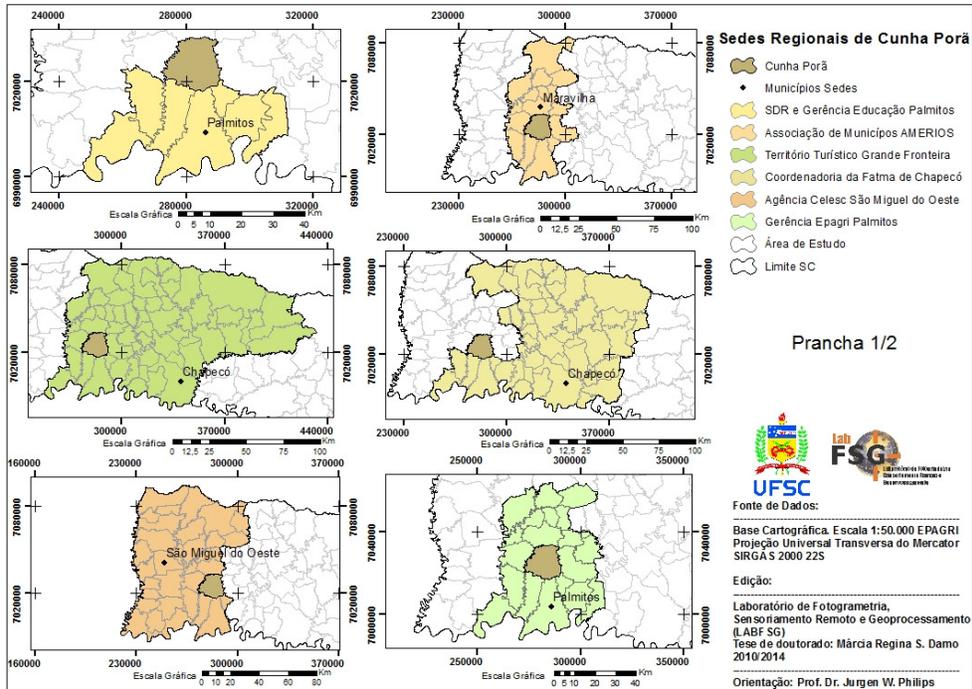
Elaboração: autora/2014

Figura 76 - Mapa de interlocução do Município de Campo Ere com Sedes Regionais



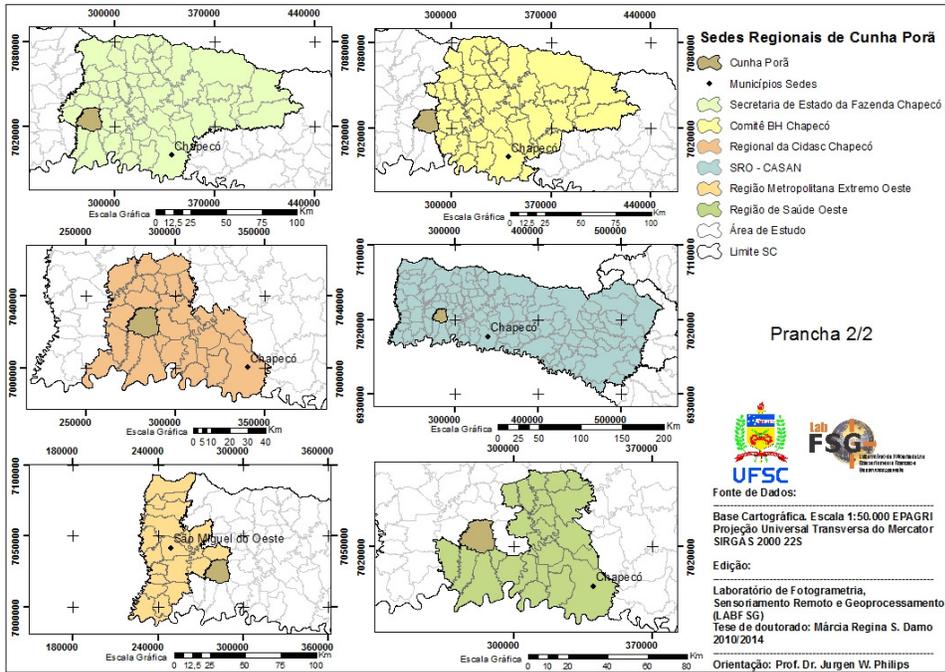
Elaboração: autora/2014

Figura 77 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Cunha Porã



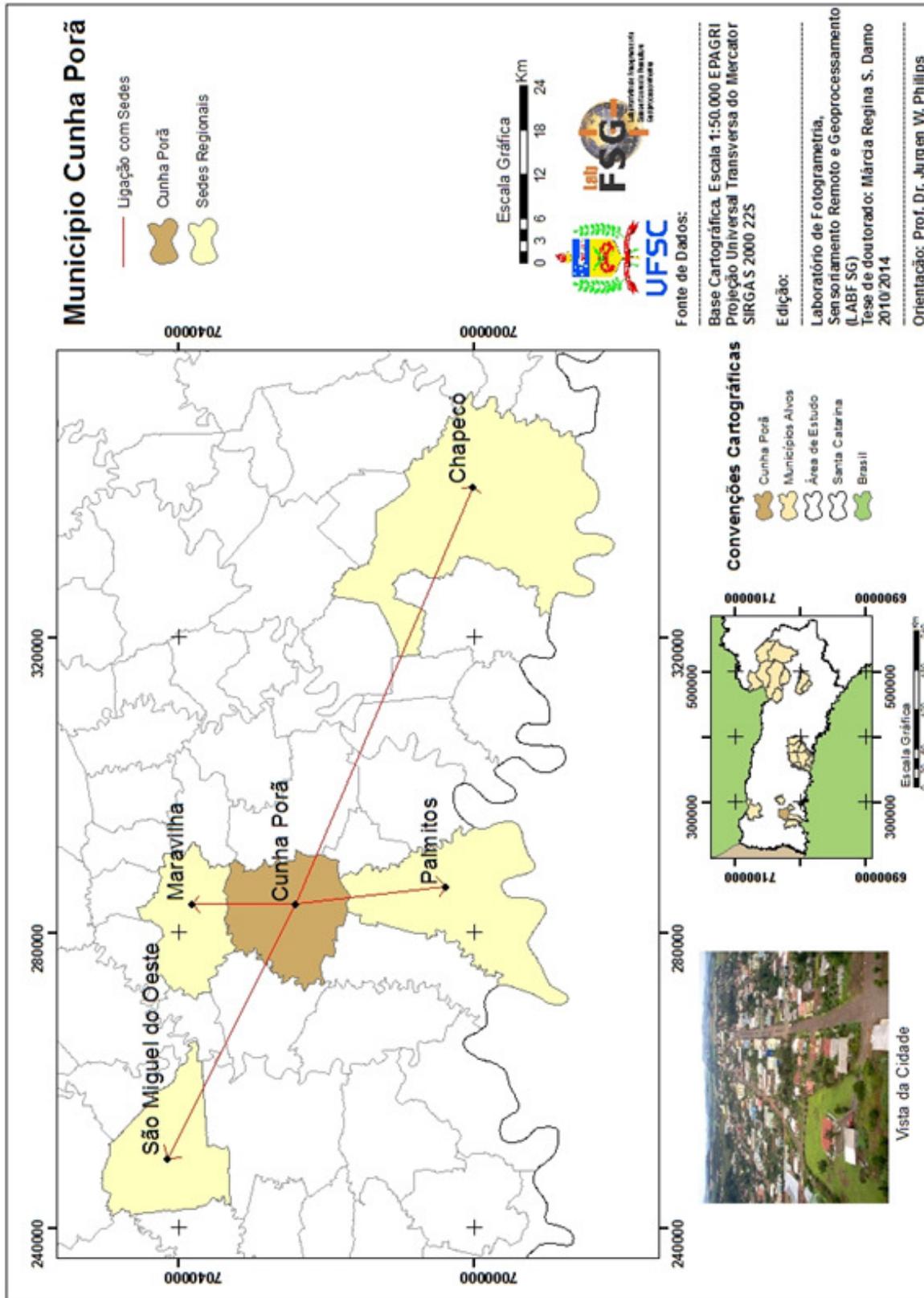
Elaboração: autora/2014

Figura 78 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Cunha Porã



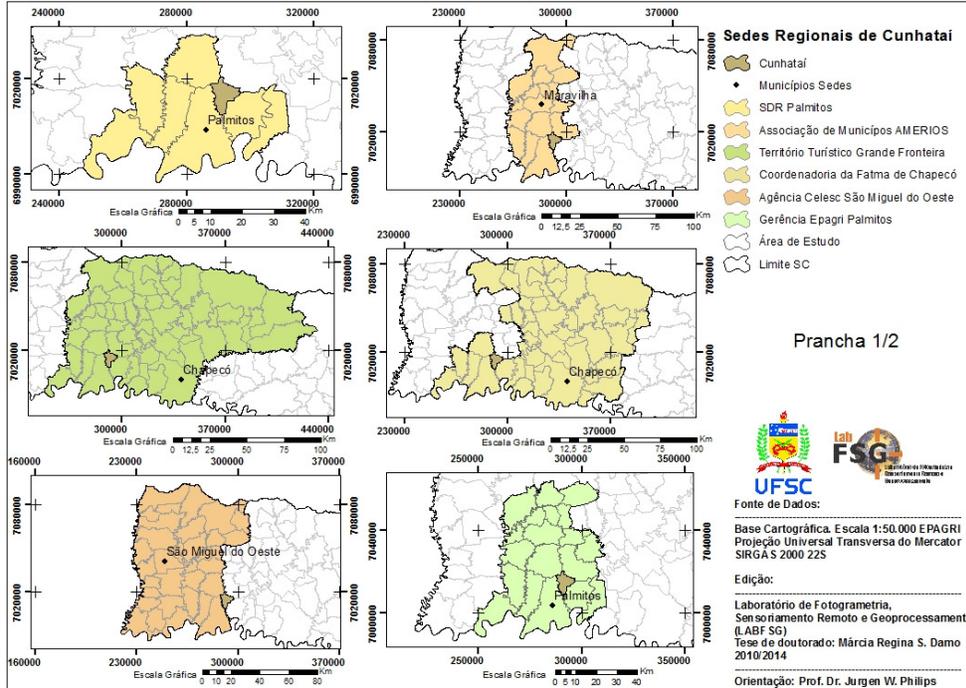
Elaboração: autora/2014

Figura 79 - Mapa de interlocução do Município de Cunha Pora com Sedes Regionais



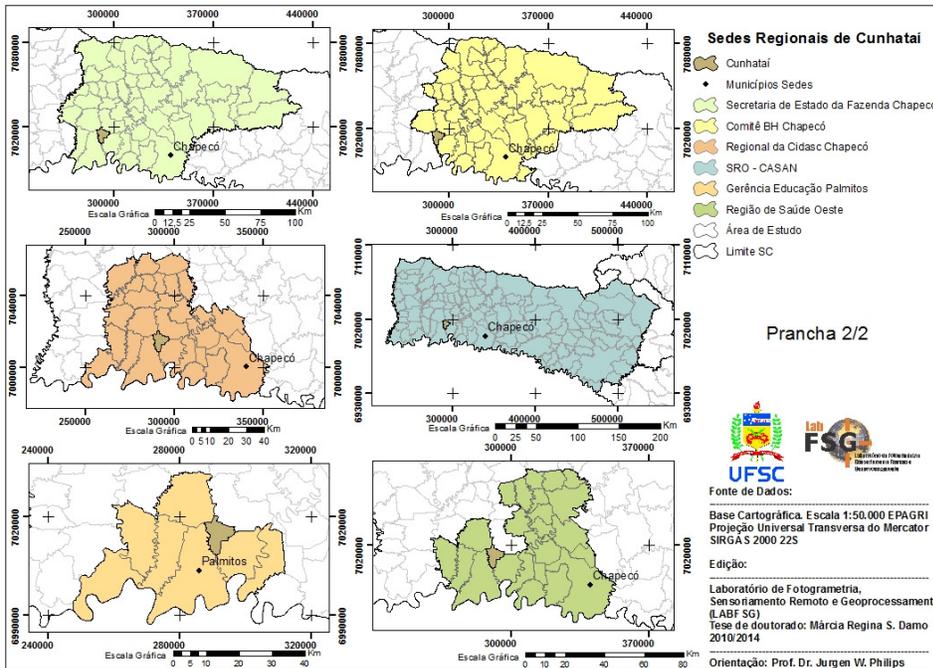
Elaboração: autora/2014

Figura 80 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Cunhatai



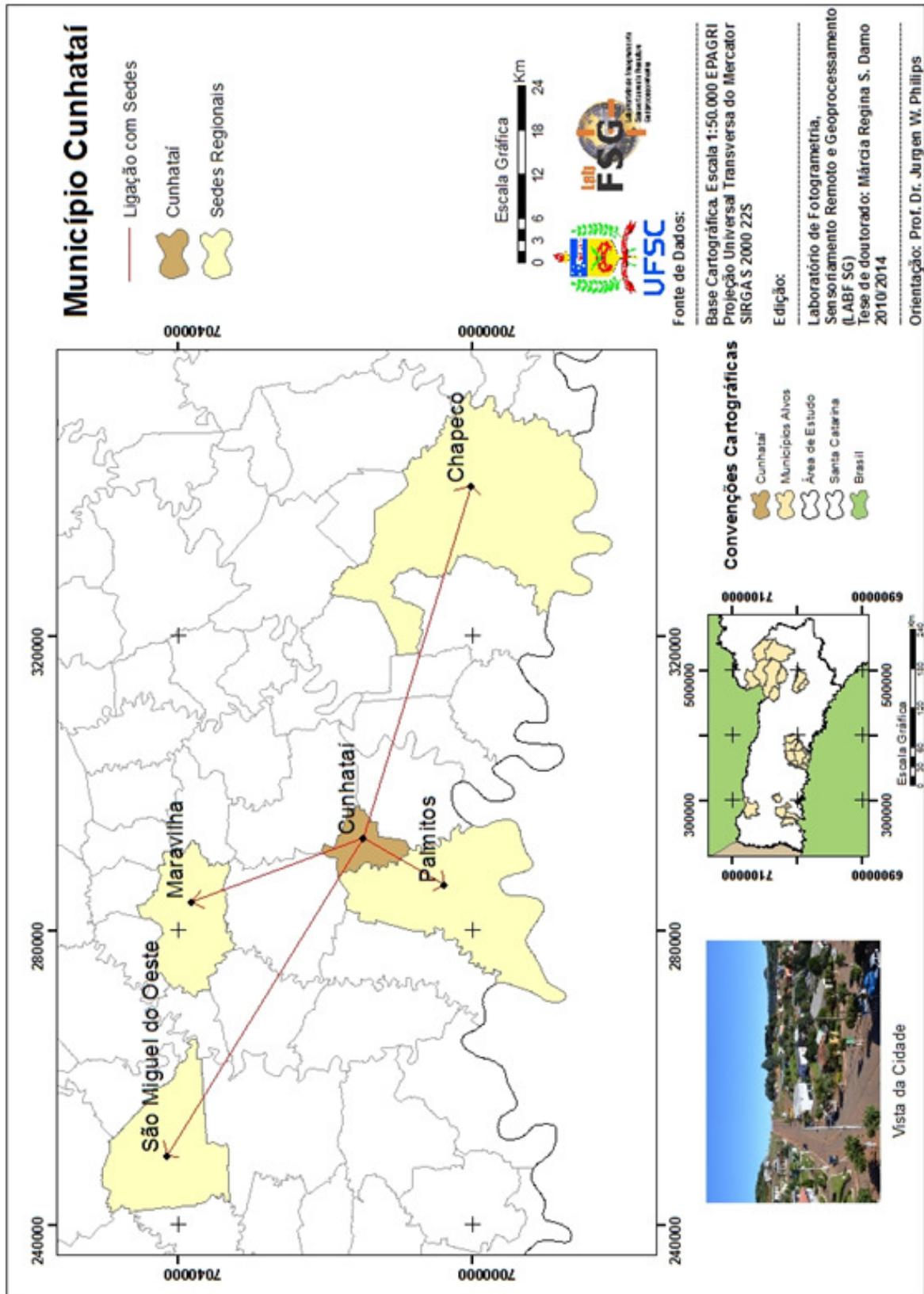
Elaboração: autora/2014

Figura 81 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Cunhatai



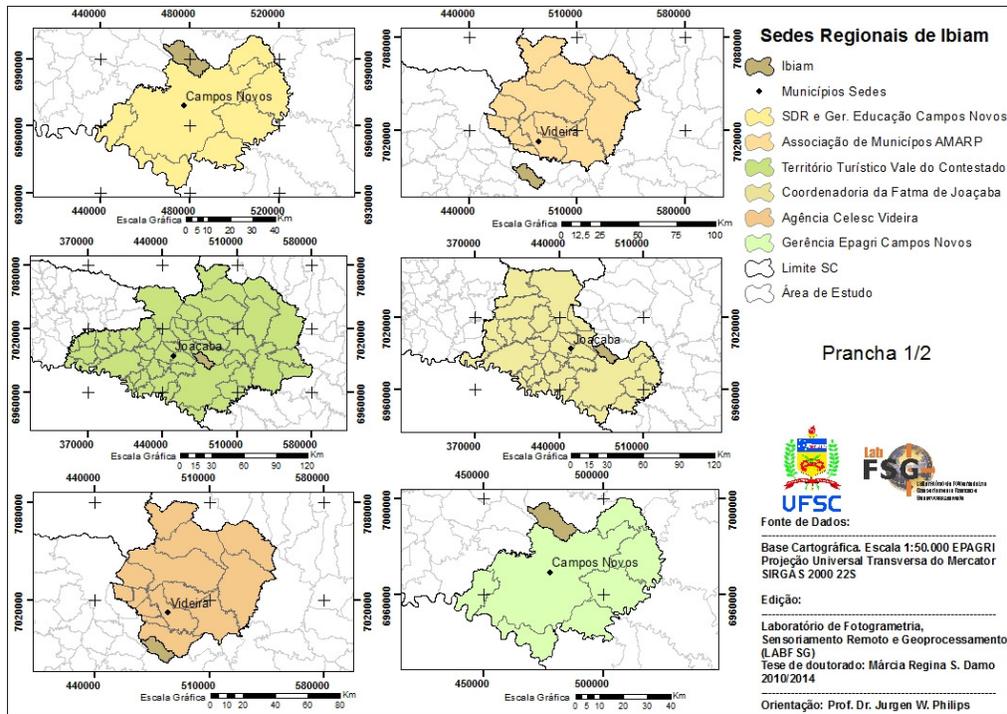
Elaboração: autora/2014

Figura 82 - Mapa de interlocução do Município de Cunhatai com Sedes Regionais



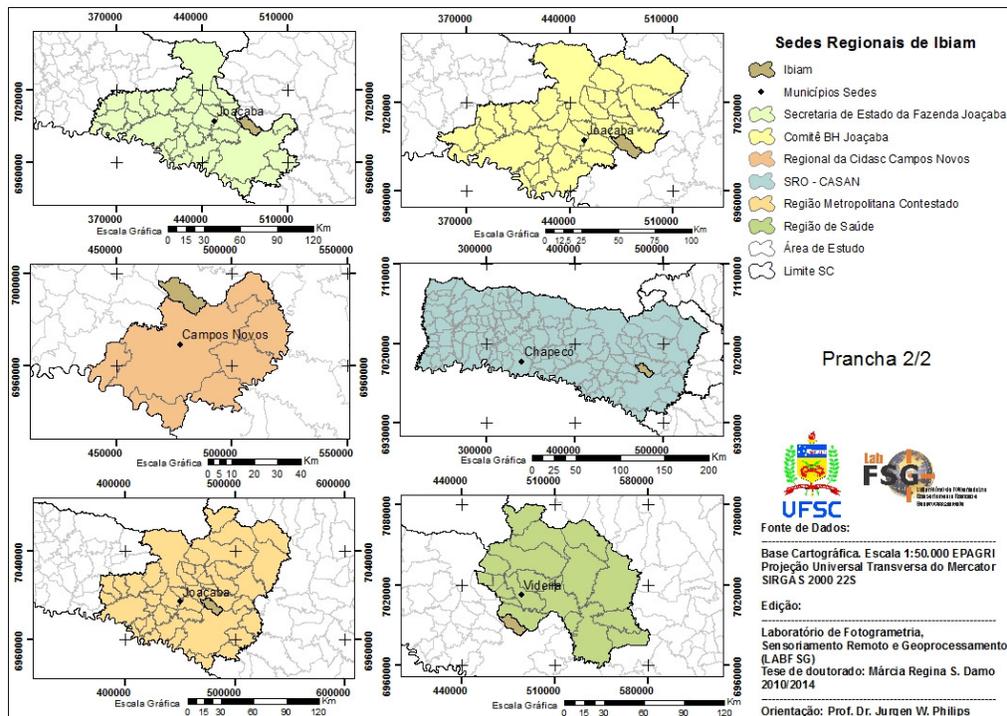
Elaboração: autora/2014

Figura 83 – Recortes regionais das instituições que abrigam o Município de Ibiam



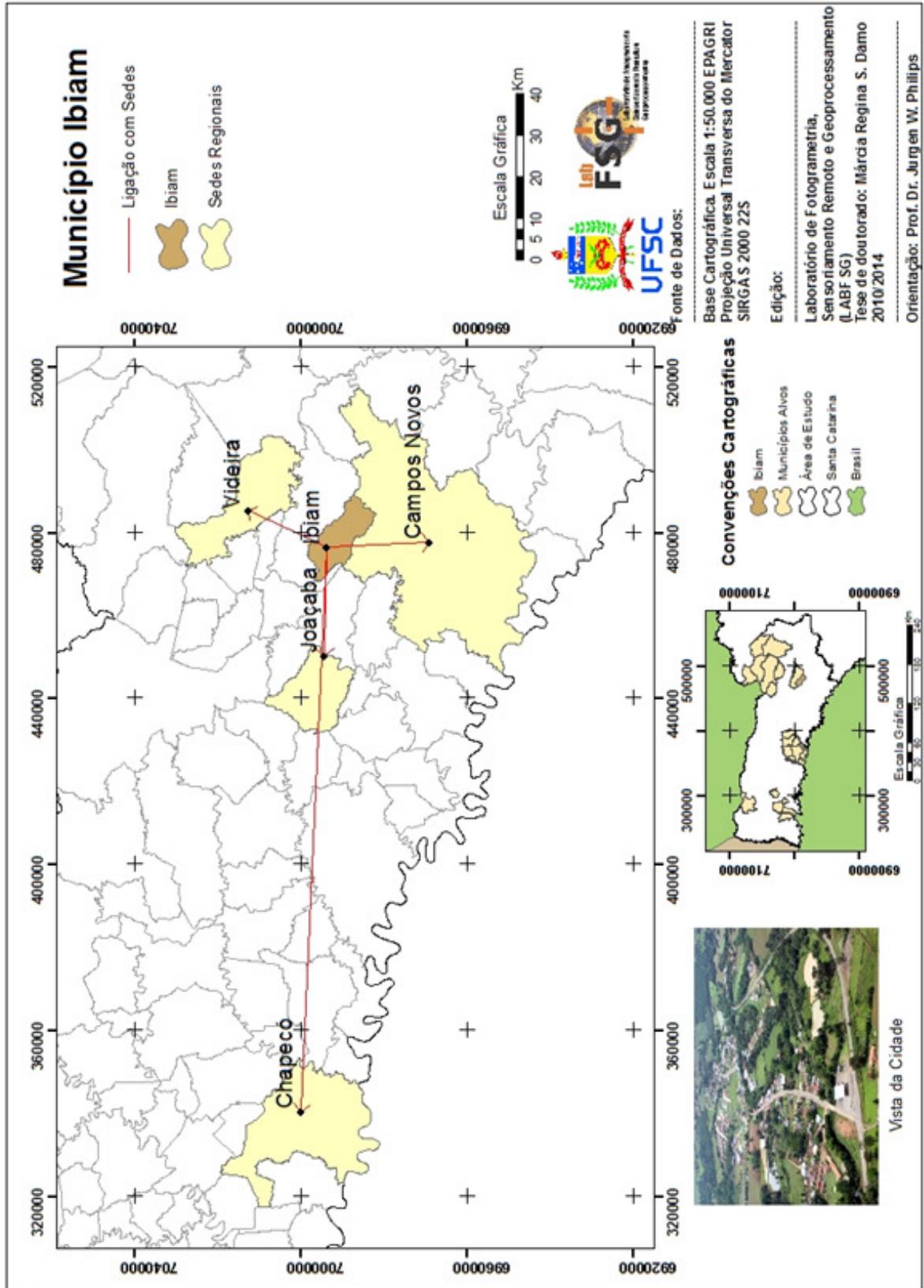
Elaboração autora/2014

Figura 84 – Recortes regionais das instituições que abrigam o Município de Ibiam



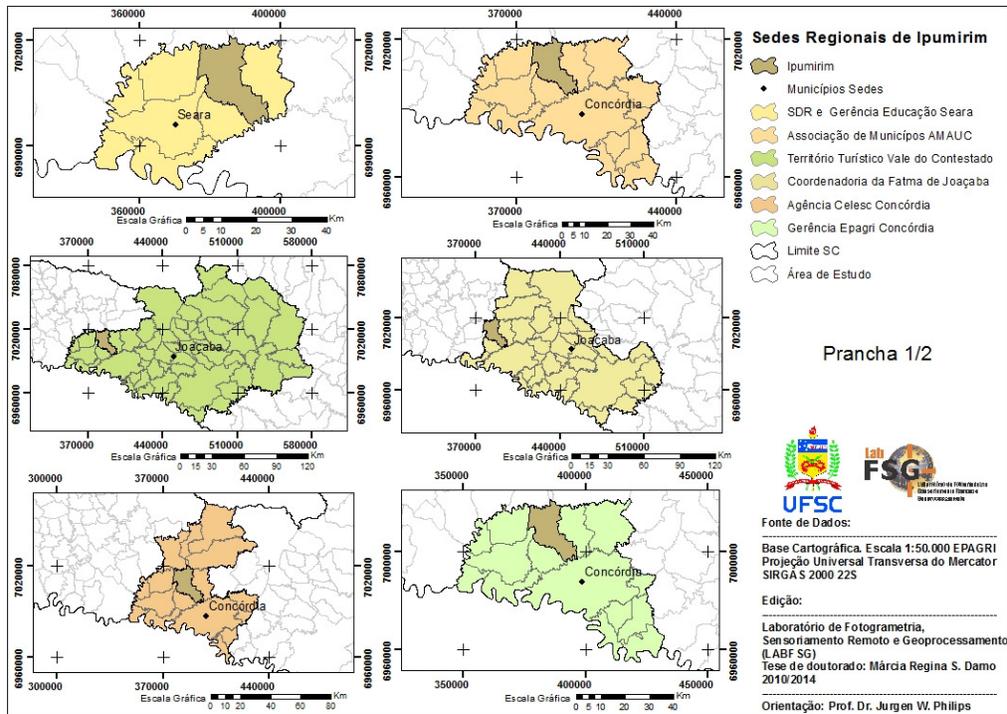
Elaboração autora

Figura 85 - Mapa de Interlocação do Município de Ibiã com Sedes Regionais



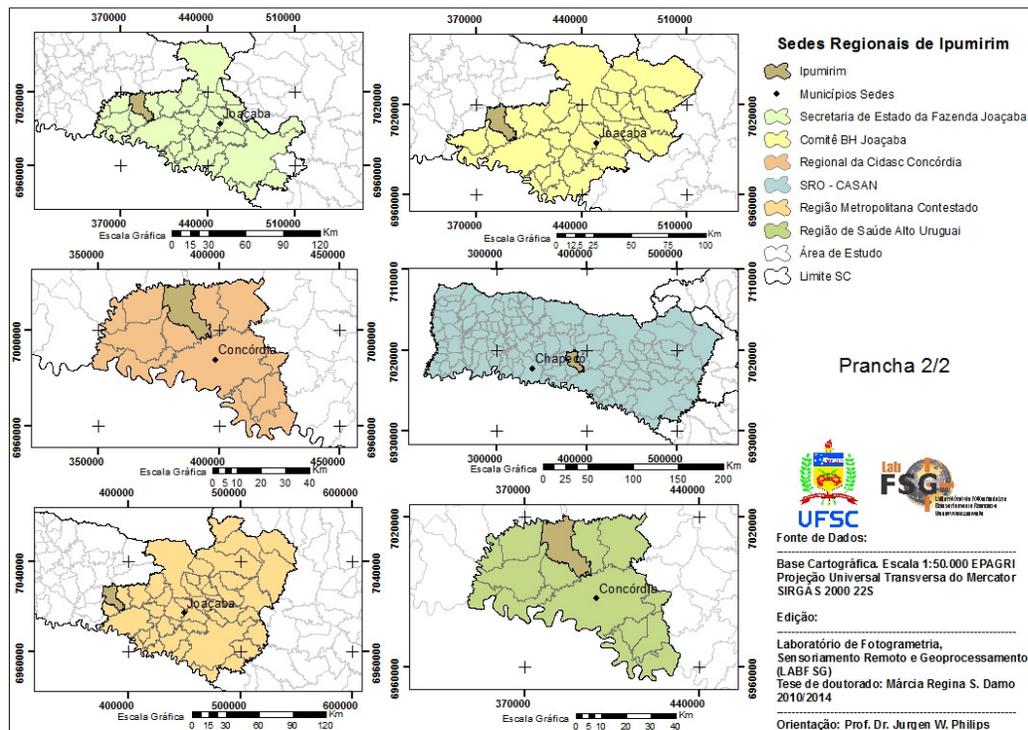
Elaboração: autora/2014

Figura 86 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Ipumirim



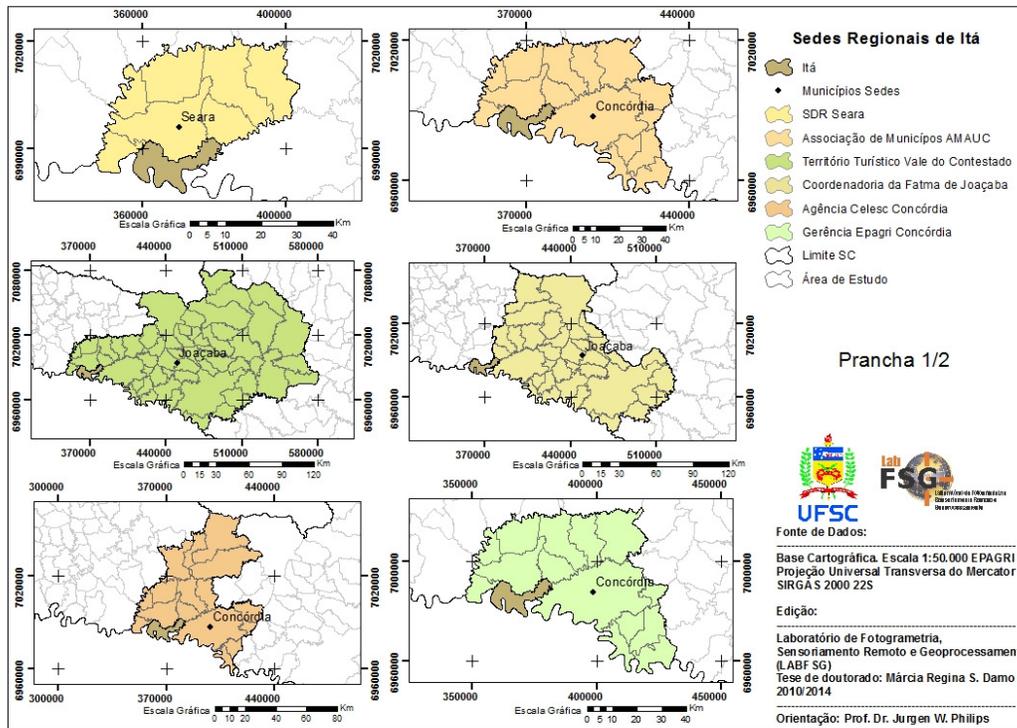
Elaboração: autora/2014

Figura 87 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Ipumirim



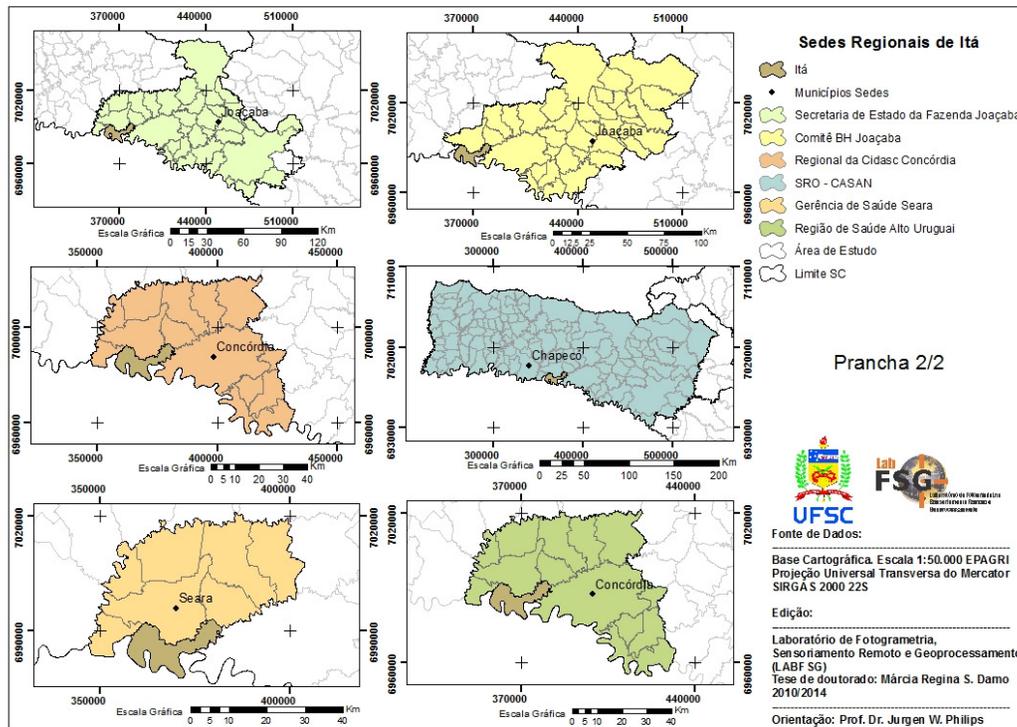
Elaboração: autora/2014

Figura 88 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Itá



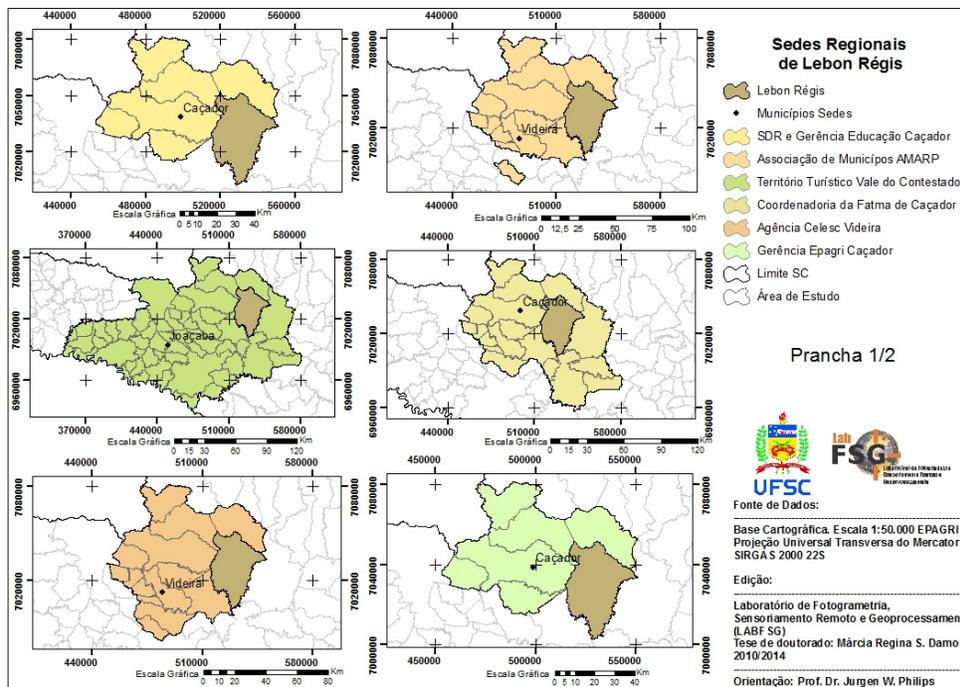
Elaboração: autora/2014

Figura 89 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Itá



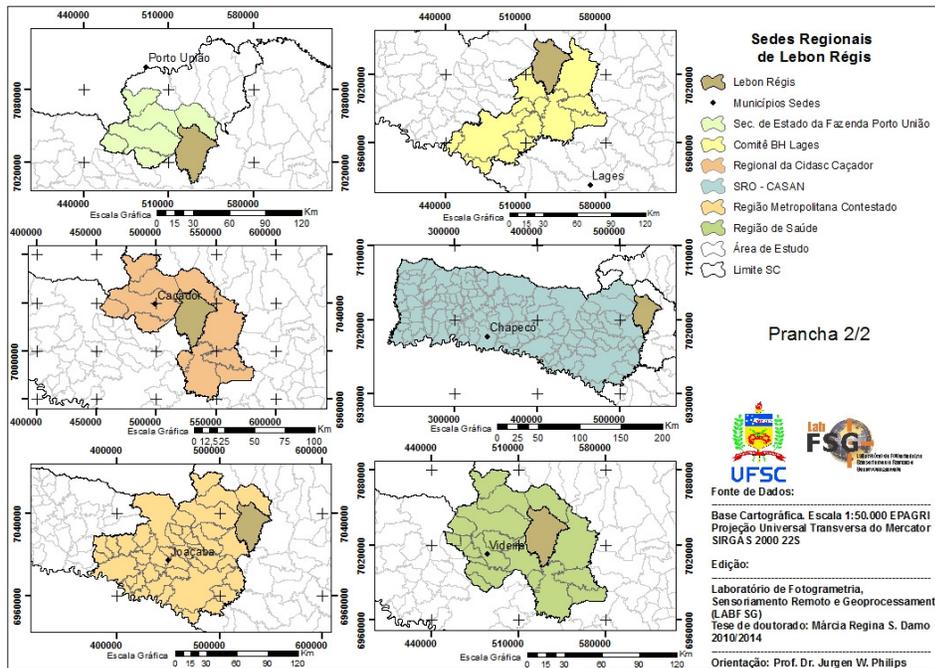
Elaboração: autora/2014

Figura 90 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Lebon Régis



Elaboração: autora/2014

Figura 91 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Lebon Régis



Elaboração: autora/2014

Figura 92 - Mapa de interlocução do Município de Lebon Régis com Sedes Regionais

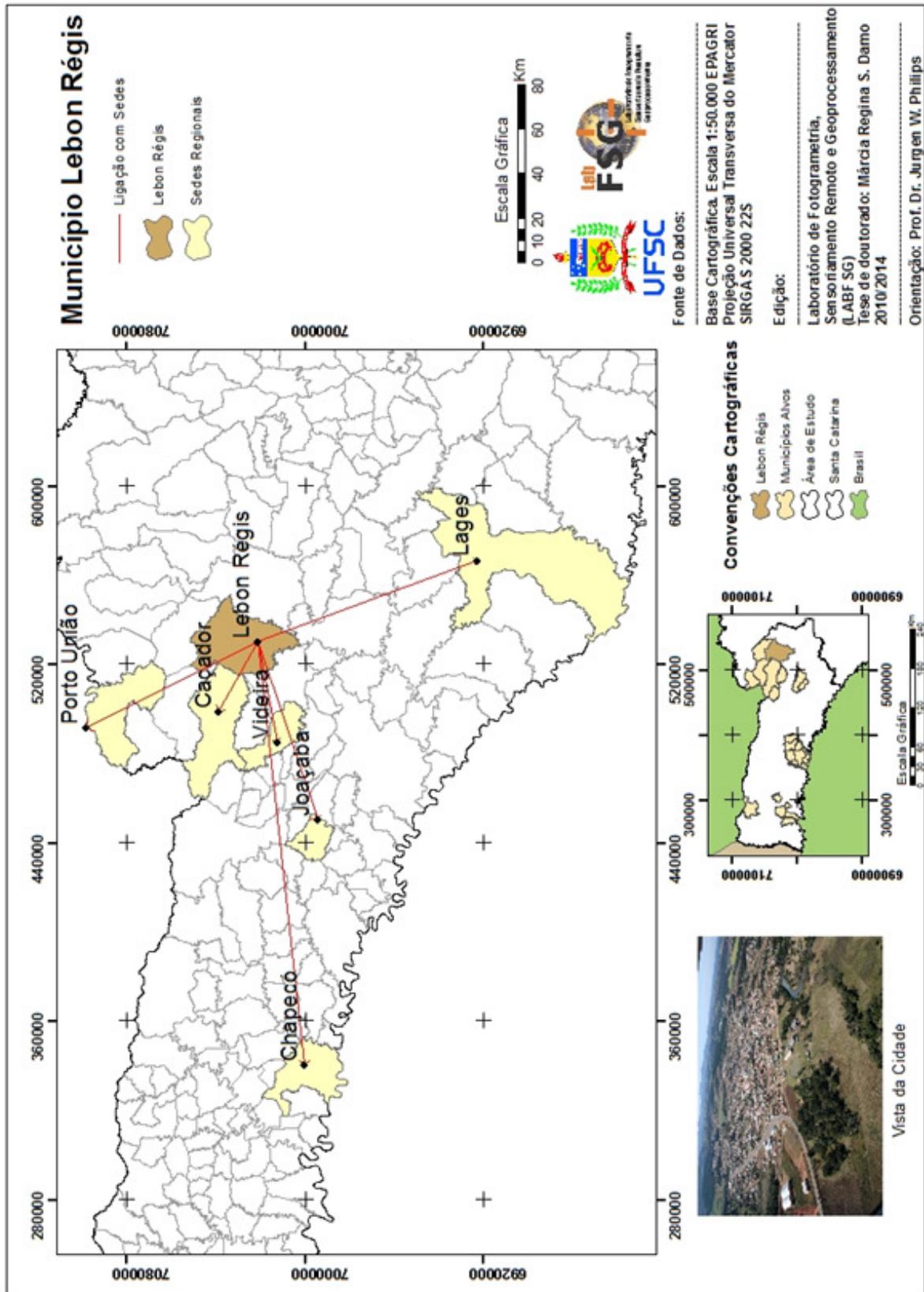
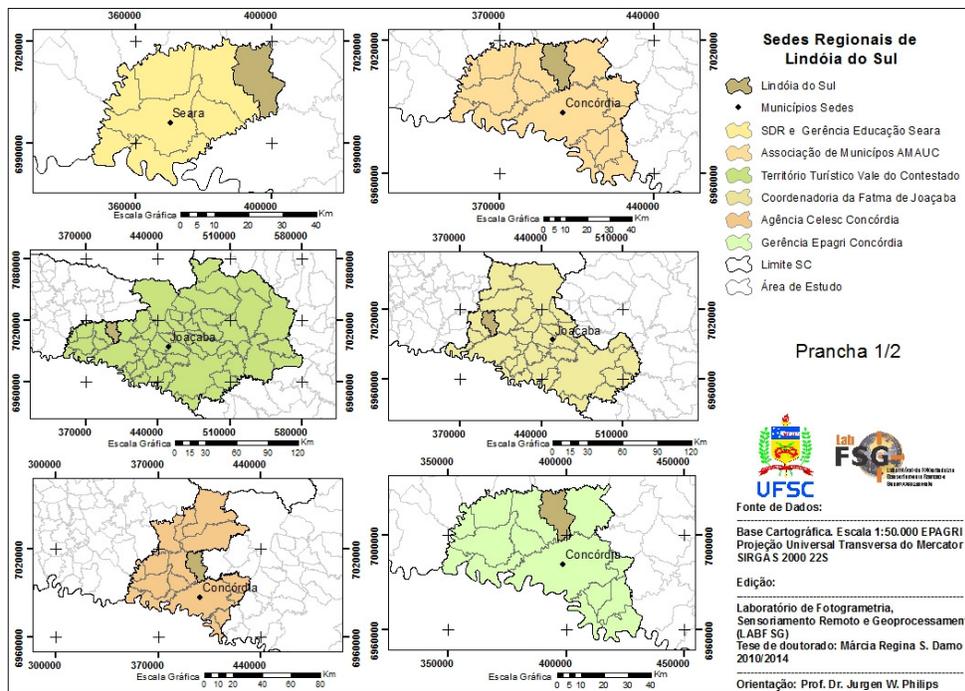
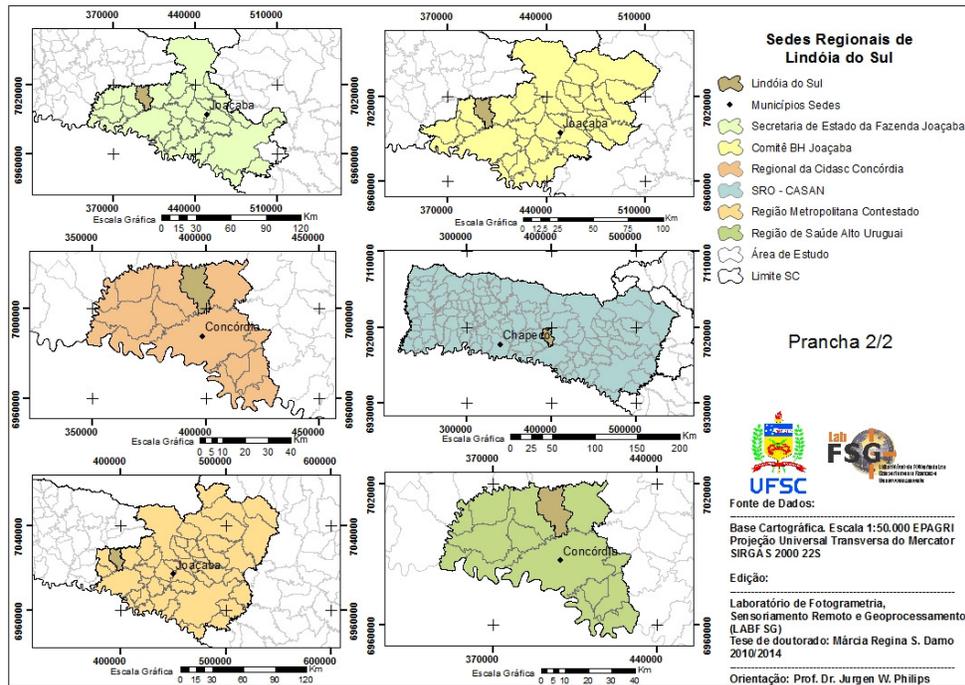


Figura 93 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Lindóia do Sul



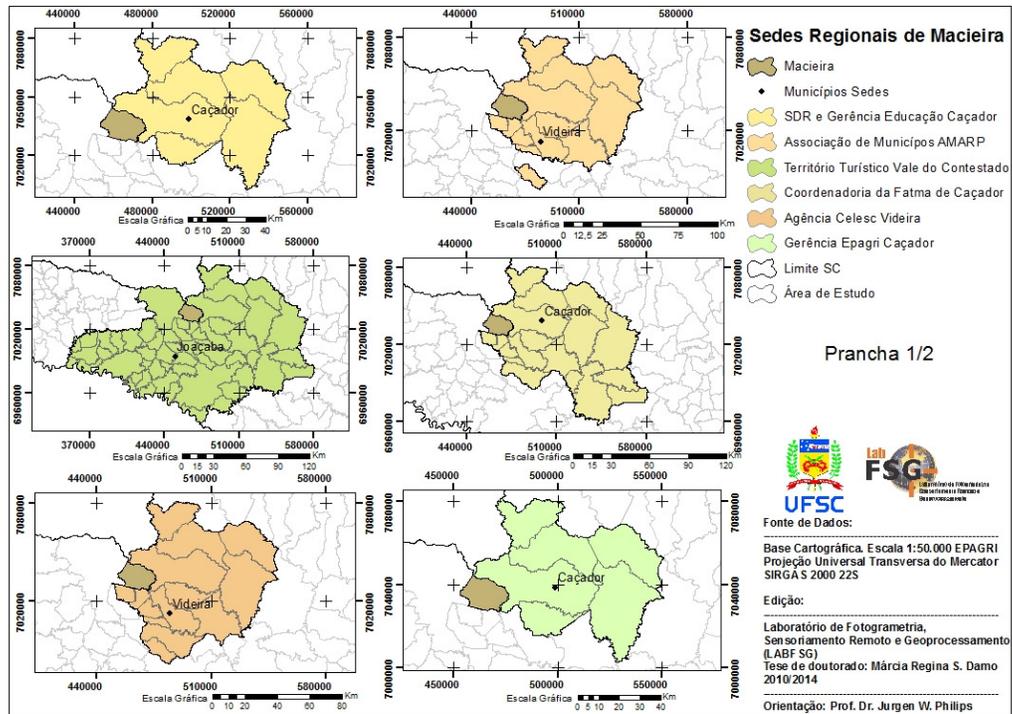
Elaboração: autora/2014

Figura 94 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Lindóia Do Sul



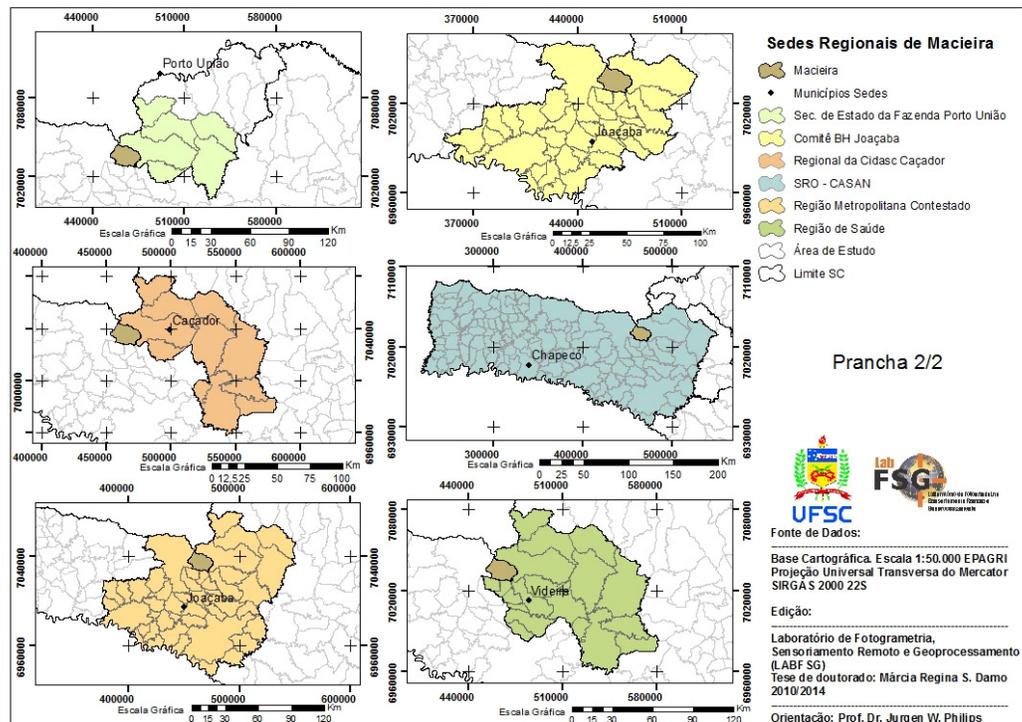
Elaboração: autora/2014

Figura 95 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Macieira



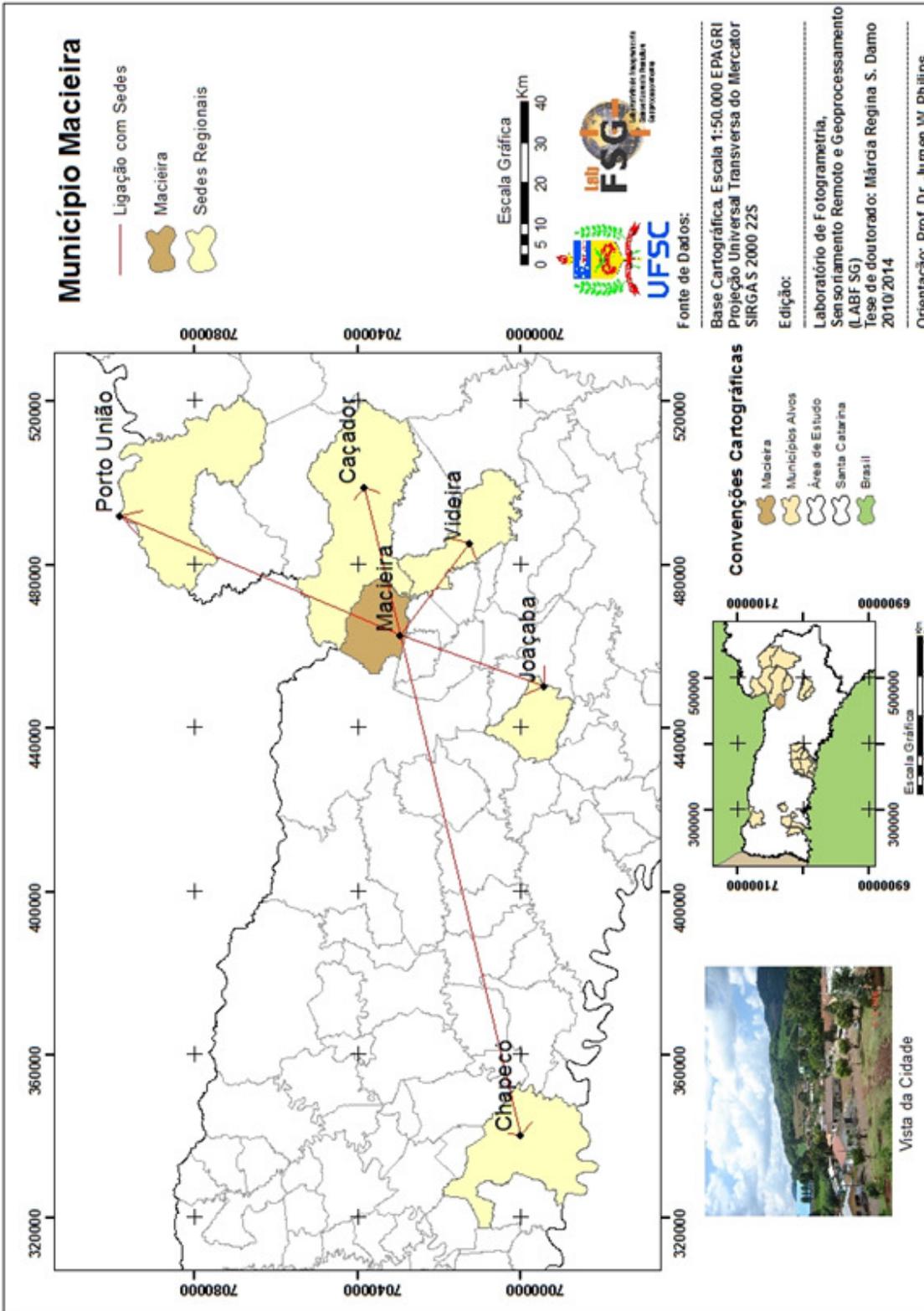
Elaboração: autora/2014

Figura 96 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Macieira



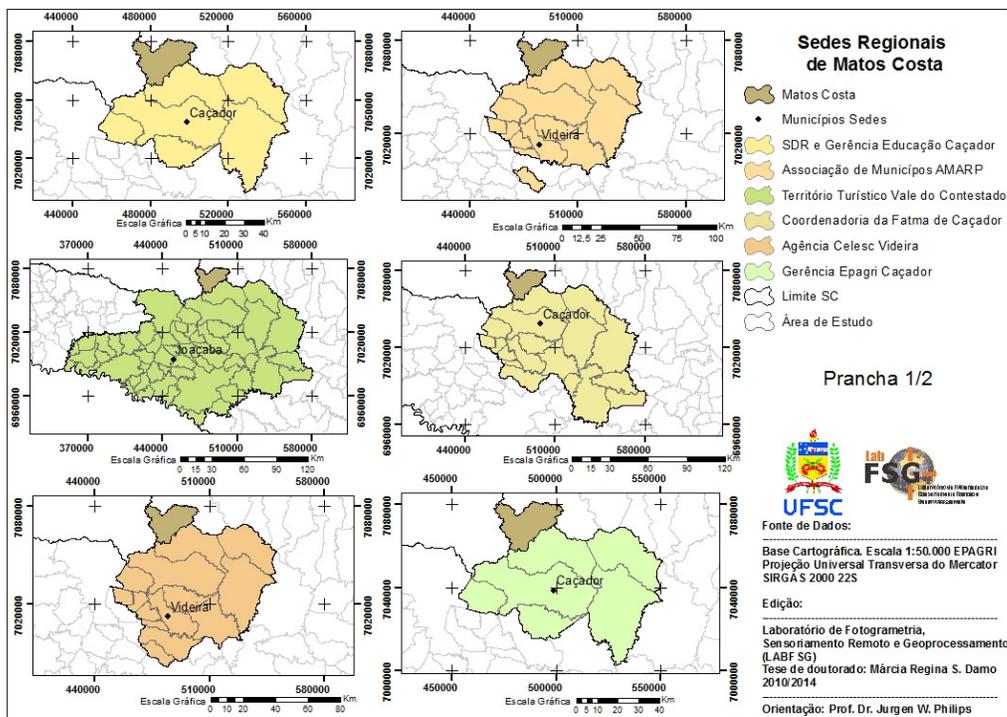
Elaboração: autora/2014

Figura 97 - Mapa de interlocução do Município de Macieira com Sedes Regionais



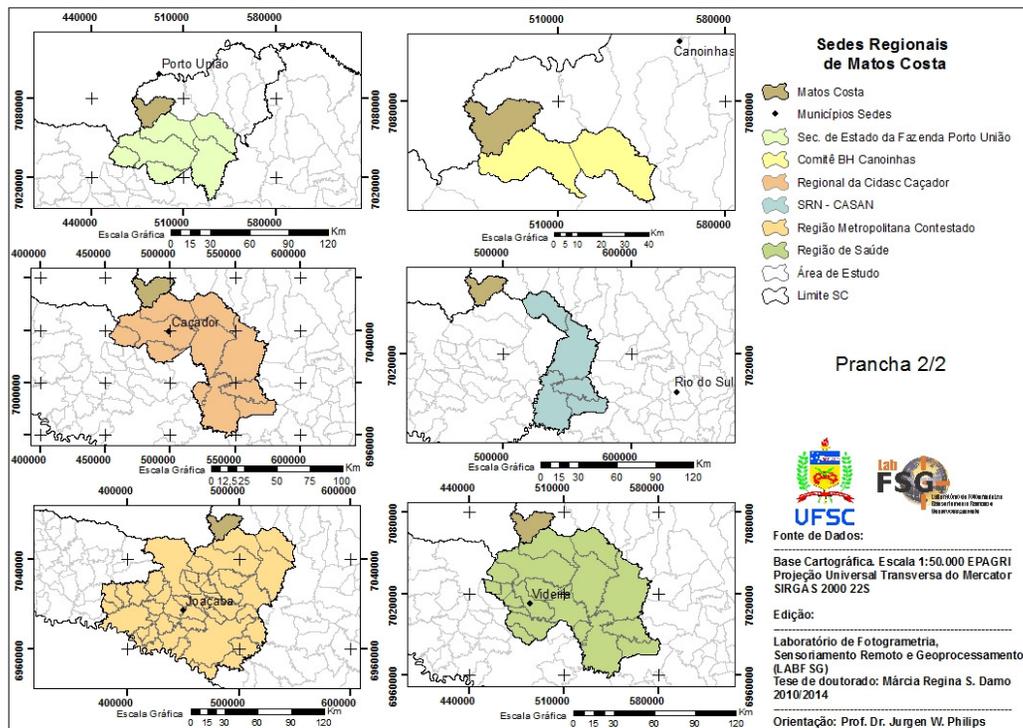
Elaboração: autora/2014

Figura 98 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Matos Costa



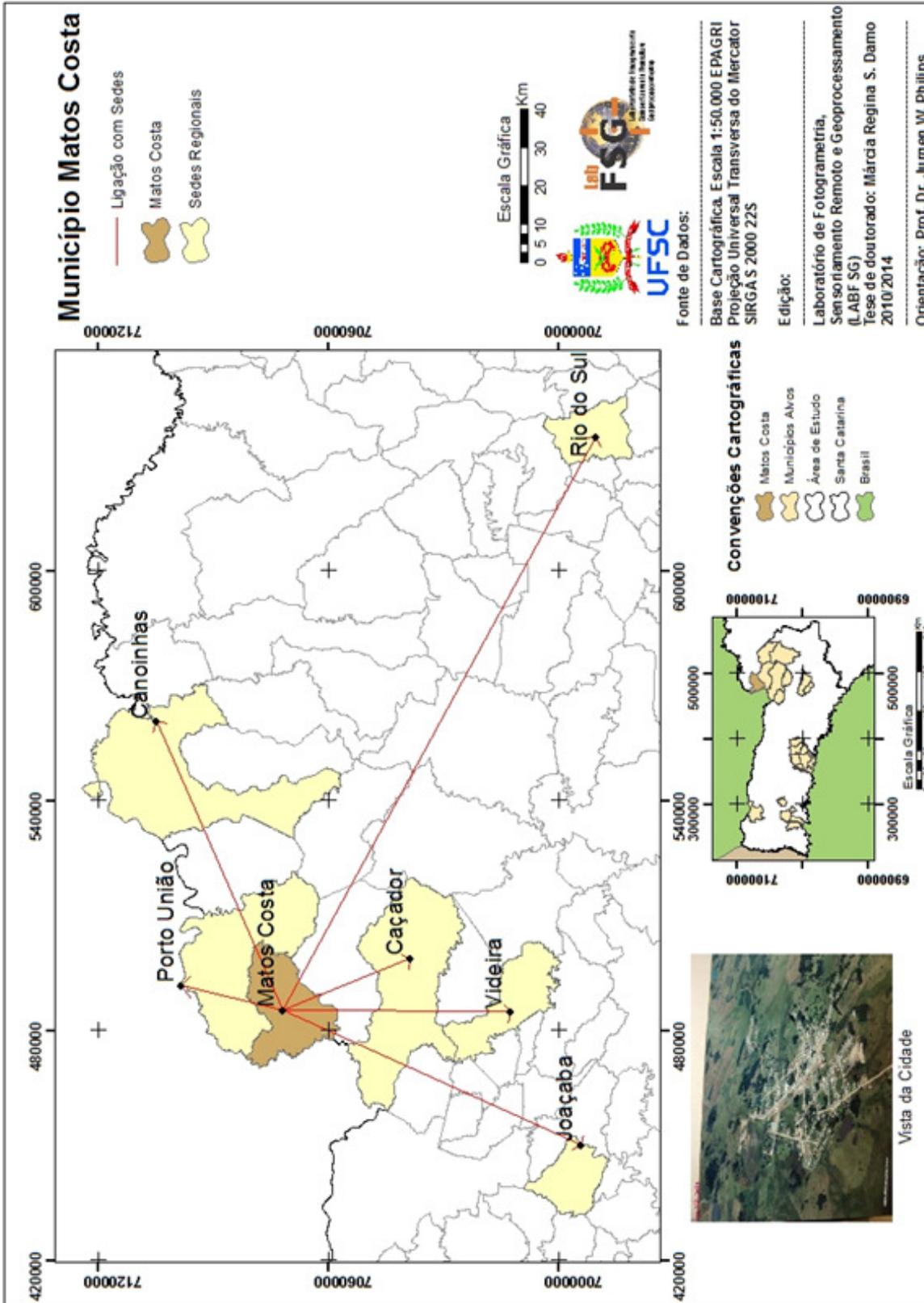
Elaboração: autora/2014

Figura 99 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Matos Costa



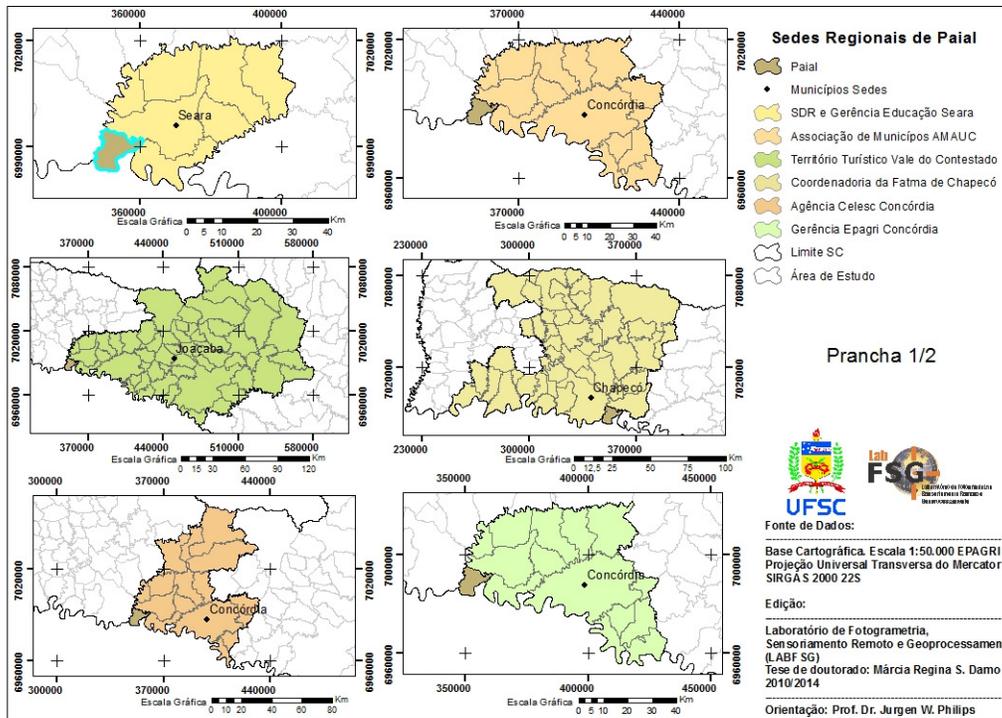
Elaboração: autora/2014

Figura 100 - Mapa de interlocução do Município de Matos Costa com Sedes Regionais



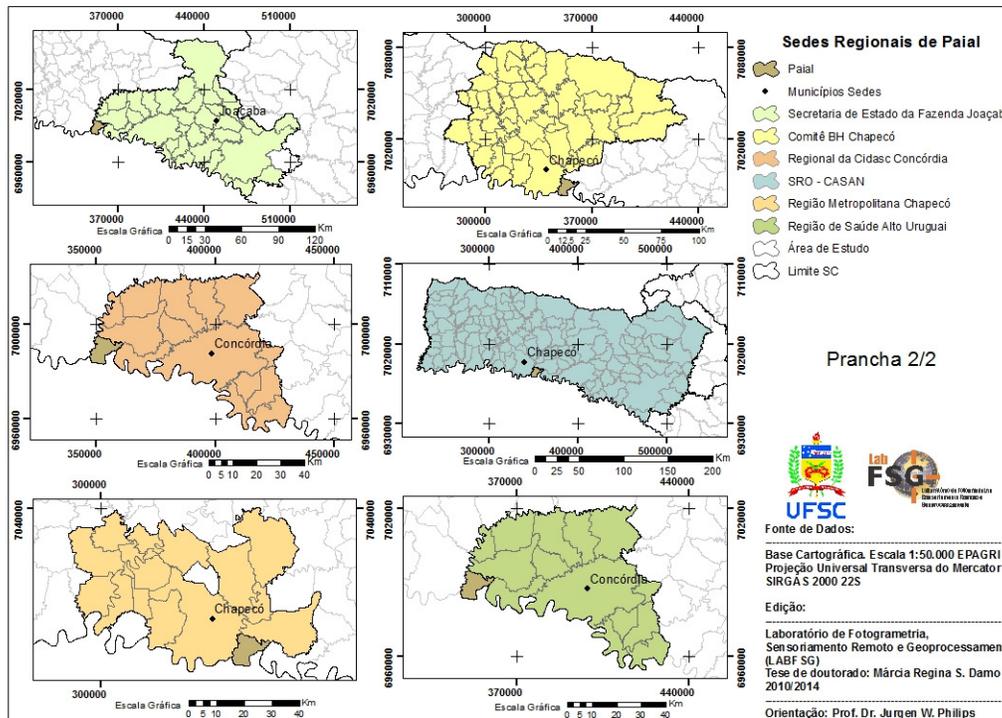
Elaboração: autora/2014

Figura 101 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Paial



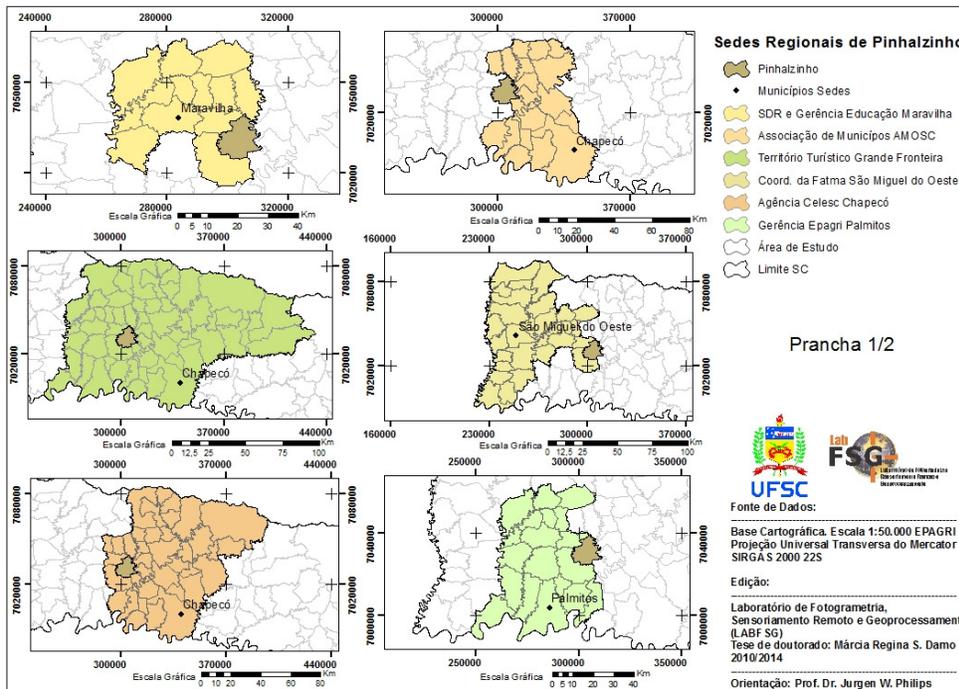
Elaboração: autora/2014

Figura 102 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Paial



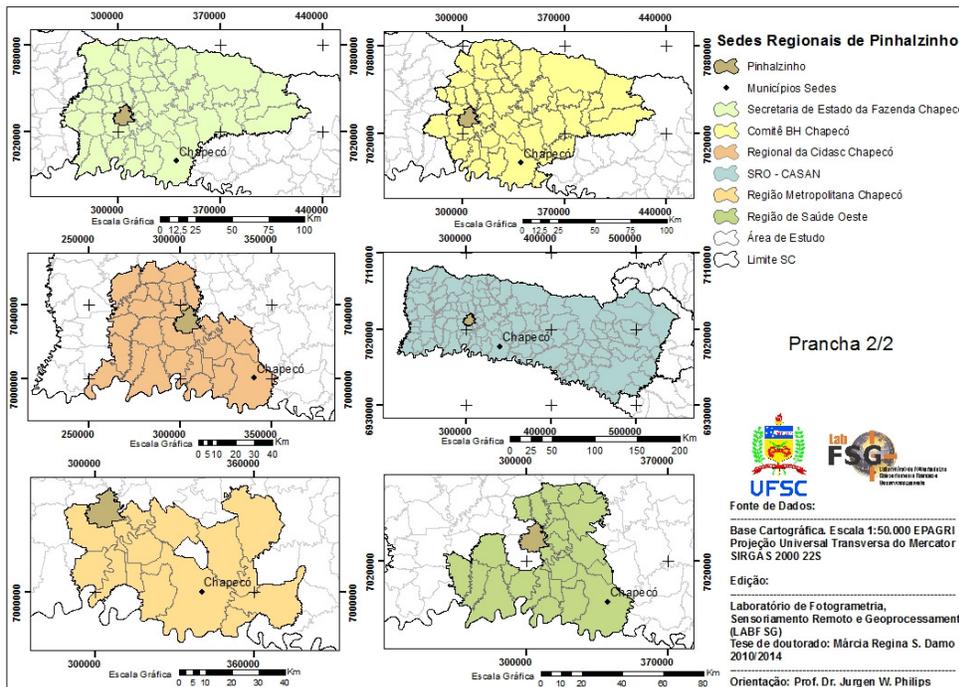
Elaboração: autora/2014

Figura 103 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Pinhalzinho



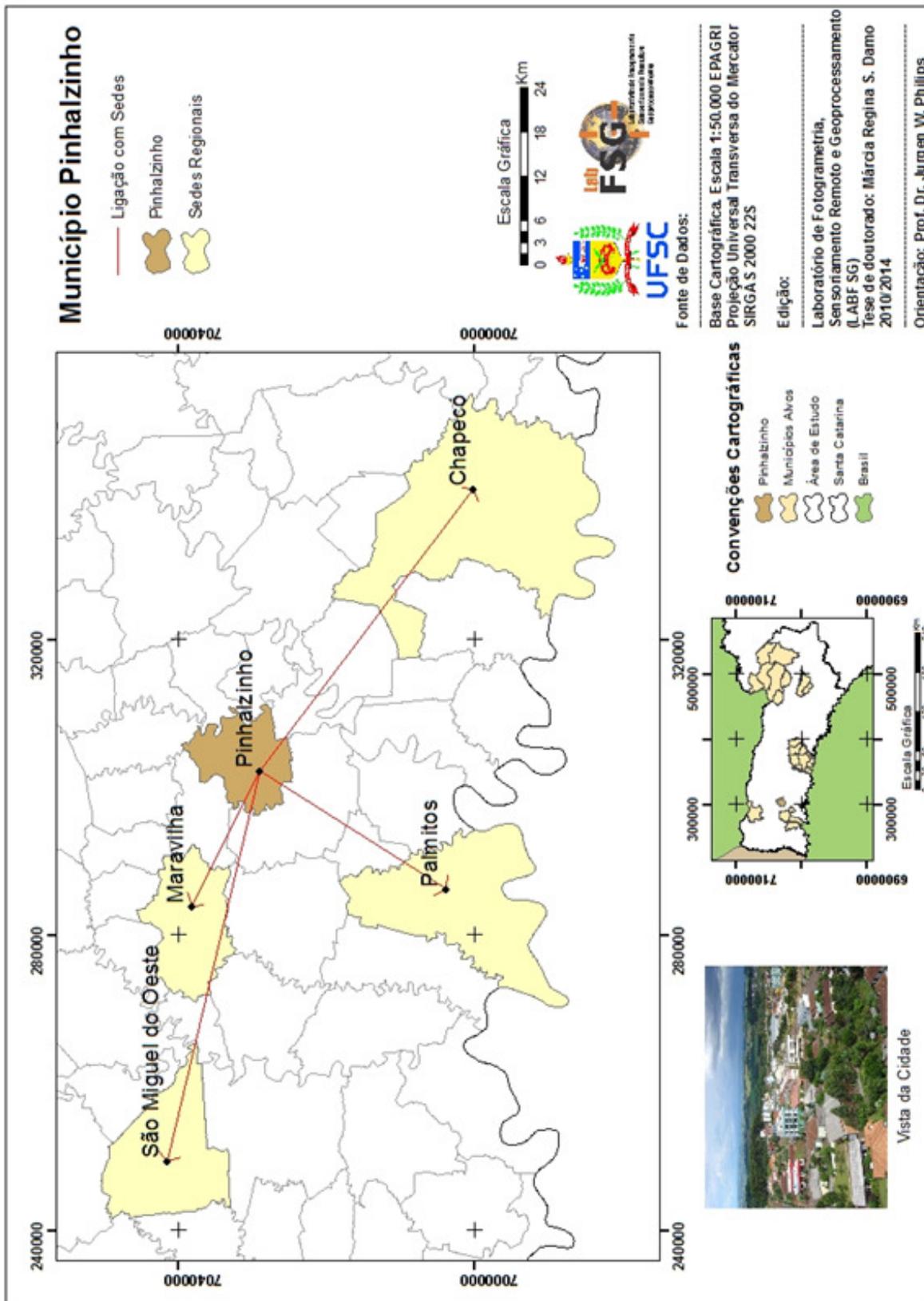
Elaboração: autora/2014

Figura 104 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Pinhalzinho



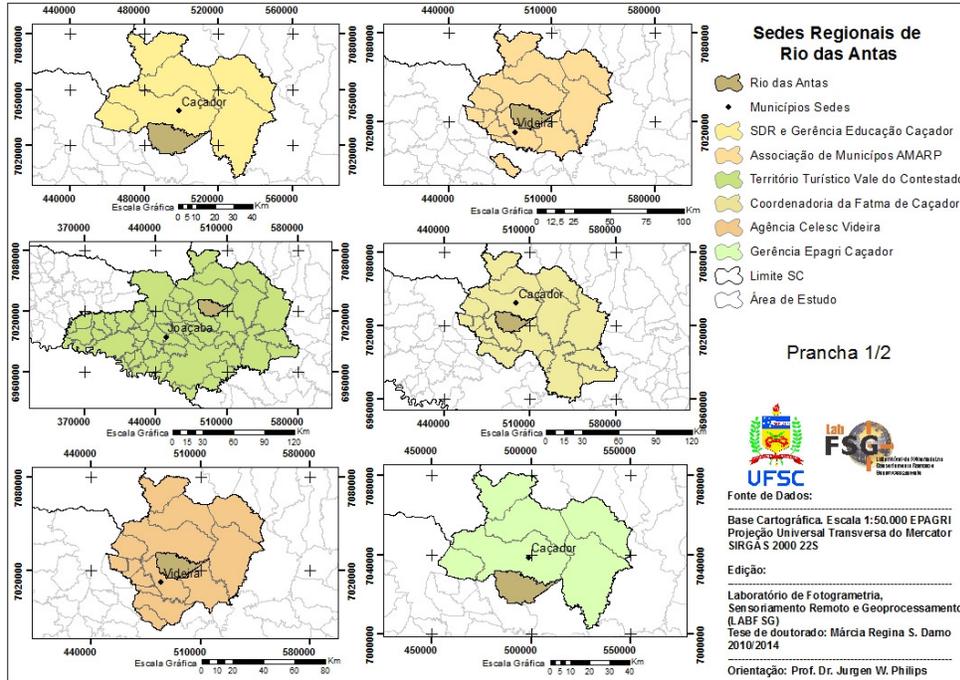
Elaboração: autora/2014

Figura 105 - Mapa de interlocução do Município de Pinhalzinho com Sedes Regionais



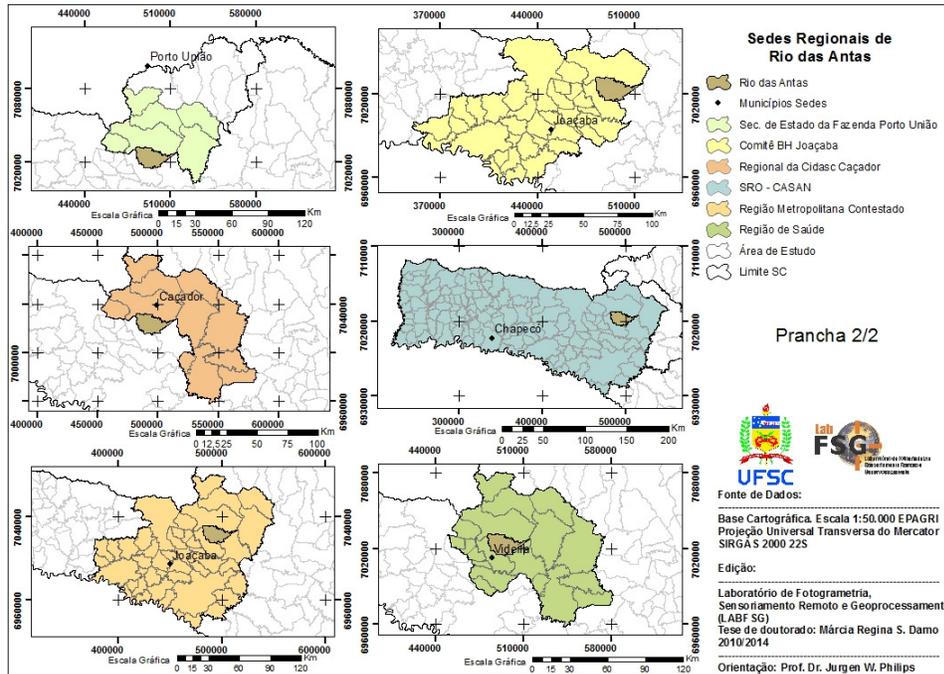
Elaboração: autora/2014

Figura 106 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Rio das Antas



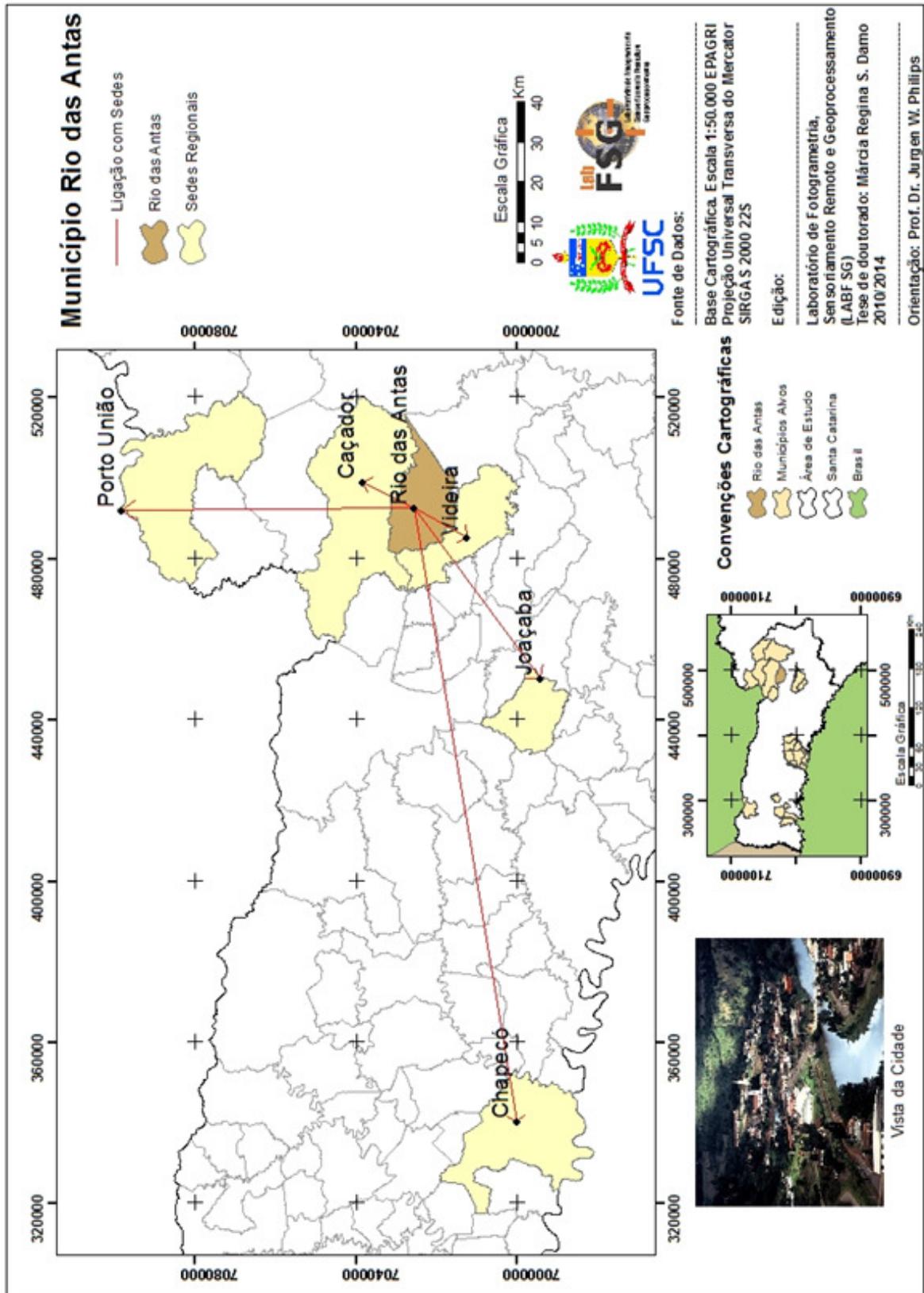
Elaboração: autora/2014

Figura 107 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Rio das Antas



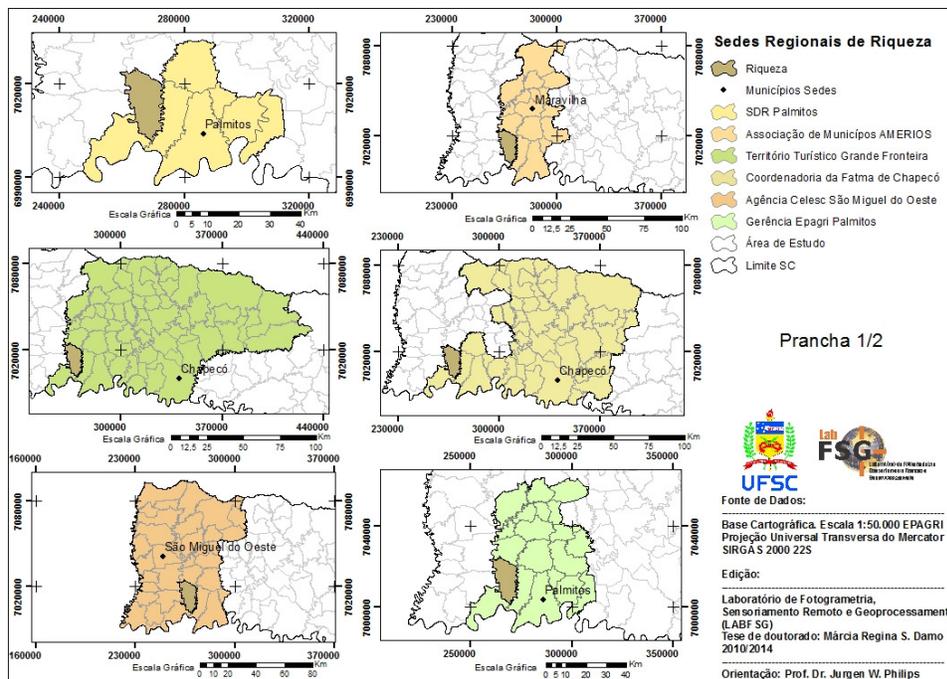
Elaboração: autora/2014

Figura 108 - Mapa de interlocução do Município de Rio das Antas com Sedes Regionais



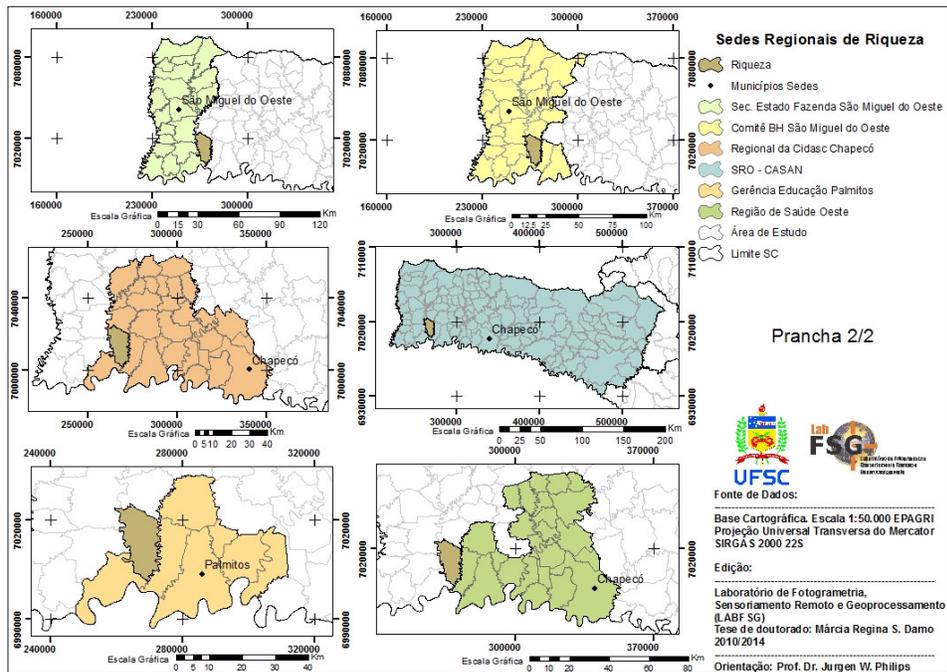
Elaboração: autora/2014

Figura 109 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Riqueza



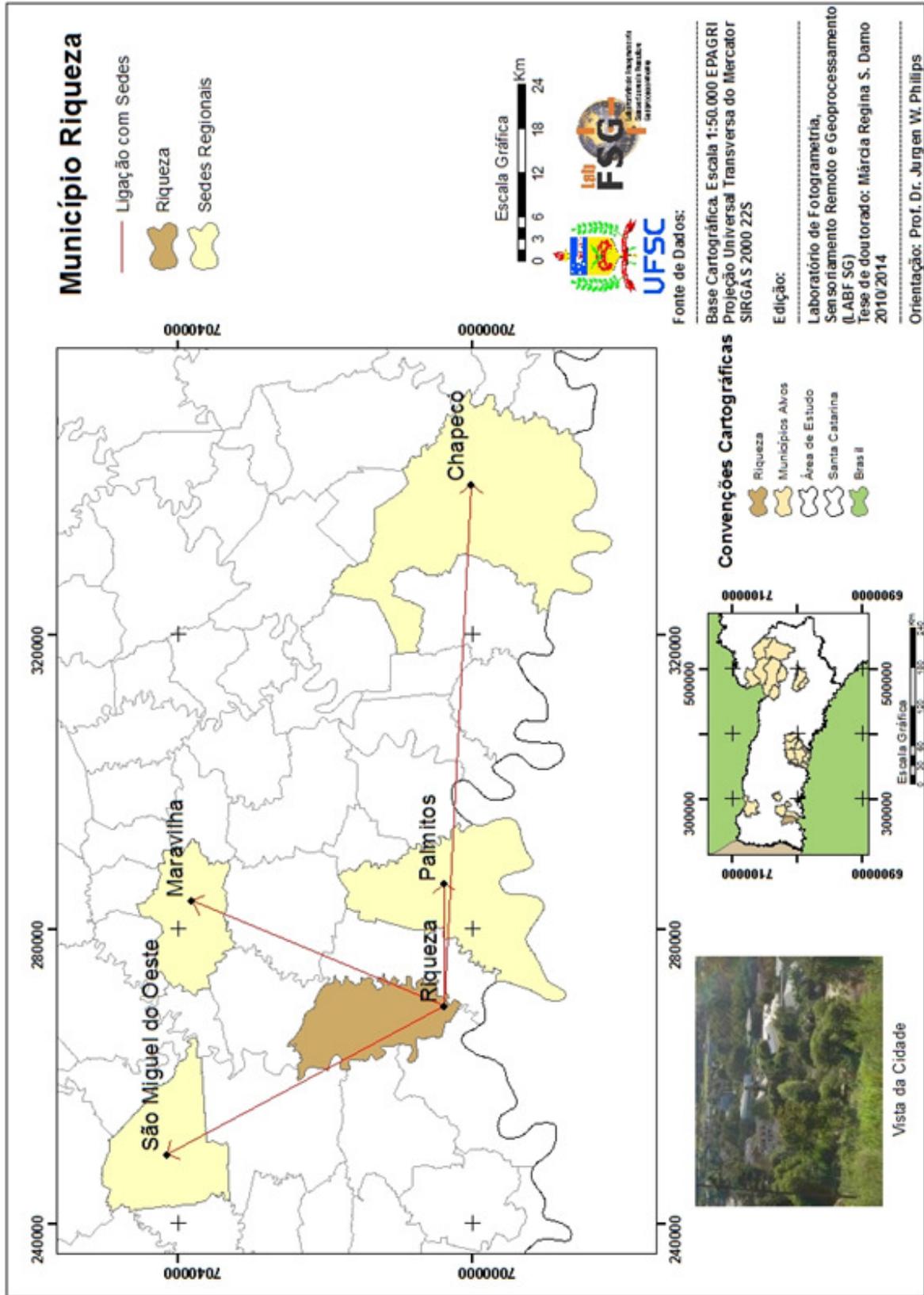
Elaboração: autora/2014

Figura 110 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Riqueza



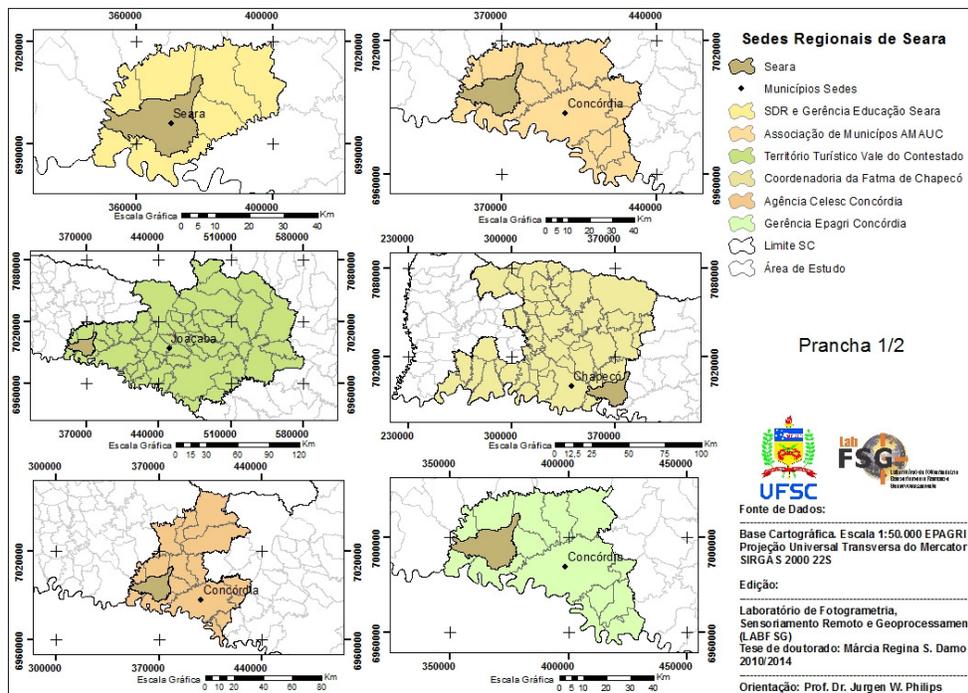
Elaboração: autora/2014

Figura 111 - Mapa de interlocução do Município de Riqueza com Sedes Regionais



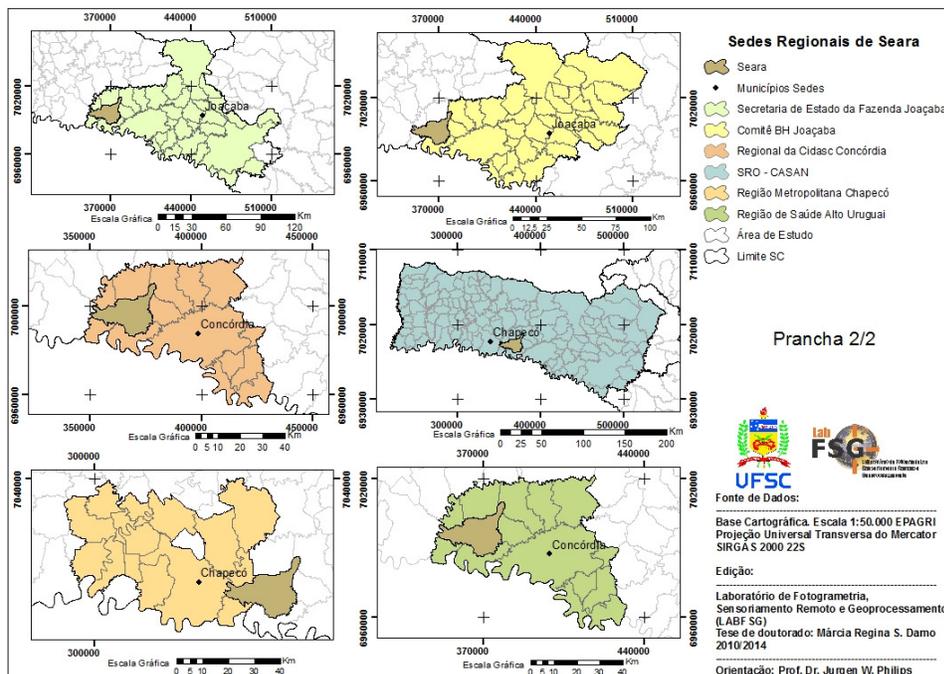
Elaboração: autora/2014

Figura 112 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Seara



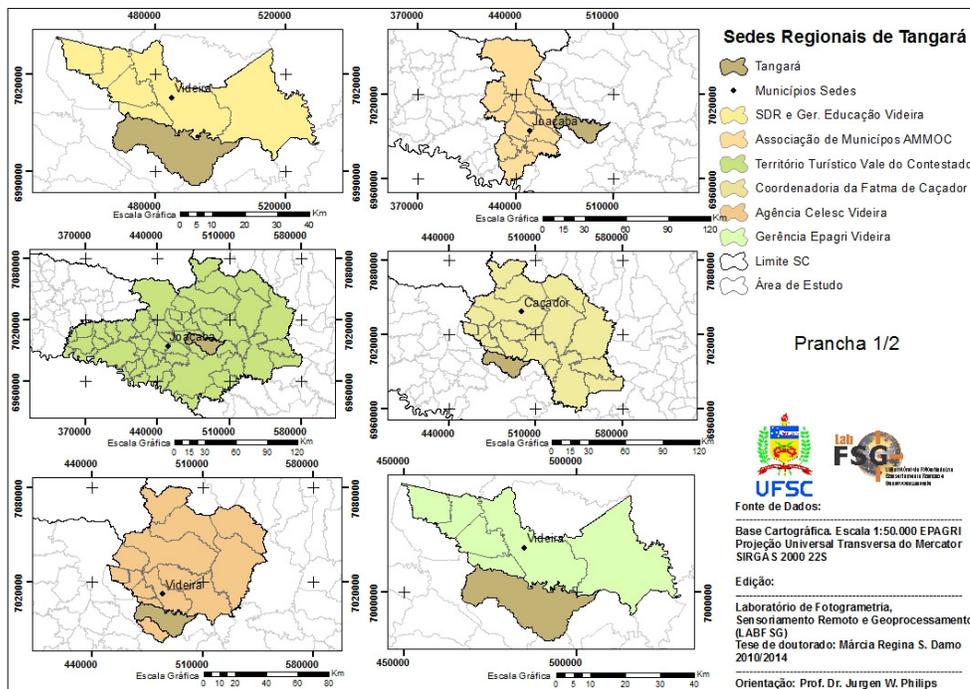
Elaboração: autora/2014

Figura 113 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Seara



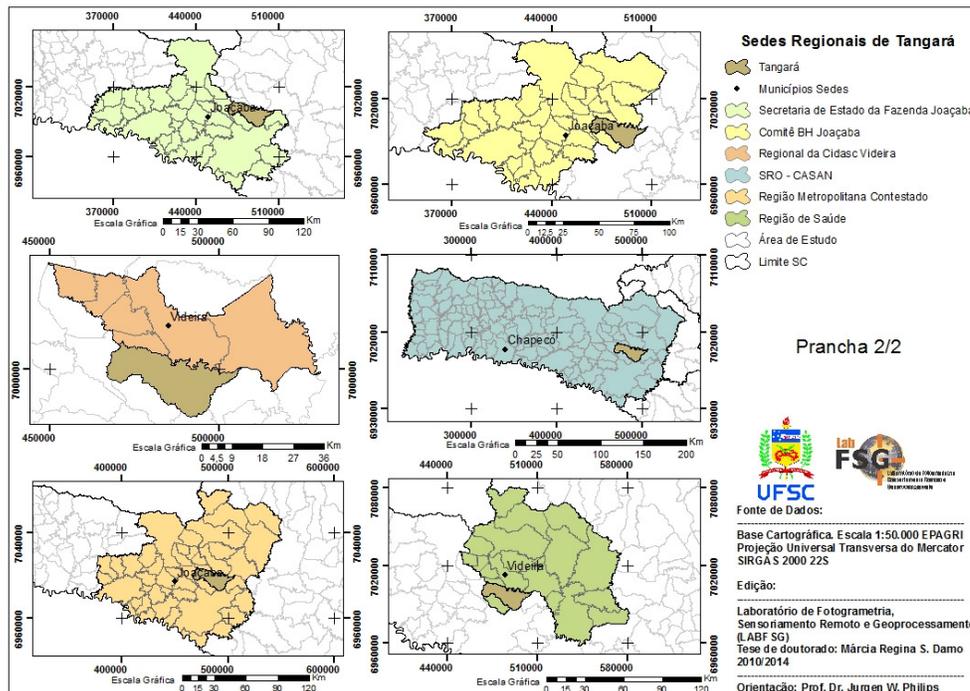
Elaboração: autora/2014

Figura 114 - Recortes Regionais das Instituições que Abrigam o Município de Tangará



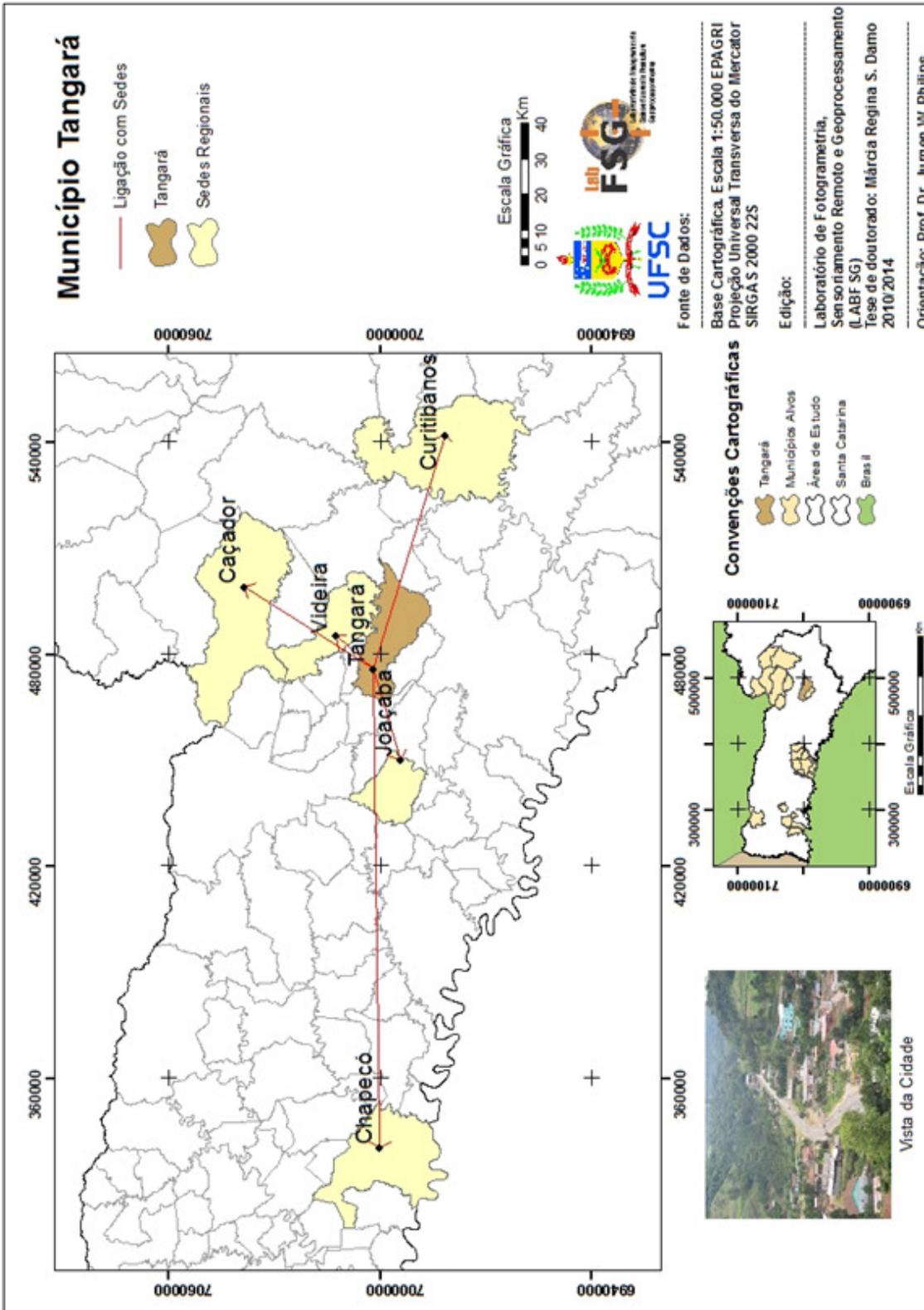
Elaboração: autora/2014

Figura 115 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Tangará



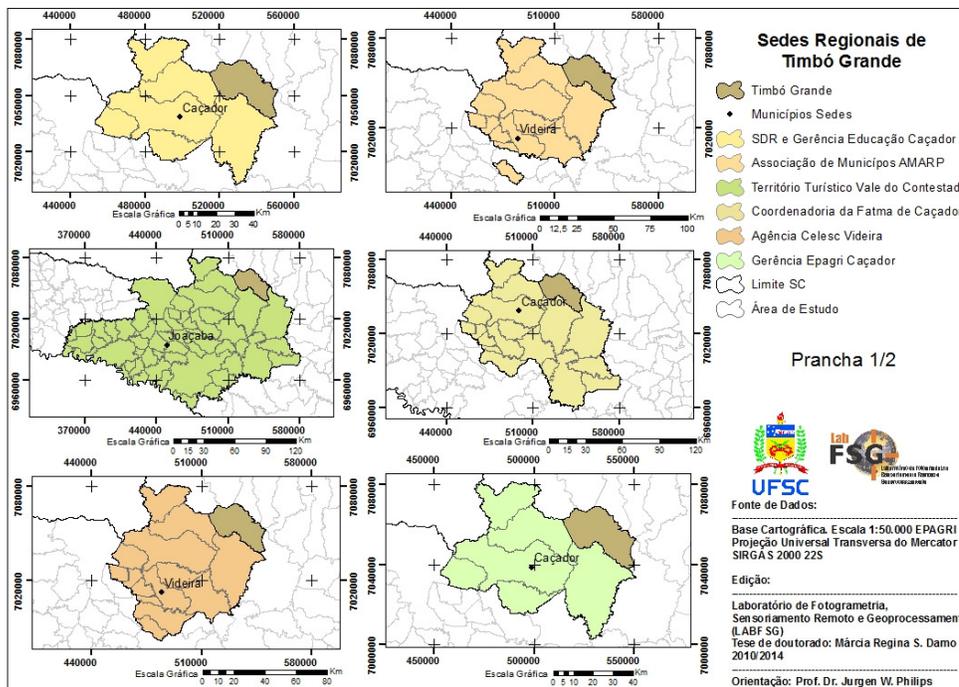
Elaboração: autora/2014

Figura 116 - Mapa de interlocução do Município de Tangará com Sedes Regionais



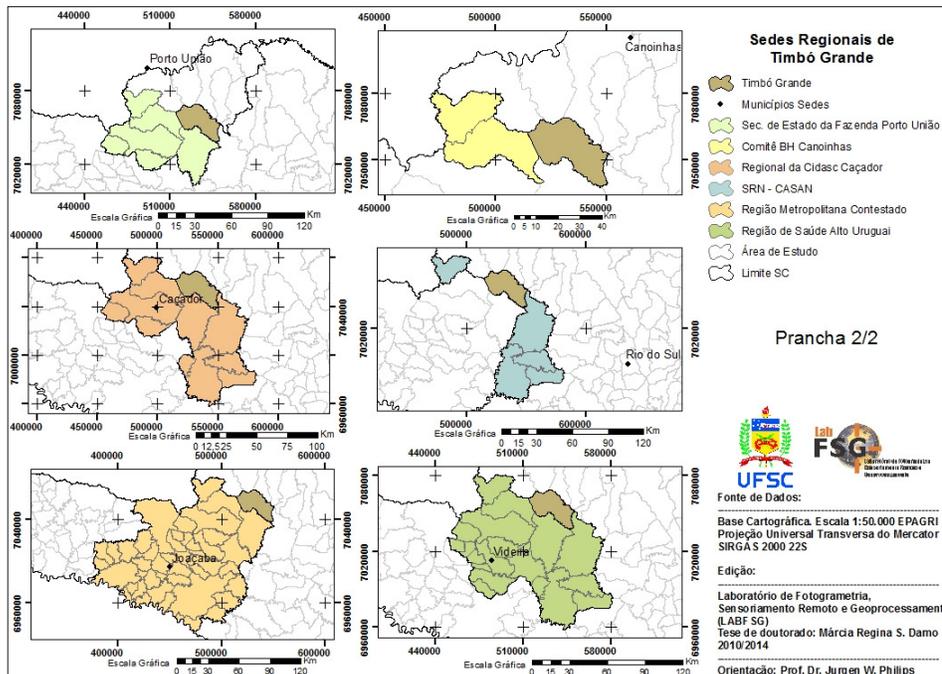
Elaboração: autora/2014

Figura 117 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Timbó Grande



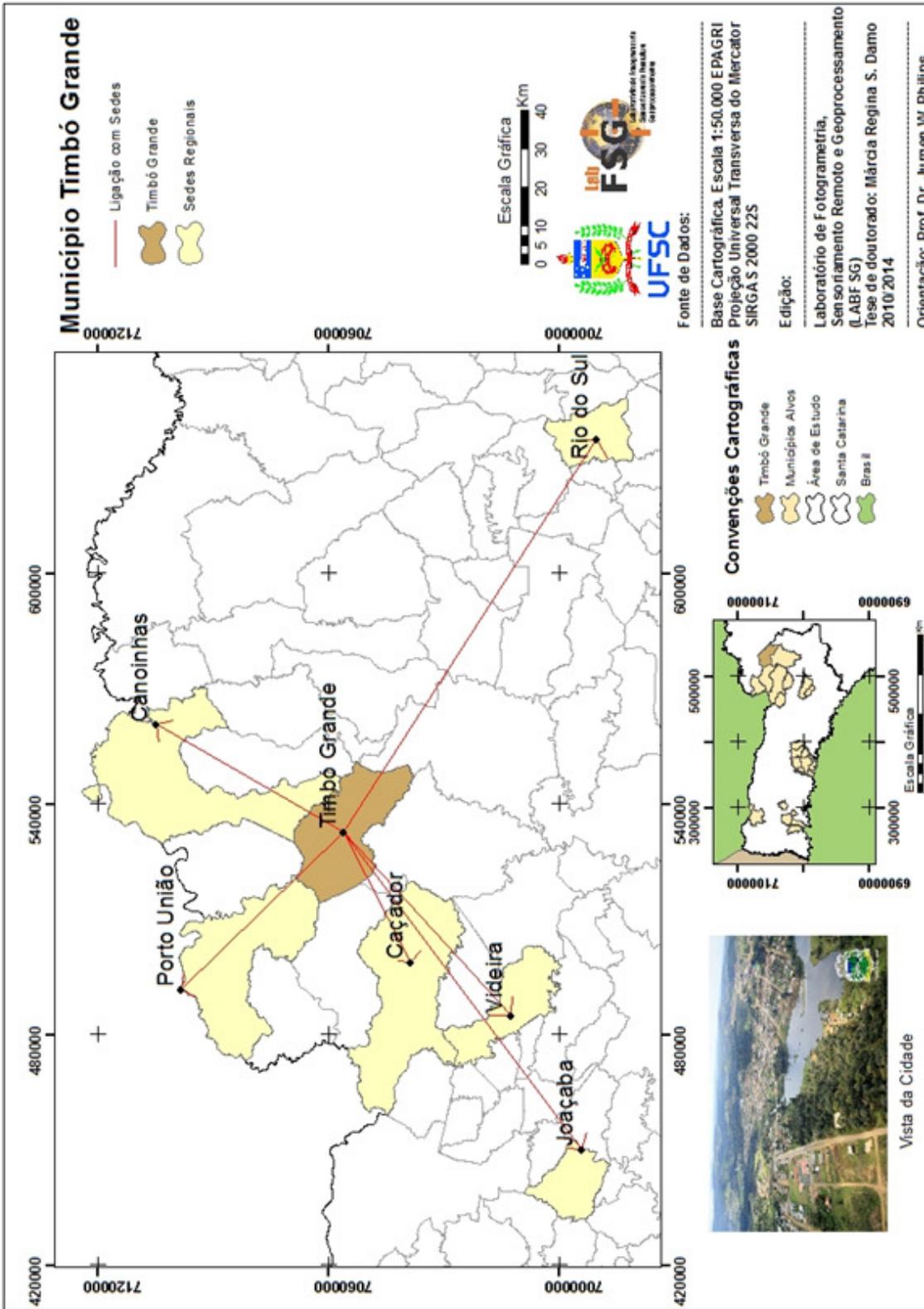
Elaboração: autora/2014

Figura 118 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Timbó Grande



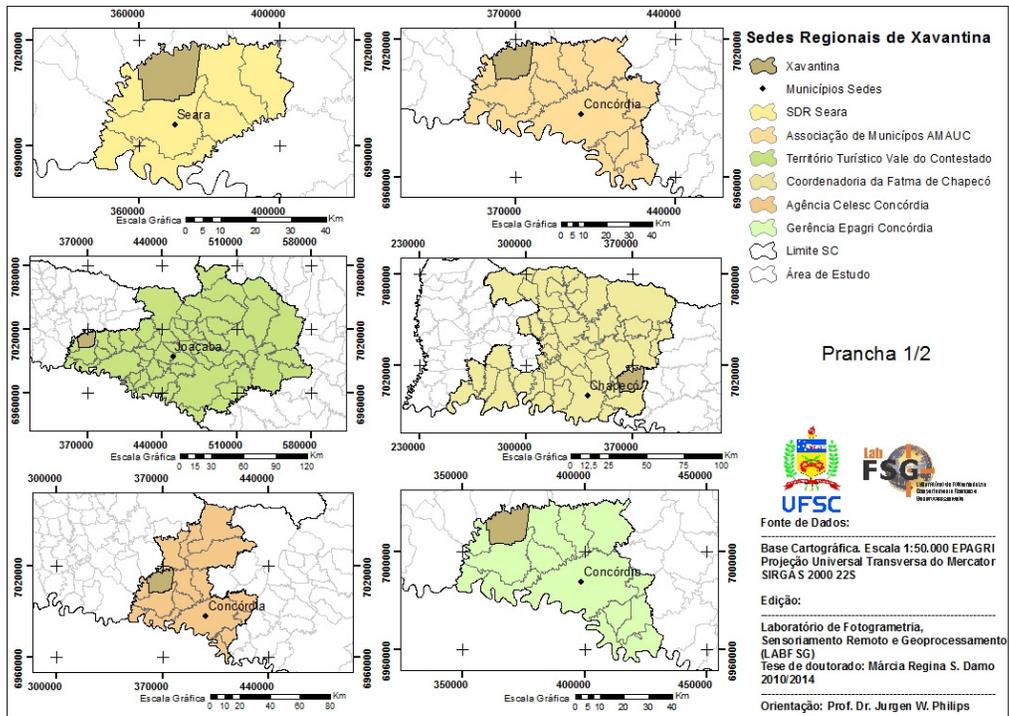
Elaboração: autora/2014

Figura 119 - Mapa de interlocução do Município de Timbó Grande com Sedes Regionais



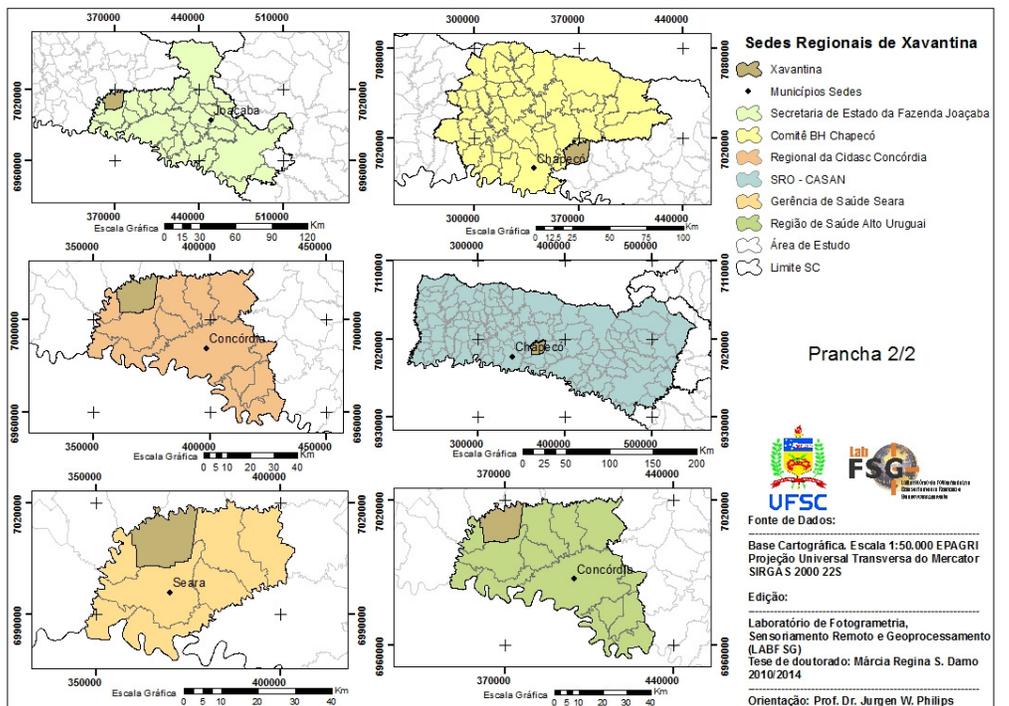
Elaboração: autora/2014

Figura 120 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Xavantina



Elaboração: autora/2014

Figura 121 - Recortes Regionais das Instituições que abrigam o Município de Xavantina



Elaboração: autora/2014

Em relação aos recortes regionais os quais não possuem uma sede fixa delimitada foram analisados de forma espacial visando verificar a interlocução do conjunto de municípios com as políticas públicas ao nível federal, estadual e municipal. Assim, os seguintes recortes regionais foram sobrepostos, evidenciando o conjunto de municípios os quais tiveram verificados os maiores conflitos regionais, com relação tanto as Secretarias de Desenvolvimento Regional como com as regiões adotadas pelas Associações de Municípios, e outras com interferência direta na prestação de serviços, tais como a Epagri, Regiões de Saúde, e outras, e que são:

- a) Microrregiões Polarizadas;
- b) Territórios Turísticos;
- c) Regiões Metropolitanas;
- d) Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul;
- e) Meso e Microrregiões do IBGE;
- f) Bacias Hidrográficas;
- g) Regiões Edafo-ambientais Homogêneas (apenas mapeado);
- h) Territórios Rurais do MDA;
- i) Territórios da Cidadania do Governo Federal;
- j) Regiões dos Consads;
- k) Faixa de Fronteira;
- l) Consórcios Intermunicipais;
- m) Fóruns e Agencias de Desenvolvimento Regional.

Assim, estão representadas entre as figuras 60 até 121 o conjunto de municípios caracterizando sobretudo que além das vinculações as sedes regionais diversas também a relação de municípios que compõe cada uma das estruturas governamentais são conflitantes.

5.1 RESULTADOS DA ANÁLISE DA SOBREPOSIÇÃO E PROPOSTA DE REARRANJO REGIONAL

A partir do mapeamento das sobreposições territoriais não levando-se em conta para esta análise as sedes regionais, os quais já ficaram demonstradas ao longo da pesquisa, as Figuras 122 até 128, serviram como exemplos referenciais as quais pode-se destacar a seguinte análise territorial:

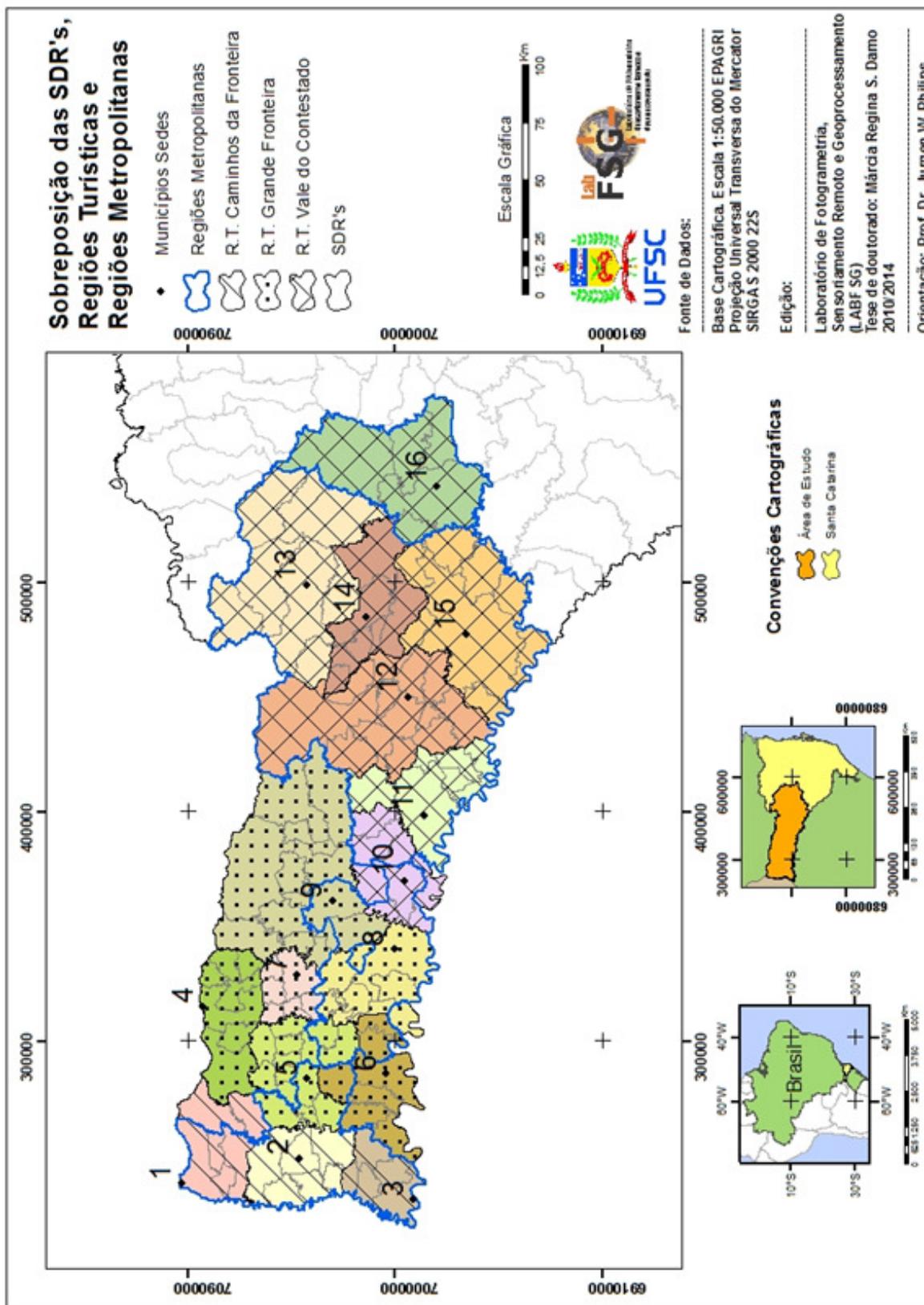
- a) Figura 122 - demonstra a sobreposição dos recortes das Secretarias Regionais com as Regiões Turísticas e as Regiões Metropolitanas, todas instituídas a partir de Legislação Estadual e como possuem a finalidade de promover o desenvolvimento territorial, deveriam ter coerência na sua delimitação visando potencializar ações a partir de um planejamento de forma integrada e complementar quando fosse o caso.
- b) Figura 123 - demonstra a sobreposição das SDRs, Gerencias de Saúde e Consórcios de Saúde. Embora tanto as SDRs como Gerencias de Saúde serem administradas pelo Governo do Estado a delimitação das áreas de atuação não coincidem e bem menos ainda com os Consórcios de Saúde que são administrados pelo conjunto de municípios que os integram. Do ponto de vista da população atendida pelos serviços o conflito fica maior já que não importa se estes serviços são geridos pela União, Estado ou Município.
- c) Figura 124 - demonstra a sobreposição das SDRs, Bacias Hidrográficas e Gerencias Regionais da Epagri. O objetivo desta sobreposição espacializada se deu em função de que tanto as Secretarias de Desenvolvimento Regional, SDRs como as Gerencias Regionais da Epagri trabalham na vertente ambiental de uma forma bastante efetiva, inclusive administrando por longos anos no caso da Epagri o Programa Catarinense de Microbacias, o qual deveria ter como parâmetro esta vertente ambiental, demonstrada pelo recorte das Bacias Hidrográficas.
- d) Figura 125 - demonstra a sobreposição das SDRs, Associações de Municípios e Regiões Metropolitanas. Este se configura como um problema dos mais crônicos que se identifica na promoção de ações articuladas que venham a promover o desenvolvimento da região, seja na integração de serviços ou mesmo na articulação governamental necessária, até em função da missão e objetivos de cada uma das instituições.
- e) Figura 126 - demonstra a sobreposição das SDRs e Microrregiões do IBGE. Como dado comparativo, este tipo de fragmentação territorial fez com que a União Europeia adotasse uma legislação a qual vem induzindo o equacionamento desta problemática quando definiu que nenhuma instituição que diferisse do recorte estatístico adotado ao nível de países membros, que é o caso das Nuts, receberiam recursos de fundos governamentais da comunidade europeia, exigindo assim que entes federativos se adequassem. Todos os dados temporais

estatísticos tem um tipo de recorte territorial adotado ao longo dos anos o qual subsidia tomada de decisões. Neste caso há uma completa disfunção territorial entre as Secretarias de Estado do desenvolvimento regional e as Regiões adotadas pelo Instituto de Geografia e Estatística do Brasil/IBGE.

- f) Figura 127 - demonstra os recortes governamentais ao nível federal os quais incidem no Extremo Oeste Catarinense, como uma “região piloto” para avaliação. Este foi um dos exemplos negativos que demonstra espacialmente que, programas numa mesma esfera de governo, no caso federal, e ao nível apenas microrregional, não ocorre integração das políticas governamentais.
- g) Figura 128 - demonstra os recortes territoriais dos Fóruns Regionais desativados e as regiões das Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDRs. Este tipo de mapeamento produzido mostra espacialmente a área de atuação dos Fóruns de Desenvolvimento Regional hoje extintos e como os recortes das Secretarias não observou estas institucionalidades existentes que precederam a iniciativa governamental de descentralização do Estado.

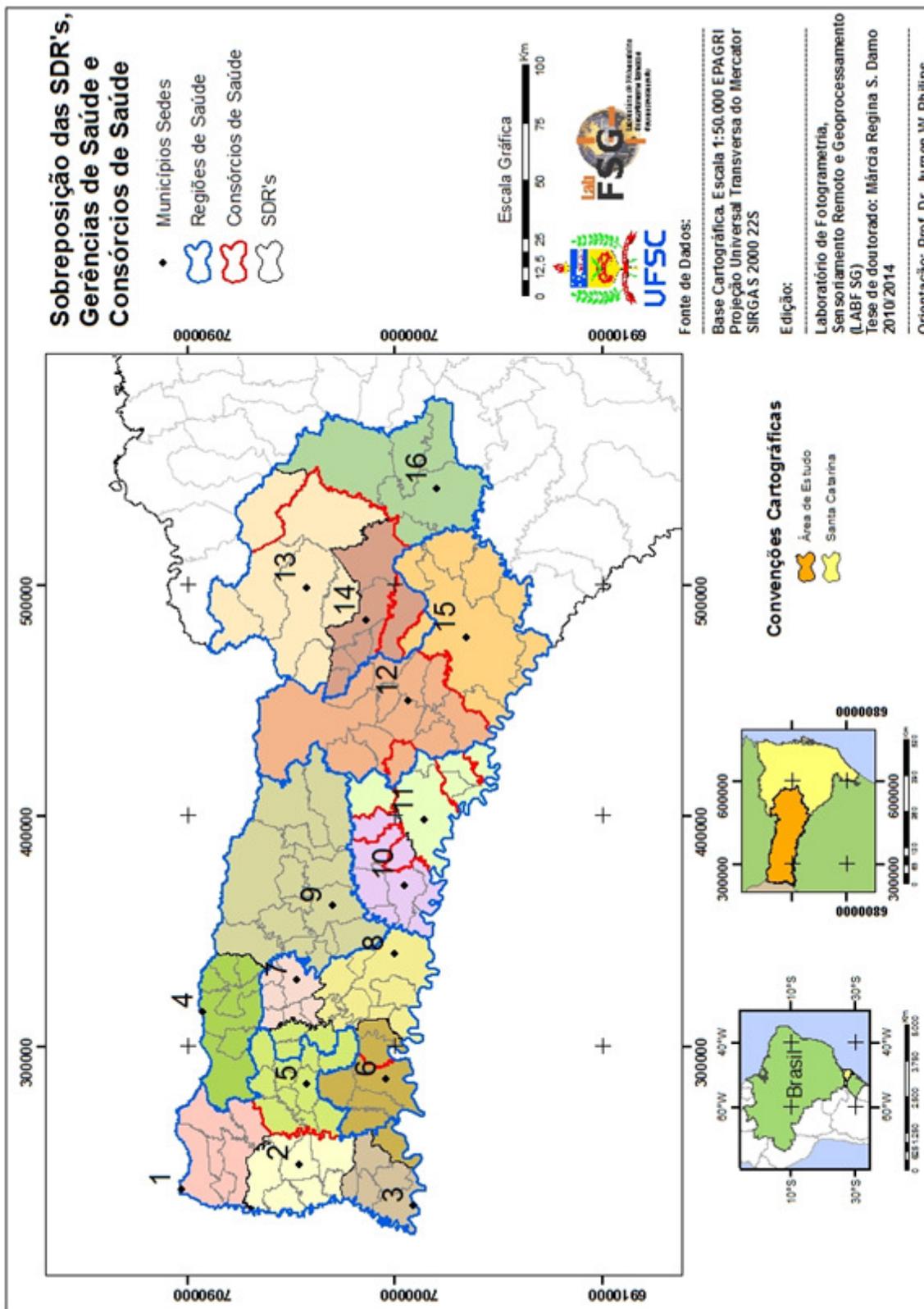
Nesta perspectiva, a abordagem defendida por Brandão (2012) é de uma abordagem transecular do desenvolvimento, que pode ser concretizada, na prática, por meio da consolidação de um novo pacto federativo entre os níveis de governo. Assim, busca-se articular horizontalmente os atores institucionais de uma mesma região e integrar verticalmente as diferentes escalas político-administrativas.

Figura 122 – Sobreposição das SDR's Regiões Turísticas e Regiões Metropolitanas



Elaboração: autora/2014

Figura 123 - Sobreposição das SDRs, Gerências de Saúde e Consórcios de Saúde.



Elaboração: autora/2014

Figura 124 - Sobreposição das SDRs, Bacias Hidrográficas e Gerencias Regionais da Epagri

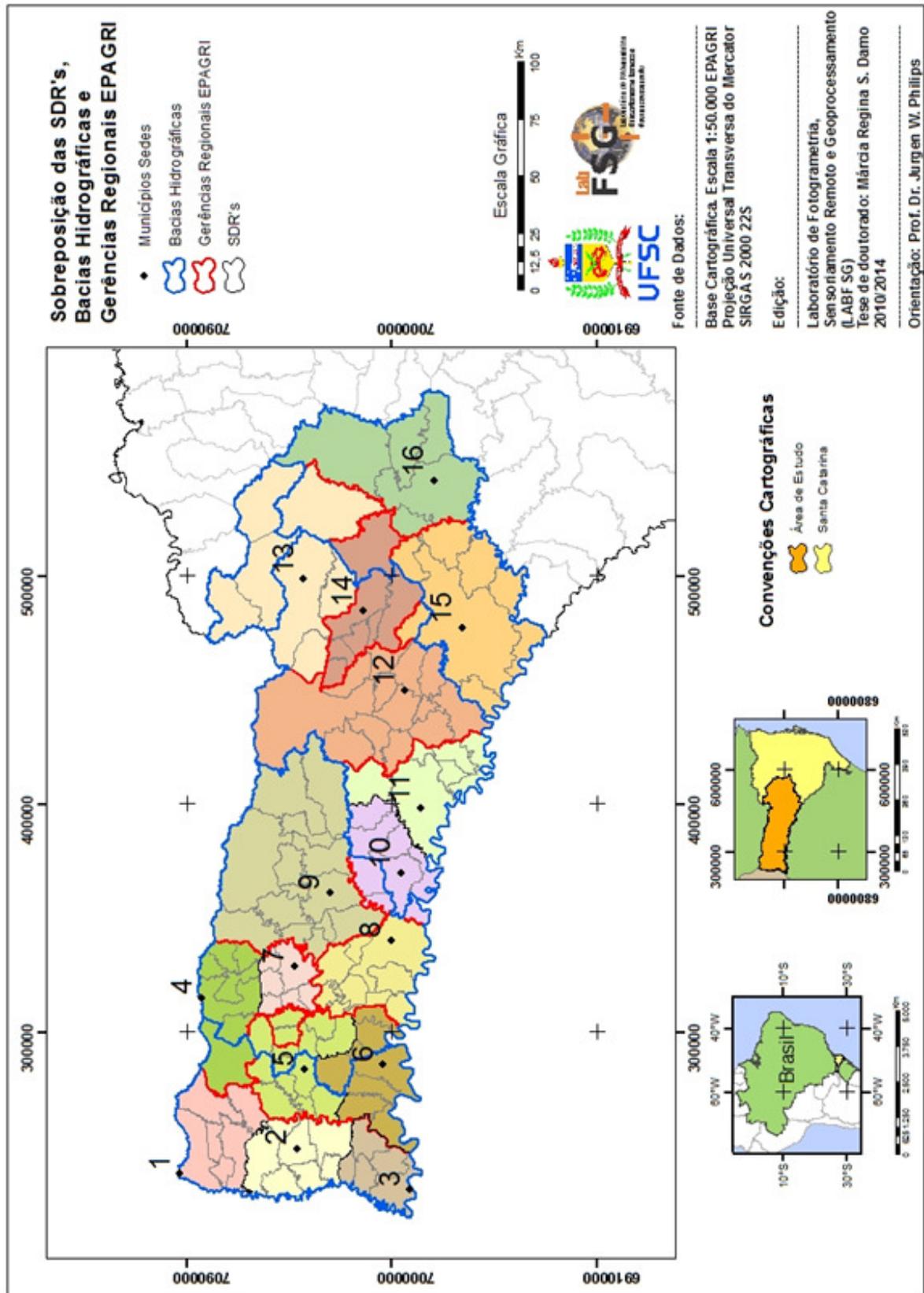
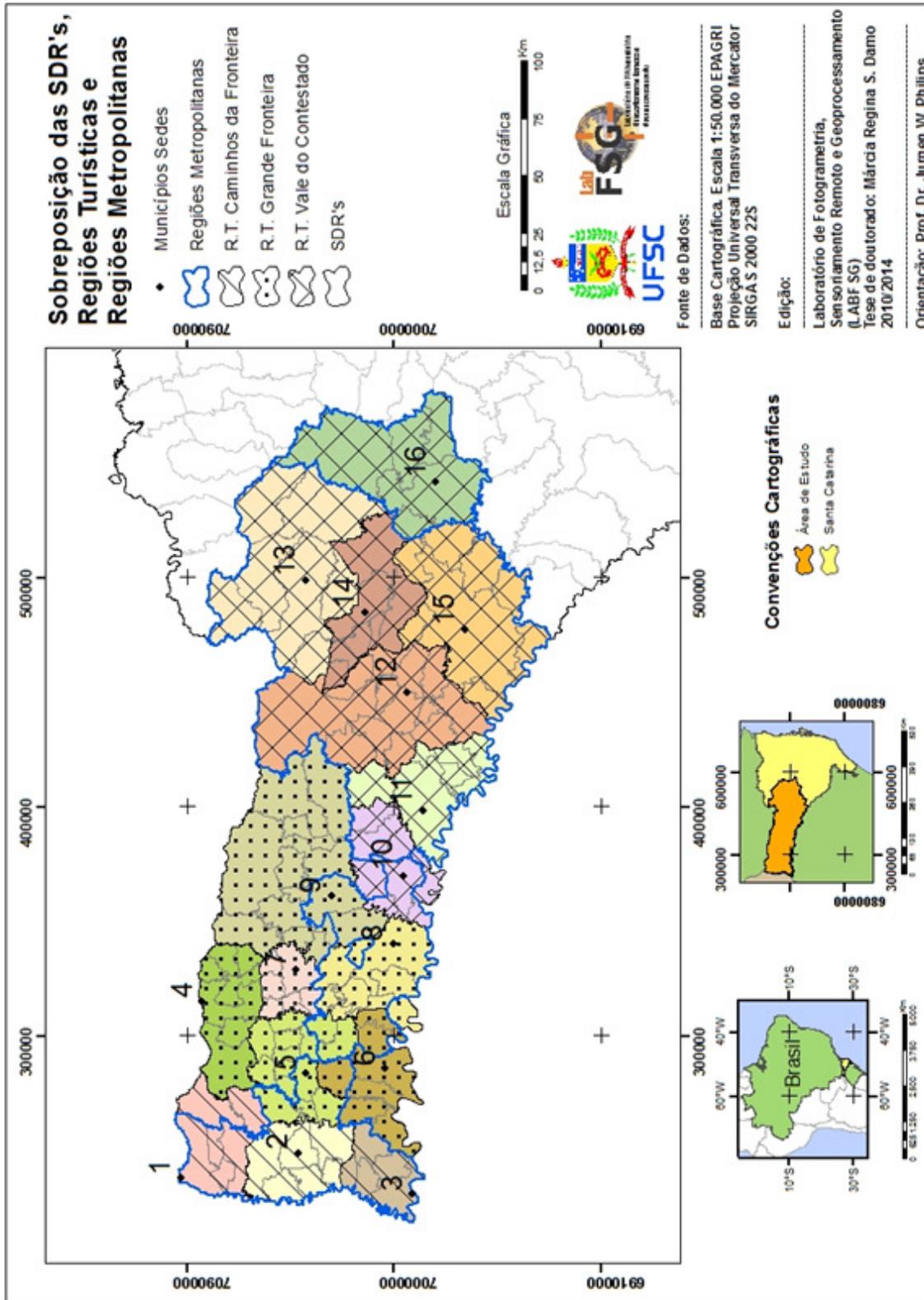
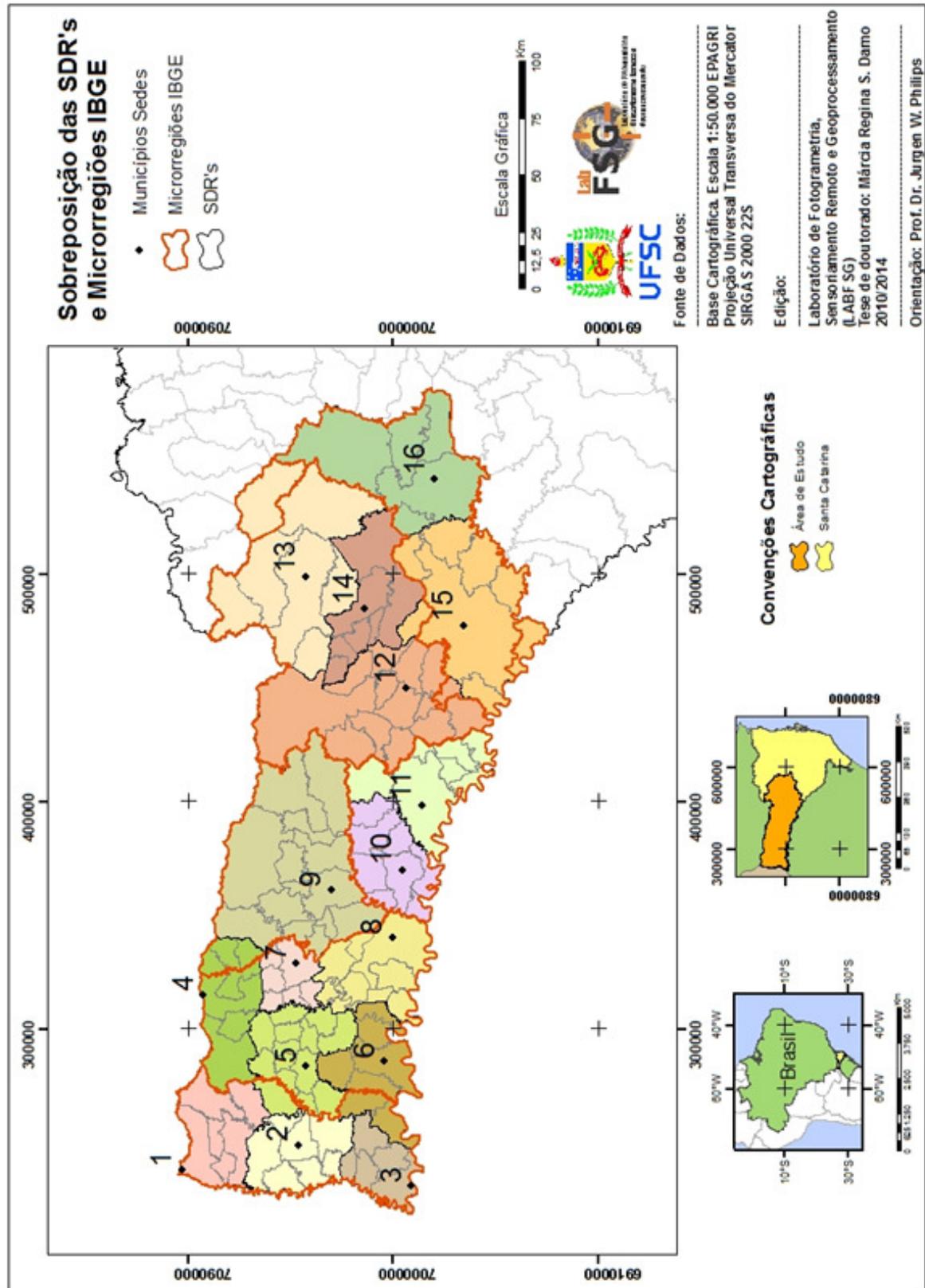


Figura 125 - Sobreposição das SDRs, Associações de Municípios e Regiões Metropolitanas



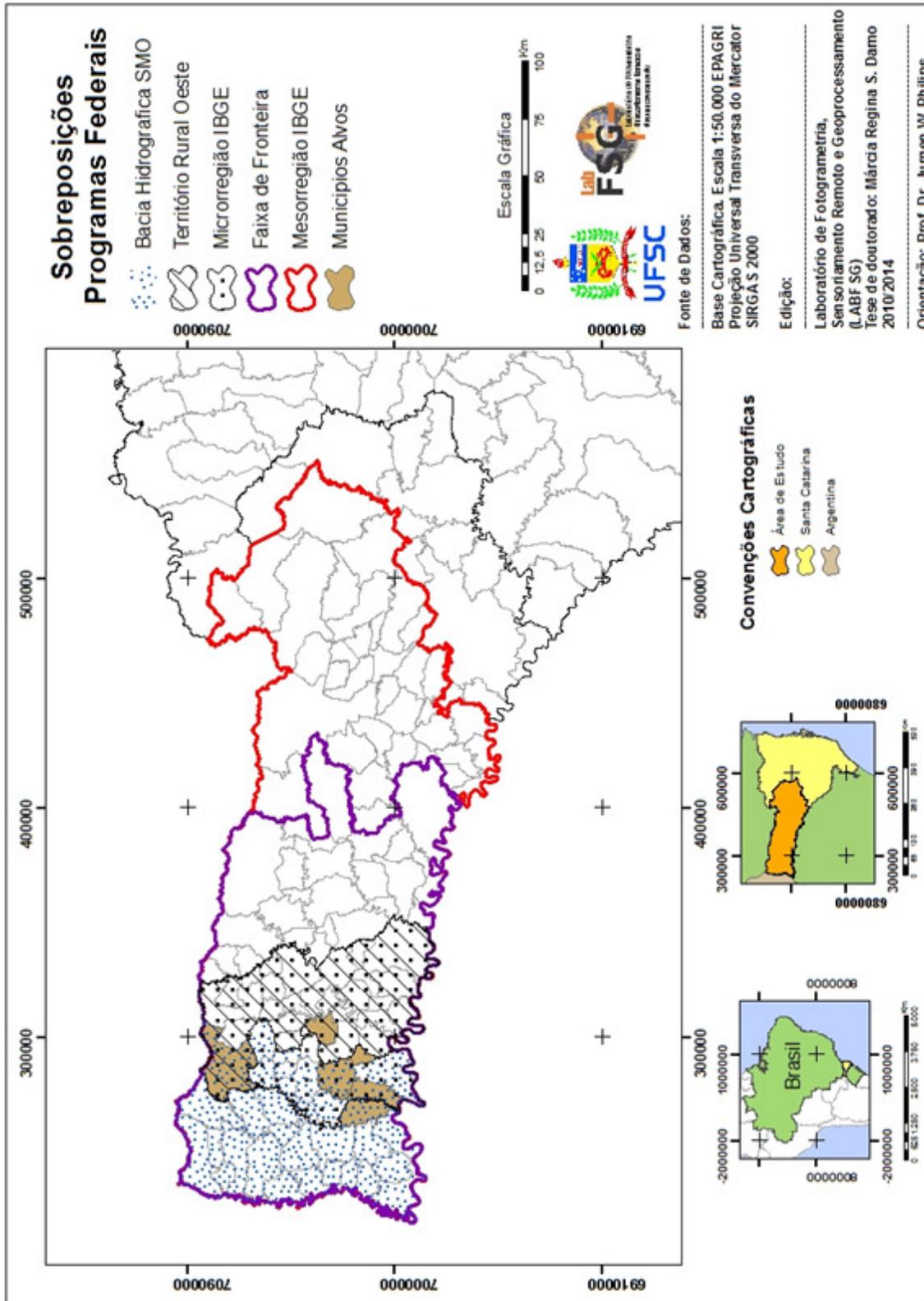
Elaboração: autora /2014

Figura 126 - Sobreposição das SDR's e Microrregiões do IBGE



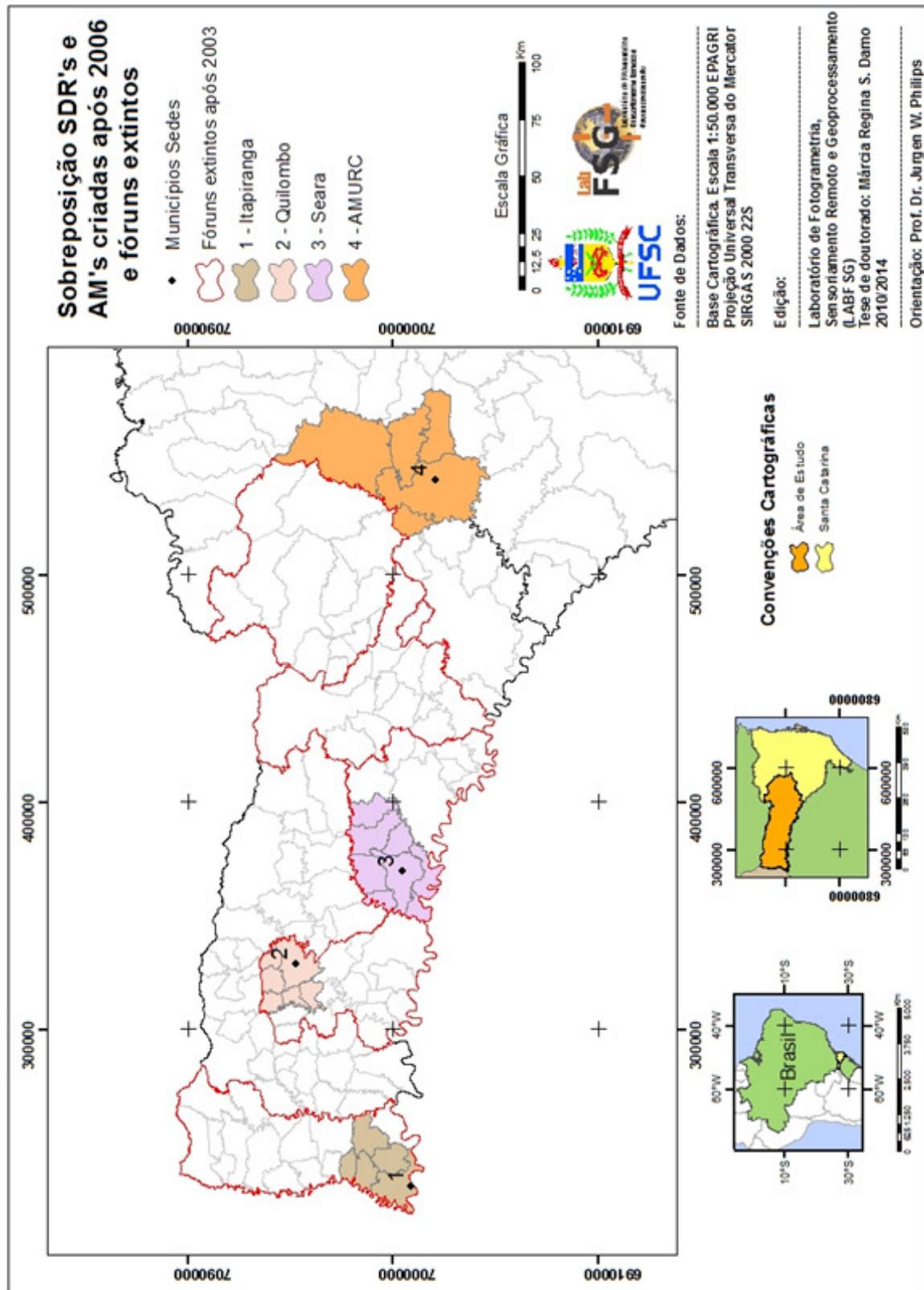
Elaboração: autora/2014

Figura 127 - Sobreposição Regionais dos Programas Federais



Elaboração: Márcia Regina Sartori Damo/2014

Figura 128 – Sobreposição das SDR's e Associações de Municípios criadas após 2006 e Fóruns Extintos



Elaboração: autora/2014

5.2 RESULTADOS DA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS ALVO DA PESQUISA

Os Municípios alvo da pesquisa foram selecionados conforme já referenciado em numero de 23(vinte e três), onde após a aplicação de formula estatística, padrão de amostragem, resultou em 19 (dezenove) municípios, sendo que todos possuem relação com 4, 5 ou 6 sedes regionais sendo que a sede da Associação de Municípios difere da sede da Secretaria Regional. Assim, observa-se que em 5 (municípios) pertencentes a Associação de Municípios da Amerios, todos se relacionam com o Município de Maravilha em função exclusivamente da Associação de Municípios, o que certamente não é produtivo para a administração pública e nem mesmo para os munícipes. Estes municípios são Campo Erê, Riqueza, Caibi, Cunhatai e Cunha Pora, sendo que os últimos compõe a Secretaria Regional de Palmitos que hoje não sedia nenhuma Associação de Municípios e o primeiro, Campo Ere, pertence a SDR de São Lourenço do Oeste, onde hoje existe uma Associação de Municípios, a Amnoroste. Outra situação é que estes mesmos municípios que se deslocam a Maravilha exclusivamente para assuntos relacionados a Associação de Municípios tem em Chapecó, relação com 5 e até 7 órgãos regionais.

Um Município importante a ser referenciado é o caso de Pinhalzinho que relaciona-se com Maravilha apenas com a Secretaria de Desenvolvimento Regional, com São Miguel do Oeste, distante 73km para assuntos com a Fatma e com Palmitos para assuntos da Epagri, sendo que todas as demais entidades (9) estão sediadas em Chapecó.

No caso dos municípios pertencentes a região da Associação dos Municípios da Amauc o grande problema que vem ocorrendo é com todos aqueles municípios que foram desmembrados da SDR de Concórdia e hoje estão pertencendo a SDR de Seara, Secretaria de Estado criada após 2006 e que provocou ainda maior fragmentação regional. Assim, todos os 8 (oito) municípios desta microrregião, alvo da pesquisa, relacionam – se com Seara exclusivamente para assuntos da Secretaria de Desenvolvimento Regional e a Gerencia de Educação a qual faz parte da mesma estrutura governamental.(ver Quadro 21).

Assim, observasse o Quadro 21 uma descrição quantitativa na coluna numero de órgãos X sedes regionais especificando quantos órgãos estão sediados em cada sede regional com vinculação a cada um dos 19 (dezenove) Municípios.

Entretanto, os municípios que pertencem a região da

Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP tem uma situação diversa da encontrada no extremo oeste, já que outros polos regionais dividem a localização de órgãos regionais quase que de forma equânime, o que é o caso de Videira, Caçador, e Joaçaba e apenas o Município de Ibiom com Campos Novos.

Neste caso outros critérios são importantes para análise, como a questão das distancias, da população urbana o que nos remete a um maior numero de serviços disponibilizados e ao próprio sentimento de pertencimento das pessoas, fruto da pesquisa qualitativa.

Os 23 (vinte e três) Municípios selecionados tem relação com 19 (dezenove) sedes regionais, sendo que a de menor população é de Quilombo com 5.746 (censo do IBGE/2010) e a mais populosa é a cidade de Chapecó, com 168.113 (censo do IBGE/2010)

5.2.1 Resultados da pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa realizada nos municípios identificados como alvos do estudo e formatada através de questionários semi abertos e entrevistas semi estruturadas, modelo em anexo, teve como objetivos principais identificar a percepção do entrevistado em relação as alterações ocorridas após 10 (dez) anos da implementação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, no sentido de constatar a vulnerabilidade do processo governamental, assim como identificar um dos critérios para a proposição de uma reconfiguração espacial, como recomendação deste trabalho, através da identificação do sentimento de pertencimento do entrevistado.

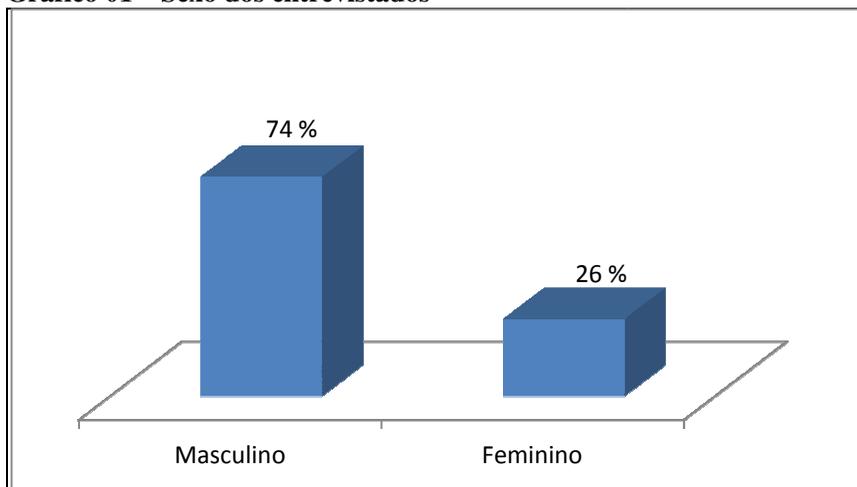
Neste processo investigativo utilizou-se a forma individual com perguntas fechadas e abertas, possibilitando ao sujeito a oportunidade de se pronunciar sobre a temática em questão. Em relação a Amostragem foram selecionados 2 (duas) pessoas que compõe o quadro da Prefeitura Municipal, pela interlocução que estas tem com as instituições regionais pesquisadas e uma pessoa pertencente ao quadro de uma instituição de âmbito regional localizada no município alvo. As pessoas entrevistadas foram identificadas pela pesquisadora como atores chaves no processo, os “stakeholders” do processo.

5.2.1.1 Análise das repostas dos Questionários Semi-Abertos

Os questionários foram realizados conforme referido com perguntas fechadas e abertas, sendo que as fechadas estão demonstradas nos gráficos que são as relativas a sexo, raça, estado civil, escolaridade,

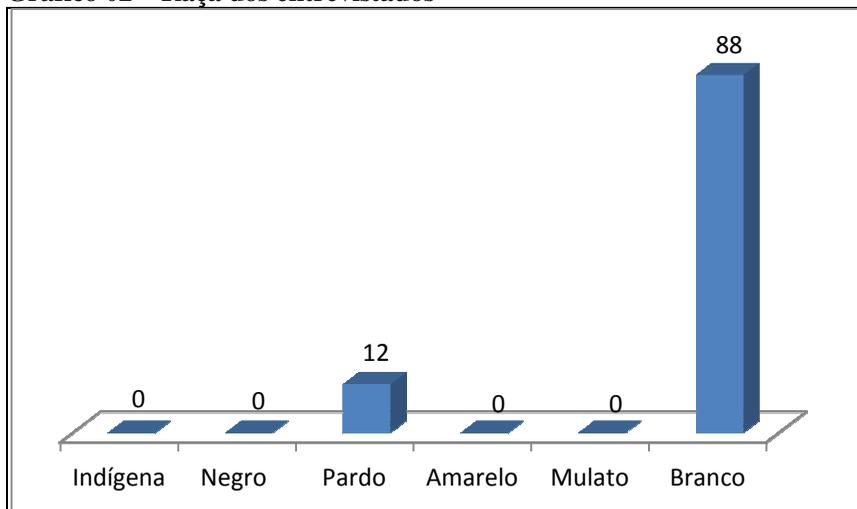
tempo no cargo atual, conhecimentos dos objetivos das SDRs e número de deslocamentos necessários.

Gráfico 01 – Sexo dos entrevistados



Elaboração Márcia Regina Sartori Damo

Gráfico 02 – Raça dos entrevistados



Elaboração Márcia Regina Sartori Damo

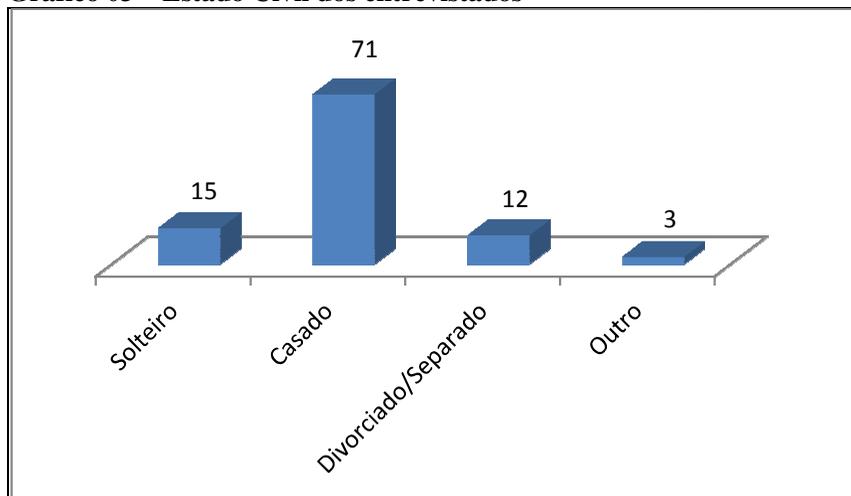
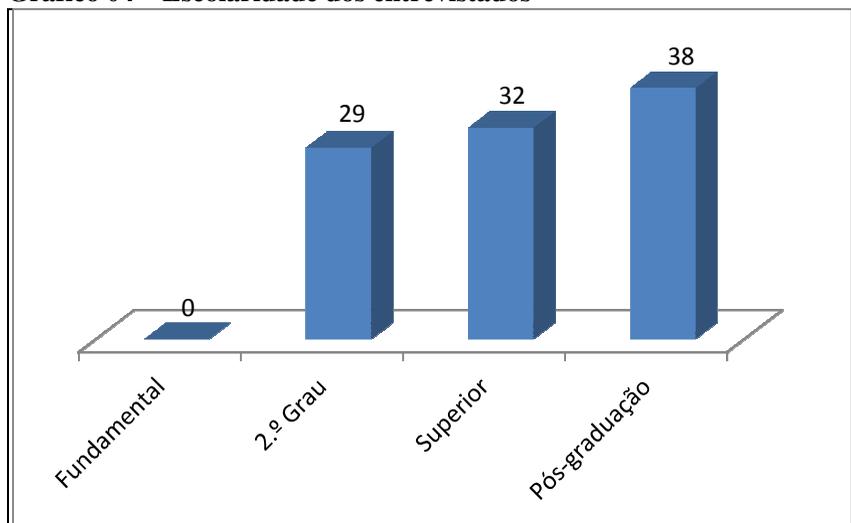
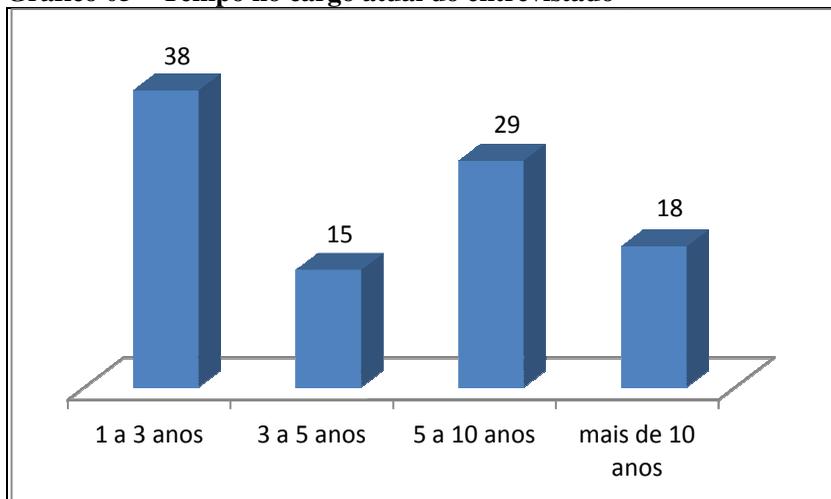
Gráfico 03 – Estado Civil dos entrevistados**Gráfico 04 – Escolaridade dos entrevistados**

Gráfico 05 – Tempo no cargo atual do entrevistado**Gráfico 06 – Objetivos e Ações da Secretaria de Desenvolvimento Regional.**

Você tem clareza das ações e objetivos??

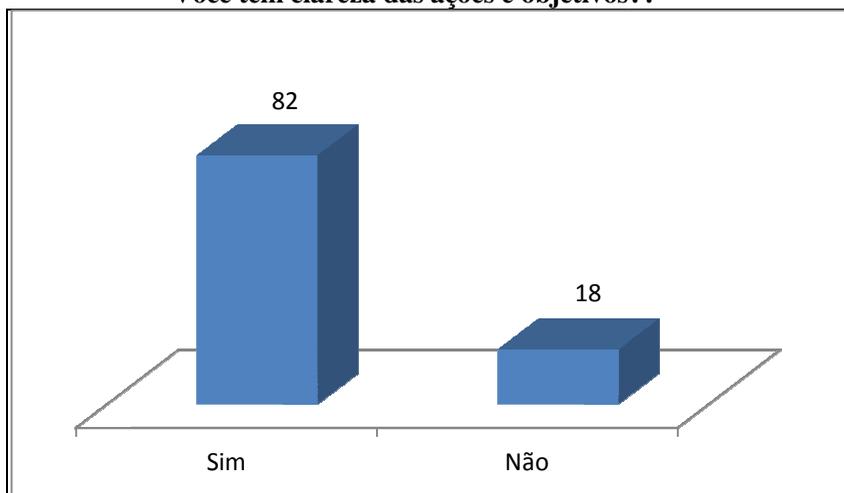


Gráfico 07 – Descolamento por semana do Município para a sede da Secretaria Regional.

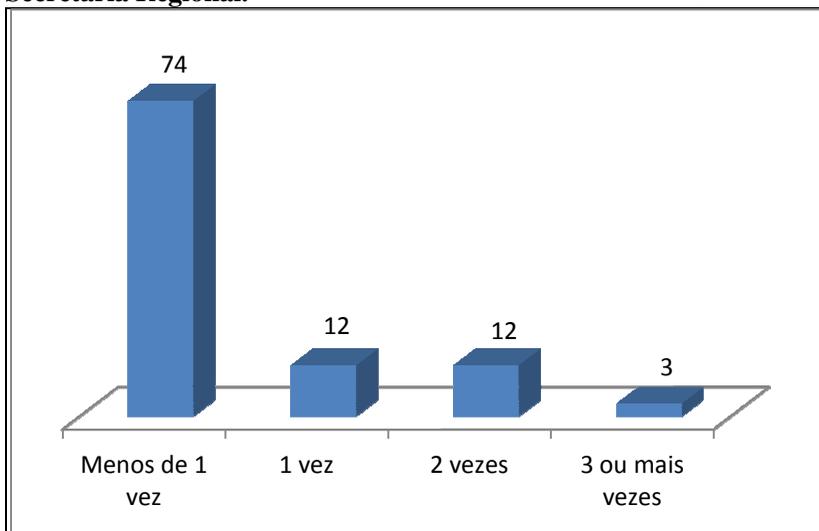
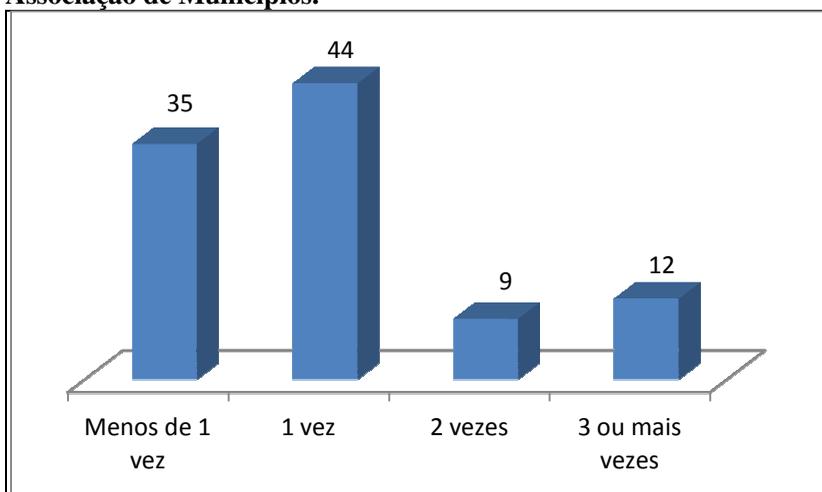


Gráfico 08 – Deslocamento por semana do Município para a sede da Associação de Municípios.



A conclusão que pode se chegar analisando os gráficos de 01 a 08 é que as pessoas entrevistadas têm na sua grande maioria clareza das ações e objetivos da Secretaria de Desenvolvimento Regional e que o deslocamento semanal para a sede da Secretaria de Desenvolvimento Regional é menor que para a sede da Associação de Municípios.

Em relação as perguntas abertas a seguir o levantamento realizado: “Você tem clareza das ações e objetivos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional?”, apurou-se que a grande maioria dos respondentes marcaram a resposta “Sim”.

A pergunta seguinte solicitava aos voluntários que descrevessem resumidamente sua opinião em relação às funções da SDR. Da totalidade de questionários, apenas 2 entrevistados deixaram a resposta em branco.

Por se tratar de uma pergunta aberta, a liberdade dos entrevistados forneceu respostas variadas. Entretanto, foi possível identificar palavras e expressões convergentes, que apontam para um “discurso coletivo”.

Na totalidade dos questionários respondidos, a opinião de que as SDRs “aproximam” o governo estadual dos municípios apareceu em 15(quinze) respostas. A opinião de que as SDRs cumprem o papel de “descentralizar” o governo estadual foi identificada em 10 (dez) respostas; enquanto a opinião de que as SDRs “auxiliam” os municípios foi apontada por 6 (seis) vezes.

Outro ponto importante a ser destacado é que, apesar de compreenderem os objetivos e funções das Secretarias de Desenvolvimento Regional, um número expressivo de respondentes acredita que as SDRs não cumprem com eficiência os papéis para os quais foram criadas. Esta argumentação pôde ser percebida em doze (12) questionários, em sentenças como:

- a) “[...] seus objetivos são muito bons para os municípios, mas muito poucos alcançados, devido à falta de profissionais e diálogo entre os órgãos públicos.”; “Quando criadas tinham um objetivo: aproximar o governo e descentralizar os recursos. Na prática isso não aconteceu. Os recursos dependem de Florianópolis.”;
- b) “A SDR não está descentralizando o governo como de fato se propôs [...]. Nem mesmo questões de natureza técnica são resolvidas a nível regional. As funções da SDR são funções de representação política, no máximo, uma certa articulação. Cabe a ela também receber e protocolar documentos e gerenciar convênios de pouca expressão.”;

- c) “[...] SDRs foram criadas com o objetivo de diminuir distâncias entre o governo do estado e municípios. Atualmente, na nossa opinião, este objetivo não está sendo alcançado, uma vez que suas estruturas administrativas encarecem muito o orçamento do estado, cujo valor poderia ser revertido no repasse de recursos para os municípios.”;

Outro entrevistado foi categórico ao expressar sua opinião de que “[...] as SDRs funcionam para empregar ‘empadrinhados’ políticos e servem como cabide de empregos, comprometendo o orçamento do estado [...]”.

Os questionários foram aplicados presencialmente e, portanto, com a oportunidade de conversar pessoalmente com os respondentes. É importante ressaltar que outros entrevistados expressaram de maneira verbal sua insatisfação em relação à atuação das SDRs porém, mesmo sendo informados de que os questionários não seriam identificados, preferiram não formalizar a opinião.

Em relação ao questionamento “Cite 3 (três) pontos importantes que avançaram após a implantação das SDRs”, foram obtidas 71 observações (pontos), de acordo com o Quadro 17. Dezesesseis (16) respondentes citaram que um ponto importante de avanço na implantação das SDRs foi a aproximação entre os governos das esferas estadual e municipal.

Observa-se que há certa incoerência em relação aos números da pergunta anterior, onde 12 respondentes afirmam que as SDRs não cumprem com eficiência os papéis para os quais foram criadas. Entretanto, 16 entrevistados responderam que a principal contribuição das SDRs foi a aproximação entre os governos estadual e municipais. Acredita-se que esta incongruência deva-se ao fato de que (esta argumentação foi citada verbalmente por muitos voluntários), mesmo não atingindo os objetivos na totalidade, no quesito “proximidade” tornou-se melhor do que era anteriormente.

Em continuidade, Seis (6) entrevistados acreditam que o estabelecimento das SDRs promoveram maior facilidade no acesso aos recursos estaduais e seis (6) pessoas citam que a implantação das secretarias trouxe melhorias significativas na educação. Vale ressaltar que “educação”, “sistema viário/estradas”, “saúde” e “energia elétrica” foram os únicos serviços públicos mencionados como pontos que avançaram após a implantação das secretarias, com 6, 3, 1 e 1 citações, respectivamente.

Quadro 17 - Relação dos pontos positivos identificados em relação as Secretarias Regionais

Ponto positivo observado	Nº pessoas citaram este ponto
Aproximação entre governo estadual e municipal	16
Maior facilidade no acesso aos recursos	6
Melhorias na educação	6
Maior agilidade nos processos	5
Maior facilidade na comunicação	5
Descentralização	4
Melhorias nas obras públicas	3
Regionalização do orçamento	3
Maior integração entre os municípios	3
Maior agilidade/facilidade na entrega/tramitação de documentos	3
Melhorias no sistema viário	3
Maior facilidade na prestação de contas	2
Orçamento regionalizado	1
Maior facilidade na aprovação de projetos para os municípios	1
Regionalização do planejamento	1
Qualificação em gestão pública	1
Convênios com municípios	1
Promoção de reuniões e debates	1
Acompanhamento do desenvolvimento em saúde	1
Transferência de propostas e projetos	1
Ampliação das discussões sobre desenvolvimento regional	1
Secretários de estado acompanhando prefeitos em missões na capital e agendando encontros	1
Projetos	1
Implantação de subestações de energia elétrica	1

Elaboração: autora/2014

Fonte: Questionários aplicados

Analisando a pergunta “Cite 3 (três) pontos importantes que regrediram após a implantação das SDRs”, os respondentes elencaram 36 aspectos (pontos) de regressão após a implementação das secretarias.

O ponto negativo que obteve maior número de citações (7) diz respeito ao aumento das despesas com a folha de pagamento do estado, devido às contratações de funcionários para as SDRs. Quatro (4) entrevistados acreditam que a implantação das secretarias não acarretou em nenhum retrocesso e quatro (4) respondentes acreditam que a implementação das SDRs acabaram por reduzir os recursos disponíveis para o município.

Os demais pontos observados pelos entrevistados podem ser consultados no Quadro 18.

Quadro 18 - Relação dos pontos negativos identificados em relação as Secretarias Regionais

Ponto negativo observado	Nº pessoas citaram este ponto
Aumento da folha de pagamento do estado	7
Não houve regresso	4
Diminuição dos recursos do município	4
Criação de estruturas de governo que substituíram os fóruns sociais, fazendo com que o debate sobre o desenvolvimento tenha se transformado em uma questão de governo e não mais da sociedade.	2
Morosidade na solução de problemas	2
Falta de profissionais qualificados (nas SDRs)	2
Fragmentação da visão de território	1
Volume de investimentos: os investimentos decorrem de financiamentos e não de receitas próprias	1
Profissionais não comprometidos (nas SDRs)	1
Falta de capacitações e diálogos	1
Privilégios aos municípios administrados por governantes que compõe partidos de apoio ao governo estadual	1
Aumento da burocracia para encaminhamento de projetos	1

Continua

Continuação

Retirada de alguns serviços (Fatma)	1
Não houve a totalidade da descentralização orçamentária	1
Não executaram os planejamentos realizados por região	1
Não houve a descentralização financeira por secretaria prevista	1
Ausência de projetos regionais	1
Criação do Sigef - Sistema centralizado de convênios	1
Centralização	1
Conselho regional está fazendo papel figurativo	1
Distanciamento entre as autoridades de governo	1

Elaboração: autora/2014

Fonte: Questionários aplicados

Em relação as perguntas para subsidiar o entendimento sobre o sentimento de pertencimento dos entrevistados, realizou-se no questionário 4 (quatro) perguntas finais as quais tiveram a intenção de identificar os municípios mais procurados para assuntos relativo a saúde, educação, lazer e também onde se teria intenção de comprar um imóvel para moradia. Estas questões associadas as relativas ao trabalho especialmente na quantidade de vezes de descolamento nas sedes das Associações de Municípios e Secretaria de Desenvolvimento Regional, pergunta esta nortearam as recomendações finais. O Quadro 22 apresenta os resultados desta análise.

5.2.1.2 Análise das respostas das Entrevistas Semi-Estruturadas

Com o objetivo de levantar e analisar percepções de dirigentes de instituições identificadas com conflitos e que atuam em âmbito regional nos municípios objeto da pesquisa, foi elaborada uma entrevista semiestruturada contendo seis perguntas. Os questionários foram aplicados durante o mês de agosto de 2014. A amostragem foi definida de forma intencional, que conforme Gil (2002), consiste em selecionar as pessoas com características tidas como relevantes pelo investigador.

Martins fala sobre a entrevista semi-estruturada, dizendo que ela é:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo, a medida que recebem as respostas do entrevistado. Este seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (MARTINS, 2004)

ASs entrevistas foram respondidas por funcionários das Associações de Municípios, Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina e Fecam - Federação Catarinense de Municípios. Estas entidades foram escolhidas devido a sua interlocução direta em projetos de desenvolvimento regional.

A primeira pergunta questionava aos respondentes: “Em sua opinião, quais os maiores problemas que você identifica operacionalmente com os municípios que pertencem a recortes territoriais não coincidentes com o recorte territorial adotado por esta instituição?”.

Dificuldade e confusão na organização de agendas coletivas foi um dos principais problemas mencionados pelas instituições. A falta de sinergia nas operações políticas e técnicas em nível regional também foi citada, em comentários como:

Há sobreposição de planejamentos e perspectiva de investimento de recursos e capacidades (forças operacionais) disponíveis e mutilação e dispersão das forças políticas em sua capacidade residual de intervenção na realidade regional.

Outro entrevistado acrescentou que os recortes territoriais não coincidentes “dificultam, confundem e atrapalham o planejamento e a tomada de decisão regional, além de desvirtuar e fragilizar a execução de políticas públicas”.

A questão da logística foi mencionada em diversos momentos. Os respondentes argumentaram que muitas vezes há deslocamentos

desnecessários (viagens a locais/sedes regionais diferentes para tratar do mesmo tema), o que dificulta a conciliação de agendas e aumenta as despesas das instituições.

Foi possível identificar, principalmente em entrevistas respondidas pelas associações de municípios, um nítido distanciamento das SDRs, como se não tivessem vínculo, objetivos comuns ou interdependência, a exemplo das seguintes sentenças: “[a associação] não participa das reuniões, não tem ligação com as SDRs”; “Há inexistência de diálogos e parcerias e o trabalho fica fragmentado”.

A pergunta de número dois solicitava aos voluntários elencar os papéis institucionais perdidos após a instalação das Secretarias de Desenvolvimento Regional. Analisando as respostas dos questionários replicados pelas associações de municípios, parece haver um discurso majoritário de que estas instituições não necessariamente perderam papéis, mas “deixaram de ganhar”: “Não perdemos, deixamos de ganhar ou fortalecer os já existentes. A associação estagnou, passamos a ter outros organismos [no caso desta associação, 3 SDRs] dentro da mesma região de abrangência, gestando em áreas comuns [...]”. Outro questionário trazia a resposta: “[...] as SDRs influenciaram para que a participação das atividades das associações diminuísse [...]”.

Retornando à questão anterior de que as associações de municípios se configuram como entidades totalmente independentes das SDRs, um voluntário respondeu que:

Na minha opinião, não perdeu nada. As SDRs são uma organização governamental de cunho político partidário que, no intuito de manterem-se vivas, impõem a passagem de qualquer decisão pelas mesmas, que a princípio parece ser interessante pois partem da base para as esferas superiores de governo. O cidadão reclama que não justifica estas estruturas para discutir, aprovar e encaminhar os pleitos decididos nas reuniões de colegiado, que mais parecem reuniões de compadres, tudo se aprova e pouco retorna pela falta de recursos financeiros escassos. Já as Associações são o único fórum legítimo e representativo dos Prefeitos em seus anseios e aspirações.

Em relação aos questionários respondidos por funcionários da Epagri, é possível identificar certa neutralidade, em sentenças que

ressaltam que a implantação das SDRs pouco alterou ou influenciou no funcionamento desta entidade:

Acredito que, do ponto de vista institucional, não houve perdas. Pelo contrário: a Epagri passou a acumular mais funções. No início, a ideia do estado [com a criação das SDRs] era ‘tutelar’ a Epagri. Mas como a Epagri tem programas de governo muito amplos, não podia considerar apenas demandas regionais.

O questionamento de número três solicitava aos voluntários que enumerassem os papéis ganhos pela instituição após a implementação das SDRs. A intenção deste questionamento era principalmente compreender se a criação das SDRs de alguma forma proporcionou às entidades a sensação de fortalecimento ou prestígio.

Algumas associações citaram que o estabelecimento das SDRs “liberou” as entidades da organização de alguns eventos e encontros regionais, que passaram a ser organizados pelas secretarias. Acredita-se que isto se constituiu um ganho para as entidades sob o ponto de vista de que “sobra” mais tempo e força de trabalho para outras demandas.

O auxílio na elaboração de projetos para captação de verbas estaduais, a parceria em projetos, principalmente com o fornecimento de especialistas técnicos, e a facilidade no protocolo de documentos também foram citados como ganhos para as entidades após a implantação das SDRs.

Um questionário respondido por uma associação de municípios enxerga a fragilidade da SDR a qual pertence como uma oportunidade ao autofortalecimento:

[...] Provavelmente a ocupação deste espaço dê-se, justamente, em face da fragilidade dos recortes institucionais constituídos, que prevalecem fragmentados e frágeis em intervenção. Assim, defendendo a tese de que a associação, percebendo as lacunas e espaços não perdeu, mas valorizou-se no seu papel, que sem institucionalização e estruturação, ocupa a dinâmica da região com debates e inserções que superam a letargia das instituições ‘oficiais’ ou estatais. Assim, no foco dado pelas lideranças da associação, que é o da representação política e desenvolvimento econômico, a associação se destaca, seja pela criação de um discurso de defesa de um projeto microrregional, seja pela capacidade de mobilização dos atores que pertencem a este ambiente. É muito provável que parte desta dinâmica de ‘assentamento e fortalecimento operacional’ esteja, justamente, em face da fragilidade das demais instituições.

Sobre os questionários respondidos pela Epagri, uma das entrevistas trouxe a seguinte resposta:

A credibilidade da Epagri aumentou trabalhando em conjunto com as SDRs. Para a entidade foi muito positivo. A implantação das SDRs facilitou trâmites e negociações. Por exemplo: Epagri recebia uma verba X para um projeto, mas a regional tinha uma demanda maior e acabava não conseguindo atender a todas as solicitações. Com o intermédio das SDRs, há mais flexibilidade para realocar verbas.

Também foi citado, em outra entrevista com funcionário da Epagri, que “O papel da entidade se manteve inalterado. O que ocorre hoje é que a Epagri assume demandas e trabalhos das SDRs porque elas não têm pessoal suficiente e/ou com formação técnica nas áreas”.

Examinando as perguntas 2 e 3, é possível perceber que, de maneira geral, as associações de municípios têm uma visão predominantemente negativa em relação à implantação das SDRs, enquanto a Epagri têm uma opinião mais frequentemente positiva sobre o mesmo tópico.

A pergunta de número quatro fazia o seguinte questionamento aos respondentes: “No âmbito do planejamento regional, quais as maiores dificuldades ou potencialidades encontradas para a operacionalização dos diversos recortes e como é feito a compatibilização setorialmente das ações e propostas?”.

As associações de municípios citam que a não coincidência dos recortes territoriais muitas vezes geram “jogos” e conflitos de interesse dentro da própria entidade, a exemplo da citação:

A existência de diversos recortes acaba criando núcleos de interesse e competições entre os municípios, os que pertencem a essa ou aquela SDR dentro da mesma associação. Não existe compatibilização, e sim uma disputa, jogo de força política. As associações sempre foram apatidárias, já as SDRs estão a serviço de um governo específico, hoje isso fica bem claro.

A ideia aparece também em outras respostas, com termos como “pulverização das lideranças” e “individualismo”. Outra dificuldade pontuada é a sobreposição e não coincidência de planejamentos e projetos, a exemplo da citação de determinada associação de municípios:

No corte geográfico [...] acredito que a maior dificuldade é que cada entidade tem seu planejamento e às vezes municípios que não fazem parte perdem e outros ganham, exemplo: a associação faz a cada 02 anos audiências públicas para os produtores rurais envolvendo as promotorias das comarcas de Campo Erê, São Lourenço do Oeste e São Domingos. Os meus municípios se beneficiam, mas na comarca de Campo Erê, ficam 03 municípios fora do processo pois pertencem a outra associação de municípios. Na comarca de São Domingos, fica 01 município fora do processo.

A resposta de outra entidade destaca-se pela exatidão com que enumera as dificuldades em relação aos recortes territoriais:

[...] Muitos assuntos técnicos do SUS são tratados em Videira. Assuntos de ordem ambiental são operacionalizados em Caçador (Fatma). Assuntos da Receita Federal tangem a Lages. Assuntos de captação federal de recursos são tratados na cidade de Blumenau. Tratativas relacionadas aos territórios de cidadania (Territórios Rurais) acontecem com movimentação na cidade de Campos Novos. Assuntos tangentes à energia devem ser tratados na representação regional de Lages da Celesc. Assuntos habitacionais, em regra tratam-se em Florianópolis. Temas relacionados a saneamento decorrem em São José, na Grande Florianópolis. A articulação regional da Cidasc está em Caçador. Casan é Rio do Sul. Diante destes recortes, como pensar o papel da SDR local? Como planejar e articular com este espectro? Diria que as eficiências operacionais são praticamente impossíveis no plano do diálogo das instituições internas. Talvez esse quadro tenha sido causador de mobilizações mais flexíveis e pouco dependentes de instituições e recortes estatais.

Outra associação de municípios acredita que:

Há um sombreamento, uma dificuldade de interpretação dos papéis das SDRs e das associações de municípios. Por exemplo: as SDRs deveriam levar ao governo estadual, de forma mais prática e direta, as demandas de determinada região. Isso acontece. Mas as associações de municípios ainda sentem a necessidade de intervir, levando suas reivindicações também ao governo do estado. Soa como retrabalho.

Novamente os questionários respondidos pelos funcionários da Epagri demonstram um número visivelmente menor de dificuldades em relação aos conflitos nos recortes territoriais em comparação com as entrevistas das associações de municípios. Acredita-se que tal situação se deva ao fato da entidade ter maior liberdade na tomada de decisões e/ou ser menos dependente da captação de verbas públicas ao longo do período orçamentário.

Em relação à quinta pergunta, que questionava “Quais institucionalidades que trabalham na temática do desenvolvimento regional foram extintas ou criadas após a instalação das Secretarias Regionais? (ex. Agência de Desenvolvimento Regional, Consórcios, etc.)”, as associações de municípios, de maneira geral, acreditam que houve uma “desmobilização” nos projetos regionais que estavam sob a coordenação das mesmas. Seis (6) voluntários responderam que não foram ou não lembram da extinção nem da criação de institucionalidades após as SDRs, enquanto um entrevistado respondeu que não sabia.

De acordo com os respondentes, as institucionalidades que mais foram prejudicadas após a implementação das SDRs foram as Agências de Desenvolvimento Regional (4 citações), a exemplo: “Agência de Desenvolvimento Regional ficou enfraquecida, sem participação [...]” e:

Após a instalação das SDRs, a Agência de Desenvolvimento Regional deixou de existir, os Fóruns de Desenvolvimento Regional desapareceram, porque as SDRs absorveriam estas funções. Foram implantados na região da associação 2 consórcios públicos intermunicipais, ambos totalmente isentos do estímulo, incentivo ou participação das SDRs. Foram sim fomentados pela associação.

Outros organismos/projetos citados como extintos foram Forumcat; Fóruns Regionais de Desenvolvimento e Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado - FDRI. Em relação às institucionalidades criadas, os respondentes citaram: Consórcios Públicos Intermunicipais; Escola de Gestão Pública Municipal - Egem e colegiados diversos.

De maneira geral, é possível perceber que as associações de municípios tem se organizado no sentido de se tornarem cada vez menos “dependentes” das secretarias regionais, inclusive evitando ser vinculadas a elas, por entenderem que as SDRs não representam com propriedade os interesses dos municípios atendidos, como se estes dois organismos (associação e SDR) não defendessem os mesmos objetivos. A ideia é muito bem exposta no seguinte parágrafo, referente ao questionamento de número 5, respondido por uma associação de municípios:

Em âmbito da [associação], não há consequência direta na extinção de agências de desenvolvimento. No plano do desenvolvimento regional, a própria SDR produziu, em conjunto com outros componentes constitutivos da sociedade e instituições ao seu planejamento regional, caracterizado pela amplitude e diversidade de enfoques, sem um recorte específico tangente à constituição e comando do processo econômico e produtivo. Este plano não se assenta como uma ferramenta da sociedade e nem mesmo da SDR. Há mesmo conflito de metodologia: as SDRs operacionalizam demandas dos municípios e outros, enquanto o planejamento estratégico (dotado de peças importantes) acaba sendo secundarizado no plano real. Limite de recursos, distanciamento entre demandas dos entes e demandas regionais, falta de coesão e incorporação da sociedade civil são algumas das causas fragilizadoras deste plano. A [associação] estabeleceu duas prioridades para a sua ação nos próximos anos: desenvolvimento econômico (com ênfase especial na área do turismo) e gestão tributária. É o recorte de um papel mínimo de interesse, nesta área, dado aos limites e capacidade da associação. O Consórcio Intermunicipal, com vigência anterior às SDRs atua na solução de desafios na área do lixo e dejetos. Na área da saúde, os municípios valem-se de um Consórcio de Saúde da [outra associação], sendo que a estruturação de consórcio próprio está em fase de estudos, especialmente como estratégia de fortalecimento das especialidades médicas na própria região, tema que vem aliado à redução de custos com serviços e medicamentos.

Na pergunta de número seis foi solicitado aos entrevistados que citassem os municípios que, em sua opinião e dentro da região de abrangência da associação de municípios, encontram maior problema no recorte territorial. Este questionamento teve a intenção de confrontar a visão dos respondentes em relação aos municípios que foram levantados como os que mais padecem com recortes territoriais não coincidentes e já apresentados ao longo desta pesquisa. Dos municípios mais citados encontra-se: Ibiam, Serra Alta, todos os Municípios pertencentes a

Amurc, a Amerios, além de Campo Ere e Macieira.

Parte da metodologia estava uma entrevista aberta com um secretário de estado setorial e um secretário de estado regional. Ambos em suas respostas colocaram que a questão da fragmentação do território foi uma das grandes causas da não consolidação do modelo de regionalização do desenvolvimento. Que o processo sem dúvida favorece para um crescimento uniforme, para a descentralização da renda, para o menos desperdício, diminuição das desigualdades. O que ocorre é que nos primeiros 4 anos do processo o caminho estava sendo trilhado de maneira a se atingir estes e outros objetivos primordiais para o desenvolvimento de uma região administrativa. No entanto nos últimos 8 anos o processo se inverteu ocasionando que as secretarias regionais perdessem suas funções e objetivos principais, tornando-se um escritório político.

O Quadro 22 foi construído a partir dos questionários semi-abertos e entrevistas estruturadas onde cada X corresponde a vez que foi citado aquela sede regional pelos voluntários que participaram da pesquisa qualitativa. Isto subsidiou a estabelecer um dos critérios essenciais para as recomendações finais.

Quadro 19 - Dados Síntese dos Municípios com Conflitos na Área da Pesquisa

MUNICÍPIOS COM MAIORES CONFLITOS	Sede da Associação de Municípios	Sede da Secretaria de Desenvolvimento Regional	Sedes Regionais com vínculo institucional	KMs de cada sede	IDHM/ PNUD 2010	Posição IDHM no Estado de SC	Pop. Total/ Urbana 2010	Taxa de crescimento população 2000/2010
CAMPOERE	Maravilha	São Lourenço do Oeste	Maravilha	57	0,690	253	9370/6252	-0,99%
			SLO	35				
			SMO	75				
			Chapécó	124				
			Xanxerê	128				
RIQUEZA	Maravilha	Palmitos	Maravilha	55	0,714	198	4838/2154	-0,65%
			Palmitos	24				
			SMO	70				
			Chapécó	88				
C.AIBI	Maravilha	Palmitos	Maravilha	46	0,728	163	6219/3578	-0,21%
			Palmitos	14				
			SMO	78				
			Chapécó	79				
CUNHATAI	Maravilha	Palmitos	Maravilha	55	0,754	88	1822/569	0,32%
			Palmitos	38				
			SMO	97				
			Chapécó	67				
CUNHAPORA	Maravilha	Palmitos	Maravilha	18	0,742	119	10613/6519	0,37%
			Palmitos	37				
			SMO	61				
			Chapécó	91				

Continua

Continuação

PINHALZINHO	Chapecó	Maravilha	Chapecó	57	0,783	24	16332/13615	2,83%
			Maravilha	31				
			SMO	73				
			Palmitos	57				
C.AÇADOR	Videira	Caçador	Videira	40	0,735	148	70762/64457	1,12%
			Caçador	-				
			Joaçaba	101				
			Porto União	101				
			Chapecó	220				
MACIEIRA	Videira		Videira	44	0,662	276	1826/501	-0,40%
			Caçador	47				
			Joaçaba	64				
			Porto União	123				
			Chapecó	191				
RIO DAS ANTAS	Videira		Videira	23	0,697	240	6143/2740	0,02%
			Caçador	21				
			Joaçaba	83				
			Porto União	114				
			Chapecó	226				

Continua

Continuação

LEBONREGIS	Videira	Caçador	Videira	59	0,649	286	11838/7522	0,13%
			Caçador	40				
			Joaçaba	120				
			Porto União	125				
			Lages	138				
			Chapeçó	261				
CALMON	Videira	Caçador	Videira	76	0,622	292	3387/2115	-0,23%
			Caçador	32				
			Joaçaba	137				
			Porto União	58				
			Canoinhas	123				
			Chapeçó	239				
IBIAM	Videira	Campos Novos	Videira	37	0,725	171	1945/695	-0,05
			Campos Novos	28				
			Joaçaba	56				
			Chapeçó	212				
PAIAL	Concórdia	Seara	Concórdia	80	0,718	185	1763/336	-1,51%
			Seara	42				
			Joaçaba	160				
			Chapeçó	33				

Continua

Continuação

ARVOREDO	Concórdia	Seara	Concórdia	64	0,715	196	2260/501	-0,20%
			Seara	26				
			Joaçaba	143				
			Chapecó	23				
XAVANTINA	Concórdia	Seara	Concórdia	55	0,749	102	4142/1118	-0,61%
			Seara	17				
			Joaçaba	134				
			Chapecó	51				
IPUMIRIM	Concórdia	Seara	Concórdia	32	0,738	132	7220/3148	0,44%
			Seara	44				
			Joaçaba	103				
			Chapecó	88				
ARABUTA	Concórdia	Seara	Concórdia	18	0,733	151	4193/1307	0,08%
			Seara	31				
			Joaçaba	98				
			Chapecó	74				
LINDOIA DO SUL	Concórdia	Seara	Concórdia	42	0,743	115	4642/1930	-0,14%
			Seara	55				
			Joaçaba	96				
			Chapecó	98				

Continua

Continuação

ITA	Concórdia	Seara	Concórdia	45	0,771	48	6426/4507	-0,51%
			Seara	23				
			Joaçaba	124				
			Chapecó	64				

Elaboração: autora/2014

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil>, consultado em junho/2014 e www.entrecidadesdistancia.com.br; consultado em junho/2014

Quadro 20 - População e Taxa de Crescimento dos Municípios Sedes

MUNICÍPIOS SEDES	População urbana/2010	População total/2010	Taxa de crescimento 2000/2010
1. Quilombo	5.746	10.248	-0,46%
2. Itapiranga	7.616	15.409	0,96%
3. Palmitos	9871	16.020	-0,01%
4. Dionísio Cerqueira	10.191	14.811	0,39%
5. Seara	11.586	16.936	0,27%
6. São Lourenço do Oeste	16.880	21.792	1,23%
7. Maravilha	18.087	22.101	1,78%
8. Joaçaba	24.924	27.020	1,35%
9. Campos Novos	27.064	32.824	0,90%
10. Porto União	28.266	33.493	0,50%
11. São Miguel do Oeste	32.065	36.306	1,17%
12. Curitibanos	34.769	37.748	0,46%
13. Xanxerê	39.143	44.128	1,66%
14. Canoinhas	39.273	52.765	0,22%
15. Videira	42.856	47.188	1,27%
16. Concórdia	54.865	68.621	0,85%
17. Caçador	64.457	70.762	1,12%
18. Lages	153.937	156.727	-0,03%
19. Chapecó	168.113	183.530	2,25%

Elaboração: autora/Junho/2014

Fonte: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil>>.

Quadro 21 - Dados Síntese do Municípios, Sedes Regionais X Órgãos Sediados

MUNICÍPIOS COM MAIORES CONFLITOS	Sede da Associação de Municípios	Sede da Secretaria de Desenvolvimento Regional	Sedes Regionais com vínculo Institucional	Número órgãos X sedes	Notas
ASSOCIAÇÃO DA AMERIOS					
CAMPO ERE	Maravilha	São Lourenço do Oeste	Maravilha	1	Apenas AM
			SLO	4	
			SMO	2	
			Chapecó	4	
			Xanxerê	1	
RIQUEZA	Maravilha	Palmitos	Maravilha	1	Apenas AM
			Palmitos	3	
			SMO	3	
			Chapecó	5	
CAIBI	Maravilha	Palmitos	Maravilha	1	Apenas AM
			Palmitos	3	
			SMO	2	
			Chapecó	6	
CUNHATAI	Maravilha	Palmitos	Maravilha	1	Apenas AM
			Palmitos	3	
			SMO	1	
			Chapecó	7	

Continua

Continuação

CUNHA PORA	Maravilha	Palmitos	Maravilha	1	Apenas AM
			Palmitos	3	
			SMO	2	
			Chapecó	7	
ASSOCIAÇÃO DA AMOSC					
PINHALZINHO	Chapecó	Maravilha	Chapecó	9	Apenas SDR, GE
			Maravilha	2	
			SMO	1	
			Palmitos	1	
ASSOCIAÇÃO DA AMARP					
CAÇADOR	Videira	Caçador	Videira	3	Situação idêntica Caçador, Macieira e Rio das Antas.
			Caçador	5	
			Joaçaba	3	
			Porto União	1	
			Chapecó	1	
MACIEIRA	Videira		Videira	3	Situação idêntica Caçador, Macieira e Rio das Antas.
			Caçador	5	
			Joaçaba	3	
			Porto União	1	
			Chapecó	1	
RIO DAS ANTAS	Videira		Videira	3	Situação idêntica Caçador, Macieira e Rio das Antas.
			Caçador	5	
			Joaçaba	3	
			Porto União	1	
			Chapecó	1	
LEBON RÉGIS	Videira	Caçador	Videira	3	Em relação a Calmon muda apenas uma sede Lages por Canoinhas
			Caçador	5	
			Joaçaba	2	
			Porto União	1	
			Lages	1	
			Chapecó	1	
CALMON	Videira	Caçador	Videira	3	Em relação a Lebon Régis muda apenas uma sede Lages por Canoinhas
			Caçador	5	
			Joaçaba	2	
			Porto União	1	
			Canoinhas	1	
			Chapecó	1	

Continua

Continuação

IBIAM	Videira	Campos Novos	Videira	3	Três sedes concentram grande número de entidades
			Campos Novos	4	
			Joaçaba	5	
			Chapecó	1	
ASSOCIAÇÃO DA AMAUC					
PAIAL	Concórdia	Seara	Concórdia	5	Apenas SDR, GE
			Seara	2	
			Joaçaba	2	
			Chapecó	4	
ARVOREDO	Concórdia	Seara	Concórdia	5	Apenas SDR, GE
			Seara	2	
			Joaçaba	2	
			Chapecó	4	
XAVANTINA	Concórdia	Seara	Concórdia	5	Apenas SDR, GE
			Seara	2	
			Joaçaba	2	
			Chapecó	3	
IPUMIRIM	Concórdia	Seara	Concórdia	5	Apenas SDR, GE
			Seara	2	
			Joaçaba	5	
			Chapecó	1	
ARABUTA	Concórdia	Seara	Concórdia	5	Apenas SDR, GE
			Seara	2	
			Joaçaba	5	
			Chapecó	1	
LINDOIA DO SUL	Concórdia	Seara	Concórdia	5	Apenas SDR, GE
			Seara	2	
			Joaçaba	5	
			Chapecó	1	
ITÁ	Concórdia	Seara	Concórdia	5	Apenas SDR, GE
			Seara	2	
			Joaçaba	4	
			Chapecó	1	

Elaboração da Tabela: autora/2014

Fonte: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil>>.

Quadro 22 - Imagem simbólica dos entrevistados em relação as sedes regionais

MUNICIPIOS	SEDES REGIONAIS	Quantidade de deslocamentos por semana (Trabalho)	Quantidade de vezes citadas (Particular)
CAMPO ERE	Maravilha São Lourenço do Oeste São Miguel do Oeste Chapecó Xanxerê	XX XXXXX XXXX XX XX	- XX X XXXXXXXXXX -
RIQUEZA	Maravilha Palmitos São Miguel do Oeste Chapecó	XXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX	X XXXX X XX
CAIBI	Maravilha Palmitos São Miguel do Oeste Chapecó	XXXXX XXXXX X XXXX	XXX XXXXX XX XXXXXXXX
CUNHATAI	Maravilha Palmitos São Miguel do Oeste Chapecó	XX X	XXXX XX XXXX
CUNHA PORA	Maravilha Palmitos São Miguel do Oeste Chapecó	XXX XXX XXX XXX	XXX XXXX
PINHALZINHO	Chapecó Maravilha São Miguel do Oeste Palmitos	XXXXXX	XXXXXXXXXXXX
CAÇADOR	Videira Caçador Joaçaba Porto União Chapecó	XX XX X	XX XXXXXXXXXXXX X
MACIEIRA	Videira Caçador Joaçaba Porto União Chapecó	XXX XXXXX XX	XXXXX XXXXX
RIO DAS ANTAS	Videira Caçador Joaçaba Porto União Chapecó	XX XXXXXX	XXX XXXXXX X XXX
LEBON RÉGIS	Videira Caçador Joaçaba Porto União Lages Chapecó Canoinhas(outros)	XXXX XXXXX X X X XX X	XXXXXXXXX X X X
CALMON	Videira Caçador Joaçaba Porto União Canoinhas Chapecó	XXXX	XXXXXXXX XXX

Continua

Continuação

IBIAM	Videira Campos Novos Joaçaba Chapecó	X XX	XX XX X X
PAIAL	Concordia Seara Joaçaba Chapecó	X	XX XXX
ARVOREDO	Concordia Seara Joaçaba Chapecó	X X	XX XXXX
XAVANTINA	Concordia Seara Joaçaba Chapecó	XXX XX XXX	XXXX XXXXXXXX
IPUMIRIM	Concordia Seara Joaçaba Chapecó	XXX XX	XXXX XX
ARABUTA	Concordia Seara Joaçaba Chapecó	XXX X	XXXXXXXX X XXX
LINDOIA DO SUL	Concordia Seara Joaçaba Chapecó	XXX X	XXXXXXXX X X
ITÁ	Concordia Seara Joaçaba Chapecó	XX	XXXX XX XX XX

X – Quantidade de vezes em que os entrevistados citaram o Município.

Elaboração: Márcia Regina Sartori Damo/2014

Fonte: Questionários aplicados

5.3 PROPOSIÇÃO DE REARRANJO TERRITORIAL

O melhor arranjo territorial especialmente em termos administrativos, passa sem dúvida por estudos e critérios sejam técnicos ou/e teóricos bem como por questões empíricas já que elementos ancorados na percepção dos stakeholders são bastante importante para a tomada de decisões nesta temática. Aplicando metodologia específica e já detalhada na presente tese chega-se a resultados que estão sendo apresentados a seguir.

Assim, foram 4 (quatro) os critérios selecionados para serem aplicados visando a melhor vinculação regional daqueles municípios considerados os mais conflituosos sob o ponto de vista da fragmentação territorial. Estes critérios são os detalhados no Quadro 23 e foram definidos tendo em vista que: a) a distância e o tempo de deslocamento é condição fundamental para cada um dos Municípios levando em conta minimizar tempo e custos; b) o número atual de instituições vinculadas a determinada sede enseja um deslocamento mais frequente; c) a população de cada uma das sedes em relação aos serviços em geral prestados é diretamente proporcional e por fim, d) o sentimento de pertencimento, onde se avalia onde as pessoas se enxergam e onde a relação é mais intensa também no campo particular das suas atividades.

O quadro 23 resumidamente identifica através de pesos aqueles critérios os quais subsidiaram as recomendações da presente pesquisa, considerando-se o peso 3 (três) àqueles com maior influência e decisão e o peso 1 os que representam menor grau de importância.

As figuras 130, 131, e 132 demonstram como o Sistema de Informações Geográficas pode ser um aliado para tomada de decisões. Nelas estão mostrados por tipo de rodovia os menores tempos de deslocamentos.

Quadro 23 - Metodologia para Aplicação de Critérios

a. DISTÂNCIA e TIPO DE RODOVIA DO MUNICÍPIO ATÉ A SEDE REGIONAL (TEMPO DE DESLOCAMENTO)	Peso
Até 50 km	3
De 51 a 100 km	2

Continua

Continuação

Mais de 101 km	1
b. Quantidade de órgãos sediados em cada uma das sedes regionais	Peso
5 ou mais órgãos regionais	3
3 e 4 órgãos regionais	2
1 e 2 órgãos regionais	1
c. POPULAÇÃO URBANA DAS SEDES REGIONAIS	Peso
Mais de 30.001 habitantes	3
12.001 a 30.000 habitantes	2
Até 12.000 habitantes	1
d. IMAGEM SIMBÓLICA DA POPULAÇÃO	Peso
MAIS DE 70% (citado + de 7 vezes)	3
30 A 70 % (citado de 3 a 7 vezes)	2
Até 30% (citado até 3 vezes)	1

Elaboração: autora/2014

Nesta direção, o Quadro 24 apresenta para cada um dos 19 (dezenove) municípios os pesos relativos, chegando-se a uma totalização que indica qual a sede mais apropriada para sua vinculação com as institucionalidades pesquisadas, todas detalhadas no Quadro 25 o qual na coluna das observações consta as recomendações e justificativas individuais. De todas as sedes regionais identificadas as cidades de Chapecó, Caçador, e Concórdia são aquelas que mais atendem as necessidades dos Municípios alvo da pesquisa.

Pode-se assim verificar que questões tais como a centralidade, polarização, serviços oferecidos e da população relativa de cada um destes 3 (municípios) que são os mais populosos da área da presente pesquisa, tem importância destacada na questão de vinculação institucional dos municípios. Portanto, este rearranjo regional a partir dos estudos realizados de forma técnica e empírica utilizando a metodologia qualitativa e o sistema de informações geográficas como instrumental pode ajudar sobremaneira para que a multiescalaridade dos processos não prejudique o processo de desenvolvimento regional que parte de pressupostos importantes citados por diversos autores na fundamentação teórica desta pesquisa.

A figura 129 apresenta todos os Municípios com as respectivas ligações recomendadas em função dos diversos critérios e pesos adotados. Pode-se observar que os Municípios de Chapecó, Concórdia e Caçador foram os mais polarizados além de pontualmente os Municípios de São Miguel do Oeste em relação a Riqueza, São Lourenço do Oeste com relação a Campo Erê, Campos Novos em relação a Ibiam e Maravilha com relação a Caibi e Cunha Pora

Para a construção das figuras 130,131 e 132 utilizou-se metodologia do sistema de informações geográficas – SIGs - para que espacialmente se pudesse identificar, em função das distancias e tipos de rodovias de acesso, o menor tempo de deslocamento dos municípios ao seu entorno e aos municípios sedes vinculados. Neste sentido foi fundamental a informação sobre a rede de rodovias do Estado na área de abrangência da pesquisa, a localização das sedes municipais e a definição da velocidade média de circulação em função da tipologia da via, para os quais se atribuiu os seguintes valores:

- Pontes – 30 km/h
- Acessos – 40 km/h
- Rodovia Estadual – 60 km/h
- Rodovia Federal – 70 Km/h

A partir destes condicionantes e com os shapes base, os mapas foram construídos priorizando-se 3 (três) cidades alvo da pesquisa localizadas em 3 (três) regiões distintas. Portanto, pode-se verificar a situação dos Municípios de Ibiam, Arabutã e Campo Ere, os quais podem subsidiar efetiva e tecnicamente a tomada de decisões. Este mesmo processo deve ser feito para todos os municípios alvo da pesquisa.

Quadro 24 - Aplicação dos Critérios de Avaliação e Pesos

MUNICÍPIOS	SEDES REGIONAIS	NÚMERO ORGAOS REGIONAIS	PESO	DISTÂNCIA x TEMPO DESLOCA- MENTO (Km)	PESO	POPULAÇÃO URBANA (censo IBGE 2010)	PESO	PESQUISA QUALITATIVA (PESOS)	Peso final
CAMPOERE	Maravilha	1	1	57	2	18.087	2	1	6
	São Lourenço do Oeste	4	2	35	3	16.880	2	3	10
	São Miguel do Oeste	2	1	75	2	32.065	3	2	8
	Chapecô	4	2	124	1	168.113	3	3	9
	Xanxerê	1	1	128	1	39.143	3	1	6
RIQUEZA	Maravilha	1	1	55	2	18.087	3	2	8
	Palmitos	3	2	24	3	9.871	1	3	9
	São Miguel do Oeste	3	2	70	2	32.065	3	2	9
	Chapecô	5	3	88	2	168.113	3	3	11
	Maravilha	1	1	46	3	18.087	2	3	9
CAIBI	Palmitos	3	2	14	3	9.871	1	3	9
	São Miguel do Oeste	2	1	78	2	32.065	3	1	7
	Chapecô	6	3	79	2	168.113	3	3	11
	Maravilha	1	1	55	2	18.087	2	2	7
	Palmitos	3	2	38	3	9.871	1	1	7
CUNHATAI	São Miguel do Oeste	2	2	97	2	32.065	3	1	8
	Chapecô	6	3	67	2	168.113	3	2	10
	Maravilha	1	1	18	3	18.087	2	2	8
	Palmitos	3	2	37	3	9.871	1	1	7
	São Miguel do Oeste	1	1	61	2	32.065	3	1	7
CUNHA PORA	Chapecô	7	3	91	2	168.113	3	3	11
	Maravilha	1	1	57	3	18.087	2	3	11
	Palmitos	3	2	31	3	9.871	1	2	8
	São Miguel do Oeste	1	1	73	2	32.065	3	1	7
	Palmitos	1	1	57	2	9.871	1	1	5
PINHALZINHO	Chapecô	9	3	57	2	168.113	3	3	11
	Maravilha	2	1	31	3	18.087	2	2	8
	São Miguel do Oeste	1	1	73	2	32.065	3	1	7
	Palmitos	1	1	57	2	9.871	1	1	5
	Videira	3	2	40	3	42.856	3	2	10
CAÇADOR	Caçador	5	3	-	3	64.457	3	3	12
	Joaçaba	3	2	101	1	24.924	2	1	6
	Porto União	1	1	101	1	28.266	2	1	5
	Chapecô	1	1	220	1	168.113	3	1	6

Continua

Continuação

MACIEIRA	Videira	3	2	44	3	42.856	3	3	11
	Caçador	5	3	47	3	64.457	3	3	12
	Joaçaba	3	2	64	2	24.924	2	1	7
	Porto Uniao	1	1	123	1	28.266	2	1	5
RIO DAS ANTAS	Chapeçó	1	1	191	1	168.113	3	1	6
	Videira	3	2	23	3	42.856	3	2	10
	Caçador	5	3	21	3	64.457	3	3	12
	Joaçaba	3	2	83	2	24.924	2	1	7
LEBON REGIS	Porto Uniao	1	1	114	1	28.266	2	1	5
	Chapeçó	1	1	226	1	168.113	3	1	6
	Videira	3	2	59	2	42.856	3	2	9
	Caçador	5	3	40	3	64.457	3	3	12
CALMON	Joaçaba	2	2	120	1	24.924	2	1	6
	Porto Uniao	1	1	125	1	28.266	2	1	5
	Lages	1	1	138	1	153.937	3	1	6
	Chapeçó	1	1	261	1	168.113	3	1	6
IBLAM	Videira	3	2	76	2	42.856	3	1	8
	Caçador	5	3	32	3	64.457	3	3	12
	Joaçaba	2	2	137	1	24.924	2	1	6
	Porto Uniao	1	1	58	2	28.266	2	1	6
PALAL	Canoinhas	1	1	123	1	39.273	3	1	6
	Chapeçó	1	1	239	1	168.113	3	1	6
	Videira	3	2	37	3	42.856	3	2	10
	Campos Novos	4	2	28	3	27.064	2	3	10
ARVOREDO	Joaçaba	5	3	56	2	24.924	2	1	8
	Chapeçó	1	1	212	1	168.113	3	1	6
	Concordia	5	3	80	2	54.865	3	1	9
	Seara	2	1	42	3	11.586	1	2	7
ARVOREDO	Joaçaba	2	1	160	1	24.924	2	1	5
	Chapeçó	4	2	33	3	168.113	3	3	11
	Concordia	5	3	64	2	54.865	3	2	10
	Seara	2	1	26	3	11.586	1	1	6
ARVOREDO	Joaçaba	2	1	143	1	24.924	2	1	5
	Chapeçó	4	3	23	3	168.113	3	3	12

Continua

Continuação

XAVANTINA	Concordia	5	3	55	2	54.865	3	3	11
	Seara	2	1	17	3	11.586	1	2	7
	Joaçaba	2	1	134	1	24.924	2	1	5
	Chapecó	3	2	51	2	168.113	3	3	10
IPUMIRIM	Concordia	5	3	32	3	54.865	3	3	12
	Seara	2	1	44	3	11.586	1	1	6
	Joaçaba	5	3	103	1	24.924	2	1	7
	Chapecó	1	1	88	2	168.113	3	2	8
ARABUTA	Concordia	5	3	18	3	54.865	3	3	12
	Seara	2	1	31	3	11.586	1	1	6
	Joaçaba	5	3	98	2	24.924	2	1	8
	Chapecó	1	1	74	2	168.113	3	2	8
LINDOIA DO SUL	Concordia	5	3	42	3	54.865	3	3	12
	Seara	2	1	55	2	11.586	1	1	5
	Joaçaba	5	3	96	2	24.924	2	1	8
	Chapecó	1	1	98	2	168.113	1	1	5
ITA	Concordia	5	3	45	3	54.865	3	3	12
	Seara	2	1	23	3	11.586	1	2	7
	Joaçaba	4	2	124	1	24.924	2	2	7
	Chapecó	1	1	64	2	168.113	1	2	6

Elaboração: autora/2014

Quadro 25 - Vinculação Regional Recomendada

MUNICÍPIOS	SEDES REGIONAIS	OBSERVAÇÕES
CAMPO ERE	São Lourenço do Oeste	Alterar vinculação com a sede da Associação de Municípios
RIQUEZA	Chapecó São Miguel do Oeste	Relação intensa com Chapecó. Para fins de descentralização opta-se por uma segunda opção dentro dos pesos estabelecidos
CAIBI	Chapecó Maravilha	Relação intensa com Chapecó. Para fins de descentralização opta-se por uma segunda opção dentro dos pesos estabelecidos
CUNHATAI	Chapecó	Alterar vinculação com a sede da Associação dos Municípios
CUNHA PORA	Chapecó Maravilha	Relação intensa com Chapecó. Para fins de descentralização opta-se por uma segunda opção dentro dos pesos estabelecidos
PINHALZINHO	Chapecó	Alterar vinculação com a sede da Secretaria Regional ficando em Chapecó e não em Maravilha.
CAÇADOR	Caçador	Além do Município já ser uma sede regional, sua relação é intensa com a própria cidade, o que é natural. A alteração da sede da Amarp é recomendada.
MACIEIRA	Caçador	Relação intensa com Caçador
RIO DAS ANTAS	Caçador	Relação intensa com Caçador
LEBON RÉGIS	Caçador	Relação intensa com Caçador
CALMON	Caçador	Relação intensa com Caçador
IBIAM	Campos Novos	Vinculação com a Associação de Municípios de Campos Novos.
PAIAL	Chapecó	Relação intensa com Chapecó Sugere-se alterar a vinculação com a Associação de Municípios e com a Secretaria Regional
ARVOREDO	Chapecó	Relação intensa com Chapecó Sugere-se alterar a vinculação com a Associação de Municípios e com a Secretaria Regional
XAVANTINA	Concórdia	Relação intensa com Concórdia
IPUMIRIM	Concórdia	Relação intensa com Concórdia
ARABUTA	Concórdia	Relação intensa com Concórdia
LINDOIA DO SUL	Concórdia	Relação intensa com Concórdia
ITÁ	Concórdia	Relação intensa com Concórdia

Elaboração: Autora/2014

Figura 130 - Distância/Tempo de Ibiã até as Sedes Regionais

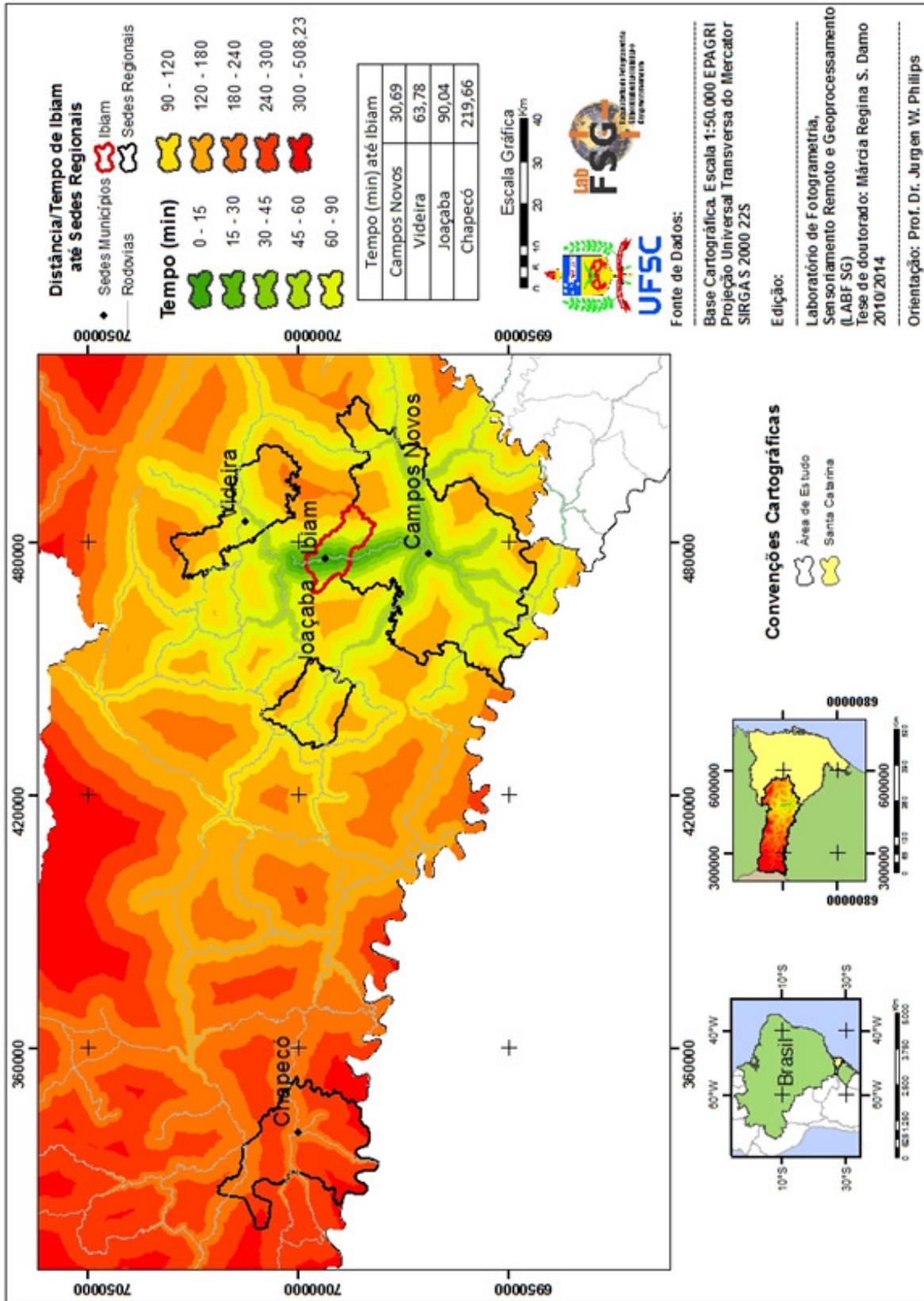
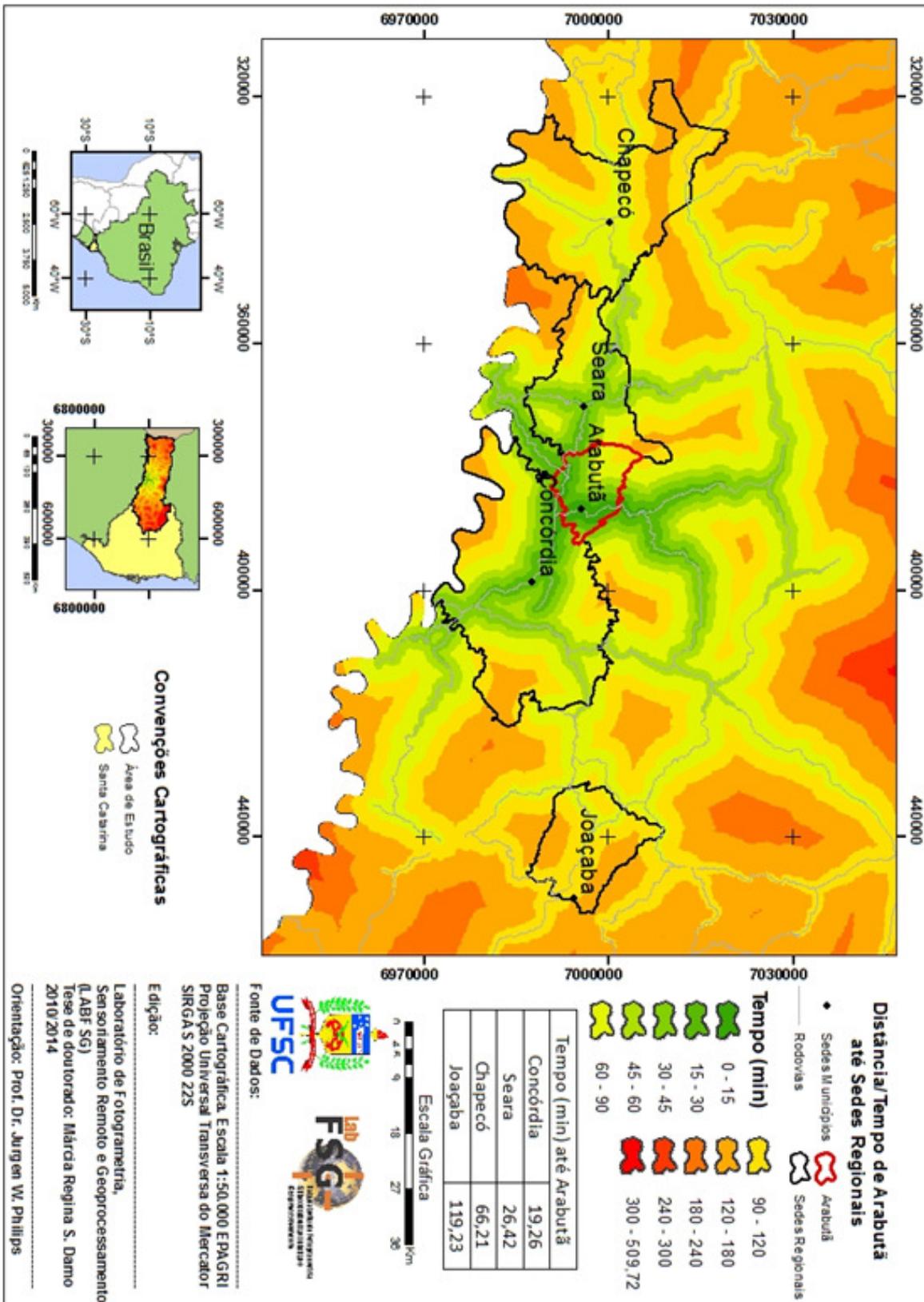
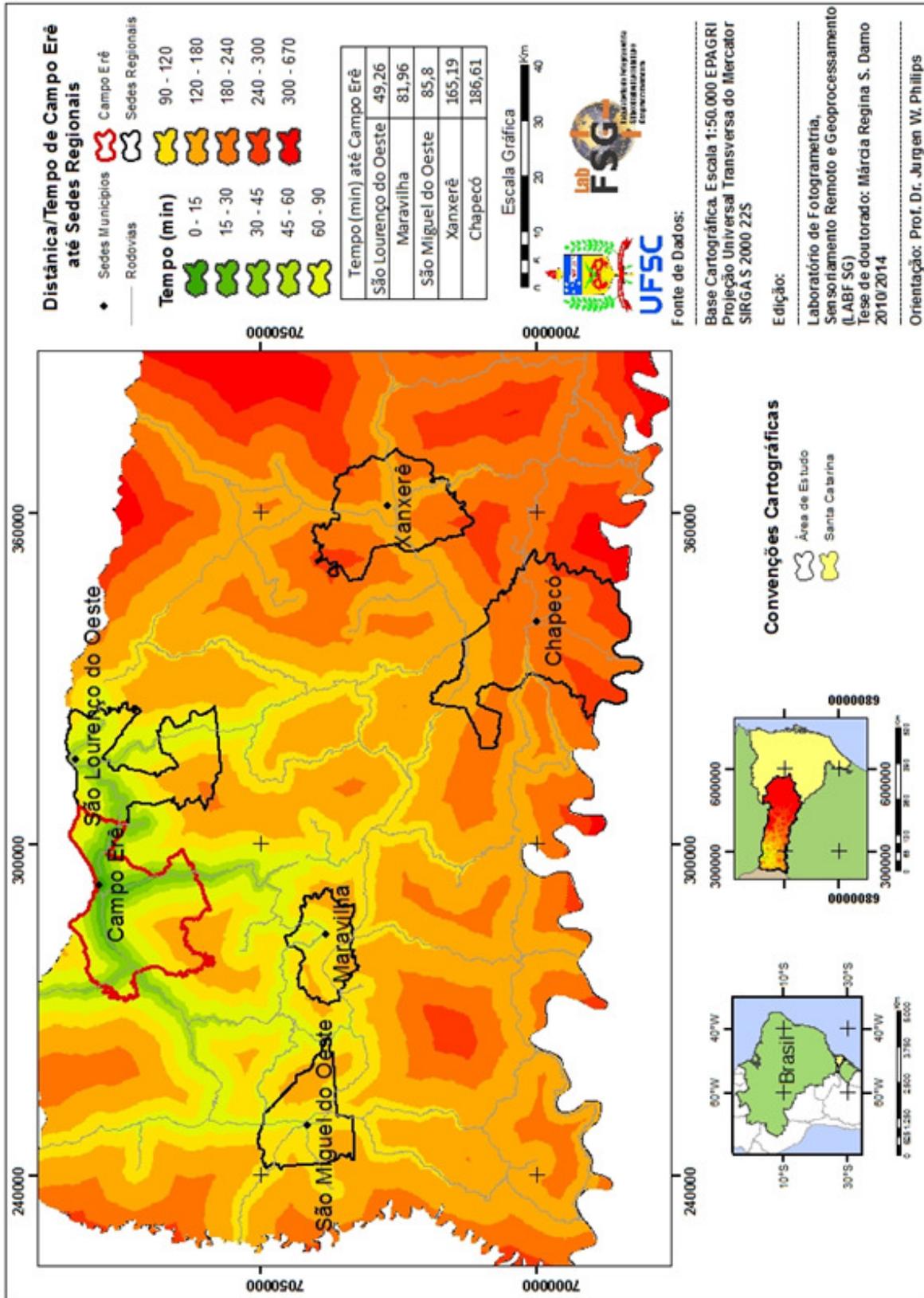


Figura 131 - Distância/Tempo de Arabutã até as Sedes Regionais



Elaboração: autora/2014

Figura 132 – Distância/Tempo de Campo Erê até as Sedes Regionais



6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

6.1 CONCLUSÕES

Passado 10 (dez) anos do processo de descentralização governamental no Estado de Santa Catarina esta pesquisa avaliou o processo em relação aos arranjos regionais, os quais vulnerabilizaram o processo governamental focado na regionalização do desenvolvimento em função da sobreposição das questões políticas sobre as questões técnicas, que foram ao longo desta pesquisa demonstradas e justificadas.

Ainda e tão importante quanto, a questão que se coloca estrutural a problemática é aquela proveniente do processo top-down governamental o que determinou de uma forma arrasadora e num curto espaço de tempo, que instituições e processos legítimos de base social fossem substituídos pelo processo governamental, bem como, o aprofundamento dos diversos conflitos nas sobreposições de entidades com missões organizacionais bastante semelhantes, demonstrados nas diversas figuras que compõe o capítulo V.

Quanto às hipóteses desta tese as mesmas foram comprovadas, já que o processo governamental através de uma nova arquitetura política administrativa fragilizou ainda mais os processos que estavam sendo construídos focados num processo de integração, e sustentabilidade a partir do local. Assim todos os 6 (seis) Fóruns de Desenvolvimento Regional existentes na área de abrangência da pesquisa foram extintos e as agencias que ainda sobrevivem não possuem mais a referencia regional nos processos e projetos de desenvolvimento regional . Para exemplificar, no caso do Fórum de desenvolvimento Regional Integrado – FDRI, da região da Amosc, o mesmo existia desde 1995, portanto 8 (oito) anos antes de ser implantado o novo recorte das Secretarias de Desenvolvimento Regionais.

Neste mesmo contexto, a própria pesquisa qualitativa remete a isto, já que, a grande maioria dos entrevistados não possuem um referencial institucional em relação a programas e projetos de desenvolvimento regional.

Importante salientar que, em se tratando de desenvolvimento regional, dois aspectos são fundamentais e que hoje aponta-se como problema, que são a escala adequada dos projetos e outro pelo nível de companheirismo e cooperação traduzido pelo capital social da região.

Da mesma forma, iniciativas espontâneas de associativismo institucional, desprovidas de cunho político partidário, tem uma sustentabilidade regional muito mais intensa e duradoura podendo de fato ser traduzida em resultados efetivos.

Quanto aos objetivos propostos segue as seguintes considerações:

- a) Analisar o processo de institucionalização ao nível regional nas vertentes político-administrativa e físico-territorial existentes e criadas a partir de 2003;

Esta análise elaborada e explanada no capítulo IV mostrou as desconexões existentes ao nível municipal, estadual e federal e que colaboram para a fragmentação territorial identificada.

A presente pesquisa identificou 32 (trinta e dois) recortes territoriais detalhando seus objetivos, forma de criação e o recorte regional adotado, Todos estes recortes foram selecionados tendo em vista sua interlocução com as políticas públicas municipais. Ficaram fora desta pesquisa os recortes do setor privado por entendimento metodológico os quais não iriam interferir nas conclusões da temática, embora sua importância para o desenvolvimento econômico regional seja inequívoca.

A fragmentação identificada especialmente depois da implantação das Secretarias de Desenvolvimento Regional resultou em enormes conflitos. Nenhum recorte é coincidente a não ser as Gerencias de Educação instituída sob a tutela das SDRs. Isto gerou que 23 (vinte e três) Municípios na área de abrangência da pesquisa estejam ligadas há mais de 4 (quatro) sedes regionais, isto analisados apenas 13(treze) recortes os quais possuem uma sede institucional fixa. No capítulo V esta sendo apresentada em detalhes esta situação inclusive as redes e sobreposições existentes.

- b) Avaliar a regionalização em Santa Catarina, após 10 (dez) anos da implantação das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, a partir da análise dos vários contornos regionais existentes e criados no período, bem como aquelas institucionalidades que se fragmentaram, identificando as redes e sobreposições existentes;

O processo da descentralização administrativa e regionalização do desenvolvimento tendo nos Conselhos de Desenvolvimento Regional CDRs o braço para indicação dos projetos que pudessem promover o desenvolvimento de toda uma região, em função de diversos fatores, inclusive o da fragmentação territorial, fragilizou o processo e dificultou o alcance dos objetivos estratégicos da reforma administrativa. Vários

entraves vêm ocorrendo os quais em grande parte atribui-se aos recortes territoriais não coincidentes o que provoca também o não alinhamento dos planos ao nível municipal, estadual e federal, a não observância dos planos regionais como instrumentos de referencia para a gestão regional e a grande falta de articulação entre os planos regionais e setoriais dentro da estrutura governamental e mesmo entre Secretarias Regionais em processos macrorregionais. Este processo não tem observado iniciativas de várias décadas as quais representam acúmulos importantes o que fortalece ainda mais a necessidade de pensar o desenvolvimento a partir de abordagens territoriais estruturadas e homogêneas e que resultados de processos de desenvolvimento regional são obtidos a médio e longo prazo.

- c) Fazer uma análise comparativa com experiências de metodologias utilizadas na União Europeia com destaque para Portugal a luz da política Europeia para o processo de desenvolvimento regional;

Esta análise comparativa se deve ao fato de que o processo de descentralização e regionalização catarinense teve, conforme seus idealizadores, inspiração europeia.

Em relação as experiência e metodologias utilizadas na União Europeia com destaque para Portugal, é fundamental considerar que a “Europa das regiões” tem sido um referencial importante quando se quer tratar de desenvolvimento a partir do regional. Isto porque foi o primeiro continente a estabelecer um fundo de desenvolvimento europeu constituído especificamente com este propósito de desenvolvimento integrado da Europa beneficiando mais os que precisam mais. Tanto Alemanha, como França e Itália tem trabalhado as regiões em comum acordo com o Departamento Geral das Regiões, organismo criado junto à comunidade Europeia, com sede em Bruxelas, onde as regiões criadas para fins estatísticos, denominadas NUTs – balizam sobremaneira o recorte regional europeu, nas suas diversas escalas, macro, meso e microrregional através das Nuts I, II e III. No nível das SDRs em Santa Catarina estariam os Kreises na Alemanha, os Départaments na França, as Provincias na Itália e os distritos em Portugal.

No caso de Portugal, especificamente, os mesmos desencontros existentes em Santa Catarina foram observados na região piloto de estudo que foi a região de Lisboa e Vale do Tejo. A grande problemática existente no Estado Português iniciou-se pelo não cumprimento de um principio constitucional, de 1976, o qual determinou a criação de regiões. Feito o referendo popular conforme preceito constitucional para a aprovação de 8 (oito) regiões, o mesmo não foi aprovado já que a

geografia territorial apresentada não correspondia ao que tradicionalmente as pessoas estavam acostumadas a trabalhar, enxergar e viver o seu dia a dia embora uma geografia não estabilizada. Este novo mapa mexeu com questões políticas e a partir desta negativa nenhum governo mais trabalhou este tema pelos traumas deixados pelo processo. Em setembro de 2013 nova legislação foi aprovada visando minimizar os diversos desencontros territoriais e melhorar os processos a partir de então visando disciplinar a geografia regional compatibilizando com as NUTs e assim com a aplicação dos fundos comunitários. Diferente do que ocorreu em Santa Catarina onde não houve um referendo popular e sim apenas a apreciação e aprovação pela Assembleia Legislativa.

Embora Portugal tenha área territorial equivalente a Santa Catarina e uma população quase que o dobro, as regiões mesmo conflituosas são em proporção e escala maiores do que a áreas geográficas das Secretarias de Desenvolvimento Regional, processo catarinense implantado há 10 anos. A partir desta nova Legislação, Lei 75/2013, Portugal tem instrumentos legais para dar os encaminhamentos necessários para uma readequação dos arranjos regionais.

Portanto, esta recente legislação portuguesa pretende que os conflitos territoriais sejam minimizados porque da mesma forma que outros órgãos do Estado Português sentem dificuldades inerentes às divisões conflitantes no espaço continental, também os municípios os quais pela falta de horizontalidade das políticas públicas se veem por vezes num processo conflitante até em relação as suas competências legais.

Em Portugal, diferente do que ocorre em Santa Catarina, às comunidades intermunicipais são tuteladas pelo Estado Central e a importância do Quadro de Referência Estratégico Nacional - Qren, nas estratégias territoriais de desenvolvimento, com seus volumosos fundos estruturais, condicionam de maneira decisiva o enquadramento dos municípios no estabelecido pelo Governo Português. Os planos territoriais de desenvolvimento no âmbito do associativismo municipal funcionam como um documento integrador dos projetos que os municípios de uma sub região pretenda se candidatar a receber estes fundos estruturais já referenciados. Existem ainda algumas associações de Municípios espalhadas pelo País, mas que, conforme a legislação, são enquadradas como institucionalidades de fins específicos, as quais possuem autonomia financeira e legal. Encontra-se no capítulo III os detalhes desta pesquisa.

Definir parâmetros para atribuição de pesos e critérios identificando o melhor arranjo regional para os municípios selecionados,

alvo da pesquisa mais detalhada.

Na figura 129 propõe-se um melhor arranjo regional para 19(dezenove) Municípios pesquisados numa tentativa de contribuir com a problemática.

De forma complementar, salienta-se, que a intersetorialidade encontra nas Tecnologias de Informações Geográficas uma plataforma privilegiada e, portanto, com um rol de oportunidades para aplicação da metodologia mais adequada para espacialmente colaborar na tomada de decisões.

As tecnologias de informações geográficas são fundamentais ferramentas de análise do território, precisando o Estado adotá-las de forma mais efetiva para o Planejamento Regional.

6.2 RECOMENDAÇÕES FINAIS

A primeira intenção ao se recomendar encaminhamentos para a pesquisa realizada é no sentido de contribuir cientificamente com a realidade catarinense visando a melhoria dos processos em andamento para que de fato a pesquisa produza efeitos positivos. Este é o propósito e nesta perspectiva além do que foi amplamente abordado no item .5.3 Proposição de Rearranjo Territorial, recomenda-se ainda:

a) Extinção das Secretarias Regionais de Seara, Palmitos, Quilombo e Itapiranga, ficando a área de abrangência com 12 (doze) Secretarias Regionais. Isto minimizaria inúmeros conflitos, especialmente na região de Concórdia e Seara. Todos os Municípios pertencentes a SDR de Seara voltariam a integrar a SDR de Concórdia, de Quilombo parte para Chapecó e parte para São Lourenço do Oeste, os de Palmitos parte para a Secretaria Regional de Maravilha e parte para Chapecó, os municípios da regional de Itapiranga pertenceriam parte para a regional de São Miguel do Oeste e parte para a de Dionísio Cerqueira. Para efetivação desta recomendação, apenas será possível com a vontade política dos governantes.

b) Criação de um escritório descentralizado da Associação de Municípios – AMARP na cidade de Caçador ou redefinição da sede passando de Videira para Caçador, o que reduziria sensivelmente os problemas de conflitos com os arranjos diversos configurados. A efetivação desta proposta é relativamente simples, bastando a descentralização da AMARP.

c) Redefinição dos municípios pertencentes a Ameosc para que estejam vinculados a apenas 2 (duas) Secretarias Regionais, ou

sejam: São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira.(recomendação descrita no ítem a)

d) Definição da vinculação dos Municípios pertencentes a Amosc apenas a Chapecó e São Lourenço do Oeste(recomendação descrita no ítem a)..

e) Definição que todos os Municípios pertencentes a Amauc fiquem vinculados a Secretaria Regional de Concórdia, como já ocorria até 2006.

Estas são algumas recomendações tendo em vista a opção pela diminuição de Secretarias de Desenvolvimento Regional, o papel já consolidado das Associações de Municípios e o resultado e recomendações da pesquisa até aqui apresentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

AMORIM, Cassiano C. **Discutindo a conceito de região**. Revista on line. V. 4. p. 1-19. Estação Científica, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ARAÚJO NETO, Edmir de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **A experiência de planejamento regional no Brasil**. In: LAVINAS, Lena et al (Org.). Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.

ARNS, S. E. **Desenvolvimento Local Sustentável**. In: II ECOPAR. Anais. Maringá: UEM-UEL-UEPG-UNIOESTE-IPARDES, 2003,

BALBIM, R. M. **Região, território, espaço: funcionalizações e interfaces**. In: Ensaio de Geografia Contemporânea. In: SANTOS, Milton. ALESSANDRI, Ana Fani Carlos. *Obra Revisitada*. Editora da Universidade de São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. São Paulo: Hucitec, 2001.

BANDEIRA, P. **Articulação de atores sociais e desenvolvimento regional texto para discussão**. Participação texto elaborado para o projeto “novas formas de atuação no desenvolvimento regional”. N. 630. Brasília: Financiada pelo convênio IPEA/BNDES/ANPEC, fevereiro de 1999.

BANDEIRA, Pedro Silveira. **As mesorregiões no contexto da nova política federal de desenvolvimento regional: Considerações sobre aspectos institucionais e organizacionais**. UFMG. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Novembro, 2004.

BANDEIRA, Pedro Silveira. **Institucionalização de Regiões no Brasil**. Artigo. Revista Ciência e Cultura, 2006.

BANDEIRA, Pedro Silveira. **Considerações sobre a renovação das políticas territoriais e regionais do Brasil**. Brasília: Ministério de Integração Nacional, 2000.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2002.

BECKER, B. K. **A geografia política e gestão do território no limiar do século XXI**. v. 53. n. 3. Revista Brasileira de Geografia: IBGE, 1991.

BECKER, D. F. **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Editora Unisc, 2000.

BOISIER, Sérgio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional: Entre a caixa-preta e o projeto político**. N. 3. Brasília: Planejamento e Políticas Públicas.

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2012.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acessado em maio de 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acessado em: 20 de agosto de 2012

BRASIL. **Constituição Federal de 1981**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em maio de 2014.

BRASIL. **Decreto 6.077/2007**. Disponível em <www.planalto.gov.br>.

Acessado em maio de 2014.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Disponível:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6017.htm> Acesso em 20 de agosto de 2012.

BRASIL. Emenda constitucional n. 15/1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc15.htm>. Acessado em abril de 2014.

BRASIL. IBGE, 1988. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v3.pdf>.

Acessado em janeiro de 2014.

BRASIL. Lei 11.107/2005. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111107.htm>. Acessado em abril de 2014.

BRASIL. Lei complementar n. 168/1998. Disponível em:

<<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/leicomplementar/1998/16/168/lei-complementar-n-168-1998-altera-dispositivos-da-lei-complementar-n-140-96-codigo-de-zoneamento-e-de-uso-do-solo.html>>

Acessado em janeiro de 2014.

BRASIL. Portaria n. 96, de 27 de junho de 2011. Institui o Programa

Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PSDE). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 jun. 2011.

Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em setembro de 2011.

BRAUDEL, Fernand. A Identidade da França. vol.1. Porto Alegre: Globo, 1989.

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia e planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALDAS AULETE. Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004

CALLAI, H. C. **Estudar o lugar para compreender o mundo**. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (org.) *Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAPEL, H. **Filosofia y ciencia em la geografia contemporanea: uma introducción a la geografia**. 2. ed. Barcelona: Barcanova, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASAROTTO, Filho N. , PIRES, L.H. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 1998.

CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992

CASTRO, I. E. de. **Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar**. In: SOUZA, M. A. A. de. *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994

CASTRO, José Nilo de. **Direito municipal positivo**. 6. ed. p. 361. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

CAUPERS, João. **A administração periférica do Estado**. Lisboa: Relatório de Governo, 1994.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A construção de conceitos geográficos no ensino: uma análise de conhecimentos geográficos em alunos de 5ª e 6ª séries do ensino fundamental**. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana/USP, 1996.

CCDR. Lisboa 2020. **Uma estratégia de Lisboa para a região de Lisboa**. Lisboa: Relatório de governo, 2007.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey. Prentice-Hall, 1966.

CLAUDINO, Sérgio . **Portugal Peninsular e os desafios regionais**. In:

Finisterra, p. 105-120. XLI. 81. Lisboa, 2006.

COELHO, F. et FONTES, A. **Desenvolvimento local sustentável e a formação de redes**. Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

CORRÊA, Roberto L. **Espaço: um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.) Geografia: conceitos e temas. 5ª ed. p. 15-47. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORREA, Roberto Lobato. **Espaço Geográfico: algumas considerações**. In: Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.

CUNHA, L. A. G. **Sobre o conceito de Região**. In: Revista de Historia Regional. Vol. 5, nº 02. 2000. Disponível na World Wide Web: <<http://www.rhr.uepj.br/v5n2/cunha.htm>>. Acesso em maio de 2004.

DENARDI, R. A.; HENDERIKX, E. M. G. J.; CASTILHOS, D. S. B. de; BIANCHINI, V. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná**. p. 1-74. Curitiba: Emater, 2001.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanela. **Direito Administrativo**. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

DINIZ, Clélio Campolina. **Globalização, Escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil**. Texto para discussão. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2001.

DINIZ, F. L. de S. **Desenvolvimento Rural: da mudança de um status quo ao status quo da mudança**. In: Curso de Verão: Ambiente, Ruralidade e Desenvolvimento Sustentável. Aveiro Portugal: Associação das Universidades da Região do Norte (AORN), 2002.

DOWBOR, L. **Desenvolvimento e ações do governo local**. In: VAZ, J. C. (org) 50 Dicas – Ideias para a ação municipal: propostas e experiências em gestão municipal. v.24, p.13-14. Polis: São Paulo, 1996.

DOWBOR, Ladislau. **A Reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada**. Petropolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

DUNCAN, James; AGNEW, John. **Human Geography**. The Wiley Blackwell, United Kingdom, 2011.

ERBA, D. A; OLIVEIRA, F.L.. **Cadastro Multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana**. Lincoln Institute of Land Policy, Cambridge, MA. Rio de Janeiro, 2005.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Constituição Estadual de Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto 28.193/1985**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto n. 1.190**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto n. 19.542**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto n. 28.731/1986**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto n. 5.855**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto n. 5.856**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto n. 5.857**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto n. 844**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei complementar n. 143**, da reforma administrativa do estado de santa catarina, 2003 e suas alterações. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei complementar n. 377/2007**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei complementar n. 495/2010**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei complementar n. 571/2012**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei n. 243/2003**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>. Acessado em janeiro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Regionalização do Estado de Santa Catarina para a realização de estudos básicos regionais visando o desenvolvimento sustentável**. p. 11. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

FERRÃO, João. **Portugal, três geografias em recombinação**. Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais, 151-158, Lusotopie, 2002.

FERRARI, A. Trujillo **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982

FERREIRA, Luiz Henrique. **Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo**. Revista Território: Rio de Janeiro, 2000. Ano V, n° 9. FFLCH, 2007.

FERRIER, J. P. **La géographie, ça sert d'abord à parler du territoire ou le métier des géographes.** Aix-em-Provence: EDSUD, 1984.

FÓRUM DE DISCUSSÃO. **Integração Regional: uma aproximação construtivista.** Disponível na World Wide Web: <<http://www.odebatedouro.com.br/forum/index.php?showtopic=1100>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2010

GASPAR, Jorge. **As regiões portuguesas – DGDR.** Lisboa, 1993

GASPAR, Jorge. **As regiões Portuguesas. Ministério do planeamento e da administração do território.** Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Lisboa, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed., Atlas: São Paulo, 2002.

GIL, Daniel. **Os Planos Regionais de Ordenamento do Território e a Coesão Territorial: Reflexões sobre a sub-região Oeste.** In: SANTOS, N. e Cunha, L. (coord.) Trunfos de uma Geografia Activa – Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia, p. 347-353, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

GIL, I. C. **Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo.** São Paulo. Revista Nera, Ano 7, nº 4, Jan./Jul. 2004. Presidente Prudente, 2004, p. 05-19.

GOMES, Paulo César da Costa. **O conceito de região e sua discussão.** In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GUINMARÃES, Maria do Carmo Lessa. **O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico.** Revista Organizações e sociedades, Vol. 9, nº 23 (2002). Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=88>>. Acesso em 27 julho de 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Descaminhos e perspectivas do território**. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *Região, diversidade territorial e globalização*. Niterói:
HILHORST, J. **Planejamento Regional, enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HOOVER, E. **The Location of Economic Activity**. Nova York: McGraw Hill, 1948.

IMMERGUT Ellen M. **“The theoretical core of new institutionalism”**. *Politics & Society*, 1998.

IMMERGUT, Ellen M. **The theoretical core of the institutionalism**. *Politics & Society*, vol. 26, n. 01. 1998.

INAYATULLAH. **Comunicação e Mudança nos Países em Desenvolvimento**. Tradução por Maria Heloiza Shalbs Capellato. São Paulo: Melhoramentos, 1973. p. 114-118.

JORDAN, A. G. **Considerações sobre o Desenvolvimento Territorial**. Notas de Aula. Florianópolis: Projeto Meu Lugar, 2004.

JULIAO, R. P. **Tecnologias de Informação Geográfica e Ciência Regional**. Contributos metodológicos para a definição de modelos de apoio a decisão em desenvolvimento regional. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa. Outubro, 2001.

KAYSER, B. **A região como um objeto de estudo da geografia**. In: GEORGE, P. et. al. *A geografia ativa*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

LASUEN, Y. R. **A respeito de polos de crescimento**. In: FAISSOL, Speridião. Org. *Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.

LAVINAS, Lena. **Atlas das desigualdades regionais**. Rio de Janeiro:

IPEA e FINEP, 1996.

LEITE, Adriana Filgueira. **O lugar: duas acepções geográficas.** In: Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ. Vol. 21. Rio de Janeiro, 1998.

LISBOA, Nuno Vitorino (coord.). **Caracterização Territorial da Administração Central Desconcentrada na Região de Lisboa e Vale do Tejo.** Relatório de Governo. Lisboa, 2006.

LISBOA, S.S. **A importância dos conceitos da geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares.** Coluni Universidade Federal de Viçosa Colégio de Aplicação. Viçosa: Revista ponto de vista, 2004

LOCH, Carlos. **Cadastro Técnico Multifinalitário como Base à Organização Espacial do Uso da Terra.** UFSC, Florianópolis, SC, 1993.

LOCH, Carlos. **Implantação e Administração de Projetos Cadastrais na Gestão Pública municipal. Território.** In: Seminário de Cadastro Técnico Territorial Multifinalitário, Instituto Lincoln. Ministério das Cidades e Caixa Econômica. Rio de Janeiro. Anais, 2005.

MACHADO, Ewerton Vieira. **(Re) arranjos Sócio-Espaciais na Produção da “Região Metropolitana” de Florianópolis: trajetórias e tendências.** In: A Metrópole e o Futuro. Campinas: Edições Territorial, 2008.

MARTINS, M.C. F. **Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde.** Saúde e Sociedade v.13, n.3, São Paulo: UNIFESP, 2004.

MATTOS, C. de. **Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana.** In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.

MDA/PRONAF. **Plantando um Sonho: sustentabilidade, gestão social e planejamento.** p.07. Brasília: MDA/SAF/PRONAF. 2002,

MOREIRA, Vital; GUEDES, Ana Claudia. **Desconcentração Administrativa e Administração Regional do Estado**. Documento de enquadramento preliminar. Lisboa, 2005.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados. São Paulo: USP, Volume 16, nº 43, 2001.

NEUMANN, Pedro Selvino. **O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção**. Tese de doutorado. Engenharia de Produção. UFSC, 2003.

OECD. **OECD Territorial Reviews: Portugal**. OECD Publishing. Paris, 2008.

PAASI, Anssi. **Place and region: looking through the prism of scale**. Progress in Human Geography. 2004.

PAASI, Anssi; ZIMMERBAUER, Kaj. **Theory and Practice of the region: a contextual analysis of the transformation of Finnish regions**. University of Oulu. Finlândia, 2011.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative evaluation and research methods**. London Sage Publications. 1990

PEREIRA, Margarida; CARRANCA, Maria Adelaide. **“Coesão Territorial e Governança: abordagem multi-escalar”**. In: Santos, N. e Cunha, L. (coord.) Trunfos de uma Geografia Activa – Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 421-428, 2011.

PEREIRA, Margarida; GIL, Daniel. **“O ordenamento do território e o desenvolvimento regional: os planos regionais como plataforma de convergência?”**. In: Baleiras, Rui (coord.) Casos de Desenvolvimento Regional, Principia, Cascais, pp. 253-266, 2011.

PEREIRA, Margarida; GIL, Daniel. **“Um modelo policêntrico para Portugal: reinterpretaciones regionais do sistema urbano nacional”**. In: As Geografias Ibéricas: analisar o passado e perspetivar o futuro, FLUP/APG, 2011.

PEREIRA, W.J.; KIRSTEN J.T.; ALVES, W. **Estatística para as ciências sociais**. São Paulo: Saraiva, 1980

PERROUX, F. **O conceito de pólo de crescimento**. In: Economia regional [19--] (mimeo), 1977.

PORTUGAL. **Constituição Portuguesa de 1976**. Disponível em: <<https://dre.pt/comum/html/legis/crp.html>>. Acessado em novembro de 2013.

PORTUGAL. **Lei n. 59/1997 (Lei Bassanini)**. Disponível em: <http://it.wikipedia.org/wiki/Leggi_Bassanini>. Acessado em junho de 2014.

PUTNAM, Roberto D. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1999

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Gracinda C. P. **A formação do território de Santa Catarina com base na concessão de terras públicas**. Tese de Doutorado. Engenharia civil. Florianópolis: UFSC, 2006.

REGULAMENTO COMUNIDADE EUROPÉIA. **Regulamento n. 1059/2003**. Disponível em: <http://nsmg.igeo.pt/produtos/cadastro/caop/download%5CReg_1059_2003_NUT-.pdf>. Acessado em novembro de 2013.

REIS, João. **Regionalização**. Disponível em: <<http://regioes.blogspot.com.br/2009/02/-estado-central-ao-nivel-regional.html>>. Acessado em novembro de 2013.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion, 1980.

RIBEIRO, L. A. M. **Questões Regionais do Brasil**. In: RUA, J.; WASZKIAVICUS, F. A.; TANNURI, M. R. P.; NETO, H. P. Para Ensinar Geografia. Rio de Janeiro: Access Editora, 1993.

RICHARDSON, H. **Economia Regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ROCHA, Acilio da Silva Estanqueiro. **As regiões no projeto da Europa Unida. Galiza e Portugal: Identidades e Fronteiras.** Actas do IV Simpósio internacional luso galaico em filosofia. Santiago de Compostela, 2002.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso.** São Paulo: Atlas, 1999.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Paisagem e geografia.** Lisboa: CEG, 2001. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_04.pdf>. Acesso em 28 junho de 2012.

SANCHES, Salvador Infante. **Centralização e descentralização da administração pública.** Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 35, 1 out. 1999 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/334>>. Acesso em: 1 de julho de 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. Edição, 392p. Editora da USP, São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo, São Paulo: Editora da Universidade de Sao Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Território, territórios. Ensaios sobre ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SAQUET, M. A. **O Território: algumas interpretações.** Texto para debate do Seminário do Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2003.

SAQUET, M.; RIBAS, A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG Dieter. R. **Uma abordagem epistêmico-sistemática do conceito de desenvolvimento.** Revista de Estudos da Administração do DEAd. UNIJUI, ano 2, nº 3: julho-dezembro 2001, p. 5-10. Ijuí, 2001.

SIEDENBERG, Dieter R. **A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia.** In: Becker, D. F. E Wittmann, M. L. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. Pág. 157- 173. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SIEDENBERG, Dieter R. **Desenvolvimento e disparidades socioeconômicas no Rio Grande do Sul.** In:REDES, Vol. 6, nº 2 – maio/ago 2001. p. 7-40. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SIEDENBERG, Dieter R. et al. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) RS. Articulações Regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas.** Revista Desenvolvimento Regional em Debate. Dez. 2011

SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.** São Paulo: Editora Nacional, 1974, p. 83.

SOUZA, M. J. L. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Geografia/Conceitos e Temas. Org. Iná Elias de Castro, Paulo César Gomes, Roberto Lobato Correa. Rio de Janeiro: Bertand. Brasil, 1995

SPOSITO, Eliseu S. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005

TEIXEIRA, C.F.; SOLLA, J.J.S.P. Modelo de Atenção à Saúde no SUS: trajetória do debate conceitual, situação atual, desafios e perspectivas. In: LIMA N.T.; GERSCHMAN, S. ;EDLER, F.C. ; SUÁREZ, J.M. (org). **Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS.** p. 451-79. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005.

TENEDÓRIO, José Antonio; HENRIQUES, Cristina; e Silva, Joao. **Municípios, Ordenamento do Território e Sistemas de Informação**

Geográfica. GeoInova, 2003.

TOBAR, Federico. **O conceito de descentralização: usos e abusos.** Artigo Publicado em: Planejamento e Políticas Públicas n. 5. p. 31-51. junho, 1991.

TOBAR, Frederico. **O Conceito de Descentralização: Usos e Abusos** Artigo Publicado em: Planejamento e Políticas Públicas, 1991.

TURNES, *et al.*, **Projeto Meu Lugar: Transformar regiões Administrativas em territórios de desenvolvimento.** Cidade Futura, Florianópolis, 2004.

UBERTI, A. A. A. **A proposta de divisão territorial do Estado de Santa Catarina em regiões edafoambientais homogêneas.** Fpolis, Tese de doutorado. PPGEC/UFSC, 2004.

UNIÃO EUROPEIA, **Tratados consolidados, Carta dos direitos fundamentais.** Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 1998. 2ª edição

VITORINO, N.(coord). **Caracterização Territorial da Administração Central Desconcentrada na região de Lisboa e Vale do Tejo,** Lisboa. 2006.

ZACKESKI e RODRIGUEZ. Nelson F. e Maria Lélia O. **Uma aproximação à política regional no Brasil hoje.** n. 694, dezembro, Brasília: IPEA, 1999.

ZAMPIERI, S.L et AL. **Proposta de metodologia para definir a unidade geográfica espacial regional: condição para promover o desenvolvimento local sustentável.** Cobrac/UFSC, 2004.

APENDICE

TESE DE DOUTORADO - UFSC

Aluna: Márcia Regina Sartori Damo

**OS ARRANJOS REGIONAIS MULTI-ESCALARES E A
DESMULTIPLICAÇÃO FUNCIONAL DOS TERRITÓRIO:
O CASO DA ESPACIALIZAÇÃO REGIONAL NO OESTE
CATARINENSE**

Entrevista Semi-Estruturada

Entrevista a ser realizada com as instituições identificadas com conflitos nos Municípios selecionados e que estejam institucionalizadas (Associação de Municípios, Secretaria Regional, Fecam, Epagri, etc)

1. Em sua opinião quais os maiores problemas que você identifica operacionalmente com os municípios que pertencem a recortes territoriais não coincidentes com o recorte territorial adotado por esta instituição???

a).....

.....

b).....

.....

c).....

.....

d).....

.....

.....
.....
.....
.....

4. No âmbito do planejamento regional quais as maiores dificuldades ou potencialidades encontradas para a operacionalização dos diversos recortes e como é feito a compatibilização setorialmente das ações e propostas?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

5. Quais institucionalidades que trabalham na temática do desenvolvimento regional foram extintas ou criadas após a instalação das Secretarias Regionais??(ex. Agencia de Desenvolvimento Regional, Consórcios, etc)

.....
.....
.....
.....

.....
.....
.....
.....
.....
.....

6. Cite três ou mais municípios que você considera na região de abrangência da entidade(Associação) como aqueles que tem encontrado problemas no recorte territorial?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

TESE DE DOUTORADO - UFSC

Aluna: Márcia Regina Sartori Damo

OS ARRANJOS REGIONAIS MULTI-ESCALARES E A DESMULTIPLICAÇÃO FUNCIONAL DOS TERRITÓRIO: O CASO DA ESPACIALIZAÇÃO REGIONAL NO OESTE CATARINENSE

QUESTIONÁRIO SEMI-ABERTO

(a ser realizado com Municípios identificados como prejudicados)

DADOS GERAIS
1. Data de preenchimento do questionário
2. Sexo: () feminino () masculino
3. Você se considera: () indígena () negro () pardo () amarelo () mulato () branco
4. Estado civil: () solteiro () Casado () Divorciado/separado () Outro
5. Profissão:
6. Escolaridade: () fundamental () 2. Grau () superior () pós- graduação
7. Profissão ou Cargo Atual:
8. Local de Trabalho/Instituição:
9. Tempo no cargo atual: () 1 a 3 anos () 3 a 5 anos () 5 a 10 anos () mais de 10

Questões relativas as atividades vinculadas ao trabalho:

1. Você tem clareza das ações e objetivos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional () Sim () Não
1.1 Descreva resumidamente sua opinião em relação as funções da SDR:
2. Quantas vezes por semana o Município precisa se deslocar para assuntos de interesse da Administração Pública/Instituição
a) Município X () Menos de uma vez () 1 vez () 2 vezes () 3 ou mais
b) Município Y () Menos de uma vez () 1 vez () 2 vezes () 3 ou mais
c) Município Z () Menos de uma vez () 1 vez () 2 vezes () 3 ou mais
d) Município W () Menos de uma vez () 1 vez () 2 vezes () 3 ou mais

3. Quantas vezes por semana a Secretaria de Desenvolvimento Regional solicita deslocamento do Município para a sede da Secretaria Regional. () menos de uma () 1 vez () 2 vezes () 3 ou mais
4. Quantas vezes por semana/mês precisa se deslocar para a sede

da Associação dos Municípios em função de demanda de trabalho?

() menos de uma () 1 vez () 2 vezes () 3 ou mais

5. Em sua opinião qual a sede regional entre as elencadas abaixo, disponibilizam maior numero de serviços ao Município.

Sede X

Sede Y

Sede Z

Sede W

Sede M

Sede.N

6. Qual a entidade que trabalha mais com projetos regionais?

() SDR () Associação de Municípios () Agencia de Desenvolvimento

() Epagri () Universidade () Outros

Cite qual.....

7. Quais foram os projetos ao nível regional em que houve mais envolvimento do Município com ações e resultados concretos? (

) Agenda 21 () Plano de Desenvolvimento Mesorregião

Grande Fronteira do Mercosul () Projeto

Meu Lugar () Desenvolvimento Regional Sustentável –

DRS/Banco do Brasil () Sebrae () Forumcat ()

Agencias de Desenvolvimento () Outros

cite qual.....

8. Qual instituição localizada no Município tem trabalhado projetos de âmbito regional?

Cite uma ou mais em ordem decrescente:

a)

.....

b)

.....

c)

.....

9. Cite 3(três) pontos importantes que avançou após a implantação das Secretarias de Desenvolvimento Regional?

- a).....
-
- b).....
-
- c).....
-

10. Cite 3(três) pontos importantes que regrediu após a implantação das Secretarias de Desenvolvimento Regional?

- a).....
-
- b).....
-
- c).....
-

Questões relativas as atividades particulares:

<p>1. Qual a cidade que mais procura para assuntos relativos a saúde??</p>
<p>Cidade X Cidade Y Cidade Z Cidade W</p>
<p>2. Qual a cidade que mais procura para assuntos relativos a educação??</p>
<p>Cidade X Cidade Y Cidade Z</p>

Cidade W		
3. Qual a cidade que mais procura para assuntos relativos a lazer??		
Cidade X Cidade Y Cidade Z Cidade W		
4. Qual a cidade que você compraria um imóvel para futuramente morar??		
Cidade X Cidade Y Cidade Z Cidade W		
Porque?.....		
5. Que outros tipos de serviços voce procura nas cidades elencadas abaixo e qual a periodicidade (quantas vezes por mês) ?		
CIDADES	Tipo de serviço	Qtas vezes??
Cidade X		
Cidade Y		
Cidade Z		
Cidade W		

TESE DE DOUTORADO - UFSC

Aluna: Márcia Regina Sartori Damo

**OS ARRANJOS REGIONAIS MULTI-ESCALARES E A
DESMULTIPLICAÇÃO FUNCIONAL DOS TERRITÓRIO:
O CASO DA ESPACIALIZAÇÃO REGIONAL NO OESTE
CATARINENSE**

Entrevista Semi-Estruturada

Entrevista a ser realizada com as instituições identificadas com conflitos nos Municípios selecionados e que estejam institucionalizadas (Associação de Municípios, Secretaria Regional, Fecam, Epagri, etc)

1. Em sua opinião quais os maiores problemas que você identifica operacionalmente com os municípios que pertencem a recortes territoriais não coincidentes com o recorte territorial adotado por esta instituição???

a).....

.....

b).....

.....

c).....

.....

.....
.....

5. Quais institucionalidades que trabalham na temática do desenvolvimento regional foram extintas ou criadas após a instalação das Secretarias Regionais??(ex. Agencia de Desenvolvimento Regional, Consórcios, etc)

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

6. Cite três ou mais municípios que você considera na região de abrangência da Associação de Municípios como aqueles que tem encontrado problemas no recorte territorial?

.....
.....

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

QUADRO. RELACAO DOS MUNICIPIOS COM NUMERO DE SEDES REGIONAIS

MUNICÍPIO	TOTAL	SDR	AM
ABELARDO LUZ	2	Xanxere	Xanxere
AGUA DOCE	2	Joaçaba	Joaçaba
AGUAS DE CHAPECO	2	Palmitos	Chapecó
AGUAS FRIAS	1	Chapecó	Chapecó
ALTO BELA VISTA	3	Concórdia	Concórdia
ANCHIETA	3	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste
ARABUTA	4	Seara	Concórdia
ARROIO TRINTA	5	Videira	Videira
ARVOREDO	4	Seara	Concórdia
BANDEIRANTE	2	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste
BARRA BONITA	2	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste
BELMONTE	2	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste
BOM JESUS	2	Xanxere	Xanxere
BOM JESUS DO OESTE	4	Maravilha	Maravilha
BRUNOPOLIS	5	Campos Novos	Campos Novos
CACADOR	5	Caçador	Videira
CAIBI	4	Palmitos	Maravilha
CALMON	6	Caçador	Videira
CAMPO ERE	5	São Lourenço do Oeste	Maravilha
CAMPOS NOVOS	4	Campos Novos	Campos Novos
CAPINZAL	2	Joaçaba	Joaçaba
CATANDUVAS	2	Joaçaba	Joaçaba
CAXAMBU DO SUL	1	Chapecó	Chapecó
CELSO RAMOS	4	Campos Novos	Campos Novos
CHAPECO	1	Chapecó	Chapecó

CONCORDIA	3	Concórdia	Concórdia
CORDILHEIRA ALTA	1	Chapecó	Chapecó
CORONEL FREITAS	1	Chapecó	Chapecó
CORONEL MARTINS	3	São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste
CUNHA PORA	4	Palmitos	Maravilha
CUNHATAI	4	Palmitos	Maravilha
CURITIBANOS	6	Curitibanos	Curitibanos
DESCANSO	2	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste
DIONISIO CERQUEIRA	3	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste
ENTRE RIOS	2	Xanxere	Xanxere
ERVAL VELHO	2	Joaçaba	Joaçaba
FAXINAL DOS GUEDES	3	Xanxere	Xanxere
FLOR DO SERTAO	4	Maravilha	Maravilha
FORMOSA DO SUL	3	Quilombo	Chapecó
FRAIBURGO	6	Videira	Videira
FREI ROGERIO	6	Curitibanos	Curitibanos
GALVAO	3	São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste
GUARACIABA	2	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste
GUARUJA DO SUL	3	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste
GUATAMBU	1	Chapecó	Chapecó
HERVAL DO OESTE	2	Joaçaba	Joaçaba
IBIAM	4	Campos Novos	Videira
IBICARE	2	Joaçaba	Joaçaba
IOMERE	5	Videira	Videira
IPIRA	3	Concórdia	Concórdia

IPORA DO OESTE	3	Itapiranga	São Miguel do Oeste
IPUACU	2	Xanxere	Xanxere
IPUMIRIM	4	Seara	Concórdia
IRACEMINHA	4	Maravilha	Maravilha
IRANI	3	Concórdia	Concórdia
IRATI	3	Quilombo	Chapecó
ITA	4	Seara	Concórdia
ITAPIRANGA	3	Itapiranga	São Miguel do Oeste
JABORA	3	Joaçaba	Concórdia
JARDINOPOLIS	3	Quilombo	Chapecó
JOACABA	2	Joaçaba	Joaçaba
JUPIA	3	São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste
LACERDOPOLIS	2	Joaçaba	Joaçaba
LAJEADO GRANDE	2	Xanxere	Xanxere
LEBON REGIS	6	Caçador	Videira
LINDOIA DO SUL	4	Seara	Concórdia
LUZERNA	2	Joaçaba	Joaçaba
MACIEIRA	5	Caçador	Videira
MARAVILHA	4	Maravilha	Maravilha
MAREMA	2	Xanxere	Xanxere
MATOS COSTA	6	Caçador	Videira
MODELO	4	Maravilha	Maravilha
MONDAI	3	Palmitos	São Miguel do Oeste
MONTE CARLO	4	Campos Novos	Campos Novos
NOVA ERECHIM	1	Chapecó	Chapecó
NOVA ITABERABA	1	Chapecó	Chapecó
NOVO HORIZONTE	3	São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste
OURO	2	Joaçaba	Joaçaba
OURO VERDE	2	Xanxere	Xanxere

PAIAL	4	Seara	Concórdia
PALMA SOLA	3	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste
PALMITOS	3	Palmitos	Maravilha
PARAISO	2	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste
PASSOS MAIA	4	Xanxere	Xanxere
PERITIBA	3	Concórdia	Concórdia
PINHALZINHO	4	Maravilha	Chapecó
PINHEIRO PRETO	5	Videira	Videira
PIRATUBA	3	Concórdia	Concórdia
PLANALTO ALEGRE	1	Chapecó	Chapecó
PONTE ALTA DO NORTE	6	Curitibanos	Curitibanos
PONTE SERRADA	4	Xanxere	Xanxere
PRESIDENTE CASTELO BRANCO	3	Concórdia	Concórdia
PRINCESA	3	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste
QUILOMBO	3	Quilombo	Chapecó
RIO DAS ANTAS	5	Caçador	Videira
RIQUEZA	4	Palmitos	Maravilha
ROMELANDIA	4	Maravilha	Maravilha
SALTINHO	4	Maravilha	Maravilha
SALTO VELOSO	5	Videira	Videira
SANTA CECILIA	6	Curitibanos	Curitibanos
SANTA HELENA	3	Itapiranga	São Miguel do Oeste
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	4	Maravilha	Maravilha
SANTIAGO DO SUL	3	Quilombo	Chapecó
SAO BERNARDINO	4	São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste

SAO CARLOS	2	Palmitos	Chapecó
SAO CRISTOVAO DO SUL	6	Curitibanos	Curitibanos
SAO DOMINGOS	2	Xanxere	Xanxerê
SAO JOAO DO OESTE	3	Itapiranga	São Miguel do Oeste
SAO JOSE DO CEDRO	3	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste
SAO LOURENCO DO OESTE	3	São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste
SAO MIGUEL DA BOA VISTA	4	Maravilha	Maravilha
SAO MIGUEL DO OESTE	3	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste
SAUDADES	4	Maravilha	Maravilha
SEARA	4	Seara	Concórdia
SERRA ALTA	2	Maravilha	Chapecó
SUL BRASIL	2	Maravilha	Chapecó
TANGARA	5	Videira	Joaçaba
TIGRINHOS	4	Maravilha	Maravilha
TIMBO GRANDE	6	Caçador	Videira
TREZE TILIAS	2	Joaçaba	Joaçaba
TUNAPOLIS	3	Itapiranga	São Miguel do Oeste
UNIAO DO OESTE	3	Quilombo	Chapecó
VARGEAO	3	Xanxere	Xanxere
VARGEM	4	Campos Novos	Campos Novos
VARGEM BONITA	2	Joaçaba	Joaçaba
VIDEIRA	5	Videira	Videira
XANXERE	2	Xanxere	Xanxere
XAVANTINA	4	Seara	Concórdia
XAXIM	2	Xanxere	Xanxere
ZORTEA	4	Campos Novos	Campos Novos

MUNICÍPIO	SDR	AM	TT	FATMA	CELESC	EPAGRI	FAZENDA	CBH	CIDASC	RM	AGUA	GSE	RS	TOTAL
ABELARDO LUZ	Xanxere	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Xanxere		Chapecó	Xanxere	Xanxere	2
AGUA DOCE	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joaçaba	Joaçaba	2
AGUAS DE CHAPECO	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Palmitos	Chapecó	2
AGUAS FRIAS	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	1
ALTO BELA VISTA	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Concórdia	Concórdia	3
			São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel		São Miguel	São Miguel	
ANCHIETA	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste		Dionisio Cerqueira	Miguel do Oeste	3
ARABUTA	Seara	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Seara	Concordia	4
ARROIO TRINTA	Videira	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira	Videira	Curitibanos	Joaçaba	Videira	Joaçaba	Chapecó	Videira	Videira	5
ARVOREDO	Seara	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Concórdia	Chapecó	Chapecó	Seara	Concordia	4
			São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel		São Miguel	São Miguel	
BANDEIRANTE	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste		São Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	2
			São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel		São Miguel	São Miguel	
BARRA BONITA	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste		São Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	2
			São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel		São Miguel	São Miguel	
BELMONTE	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste	do Oeste		São Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	2
			São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel	São Miguel		São Miguel	São Miguel	
BOM JESUS	Xanxere	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Xanxere		Chapecó	Xanxere	Xanxere	2
BOM JESUS DO OESTE	Maravilha	Maravilha	Chapecó	São Miguel do Oeste	Chapecó	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó		Chapecó	Maravilha	São Miguel do Oeste	4

BRUNOPOLIS CACADOR	Campos Novos	Campos Novos	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Campos Novos	Curitibanos	Lages	Campos Novos	Joaçaba	Chapecó	Campos Novos	Joaçaba	5
	Caçador	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira São Miguel do Oeste	Caçador	Porto União	Joaçaba São Miguel do Oeste	Caçador	Joaçaba	Chapecó	Caçador	Videira	5
CAIBI CALMON	Palmitos	Maravilha	Chapecó	Chapecó	Oeste	Palmitos	Chapecó	Oeste	Chapecó		Chapecó	Palmitos	Chapeco	4
	Caçador São	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira São Miguel do Oeste	Caçador São	Porto União	Canoinhas São Miguel do Oeste	Caçador São	Joaçaba	Chapecó	Caçador São	Videira	6
CAMPO ERE CAMPOS NOVOS	Lourenço do Oeste	Maravilha	Chapecó	Chapecó	Oeste	Lourenço do Oeste	Chapecó	Oeste	Lourenço do Oeste		Chapecó	Lourenço do Oeste	Xanxere	5
	Campos Novos	Campos Novos	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Campos Novos	Joaçaba	Lages	Campos Novos	Joaçaba	Chapecó	Campos Novos	Joaçaba	4
CAPINZAL	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joaçaba	Joaçaba	2
CATANDUVAS CAXAMBU DO SUL	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joaçaba	Joaçaba	2
CELSO RAMOS CHAPECO	Chapecó Campos Novos	Chapecó Campos Novos	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó Campos Novos	Chapecó	Chapecó	Chapecó Campos Novos		Chapecó	Chapecó Campos Novos	Chapeco	1
	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Joaçaba	Chapecó	Chapecó	Chapeco	4
CONCORDIA CORDILHEIRA ALTA	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapeco	1
CONCÓRDIA	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Concórdia	Concórdia	3
CORONEL FREITAS	Chapecó São	Chapecó São	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó São	Chapecó	Chapecó	Chapecó São	Chapecó	Chapecó	Chapecó São	Chapeco	1
CORONEL MARTINS	Lourenço do Oeste	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste		Chapecó	Lourenço do Oeste	Xanxere	3
CUNHA PORA	Palmitos	Maravilha	Chapecó	Chapecó	São Miguel do Oeste	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó	São Miguel do Oeste	Chapecó	Palmitos	Chapeco	4
CUNHATAI	Palmitos	Maravilha	Chapecó	Chapecó	Oeste	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó		Chapecó	Palmitos	Chapeco	4

CURITIBANOS	Curitibanos	Curitibanos	Joaçaba São Miguel	Caçador São Miguel	Lages São Miguel	Curitibanos	Curitibanos	Lages São Miguel	Caçador São Miguel	Lages São Miguel	Rio do Sul	Curitibanos	Videira	6
DESCANSO	SãoMiguel do Oeste	São Miguel do Oeste	do Oeste São Miguel	do Oeste	do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Chapecó	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	2
DIONISIO CERQUEIRA	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste	do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Chapecó	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste	3
ENTRE RIOS	Xanxere	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Xanxere		Chapecó	Xanxere	Xanxere	2
ERVAL VELHO FAXINAL DOS GUEDES	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joapaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joaçaba	Joaçaba	2
	Xanxere	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Concórdia	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Xanxere		Chapecó	Xanxere	Xanxere	3
FLOR DO SERTAO	Maravilha	Maravilha	Chapecó	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Palmitos São	Chapecó	São Miguel do Oeste	Chapecó São	São Miguel do Oeste	Chapecó	Maravilha	São Miguel do Oeste	4
FORMOSA DO SUL	Quilombo	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	do Oeste	Chapecó	Chapecó	do Oeste		Chapecó	Quilombo	Chapeco	3
FRAIBURGO	Videira	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira	Videira	Curitibanos	Lages	Videira	Joaçaba	Chapecó	Videira	Videira	6
FREI ROGERIO	Curitibanos São	Curitibanos São	Joaçaba	Caçador	Lages	Curitibanos São	Curitibanos	Lages	Caçador São	Lages	Chapecó	Curitibanos São	Videira	6
GALVAO	Lourenço do Oeste	Lourenço do Oeste	Chapecó São Miguel	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste		Chapecó	Lourenço do Oeste	Xanxere	3
GUARACIABA	SãoMiguel do Oeste	São Miguel do Oeste	do Oeste São Miguel	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Chapecó	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	2
GUARUJA DO SUL	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste	do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Chapecó	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste	3
GUATAMBU HERVAL DO OESTE	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	1
	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joapaba	Joaçaba	2

IBIAM	Campos Novos	Videira	Joaçaba	Joaçaba	Videira	Campos Novos	Joaçaba	Joaçaba	Campos Novos	Joaçaba	Chapecó	Campos Novos	Videira	4
IBICARE	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joaçaba	Joaçaba	2
IOMERE	Videira	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira	Videira	Curitibanos	Joaçaba	Videira	Joaçaba	Chapecó	Videira	Videira	5
IPIRA	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Concórdia	Concordia	3
IPORA DO OESTE	Itapiranga	São Miguel do Oeste	Chapecó	Itapiranga	São Miguel do Oeste	3								
IPUACU	Xanxere	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Xanxere		Chapecó	Xanxere	Xanxere	2
IPUMIRIM	Seara	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Seara	Concordia	4
IRACEMINHA	Maravilha	Maravilha	Chapecó	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Palmitos	Chapecó	São Miguel do Oeste	Chapecó	São Miguel do Oeste	Chapecó	Maravilha	São Miguel do Oeste	4
IRANI	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Concórdia	Concordia	3
IRATI	Quilombo	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste		Chapecó	Quilombo	Chapeco	3
ITA	Seara	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia		Chapecó	Seara	Concordia	4
ITAPIRANGA	Itapiranga	São Miguel do Oeste	Chapecó	Itapiranga	São Miguel do Oeste	3								
JABORA	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joaçaba	Joaçaba	3
JARDINOPOLIS	Quilombo	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste		Chapecó	Quilombo	Chapeco	3
JOACABA	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joaçaba	Joaçaba	2
JUPIA	Lourenço do Oeste	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste		Chapecó	Lourenço do Oeste	Xanxere	3
LACERDOPOLIS	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joaçaba	Joaçaba	2
LAJEADO GRANDE	Xanxere	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Xanxere		Chapecó	Xanxere	Xanxere	2
LEBON REGIS	Caçador	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira	Caçador	Porto União	Lages	Caçador	Joaçaba	Chapecó	Cacador	Videira	6

LINDOIA DO SUL	Seara	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Seara	Concordia	4
LUZERNA MACIEIRA	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joaçaba	Joaçaba	2
	Caçador	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira	Caçador	Porto União	Joaçaba	Caçador	Joaçaba	Chapecó	Cacador	Videira	5
				São Miguel	São Miguel do Oeste	Palmitos			São Miguel do Oeste	Chapecó	Oeste	Chapecó	Maravilha	4
MARAVILHA MAREMA	Maravilha	Maravilha	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Xanxere		Chapecó	Xanxere	Xanxere	2
	Xanxere	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Xanxere	Rio do Sul	Chapecó	Xanxere	2
MATOS COSTA	Caçador	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira	Caçador	Porto União	Canoinhas	Caçador	Joaçaba		Cacador	Videira	6
				São Miguel	Chapecó do Oeste	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó		Chapecó	Maravilha	Miguel do Oeste	4
MODELO	Maravilha	Maravilha	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó		Chapecó	Maravilha	Miguel do Oeste	4
		São Miguel do Oeste	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Palmitos	São Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Chapecó		Chapecó	Palmitos	Miguel do Oeste	3
MONDAI	Palmitos Campos	Novos	Novos	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Novos	Joaçaba	Lages	Novos	Joaçaba	Chapecó	Novos	4
MONTE CARLO NOVA	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	1
ERECHIM NOVA	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	1
ITABERABA	Chapecó São	Chapecó São	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó São	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó São	Chapecó	Chapecó São	Chapecó	1
NOVO HORIZONTE	Lourenço do Oeste	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste		Chapecó	Lourenço do Oeste	Xanxere	3
OURO	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joaçaba	Joaçaba	2
OURO VERDE	Xanxere	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Xanxere		Chapecó	Xanxere	Xanxere	2
PAIAL	Seara	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Concórdia	Chapecó	Chapecó	Seara	Concordia	4
			São Miguel	São Miguel do Oeste		Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste	3						
PALMA SOLA	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste	do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste		Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste	3
				São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó		Chapecó	Palmitos	Chapecó	3
PALMITOS	Palmitos	Maravilha	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó		Chapecó	Palmitos	Chapecó	3

			São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste		São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste		
PARAISO PASSOS MAIA PERITIBA	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapecó	Joaçaba	Concórdia	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Xanxere		Chapecó	Chapecó	Xanxere	Xanxere	2
	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba São Miguel	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Chapecó	Concórdia	Concordia	3
PINHALZINHO PINHEIRO PRETO	Maravilha	Chapecó	Chapecó	do Oeste	Chapecó	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Maravilha	Chapeco	4
	Videira	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira	Videira	Curitibanos	Joaçaba	Videira	Joaçaba	Chapecó	Videira	Videira	Videira	5
PIRATUBA PLANALTO ALEGRE	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Concórdia	Concordia	Concordia	3
PONTE ALTA DO NORTE PONTE SERRADA	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapeco	Chapeco	1
PRESIDENTE CASTELO BRANCO	Curitibanos	Curitibanos	Joaçaba	Caçador	Lages	Curitibanos	Curitibanos	Lages	Caçador	Lages	Rio do Sul	Curitibanos	Videira	Videira	6
	Xanxere	Xanxere	Chapecó	Joaçaba	Concórdia	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Xanxere		Chapecó	Xanxere	Xanxere	Xanxere	4
	Concórdia	Concórdia	Joaçaba São Miguel	Joaçaba	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Joaçaba São Miguel	Chapecó	Concórdia	Concordia	Concordia	3
PRINCESA	Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste	do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste		São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste		Dionisio Cerqueira	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	3
QUILOMBO RIO DAS ANTAS	Quilombo	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	São Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	São Lourenço do Oeste		Chapecó	Quilombo	Chapeco	Chapeco	3
	Caçador	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira São Miguel do Oeste	Caçador	Porto União	Joaçaba São Miguel do Oeste	Caçador	Joaçaba	Chapecó	Cacador	Videira	Videira	5
RIQUEZA	Palmitos	Maravilha	Chapecó	Chapecó	Oeste	Palmitos	São Miguel do Oeste	Miguel do Oeste	Chapecó		Chapecó	Palmitos	Chapeco	Chapeco	4
ROMELANDIA	Maravilha	Maravilha	Chapecó	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Palmitos	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapecó	São Miguel do Oeste	Chapecó	Maravilha	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	4

SALTINHO	Maravilha	Maravilha	Chapecó	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó		Chapecó	Maravilha	São Miguel do Oeste	4
SALTO VELOSO	Videira	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira	Videira	Curitibanos	Joaçaba	Videira	Joaçaba	Chapecó Rio do Sul	Videira	Videira	5
SANTA CECILIA	Curitibanos	Curitibanos	Joaçaba	Caçador	Lages	Curitibanos	Curitibanos	Lages	Caçador	Lages		Curitibanos	Videira	6
SANTA HELENA	Itapiranga	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapecó	Itapiranga	São Miguel do Oeste	3
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO		Maravilha	Maravilha	Chapecó	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Palmitos	Chapecó	São Miguel do Oeste	Chapecó	Chapecó	Maravilha	São Miguel do Oeste	4
SANTIAGO DO SUL	Quilombo São	Chapecó São	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste		Chapecó	Quilombo São	Chapecó	3
SAO BERNARDINO	Lourenço do Oeste	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Miguel do Oeste	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste		Chapecó	Lourenço do Oeste	Xanxere	4
SAO CARLOS	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Palmitos	Chapecó	2
SAO CRISTOVAO DO SUL	Curitibanos	Curitibanos	Joaçaba	Caçador	Lages	Curitibanos	Curitibanos	Lages	Caçador	Lages	Rio do Sul	Curitibanos	Videira	6
SAO DOMINGOS	Xanxere	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Xanxere	Chapecó	Chapecó	Xanxere		Chapecó	Xanxere	Xanxere	2
SAO JOAO DO OESTE	Itapiranga	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapecó	Itapiranga	São Miguel do Oeste	3
SAO JOSE DO CEDRO		Dionisio Cerqueira São	São Miguel do Oeste	Chapecó	Dionisio Cerqueira São	São Miguel do Oeste								
SAO LOURENCO DO OESTE	Lourenço do Oeste	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste		Chapecó	Lourenço do Oeste	Xanxere	3
SAO MIGUEL DA BOA VISTA	Maravilha	Maravilha	Chapecó	São Miguel	São Miguel do Oeste	Palmitos	Chapecó	São Miguel do Oeste	Chapecó		Chapecó	Maravilha	São Miguel do Oeste	4

				do Oeste	Oeste			Oeste					Oeste	
SAO MIGUEL DO OESTE	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapecó	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	3
SAUDADES SEARA	Maravilha	Maravilha	Chapecó	São Miguel do Oeste	Chapecó	Palmitos	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Maravilha	4
SERRA ALTA SUL BRASIL	Seara	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Joaçaba	Concórdia	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Seara	4
TANGARA	Maravilha	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Maravilha	2
TIGRINHOS TIMBO GRANDE	Maravilha	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Maravilha	2
TREZE TILIAS	Videira	Joaçaba	Joaçaba	Caçador	Videira	Videira	Curitibanos	Joaçaba	Videira	Joaçaba	Chapecó	Videira	Videira	5
TUNAPOLIS	Maravilha	Maravilha	Chapecó	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Palmitos	Chapecó Porto	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Maravilha	4
UNIAO DO OESTE	Caçador	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira	Caçador	União	Canoinhas	Caçador	Joaçaba	Sul	Caçador	Videira	6
VARGEAO	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joaçaba	Joaçaba	2
VARGEM BONITA	Itapiranga	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Chapecó	Itapiranga	São Miguel do Oeste	3
VARGEM VIDEIRA	Quilombo	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Lourenço do Oeste	Chapecó	Chapecó	Quilombo	Chapecó	3
XANXERE	Xanxere Campos Novos	Xanxere Campos Novos	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Xanxere Campos Novos	Joaçaba	Lages	Xanxere Campos Novos	Joaçaba	Chapecó	Xanxere Campos Novos	Xanxere	3
XAVANTINA	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Chapecó	Joaçaba	Joaçaba	4
XAXIM	Videira	Videira	Joaçaba	Caçador	Videira	Videira	Curitibanos	Joaçaba	Videira	Joaçaba	Chapecó	Videira	Videira	5
ZORTEA	Xanxere Campos Novos	Xanxere Campos Novos	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Xanxere Campos Novos	Chapecó	Chapecó	Xanxere Campos Novos	Chapecó	Chapecó	Xanxere Campos Novos	Xanxere	2
	Seara	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Concórdia	Concórdia	Joaçaba	Chapecó	Concórdia	Chapecó	Chapecó	Seara	Concordia	4
	Xanxere Campos Novos	Xanxere Campos Novos	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Xanxere Campos Novos	Chapecó	Chapecó	Xanxere Campos Novos	Chapecó	Chapecó	Xanxere Campos Novos	Xanxere	2
	Novos	Novos	Joaçaba	Joaçaba	Joaçaba	Novos	Joaçaba	Lages	Novos	Joaçaba	Chapecó	Novos	Joaçaba	4

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CADASTRO TÉCNICO
MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este termo de consentimento visa esclarecer a você quais as implicações da sua participação na pesquisa intitulada **MODELO CATARINENSE DE ESPACIALIZAÇÃO REGIONAL: OS ARRANJOS REGIONAIS MULTI-ESCALARES**. Esta pesquisa se propõe a analisar a configuração dos arranjos territoriais, após 10 anos da implantação do modelo de descentralização catarinense, o qual sempre teve como objetivo central promover o desenvolvimento regional, criando para isto 30 (trinta), e ampliando-se após 4 anos para 36 (trinta e seis) Secretarias de Desenvolvimento Regional, sediadas em todas as regiões catarinenses. Neste sentido a questão fundamental que se coloca é a fragmentação territorial com vários arranjos e recortes o que ocorreu após a implementação do governo descentralizado, provocando que processos legítimos, de base local, antes existentes em várias regiões do estado catarinense, como na região oeste, fossem gradativamente substituídos pelo processo governamental.

Portanto, a presente pesquisa pretende mostrar a situação antes do processo de descentralização, e os efeitos após 10 anos da sua implementação, os resultados alcançados e o aprofundamento da fragmentação territorial, com o objetivo de com a apresentação deste estudo, com dados quantitativos e qualitativos, despertar o planejamento estadual para uma reavaliação conceitual e retomada de valores e conceitos inerentes a promoção do desenvolvimento regional, bandeira norteadora principal quando da constituição das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional.

Se adotará instrumental do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para demonstração desta fragmentação territorial com a sobreposição de mapas identificando através de layers diversos, o que poderá sem dúvida colaborar com os órgãos regionais que atuam em

políticas setoriais, mas que prescindem de instrumental cartográfico para o melhor planejamento na realização das suas ações.

Como resultados espera-se oferecer em toda a área de abrangência da pesquisa, instrumentos de correção e rearranjo na configuração dos espaços territoriais organizados, para que de forma sinérgica com as estruturas e agentes locais e regionais sejam implementadas as políticas de desenvolvimento social, econômico e organizativo da sociedade;

Os resultados finais desta pesquisa serão tornados públicos por meio de publicação mediante relatórios, artigos e apresentações em eventos científicos.

A sua participação nesta pesquisa pode auxiliar na construção dos resultados que serão demonstrados através do sistema de informações geográficas e de forma descritiva na tese de doutorado.

As informações fornecidas aos pesquisadores serão utilizadas na exata medida dos objetivos e finalidades do projeto de pesquisa. Sua participação nesta pesquisa não será exposta, assegurando sua privacidade e a proteção dos depoimentos. As informações que você nos fornecer não serão utilizadas para prejudicar nenhuma pessoa e/ou comunidade.

Sua participação não será remunerada e não terá qualquer ônus financeiro (despesas).

Como riscos à pesquisa você estará sujeito a possíveis constrangimentos ao responder alguma das questões do formulário ou ao recusar participar da mesma. Como também, à quebra de sigilo das informações através do extravio (perda, roubo) do banco de dados no qual estarão armazenadas.

Você poderá entrar em contato com o Comitê de ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal de Santa Catarina através do telefone 3721-9206, ou pelo e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

Você tem direito de recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa e por qualquer motivo, sem penalização ou prejuízo de nenhuma espécie. Para isto, basta entrar em contato com os pesquisadores.

Caso você concorde em participar, sua entrevista será acompanhada pela pesquisadora MARCIA REGINA SARTORI DAMO

DADOS DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PELO PROJETO DE PESQUISA:

Nome completo: Prof. Dr. JURGEN W. PHILIPS

Endereço de Email: jphilips@gmx.net

IDENTIFICAÇÃO E CONSENTIMENTO DO VOLUNTÁRIO:

Nome

completo: _____

Doc. de

Identidade _____

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

“Declaro que, em ___/___/___, concordei em participar, na qualidade de participante do projeto de pesquisa intitulado, **MODELO CATARINENSE DE ESPACIALIZAÇÃO REGIONAL: OS ARRANJOS REGIONAIS MULTI-ESCALARES**, após estar devidamente informado sobre os objetivos, as finalidades do estudo e os termos de minha participação. Assino o presente Termo de Compromisso Livre e Esclarecido em duas vias que serão assinadas também pelo pesquisador responsável do projeto, sendo que uma cópia se destina a mim (participante) e outra ao pesquisador.

As informações fornecidas aos pesquisadores serão utilizadas na exata medida dos objetivos e finalidades do projeto de pesquisa, sendo que minha identificação será mantida em sigilo e sobre a responsabilidade dos proponentes do projeto.

Não receberei nenhuma remuneração e não terei qualquer ônus financeiro (despesas) em função do meu consentimento espontâneo em participar do presente projeto de pesquisa.

Independentemente deste consentimento, fica assegurado meu direito a retirar-me da pesquisa em qualquer momento e por qualquer motivo, sendo que para isso comunicarei minha decisão a um dos proponentes do projeto acima citados.”

Santa Catarina, ____ de ____ de _____

(Assinatura do voluntário acima identificado)

ANEXOS



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.047, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, Incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º, Inciso I, § 1º, e 7º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional, atendendo ao disposto no [Inciso III do art. 3º da Constituição](#).

Art. 2º A redução das desigualdades regionais se norteia pelas seguintes estratégias:

I - estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas; e

II - articular ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária.

Parágrafo único. As estratégias da PNDR devem ser convergentes com os objetivos de Inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica.

Art. 3º A PNDR comportará a definição de estratégias de desenvolvimento regional nas escalas seguintes:

I - na escala macrorregional, deverão ser elaborados Planos Estratégicos de Desenvolvimento, atendendo ao disposto no inciso IX do art. 21 da Constituição, com prioridade para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cujas elaboração e implementação serão coordenadas pelas instituições responsáveis pelo desenvolvimento das respectivas áreas de abrangência, sob orientação do Ministério da Integração Nacional; e

II - na escala sub-regional, o Governo Federal atuará, prioritariamente, por meio de seus Programas, em escala mesorregional, considerada a definição de Mesorregiões Diferenciadas proposta pelo Ministério da Integração Nacional e aprovada pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, criada pelo [Decreto nº 4.793, de 23 de julho de 2003](#).

§ 1º O Ministério da Integração Nacional, mediante portaria, poderá definir os limites territoriais das Mesorregiões Diferenciadas e outros espaços sub-regionais.

§ 2º A definição dos limites territoriais das Mesorregiões Diferenciadas, bem assim de outros espaços sub-regionais de que trata o parágrafo anterior serão ratificados pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, observados os critérios da tipologia da PNDR, constante no Anexo II deste Decreto.

§ 3º A definição das treze Mesorregiões Diferenciadas e das nove Sub-Regiões já existentes, aprovadas pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, listadas no Anexo I deste Decreto, fica

dispensada de nova aprovação.

§ 4º São áreas de tratamento prioritário da PNDR o Semi-Árido, a Faixa de Fronteira e as Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDE's, definidas conforme Anexo I deste Decreto, bem como outras áreas consideradas relevantes, a partir de impacto territorial previsível decorrente de investimentos estruturantes, a serem promovidos pelo Governo Federal.

§ 5º Para fins deste Decreto e, especialmente, do disposto no inciso II do caput deste artigo, entende-se por Mesorregião Diferenciada o espaço subnacional contínuo menor que o das macrorregiões, existentes ou em proposição, com identidade comum, que compreenda áreas de um ou mais Estados da Federação, definido para fins de identificação de potencialidades e vulnerabilidades que norteiem a formulação de objetivos socioeconômicos, culturais, político-institucionais e ambientais.

§ 6º Para efeito do disposto no § 4º deste artigo, entende-se como:

I - Faixa de Fronteira, os espaços compreendidos em até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, conforme estabelecido no [§ 2º do art. 20 da Constituição](#); e

II - Região Integrada de Desenvolvimento, o complexo geoeconômico e social, conforme estabelece o [art. 43 da Constituição](#).

Art. 4º A PNDR se pauta pelos enfoques territoriais e pela articulação intersetorial, e será executada mediante promoção e implementação de planos, programas, ações e instrumentos financeiros.

Art. 5º A Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional apresentará os planos, programas e ações de desenvolvimento regional, com a inclusão da sua expressão financeira no Plano Plurianual, e com sua priorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Presidente da República, para que este considere quanto a sua apresentação conjunta ao Congresso Nacional, nos termos do [art. 166 da Constituição](#).

§ 1º A Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional poderá sugerir ao Presidente da República a apresentação de revisões e complementação dos planos, programas e ações de desenvolvimento regional, bem como do Plano Plurianual, na forma da legislação específica.

§ 2º A apresentação dos planos, programas e ações de desenvolvimento regional ao Presidente da República se dará noventa dias antes do término do prazo de encaminhamento do Plano Plurianual ao Congresso Nacional.

§ 3º Ressalvadas as revisões e complementação de que trata o § 1º deste artigo, a alteração da definição de Mesorregiões Diferenciadas e outros espaços sub-regionais não afetará o âmbito da aplicação de Políticas e Planos de Desenvolvimento Regional já aprovados pelo Congresso Nacional.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E FISCAIS

Art. 6º Os planos, programas e ações da PNDR voltados para a redução das desigualdades regionais e ampliação das oportunidades de desenvolvimento regional serão executados, dentre outros, por meio dos seguintes Instrumentos:

I - Orçamento Geral da União;

II - Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte - FNO, Nordeste - FNE e do Centro-Oeste - FCO;

III - Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, bem como outros fundos de desenvolvimento regional que venham a ser criados;

IV - outros Fundos especialmente constituídos pelo Governo Federal com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais;

V - recursos dos Agentes Financeiros Oficiais; e

VI - Incentivos e Benefícios Fiscais.

~~§ 1º Os regulamentos necessários à operacionalização dos Fundos e à concessão dos Incentivos e Benefícios Fiscais serão estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional e pelas Agências de Desenvolvimento Regional, nas suas respectivas áreas de competência.~~

~~§ 1º As instruções necessárias à operacionalização dos Fundos e à expedição de laudo constitutivo de projeto para instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimento enquadrado em setores da economia considerados como prioritários para o desenvolvimento regional nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, para efeito de reconhecimento, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do direito à redução de setenta e cinco por cento do imposto de renda, inclusive adicional, calculado com base no lucro da exploração, a que se refere o [art. 1º do Modelo Protocolo nº 5.499-14 de 24 de agosto de 2004](#), serão estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelas Agências de Desenvolvimento Regional, nas suas respectivas áreas de competência. [\(Redação dada pelo Decreto nº 5.532 de 2009\)](#)~~

§ 1º Observada a legislação em vigor, os regulamentos necessários à operacionalização dos Fundos e a emissão de pareceres técnicos de análise, laudos e declarações relativas aos Incentivos e Benefícios Fiscais, serão estabelecidos pelos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, nas suas respectivas áreas de competência. [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.674 de 2008\)](#)

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo:

I - a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional poderá aprovar o uso de recursos dos fundos setoriais de Ministérios, com expressa anuência destes; e

II - os Ministérios e Agentes Financeiros Oficiais Federais poderão definir critérios diferenciados para a execução dos planos, programas e ações da PNDR, para priorizar as regiões referidas no art. 3º deste Decreto.

CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS QUANTO À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Art. 7º Compete ao Ministério da Integração Nacional e às suas entidades vinculadas, na execução da PNDR:

I - definir e manter atualizada a tipologia da PNDR, objetivando:

- referenciar a interação com as políticas setoriais;
- definir indicador específico da distribuição da ação corrente e dos investimentos promovidos por cada uma das políticas setoriais; e
- orientar os planos, programas e ações da PNDR;

II - ouvir opiniões e sugestões da sociedade, por meio de mecanismos e canais de participação que componham instâncias de concertação regional, quanto à formulação dos planos, programas e ações da PNDR, nas diferentes escalas referidas no art. 3º deste Decreto;

III - articular com os demais Ministérios a integração de programas e ações setoriais, visando a execução dos planos, programas e ações da PNDR;

IV - operacionalizar, juntamente com suas entidades vinculadas, os planos, programas e ações da PNDR, atendendo às prioridades definidas pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional;

V - coordenar e manter o sistema de informação e monitoramento dos planos, programas e ações da PNDR, possibilitando a todos os órgãos, entidades da administração indireta e organizações da sociedade civil:

- a construção de diagnóstico compartilhado da situação das áreas definidas nos termos do art. 3º;

- b) o estabelecimento e promoção de estudos e reflexões prospectivas referenciados nestas áreas; e
- c) o acompanhamento da atuação do poder público e da iniciativa privada, com especial enfoque sobre os investimentos produtivos e em infra-estrutura;

Vl - estabelecer as diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos Fundos referidos nos Incisos II e III do art. 6º deste Decreto, inclusive quanto aos recursos disponibilizados ao setor privado; e

Vll - propor, em conjunto com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a ampliação do aparato estatístico e informacional existente, para atender os requisitos da atualização periódica da tipologia referida no inciso I deste artigo.

§ 1º A tipologia referida no inciso I deste artigo observará o objeto da PNDR, e será elaborada conforme metodologia constante no Anexo II deste Decreto, em conjunto com os órgãos e entidade federais com atribuições correlatas, a partir de informações sócio-econômicas e produtivas de âmbito municipal, que expressem os padrões de renda e de dinamismo produtivo, representativos da realidade e da dinâmica territorial brasileira.

§ 2º No desempenho das atribuições elencadas neste artigo, o Ministério da Integração Nacional observará as deliberações da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA PNDR

Art. 8º Fica criado o Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional - SNIDR sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, com o objetivo de monitoramento e avaliação dos planos, programas e ações da PNDR, inclusive mediante intercâmbio de informações com os demais órgãos, entidades da administração indireta, organizações da sociedade civil, bem como Estados e Municípios.

Parágrafo único. O SNIDR, por iniciativa do Ministério da Integração Nacional, ouvidos os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e das Relações Exteriores, poderá comportar bases de informação que viabilizem a integração de políticas do Brasil e dos países limítrofes, voltadas para o estudo da dinâmica e a promoção do desenvolvimento e cooperação em espaços transfronteiriços.

Art. 9º O Ministério da Integração Nacional publicará Relatório Anual de Avaliação dos planos, programas e ações da PNDR, inclusive monitorando parâmetros que expressem tanto as desigualdades, quanto a distribuição da ação pública e privada nas áreas referidas no art. 3º deste Decreto, e fornecendo novos parâmetros para estabelecer metas regionalizadas de redução de desigualdades.

§ 1º O Relatório referido no caput deste artigo integrará o Relatório de Gestão Anual do Ministério da Integração Nacional, a ser encaminhado aos órgãos de fiscalização e controle externo.

§ 2º Os parâmetros referidos no caput deste artigo serão utilizados na formulação dos planos, programas e ações da PNDR, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como nas suas revisões e complementações.

Art. 10. O Decreto nº 4.793, de 23 de julho de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art. 1º A. A Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional terá as seguintes atribuições:

- I - estabelecer diretrizes para a operacionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR;
- II - promover a articulação com as demais políticas setoriais, objetivando a convergência de suas ações para o benefício das áreas definidas como prioridades da PNDR;

III - propor critérios e aprovar as diretrizes para a aplicação dos instrumentos financeiros necessários a PNDR; e

IV - apreciar os Relatórios de Monitoramento dos planos, programas e ações da PNDR.* (NR)

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de fevereiro de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Pedro Brito do Nascimento

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.2.2007.

ANEXO I

MESORREGIÕES DIFERENCIADAS

1. MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES
2. MESORREGIÃO DO VALE DO RIO DO ACRE
3. MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO
4. MESORREGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS
5. MESORREGIÃO DO XINGÓ
6. MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA
7. MESORREGIÃO DOS VALES DO RIBEIRA E GUARAQUEÇABA
8. MESORREGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL
9. MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL
10. MESORREGIÃO DO SERIDÓ
11. MESORREGIÃO DAS ÁGUAS EMENDADAS
12. MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE
13. MESORREGIÃO DOS VALES DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI
14. MESORREGIÃO DO XINGU [//incluído pelo Decreto nº 7.340, de 2010.](#)

Sub-regiões selecionadas pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional

1. São Raimundo Nonato - PI
2. Médio e Baixo Jaguaribe - CE

3. Vale do Açu - RN
4. Souza - Piancó - PB
5. Sertão do Moxotó - PE
6. Santana do Ipanema - AL
7. Sergipana Sertão do São Francisco - SE
8. Brumado/Bom Jesus da Lapa/Guanambi - BA
9. Serra Geral - MG
10. Sub-Região da Área de Abrangência do Plano da BR-163 Sustentável. [\[Incluído pelo Decreto nº 6.230, de 2007\].](#)
11. Sub-região da Área de Abrangência do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu - PDRS do Xingu. [\[Incluído pelo Decreto nº 7.340, de 2010\].](#)

REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO - RIDE's

1. RIDE DO PÓLO DE JUAZEIRO E PETROLINA

Criada pela Lei Complementar nº 113, de 19/09/2001

UF: PERNAMBUCO

Municípios:

PETROLINA;

LAGOA GRANDE;

SANTA MARIA DA BOA VISTA;

OROCÔ;

UF: BAHIA

Municípios:

JUAZEIRO;

CASA NOVA;

CURAÇA;

SOBRADINHO;

2. RIDE DA GRANDE TERESINA - TIMON

Criada pela Lei Complementar nº 112, de 19/09/2001

UF: PIAUI

Municípios:

ALTOS;

BENEDITINOS;

COIMARAS;

CURRALINHO;

JOSE DE FREITAS;

DERMEVAL LOBÃO;

LAGOA ALEGRE;

LAGOA DO PIAUI;

MIGUEL LEÃO;

MONSENHOR GIL;

TERESINA;

UNIÃO;

UF: MARANHÃO

Município:

TIMON

3. RIDE DO ENTORNO DO DF

Criada pela Lei Complementar nº 94, de 19/02/1998

UF: GOIÁS

Municípios:

ABADIÂNIA;

ÁGUA FRIA DE GOIÁS;

ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS;

ALEXÂNIA;
CABECEIRAS;
CIDADE OCIDENTAL;
COCALZINHO DE GOIÁS;
CORUMBÁ DE GOIÁS;
CRISTALINA;
FORMOSA;
LUZIÂNIA;
MIMOSO DE GOIÁS;
NOVO GAMA;
PADRE BERNARDO;
PIRENÓPOLIS;
PLANALTINA;
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO;
VALPARAISO DE GOIÁS;
VILA BOA;
UF: MINAS GERAIS
Municípios:
BURITIS;
CABECEIRA GRANDE;
UNAI.

ANEXO II
TIPOLOGIA DA PNDR
Metodologia

A tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR tem o propósito de estabelecer um quadro referencial das desigualdades regionais e utilizará a escala Microrregional, de acordo com a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A metodologia está baseada em duas variáveis:

a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios, pensões, etc); e

b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Os padrões de nível de vida e de dinamismo sócio-produtivo que compõem a tipologia microrregional da PNDR são obtidos a partir do cruzamento de informações municipais do IBGE, agregadas por microrregião geográfica, exceto para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, onde se mantém a escala municipal, dada a dimensão dos municípios dessas unidades da federação, quando relacionada com as demais microrregiões brasileiras.

Essas informações se referem ao rendimento domiciliar per capita médio (resultante do somatório de todos os rendimentos domiciliares declarados em cada microrregião, no momento do censo demográfico, dividido pelo número de habitantes all residentes).

As variáveis são estatisticamente discretizadas e agrupadas em classes (alta, média e baixa) de forma a possibilitar o cruzamento demonstrado no quadro seguinte, contemplando as quatro situações típicas especificadas:

TIPOLOGIA SUB-REGIONAL

Variação do PIB/HAB

ALTA

MÉDIA

BAIXA

Rendimento / HAB

Alto

Médio

Baixo

1 - Sub-regiões de Alta Renda

2 - Sub-Regiões Dinâmicas

3 - Sub-Regiões Estagnadas

4 - Sub-Regiões de Baixa Renda

Com base na classificação do quadro acima, definem-se como prioritárias para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR as Microrregiões dos Grupos 2, 3 e 4, que devem ser territórios preferenciais para as políticas setoriais, observadas as disposições contidas neste Decreto.

